



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Crime, estigma e identidade: Um estudo de caso no Bairro do Alto da Cova da Moura

Ana Catarina Cananão Alves

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

Área de Especialização de Criminologia e Investigação Criminal

Orientação Científica:

Professor Doutor Carlos Alberto Martins da Silva Poiares
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Lisboa, setembro de 2021



Ana Catarina Cananão Alves

Crime, estigma e identidade: Um estudo de caso no Bairro do Alto da Cova da Moura

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, na área de especialização de Criminologia e Investigação Criminal, elaborada sob a orientação científica do Professor Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares e do Professor Doutor Carlos Alberto Martins da Silva Poiares.

EPÍGRAFE

“A prisão não são as grades, e a liberdade não é a rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência.”

– Mahatma Gandhi

DEDICATÓRIA

A vós, **Pai e Mãe**,
Que não medem esforços para
concretizar os meus sonhos.

A ti, **Tiago**,
Pelo amor e apoio incondicional.

Ao meu querido **Avô**,
In memoriam.

AGRADECIMENTOS

A concretização de qualquer investigação científica constitui um longo e complexo percurso, assinalado por uma infinidade de desafios, glórias e vicissitudes. Embora esta seja uma trajetória solitária, reúne um cúmulo de contributos imprescindíveis para o trilhar vitorioso deste caminho. Cumpre-me, nesta fase, mencionar um especial conjunto de agradecimentos: À minha mãe, Fernanda, a mais bonita, inteligente e deslumbrante das mulheres. Ao meu pai, Aurélio, grande amigo e exemplo de Homem, que em tudo me acompanha. Ao Tiago, minha alma gémea, pelo amor, carinho, compreensão e apoio incondicional. Ao meu avô Célio, a estrela mais brilhante do céu, a saudade não cabe no peito. À Dr.^a Carla Rodrigues, por me auxiliar na desafiante descoberta do meu ser. Ao Professor Doutor Nuno Poiares e ao Professor Doutor Carlos Poiares, meus orientadores científicos, pelo acompanhamento rigoroso, sabedoria, encorajamento, sentido crítico e pela inegável qualidade humana. Ao Professor Luís Guerra, pelos preciosos ensinamentos e advertências. Ao Professor Doutor João Sedas Nunes, pelo estímulo intelectual e por me ter inspirado no domínio da Sociologia. Ao Intendente Paulo Ornelas Flor e ao Subintendente António Manuel Pereira, atual e anterior Comandante da Divisão Policial da Amadora – Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, respetivamente, pelo apreço, sapiência, humanitarismo e devoção profissional. À Dr.^a Vanda Carmo, Presidente da Associação de Solidariedade Social do Bairro do Alto da Cova da Moura, e aos seus notáveis funcionários, em especial à Dr.^a Gracieth Almeida, pelo trabalho extraordinário que têm vindo a desenvolver ao longo dos anos, pela cooperação e contributos nesta investigação. À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, por me ter aberto caminho ao mundo do conhecimento científico. Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, casa que me recebeu de braços abertos, pelo ambiente propício à evolução e crescimento. A todos os informantes privilegiados que se dispuseram a participar nesta investigação e cuja colaboração se revelou imprescindível para a consolidação científica deste trabalho. A todos os restantes, familiares, amigos e colegas que contribuíram de alguma forma para a concretização deste meu projeto de vida. Guardo-vos e guardo-vos-ei sempre no coração. Grata por tudo.

RESUMO

O Alto da Cova da Moura é um bairro de construção clandestina cuja ocupação se expandiu após a revolução de 25 de abril de 1974, gerando gradualmente uma concentração de indivíduos nesse microterritório. Embora este bairro não seja único nas suas características, é hoje percecionado como um dos territórios mais estigmatizados a nível nacional, sob justificativas firmadas sobretudo na ocorrência de fenomenologias criminais. Esta investigação, que preconizou a mobilização de uma metodologia científica assente numa abordagem qualitativa, teve como principal finalidade investigar se os residentes deste bairro têm ou não consciência dos processos estigmáticos que envolvem o território em que residem e que, consequentemente, os incluem. Embora os resultados possibilitem somente uma aproximação ao objeto de estudo empírico, evidenciou-se a existência de uma consciencialização face aos processos estigmáticos que se produzem e reproduzem no território, especialmente na faixa etária dos adultos, que demonstrou estar mais inteirada face à realidade social envolvente, seguida dos mais jovens. Em contrapartida, a população mais idosa apresentou menor consciencialização face à conotação negativa e aos processos estigmáticos que persistem no território. Ficou evidenciado que, embora os residentes partilhem um mesmo estigma pelo facto de residirem no território, condição que os ultrapassa assim como às instituições de poder que aí operam, nem todos reagem do mesmo modo. Os residentes possuem uma identidade particular que lhes confere a possibilidade de lidar e interpretar o estigma de forma distinta, gerando processos de construção identitária, também eles, dissemelhantes entre si.

Palavras-chave: bairro; crime; estigma; exclusão; identidade; polícia.

ABSTRACT

Alto da Cova da Moura is a clandestine neighborhood whose occupation expanded after the April 25th, 1974 revolution, gradually leading to a concentration of individuals within its micro-territory. Although this neighborhood is not characteristically unique, it is perceived nowadays as one of the most stigmatized territories of the nation, mainly due to the occurrence of criminal phenomenologies. The main purpose of this investigation, which advocates the use of scientific methodology on the basis of a qualitative approach, is to explain whether or not the residents of this neighborhood are aware of the stigmatic processes that involve the territory in which they reside and that, consequently, also involve them. Although the results only allow for an approximation to the object of empirical study, the existence of an awareness of stigmatic processes that are produced and reproduced within the territory was demonstrated. This was particularly evident in the adult age group, who proved to be more aware of the surrounding social reality, followed by the youngest age group. On the other hand, the older population showed a lower awareness of the negative connotation and stigmatic processes that persist in its territory. It was evident that, although the residents share the same stigma due to the fact that they live in the same territory (a circumstance that is beyond them and the institutions of power that operate there), not all individuals react in the same way. Despite this, the residents have a particular identity that gives them the possibility to deal with and interpret the stigma in a different way, generating processes of identity construction which are also dissimilar.

Keywords: neighborhood; crime; stigma; exclusion; identity; police.

LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AMBACM	Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
ASSACM	Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
CAJ	Centro de Apoio à Juventude
CE	Comunidade Europeia
CI	Corpo de Intervenção
CLAIM	Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CMA	Câmara Municipal da Amadora
CMO	Câmara Municipal de Oeiras
CT	Comandos Territoriais
DDF	Direções Distritais de Finanças
DE	Diretiva Estratégica
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
DGS	Direção-Geral da Saúde
DLG	Direitos, Liberdades e Garantias
DNPSP	Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública
DSAF	Direção de Serviços Antifraude
EDP	Energias de Portugal
ESP	Escola Superior de Polícia
GNR	Guarda Nacional Republicana
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
MIPP	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
NEP	Norma de Execução Permanente
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIPP	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
PJ	Polícia Judiciária
PJM	Polícia Judiciária Militar
PM	Polícia Municipal / Polícia Marítima
PSP	Polícia de Segurança Pública
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAF	Unidade de Ação Fiscal de Ação Fiscal
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UE	União Europeia
UEP	Unidade Especial de Polícia
UI	Unidade de Intervenção
UNT	Unidade Nacional de Trânsito
USHE	Unidade de Segurança e Honras de Estado
ZUS	Zonas Urbanas Sensíveis

ÍNDICE

EPÍGRAFE	III
DEDICATÓRIA.....	IV
AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS.....	VIII
ÍNDICE DE QUADROS	X
INTRODUÇÃO	1
I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL.....	4
1.1. Estigma e comportamento desviante	4
1.2. Construções identitárias e representações sociais.....	13
1.3. A exclusão social em zonas urbanas sensíveis.....	22
1.4. Modelo integrado de policiamento de proximidade	29
II – BAIRRO DO ALTO DA COVA DA MOURA.....	35
2.1. História do bairro	35
2.2. Caracterização sociodemográfica e práticas identitárias	40
2.3. Património cultural e elementos simbólicos.....	46
2.4. Problemáticas criminais e de insegurança	54
III – MÉTODO.....	60
3.1. Problematização da pesquisa.....	60
3.2. Opção metodológica.....	62
3.3. Instrumentos de recolha e análise de dados	65
3.4. Procedimentos adotados	69
IV – TRABALHO EMPÍRICO	74
4.1. Apresentação dos dados recolhidos.....	74
4.2. Resultados do estudo empírico	76
4.3. Discussão dos resultados.....	83
4.4. Análise global	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS.....	91
ANEXOS	98

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por localização geográfica (NUTS - 2013) e categoria de crime; Anual – Direção-Geral da Política de Justiça	59
Quadro 2 – Taxa de Criminalidade (‰) por localização geográfica (NUTS - 2013) e categoria de crime; Anual – Direção-Geral da Política de Justiça	59
Quadro 3 – Características biográficas dos participantes dos <i>focus groups</i>	75
Quadro 4 – Participantes dos inquéritos por entrevista e suas funções profissionais.	76

INTRODUÇÃO

A presente investigação científica surge como requisito necessário para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, na área de especialização de Criminologia e Investigação Criminal, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI). A minha formação académica precedente na área científica da Sociologia, que se ocupa do estudo dos comportamentos, interações, fenómenos e processos sociais em função dos meios que os sugestionam, despontou o interesse por eleger um objeto de estudo empírico que possibilitasse uma reflexão e análise assentes, também, no prisma sociológico. Recorrendo ao universo de conhecimentos provenientes desta ciência, que privilegia uma multiplicidade de instrumentos concetuais e metodológicos, é expectável que através das distintas formas de percecionar a realidade seja possível progredir no conhecimento, tornando-o frutífero para a comunidade. Na perspetiva de Hess, todos os sociólogos são acompanhados da ambição de ver as suas investigações modificarem beneficemente a sociedade (Guerra, 2002). Numa investigação desta natureza, este anseio legítimo encontra-se patente, assinalado por um forte desejo de compreensão da realidade, até porque só é possível intervir se, numa primeira instância, existir um profundo entendimento e perceção da realidade em análise (Poiares, 2014).

A finalidade comum das ciências sociais e humanas é a procura do conhecimento da realidade, através da construção de quadros de categorias e de processos motivados pelas vivências de cada ator social. Estas disciplinas do conhecimento são pluriparadigmáticas. Isto significa que embora todas tratem da mesma realidade, cada uma delas constrói um código de leitura específico, oferecendo aos investigadores uma estratégia própria na abordagem dos fenómenos. O processo de construção do conhecimento científico diverge bastante nas ciências sociais e humanas comparativamente a outras ciências. Isto porque o investigador integra o seu próprio objeto de estudo em função da sua qualidade social e humana, detentor de um conhecimento pessoal e prático da realidade em que existe. Portanto, é necessária a rutura face às pré-noções, às convicções pessoais e às ideias que circulam na sociedade acerca das distintas fenomenologias, na medida em que só desta forma as conclusões obtidas poderão revelar-se válidas no momento de análise da realidade. O

investigador deve manter uma atitude de vigilância epistemológica, evitando que o conhecimento seja baseado em crenças, esforçando-se por adotar uma atitude de isenção. Todavia, existem inúmeras barreiras epistemológicas que incessantemente se colocam. Embora o conhecimento científico assente no raciocínio objetivo e em métodos experimentais, é indiscutível o facto de que a subjetividade atravessa toda a investigação científica. Esta surge como uma fatalidade que persegue e condiciona os investigadores, lembrando que em ciência não existe verdade absoluta. A reflexão de Morin (2000) a respeito da Teoria da Complexidade indica-nos que o conhecimento relevante deve enfrentar a complexidade, ao permear e articular os vários saberes disciplinares, fazendo emergir múltiplas dimensões do ser quando elementos diferentes se mostram inseparáveis e constitutivos do todo. Neste caso, deparamo-nos com um tecido interdependente e interativo entre o objeto de conhecimento, o seu contexto, as partes e o todo. Por esse motivo, a complexidade constitui a harmonia entre a unidade e a multiplicidade, sugerindo que a relação entre o observador e o objeto de conhecimento não demanda uma separação absoluta.

Considera-se que a etapa da seleção do objeto de estudo empírico corresponde a um primeiro nível de subjetividade. Isto porque assenta, grande parte das vezes, em interesses e aspirações pessoais provenientes do investigador que, à partida, desenvolve um certo fascínio e curiosidade por uma matéria. Nesta perspetiva, a designação do objeto de estudo empírico desta investigação científica foi bastante ponderada, centrando-se no fenómeno da estigmatização. O propósito passa por investigar se os residentes do Bairro do Alto da Cova da Moura têm ou não consciência face aos processos estigmáticos que envolvem o território onde residem e que os incluem também, podendo ou não influenciar os seus processos de construção identitária. Vaz (2014) alega que trabalhar as questões identitárias não constitui tarefa simples, uma vez que, no fundo, tudo diz respeito à identidade, um conceito transversal a tantos outros, em diferentes áreas do conhecimento, dificultando a sua abordagem. Nesta lógica, a noção de construções identitárias apresentada servirá para fazer alusão aos processos relacionados com o modo como os residentes deste bairro se comportam, definem e assumem uma identidade perante a sociedade. Atualmente, as vivências relatadas no Bairro do Alto da Cova da Moura assentam na ocorrência

de fenomenologias criminais e outras problemáticas sociais complexas, o que se repercute na conceção de imagens desfavoráveis do território. Este bairro, que não é único nas suas características, é hoje percecionado como um dos territórios mais estigmatizados a nível nacional (Mendes, 2008; Rodrigues, 2009; Godinho, 2010; Vaz, 2014; Jorge & Carolino, 2019). O estigma, já enraizado, poderá resultar na construção de preconceitos e estereótipos em torno dos residentes, podendo complicar os seus processos de socialização e influenciar o modo como se idealizam. Quanto à pertinência da temática, espera-se que esta investigação científica possa beneficiar o Bairro do Alto da Cova da Moura, em especial os moradores, no que respeita à projeção dos seus entendimentos e perceções face ao exposto. Quiçá, esta investigação poderá, inclusive, contribuir para a desvinculação e desconstrução dos processos estigmáticos, sobretudo no que concerne a conexão do bairro com a ocorrência de fenomenologias criminais, empregues como as principais justificativas da desvantajosa imagem externa que demarca o grupo em estudo, configurando novas perspetivas e conceções.

Para Lourenço (2010), a criminalidade acarreta repercussões que vão muito além do seu impacto direto. Isto significa que os resultados das práticas criminosas não atingem somente as vítimas diretas, como resultam em danos indiretos, afetando a vida de indivíduos alheios aos factos e prejudicando a sociedade no seu todo. Neste seguimento, a Criminologia é hoje reconhecida como uma ciência que se debruça no estudo do crime e que deriva da conjugação de conhecimentos, conceitos, metodologias e perspetivas de outras áreas científicas, nomeadamente das ciências sociais e humanas, das ciências jurídicas e das ciências biomédicas, particularmente a Sociologia, a Psicologia e o Direito (Santos, 2019; Poiares & Santos, 2020). Para os autores, a Criminologia debruça-se sobre o conjunto de conhecimentos acerca do crime enquanto fenómeno individual e social, no qual se inclui o crime, o delinquente, a vítima, a criminalidade e a reação social ao crime, abordando temáticas diversas neste contexto. Cândido da Agra, um dos principais responsáveis pela institucionalização da moderna Criminologia em Portugal, define esta ciência como um arquipélago interdisciplinar, por considerar que esta dificilmente poderia progredir enquanto área científica disciplinar sem um vínculo a outros campos do conhecimento (Agra, 2012). Trata-se, portanto, de uma ciência

empírica e multidisciplinar, na medida em que observa a realidade dos factos, conjugando diversas áreas do saber, não sendo possível concebê-la sem equacionar outros ramos do conhecimento. A Criminologia tem vindo a ganhar um papel de relevo na sociedade atual. Porém, a diversidade de objetos de estudo, a multiplicidade de métodos de investigação empírica e a proximidade a outras disciplinas que, igualmente, produzem conhecimento sobre estes objetos de estudo fazem com que a sua autonomia científica seja colocada em causa, gerando uma crise identitária. A diversidade de perceções face à Criminologia enquanto área científica não possibilita a existência de uma consonância, sendo que alguns autores defendem que a Criminologia diz respeito a uma especialização da Sociologia que se debruça no crime, denominada Sociologia do Crime, tratando-se de uma subespecialização. Por outro lado, outros autores apoiam a Criminologia enquanto ciência autónoma que se dedica ao estudo do crime e, por esse motivo, deverá ser complementada com saberes de diferentes áreas científicas, com a finalidade de atingir o conhecimento necessário ao estudo das fenomenologias criminais. A Criminologia que hoje conhecemos é o resultado de uma tremenda evolução, privilegiando um modelo Bio-Psico-Social da Criminologia, que favorece a relação entre os fatores biológicos, psicológicos e sociais, numa trilogia que intenciona uma justificação coerente para a prática de determinados comportamentos (Lima, 1958; Morin, 1973; Agra, 1986; Santos; 2019; Poiares & Santos, 2020). Considerando o supradito, esta investigação científica emprega conhecimentos de diferentes áreas do saber, que se complementam com vista à realização de um trabalho científico que possibilite um profundo entendimento acerca da realidade social que se pretende analisar.

I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCETUAL

1.1. Estigma e comportamento desviante

O conceito de estigma reveste-se de grande complexidade, uma vez que inclui todas as formas de estigma que podem ocorrer (Goffman, 2004). O autor refere que a sociedade estabelece os meios de categorizar os indivíduos e o total de atributos aceites como comuns e normalizados. Logo, quando confrontados com um estranho, tendemos a prever os seus atributos. Nas suas palavras, “enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um

atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser – incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca” (Goffman, 2004, p. 6). Nesse caso, deixamos de o considerar um indivíduo comum e total, reduzindo-o a um indivíduo estragado e diminuído. Tal característica constitui um estigma, que se estabelece como a situação do indivíduo que está inabilitado para uma aceitação social plena. Percebido como um defeito, uma fraqueza e até uma desvantagem, especialmente quando o seu efeito de descrédito é elevado, o estigma constitui uma discrepância entre a identidade social real e a identidade social virtual do indivíduo portador. A primeira corresponde ao conjunto de categorias e atributos que um sujeito demonstra ter. Já a segunda acomoda um conjunto de categorias e atributos que o “nós” atribui a um “outro”, a um estranho. Ao sustentar esta ideia, o autor expõe que a identidade social real diz respeito aos valores que constroem a concepção de indivíduo normal. Por sua vez, a identidade social virtual corresponde aos indivíduos rotulados negativamente e, portanto, estigmatizados. É assim que nos esclarece a ideia de que a sociedade estabelece os meios de categorizar os indivíduos, entendendo que os portadores de um estigma são rotulados e que este processo poderá submetê-los a uma posição inferior na hierarquia social, acarretando repercussões negativas para as suas vidas, tais como a desaprovação, a rejeição, a exclusão e a discriminação. Jones *et al.* (1984) afirmam que o processo de estigmatização decorre mutuamente, isto é, surge quando um indivíduo estigmatiza alguém que se estigmatiza a si próprio, interligando este conceito com a noção de autoestima, podendo causar nos indivíduos portadores sentimentos de raiva, depressão e autoestima reduzida. Estas perspetivas (Jones *et al.*, 1984; Goffman, 2004) indicam-nos que o processo de estigmatização ocorre através das interações sociais, destacando o quão difícil poderá ser para os indivíduos estigmatizados relacionarem-se com outros membros da sociedade, complexificando os seus processos de socialização. Estes estudos sugerem que o estigma desacredita os indivíduos portadores e que exerce efeitos negativos sobre eles, prejudicando as suas relações interpessoais, repercutindo-se na sua autoestima e autoconhecimento. Crocker e Major (1989) apresentam, igualmente, uma perspetiva sobre os possíveis

efeitos do estigma nas construções identitárias destes indivíduos, considerando que um grupo é estigmatizado quando não se inclui no grupo dominante, descreditando-o e estilhaçando a sua identidade. Uma vez rotulados, estes indivíduos ver-se-ão, presumivelmente, afastados de inúmeros contextos sociais e os seus comportamentos passarão a caracterizar-se também como desviantes.

As sociedades contemporâneas, em contexto europeu, são identificadas por um aumento acentuado do individualismo numa reivindicação de autonomia e pelo enfraquecimento dos laços afetivos e das relações interpessoais. Estas características tendem a gerar sentimentos de emancipação, incerteza, insegurança e inconformismo, muitas vezes refletidos na ocorrência de fenomenologias complexas, como a criminalidade e a delinquência. Giddens (2008) revela que a ação criminosa e a ação desviante constituem-se como os riscos mais comuns com os quais nos deparamos na contemporaneidade. Todavia, embora se encontrem por vezes sobrepostos, os conceitos de desvio e crime não são sinónimos, não existindo uma relação linear entre ambos. Considerando que o conceito de desvio é muito mais amplo que o conceito de crime, este último respeita a conduta inconformista de violação de uma norma, enquanto um comportamento desviante engloba ações não sancionadas pela lei. No entanto, em geral, os atores sociais tendem a reger as suas condutas de acordo com as normas sociais vigentes, por força do hábito, através de processos de socialização. Algumas das primeiras tentativas de explicação dos comportamentos criminosos ou desviantes tiveram, predominantemente, um caráter biológico. Isto significa que outrora se considerava que os indivíduos que cometiam atividades criminosas ou desviantes possuíam traços inatos que ofereceriam a justificação para a consumação deste tipo de atos. Simultaneamente, também os traços psicológicos dos indivíduos delituosos, como a personalidade, mostravam-se variáveis aptas para a explicação da ocorrência destas práticas. Contudo, estas características poderiam, na melhor das hipóteses, esclarecer somente alguns dos aspetos relativos à prática dessas mesmas atividades. Tanto a abordagem biológica como a abordagem psicológica da criminalidade pressupunham que estas práticas se relacionariam exclusivamente com o próprio indivíduo, como se de uma característica patológica se tratasse, afastando qualquer explicação de caráter social (Durkheim, 2004;

Giddens, 2008; Pinto & Marques, 2018). A Teoria da Rotulagem, enunciada por Becker (2008), constitui-se como uma das abordagens mais significativas no contexto dos comportamentos desviantes, ao sustentar que a vida em sociedade implica forçosamente a criação e imposição de determinadas regras sociais que definem comportamentos e ações socialmente aceites, condenando aquelas que fogem à norma. Para Penedo (2003), o crime deixou de ser encarado numa estreita relação de causalidade sujeito-comportamento, que apontava para respostas no domínio da inadaptação, passando a ser percecionado num contexto de interação social, englobando comportamentos de diferentes atores sociais. Não descartando a influência dos fatores individuais na predisposição para o inconformismo face às normas, a expressão do desvio deixou de ser considerada um atributo do seu autor, passando a ser caracterizada como um fenómeno de carácter eminentemente social. Como consequência, o estudo do fenómeno criminal deixou de estar centrado no delinquente, mobilizando-se para o campo da interação social. Numa conceção sociológica, sendo o estigma uma ação coletiva pelo facto de só poder existir na interação entre um ator e as audiências, pressupõe-se que o desvio é construído pela sociedade. Quando um ator social infringe uma regra socialmente imposta, Becker (2008) relata que este passa a ser encarado como um *outsider*, um desviante das regras do grupo, um ser estranho e diferente. Nesta lógica, depreende-se que o rótulo poderá não só afetar exclusivamente o modo como o indivíduo é visto pelos restantes, como poderá também influenciar a ideia que o próprio detém acerca da sua identidade.

Retornando à perspetiva de Goffman (2004), em todos os tipos de estigma podem ser destacadas evidências sociológicas semelhantes, isto é, um indivíduo que poderia ter sido facilmente aceite nas relações sociais quotidianas, mas que possui uma determinada característica que poderá gerar um distanciamento face aos restantes, impossibilitando-o de captar a atenção para outros dos seus atributos. É neste caso que se torna possível sustentar a ideia de que o indivíduo possui um estigma, uma característica diferente da que havia sido prevista, tornando-se um estranho. Já aqueles que não se afastam negativamente das expectativas são percecionados como normais. No entanto, nem todos os indivíduos reagem do mesmo modo face a um estigma, podendo ser enumeradas diversas formas de interpretação. Alguns mostram-se indiferentes,

outros usam-no para ganhos secundários, alguns tentam desvincular-se da sua condição, outros isolam-se, podendo emergir sentimentos de insegurança, exclusão ou frustração. Neste último caso, os padrões que o indivíduo portador incorpora, provenientes da sociedade mais ampla, tornam-no suscetível ao entendimento dos demais face a um defeito seu, levando-o a crer que ele próprio é um ser inferior. Logo, o normal e o estigmatizado não personificam indivíduos, mas sim perspectivas que são geradas em situações sociais, no decorrer dos contactos mistos, em virtude de normas não cumpridas. Do ponto de vista sociológico, especialmente no que respeita os pensadores do interacionismo simbólico, interessa sobretudo analisar as relações sociais que se estabelecem entre os estigmatizados e os normais. Esta análise não exige necessariamente que os indivíduos envolvidos nos contactos mistos se conheçam pessoalmente. Nesse caso, a manipulação do estigma constitui uma ramificação de algo comum na sociedade mais ampla, ou seja, o estereótipo das expectativas normativas relativamente à conduta e ao carácter do outro. Assim, os contactos sociais entre os indivíduos normais e os indivíduos portadores de um estigma tendem a apresentar dificuldades de cariz diverso. Na ausência de um intercâmbio social saudável, o sujeito estigmatizado poderá tornar-se desconfiado, deprimido, hostil, ansioso e confuso, na medida em que não conseguirá disfarçar ou afastar uma formulação definida que o tem como ser inferior, acreditando à partida que os outros não gostarão dele. Posto isto, quando indivíduos portadores e não portadores de um estigma se cruzam, especialmente no decorrer de uma conversação, poderão surgir no indivíduo estigmatizado sentimentos de insegurança face ao modo como os restantes poderão identificá-lo e recebê-lo. Poderão surgir nele sentimentos de incerteza face ao que os outros estarão realmente a pensar acerca da sua pessoa. Além disso, durante os contactos mistos, é provável que o indivíduo estigmatizado sinta que está em exibição e que tem algo a provar. Acrescente-se que, ao enfrentar uma situação social mista, o indivíduo estigmatizado poderá vacilar entre o retraimento e a agressividade. Por um lado, poderá ver-se forçado a antecipar a sua resposta, através da utilização de uma capa defensiva. Por outro lado, em vez de se retrair, poderá aproximar-se com agressividade, gerando nos outros indivíduos um conjunto de respostas desagradáveis. Em tal caso, sugere-se que o indivíduo

estigmatizado terá motivos para sentir que as situações sociais mistas provocam interações angustiantes. Simultaneamente, pressupõe-se que os indivíduos normais possam também considerar essas interações desagradáveis, uma vez que o indivíduo estigmatizado poderá depreender significados não intencionais nas suas ações. Desta forma, é presumível que em situações sociais mistas, ambas as partes se sintam desconfortáveis e constrangidas (Goffman, 2004).

Sugeriu-se, inicialmente, que poderia existir uma discrepância entre a identidade virtual e a identidade real de um indivíduo portador de um estigma. Quando conhecida ou manifesta, essa discrepância poderá gerar repercussões para a sua identidade social, podendo inclusive contribuir para o afastamento do indivíduo face a si mesmo e à sociedade mais ampla, de tal modo que poderá tornar-se num ser desacreditado numa sociedade pouco recetiva e compreensiva. Pode esperar-se que, ao manter relações voluntárias de distância, o indivíduo estigmatizado possa restringir a tendência dos outros para construir uma identificação pessoal de si próprio. Em alguns casos, pode acreditar durante toda a sua vida que é diferente e que o mundo inteiro está contra ele. Todavia, na maioria dos casos, os indivíduos estigmatizados notam que existem alguns indivíduos dispostos a atentar aos seus pontos de vista e a compartilhar os seus sentimentos, percecionando-os como seres iguais, apesar das aparências e a despeito dos seus próprios questionamentos. Neste cenário, devemos considerar os indivíduos que compartilham o seu estigma. Sabendo, por experiência, o que se sente quando se transporta o estigma, alguns destes indivíduos podem fornecer um círculo de lamentação que desempenhe uma função de refúgio e conforto, assegurando um apoio moral. Considere-se, então, que existe um conjunto de pessoas das quais o indivíduo estigmatizado pode esperar algum amparo, com maior ênfase para aqueles que compartilham o seu estigma e, em virtude disso, são definidos e definem-se como seus iguais. Nesta linha de pensamento, assiste-se a um crescente interesse no tipo de vida coletiva, quando esta existe, que fortalece o desejo de união por parte daqueles que pertencem a uma categoria de estigma particular, embora a noção de categoria provoque uma certa confusão concetual. Parte daqueles que se incluem numa categoria de estigma podem sentir que pertencem a um grupo. Os grupos, no sentido amplo de indivíduos situados numa posição social

semelhante, derivam do lugar que ocupam os seus iguais na estrutura social. Se um indivíduo apoia o seu grupo, constitui-se como leal e autêntico. Se se afasta, é considerado covarde e insensato. Concomitantemente, os que são exteriores a essa categoria podem designar os que nela se encontram em termos grupais ou podem interpretar-se a eles próprios como um grupo uno, gerando um “nós” e um “eles” (Goffman, 2004). Woodward (2007) alega que uma identidade social depende da existência de uma outra identidade, recusando qualquer semelhança entre as duas. Logo, a identidade social de um grupo específico constitui-se como um “nós” em relação a um “eles”, e essa distinção poderá gerar um estigma. Em tais casos, é comum que o conjunto total de membros não constitua parte de um único grupo em sentido estrito. Procurar compreender o sentido dos atos praticados por cada um leva-nos a interrogar sobre a teia de relações em que estes se inserem, pois só desta forma será possível captar a intencionalidade das suas ações. O indivíduo não se encontra preso numa relação que se restringe a si próprio, albergando um conjunto de outras relações sociais. Por essa razão, não compõem somente produtos sociais dos sistemas em que estão inseridos, podendo agir a favor ou contra, sentir-se mais ou menos identificados com a cultura, normas e valores do grupo, constituindo-se como atores sociais decisivos, que constantemente avaliam os ganhos e perdas da sua participação ou distanciamento social em relação ao grupo (Goffman, 2004; Woodward, 2007). Não existem, portanto, grupos nem coletivos sem indivíduos que neles participem (Bento & Barreto, 2002). Freud (1921) mobiliza o conceito de introjeção para se referir a um processo de identificação que está na base da sua teoria dos grupos sociais. Para o autor, a solidariedade dos grupos, a cola que os une, diz respeito a uma identificação que compartilham. Neste caso, todos introjetam os mesmos ideais como uma parte central do seu ego. Para Bento e Barreto (2002), o conceito de afiliação, em sentido sociológico, parece ter um significado transversal que remete para o sentimento de pertença e ligação a diferentes grupos, nomeadamente família, pátria, amizade, profissional, ideológico, religioso, institucional, comunitário, entre outros. Torna-se um conceito amplamente sugestivo, uma vez que acentua o fator de pertença e conexão, mas também o fator poder. Ora, o poder é percecionado como uma propriedade dos sistemas sociais, uma vez que deriva dos subsistemas sociais

de poder a que o indivíduo pertence e é função do lugar que ocupa no sistema social. Logo, as afiliações são vitais para a vida em sociedade pelo facto de veicularem poder, estima e autonomia. Em troca, as desfiliações produzem um estatuto baixo e negativo. Quando atingido ao nível das suas afiliações, o indivíduo poderá encontrar-se diminuído face ao sentimento de pertença com diferentes grupos sociais, encontrando-se destituído de estatuto e eficácia para aceder a recursos necessários para conduzir a sua vida com liberdade. O indivíduo que se encontre lesado ao nível da sua vinculação poderá ser abalado no seu sentido de pertença emocional, na segurança e confiabilidade dos laços afetivos com as suas figuras significativas, dificultando a constituição de novos vínculos. O sujeito que desconhece onde se filia poderá, inclusive, apresentar lacunas graves ao nível da sua identidade e autoestima, conduzindo à exclusão.

Como exposto por Goffman (2004), os indivíduos portadores de um estigma tendem a apresentar experiências semelhantes de aprendizagem e a sofrer mutações semelhantes na conceção do eu. Uma das fases importantes desse processo de socialização prende-se com a fase em que o sujeito apreende e incorpora o ponto de vista dos indivíduos normais, absorvendo as crenças da sociedade mais ampla em relação à sua identidade, não esquecendo que o processo de estigmatização é externo, mas que acaba por ser interiorizado. Uma outra fase diz respeito àquela em que o indivíduo assimila que possui um estigma e, simultaneamente, as consequências de possuí-lo. Portanto, a identidade pessoal relaciona-se com a pressuposição de que o indivíduo estigmatizado poderá ser diferenciado de todos os outros. É evidente que, para construir uma identificação pessoal de um indivíduo, são mobilizados aspetos relacionados com a sua identidade social. Costa (1999) revela que não são claras as distinções entre identidade pessoal, por um lado, e identidade social ou identidade cultural, por outro. Por vezes, também as noções de identidade cultural e identidade social remetem para conteúdos conceituais semelhantes, designados por terminologias diferentes. Outras vezes, são usadas como expressões equivalentes. De acordo com o autor, Goffman preocupou-se em distinguir os conceitos de identidade do eu (sentido subjetivo de si resultante das sucessivas experiências vividas), identidade pessoal (traços individuais socialmente reconhecidos pelos parceiros de interação), identidade social

(atributos tipificados de reconhecimento social da pertença a certas categorias sociais) e identidade cultural (coletivos sociais de amplitude variável caracterizados por traços culturais específicos, com frequência associado aos de identidade nacional e étnica, bem como aos de identidade regional e local, grupal e profissional, de classe e de estilo de vida). Vimos, em Goffman (2004), que os conceitos de identidade pessoal e de identidade social se desenvolveram, especialmente, na Sociologia e na Psicologia Social. As identidades pessoal e social são parte, antes de mais, de interesses e categorizações em relação ao indivíduo cuja identidade é posta em causa. Tanto a identidade pessoal como a identidade social estabelecem uma separação que importa considerar. Esta separação ocorre, numa primeira instância, entre aqueles que conhecem e não conhecem o indivíduo. Os primeiros são aqueles que detêm uma identificação pessoal, dispondo de informações acerca dele. Os segundos são aqueles para os quais o indivíduo é um estranho, alguém cuja biografia pessoal é uma incógnita. Não restam dúvidas de que os meios de comunicação de massa desempenham um papel de relevo neste aspeto, tornando possível que alguém "privado" se transforme em "público". Neste contexto, a imagem pública de um indivíduo, ou seja, a imagem disponível para aqueles que não o conhecem pessoalmente será diferente da imagem projetada para aqueles que o conhecem. Quando o indivíduo detém uma imagem pública, essa parece ser definida a partir de uma seleção de factos sobre ele, que podem ou não ser verdadeiros e que se disseminam até adquirirem uma aparência dramática e chamativa, acabando por ser utilizados como um retrato global. O mesmo acontece com o início de carreiras delinquentes na juventude. Nas representações dos estigmatizados que vemos publicadas pelos meios de comunicação de massa, encontramos um tipo especial de humor e ironia, em formato de caricaturas, piadas e lendas populares, que revelam de forma pouco séria as fraquezas de um membro estereotípico da categoria. Como consequência, a figura que o indivíduo apresenta na vida diária perante aqueles que o conhecem será, presumivelmente, reduzida e arruinada por demandas virtuais. Por esse motivo, é provável que sinta alguma ambivalência em relação à sua própria identidade. Ora, tanto o intragrupo como o exogrupo apresentam uma identidade para o indivíduo estigmatizado, colocando-o numa situação

ambivalente. Isto porque a sociedade tanto afirma que ele é um membro integrante do grupo mais amplo, o que significa que é um ser humano normal, como é, até certo ponto, diferente, e que seria incongruente negar essa diferença. Então, vemo-nos perante uma contradição. Por um lado, diz-se-lhe que ele é um ser igual a qualquer outro e, por outro, diz-se-lhe que ele não o é. O indivíduo estigmatizado vê-se preso numa rede de argumentos e debates face à sua identidade. Quanto mais acentuadas forem as diferenças entre o indivíduo normal e o indivíduo estigmatizado, provavelmente maior será a anulação deste último, passando a ser detentor de uma identidade deteriorada (Goffman, 2004).

1.2. Construções identitárias e representações sociais

O processo de socialização, que pode assumir parâmetros complexos no caso dos indivíduos estigmatizados, é definido por Berger e Luckmann (2004) como a inclusão ampla, consciente e contínua dos atores sociais no mundo objetivo de uma sociedade, tanto na sua generalidade como em setores particulares. Este processo caracteriza-se como imprescindível no que respeita a interiorização e assimilação da realidade social objetiva na consciência individual. Isto significa que é através do processo de socialização que os atores sociais interiorizam os esquemas de perceção e classificação da realidade onde se inserem, através da apreensão de normas, padrões de conduta, atitudes, papéis sociais e formas de legitimação, que posteriormente serão reproduzidos. Para os autores, a sociedade resulta da construção social da realidade, uma vez que a perceção dos sentidos em si é moldada pelos sentidos subjetivos atribuídos a uma experiência objetivamente vivida. Então, o processo de socialização é interpretado como a construção profunda da consciência individual pela realidade social objetiva, que faz com que os atores sociais participem quotidianamente na realidade institucional, funcionando como um poderoso mecanismo de coesão e reprodução social. Na visão de Bourdieu (1979), os agentes sociais estão inseridos em espaços sociais delimitados que funcionam como um sistema de posições sociais em que cada uma delas se define pelas relações com as demais, tendo em conta que nenhuma posição poderá ser definida exclusivamente por si. Estas posições sociais, uma vez instituídas, materializadas e objetivadas, tendem a ter uma existência exterior aos próprios agentes que as ocupam, tendo em conta o volume das condições materiais de

existência, isto é, os valores estabelecidos socialmente, as trajetórias sociais de cada um e o volume dos seus capitais (o capital económico, que se prende com os aspetos referentes ao património financeiro; o capital social, relacionado com a construção de relações sociais com diferentes agentes sociais; o capital cultural, que se relaciona com as oportunidades educacionais; o capital simbólico, inerente ao reconhecimento social), que considera como veiculadas às estruturas. As realidades sociais são simultaneamente objetivadas e exteriorizadas, num duplo movimento de interiorização do exterior e exteriorização do interior. Portanto, inscrevem-se nos mundos subjetivos dos agentes, nas suas formas de agir, pensar e sentir. Através do processo de socialização, os agentes sociais interiorizam certas condutas como aceites ou não. O autor enuncia o conceito de *habitus*, definido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis. Por outras palavras, maneiras de agir, pensar, fazer e sentir, incorporadas em cada agente social, que resistem à mudança e produzem efeitos sobre outras esferas da vida social, resultando numa interiorização e reprodução desse mesmo *habitus*. O *habitus* é, portanto, o princípio mediador entre as práticas individuais e as condições materiais de existência, que possibilita a ligação entre a condição objetiva dos agentes num determinado campo social e o modo como, posteriormente, estes percecionam e adotam condutas, atitudes, gostos, tomadas de decisão e estilos de vida. Nesta lógica, existem diversos fatores de distinção entre classes e grupos sociais, tais como o sotaque e as expressões utilizadas, as zonas habitacionais, os locais frequentados, a adoção de diferentes estilos de vida, os distintos gostos e predisposições, entre outros. A partir da perspetiva do autor, é possível apreender que os agentes sociais estão divididos por classes sociais o que, por sua vez, conduz a um conjunto de práticas comuns, estilos de vida, interesses e gostos semelhantes – *habitus* de classe – por agentes que possuem a mesma condição de classe. Em contrapartida, agentes de classes diferentes tendem a possuir diferentes gostos, próprios da classe onde se inserem (Bourdieu, 1979).

Para Kuhn e Agra (2010), está cientificamente comprovado que existe uma tendência de sobrerepresentação das classes baixas no domínio da criminalidade. Muitas vezes, são gerados preconceitos e estereótipos em torno das classes sociais desfavorecidas, resultando num estigma. É comum vermos

um indivíduo oriundo de uma classe social baixa associado a problemáticas tais como a precariedade laboral, a baixa escolaridade, a desvinculação dos laços afetivos e até mesmo a criminalidade. Embora a pobreza seja por muitos interpretada enquanto criminógena, cada caso é um caso e, por essa razão, não se deve recorrer a generalizações errôneas. Marôpo e Silveira (2014) relatam que a necessidade de entendimento do presente é tão antiga quanto a própria humanidade e que é neste contexto que os meios de comunicação de massa se assumem como mecanismos ligados ao processo de socialização e coesão social. Enquanto instituição social, os meios de comunicação de massa desempenham uma função de estabilizadores da coesão social, assumindo um papel idêntico ao das instituições tradicionais, como a família, a escola e a igreja. Para Penedo (2003), numa conceção genérica, o controlo social inclui todos os processos através dos quais a sociedade atua com vista à regulação da vida coletiva, assegurando que todos os membros se comportam consoante as expectativas. No âmago desta definição, encontramos diferentes formas de controlo que concorrem para a explicitação e manutenção da ordem social. Num primeiro plano, o controlo social é exercido através do estabelecimento de valores e normas apreendidas e aceites de forma mais ou menos generalizada numa determinada comunidade ou grupo, onde operam diversas instâncias de controlo na promoção de consensos conforme um determinado quadro normativo. É nesta esfera que podemos situar a família, a escola, a religião e o grupo de pares como um conjunto de instâncias sociais relevantes no processo de socialização, na regulação da vida social e no apelo ao conformismo. Também os meios de comunicação de massa exercem, num plano simbólico e discursivo, uma função de controlo e vigilância sobre a vida coletiva. A disseminação desta função panótica dos meios de comunicação de massa atinge uma outra ordem ao pensarmos na evolução tecnológica que este domínio conheceu e na sua capacidade de omnipresença no espaço público. A acelerada evolução tecnológica que marcou as últimas décadas abriu caminho para a emergência dos meios de comunicação eletrónicos, tendo vindo a revolucionar os conceitos de tratamento e transmissão de informação e as noções de espaço e tempo mediático, devido à grande sustentação na imagem e à ideia de aldeia global. Como resultado, os meios de comunicação de massa veiculam e

estruturam determinadas lógicas, acabando por fomentar o pensamento dominante, embora o seu objetivo não seja a imposição de opiniões (Penedo, 2003). Marôpo & Silveira (2014) indicam-nos que, em princípios do século XX, os meios de comunicação de massa, particularmente os meios jornalísticos, eram apresentados como agentes de modelação do conhecimento e de socialização. Nesta ótica, o discurso jornalístico ganha especial relevo, tendo uma relação mais direta com o debate sobre os processos de construção social da realidade. Embora as vivências individuais se constituam como imprescindíveis para o entendimento e interiorização de aspetos do mundo global, é imperativo considerar-se também o panorama social e subjetivo, gerado pela partilha de significados e pela construção de tipificações (Schutz, 1974). Seguindo a linha de pensamento deste autor, Berger e Luckmann (2004) explanam o conceito de institucionalização como algo que ocorre sempre que existe uma tipificação recíproca de ações habituais. Essas tipificações são partilhadas pelos membros do grupo social em questão e a instituição tipifica os atores individuais e as suas ações, que serão expressas em padrões de conduta específicos. Por outro lado, esta realidade que nos parece tipificada, ou seja, natural, é na verdade construída em grande parte pelos meios de comunicação de massa, que desempenham a função de agentes do processo que os autores identificam como institucionalização das práticas quotidianas (Marôpo & Silveira, 2014). Também para Bento e Barreto (2002), os meios de comunicação de massa surgem como fonte e veículo de opiniões e conceções, exercendo um papel de influenciadores de perceções. Aparenta ser tarefa difícil não gerar estereótipos e simplificações, isto é, representações grosseiras de características da realidade, sobretudo na procura de sensacionalismo, podendo deturpar a realidade e até agravar a condição dos indivíduos que transportam um estigma. Segundo Saperas (2000), a construção da realidade social, definida fundamentalmente por Berger e Luckmann (2004), parte da tradição iniciada por Schutz (1974), que afirma que a comunicação e a linguagem desempenham um papel fulcral na construção da realidade social. Esta só existe na medida em que a comunicação permite que se disponha de um mecanismo de interação entre os atores sociais. A linguagem manifesta-se como um elemento-chave que determina que a realidade quotidiana se imponha como uma realidade

construída previamente à ação exercida por um indivíduo. Logo, na linguagem e na comunicação encontra-se o fundamento da socialização. É a partir da aprendizagem da linguagem e do exercício da comunicação que é instruído em cada indivíduo o sentido das coisas e do seu meio. No entendimento de Berger e Luckmann (2004), toda a transmissão de conhecimentos necessita de um determinado tipo de aparelho social pelo qual se identifiquem atores que desempenhem o papel de transmissores e recetores do conhecimento. Realizam-se, assim, processos tipificados de transmissão de conhecimentos. Se nas sociedades tradicionais se tipificavam os atores sociais transmissores e recetores do saber tradicional, nas sociedades contemporâneas deve alargar-se esta descrição às modernas formas de institucionalização da transmissão dos conhecimentos quotidianos, ou seja, aos meios de comunicação de massa. O progressivo interesse manifestado pelas ciências sociais na comunicação, sobretudo na comunicação de massas, não constitui uma simples moda, uma vez que responde ao facto de se verificar um crescente protagonismo das instituições comunicativas nas sociedades contemporâneas. No seu conjunto, devido à sua ação constante, as notícias determinam o conhecimento que um indivíduo detém do seu meio e a posição que assume face a esse meio. Cumprem, por isso, uma função primordial na orientação dos indivíduos e da sociedade para com o mundo e a realidade. Embora a sociofenomenologia não tenha desenvolvido o estudo do papel que os jornalistas desempenham enquanto atores sociais, reconheceu explicitamente a sua importância para a compreensão da informação como construtora da realidade social, uma vez que esse processo só pode ser alcançado através do exercício, intersubjetivamente reconhecido, de um papel social específico no qual se reconhece um determinado tipo de institucionalização do conhecimento produzido. O jornalista, no quadro da organização profissional em que realiza a sua atividade, pode ser caracterizado como detentor do primeiro tipo de papel a que os autores se referem. Este diz respeito à representação simbólica da ordem institucional, exercendo um processo permanente de objetivação das formas do conhecimento que transmite, realizando paralelamente uma atividade de autolegitimação. Partindo desta perspetiva, centrada na análise da dimensão cognitiva dos meios de comunicação de massa, a profissão jornalística pode ser

definida como uma atividade social especializada na construção social da realidade e, tanto no jornalismo escrito como no audiovisual, assiste-se a uma progressiva representação simbólica orientada para o público acerca do publicamente relevante, reconhecendo este o caráter objetivamente institucionalizado do representado publicamente (Saperas, 2000). Woodrow (1996) indica que a informação ocupa um lugar cada vez mais significativo no panorama internacional e que a sua livre circulação é vital para a comunidade global. Os jornalistas têm cada vez mais poder, sobretudo os da televisão. Para contrapor, a imprensa escrita multiplica as suas edições diárias. De múltiplas fontes e de modo sistemático, as informações inundam o mundo, baseando-se na premissa de que um homem moderno é um homem informado. O jornalista é um cidadão comum e a liberdade de expressão que reivindica é uma liberdade privada, concedida a todos os cidadãos pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Todavia, o jornalismo é uma profissão especializada, com as suas normas, princípios e saberes. Enquanto profissional, o jornalista deve ser detentor de alguns conhecimentos indispensáveis para a compreensão e avaliação da informação que trata. No que respeita a informação, os jornalistas da imprensa, da rádio e da televisão deveriam partilhar os mesmos objetivos. Por vezes, verifica-se o oposto, numa tentativa de destaque. Assim, o jornalismo surge associado a uma subjetividade e manipulação inerente à informação, podendo resultar em imagens e ideias redutoras, simplificadoras e falsificadoras.

Além das nossas vivências diretas de cidadania, Penedo (2003) explana que é através dos meios de comunicação de massa que o mundo chega até nós, pelo meio de factos, acontecimentos, histórias, relatos, testemunhos ou imagens e é também por esta via que formamos opiniões, reforçamos crenças, construímos idealizações e damos sentido a uma realidade social complexa e mutável. A designação de era mediática define os tempos que correm, refletindo o papel de destaque que os meios de comunicação de massa adquiriram no espaço da comunicação pública e na apreensão e estruturação do mundo. O crime, fenómeno complexo e multifacetado, com todas as componentes que engloba, surge como matéria de forte incidência nos meios de comunicação de massa e tópico central do mediatismo e da comunicação pública. O crime revela-se como uma matéria apelativa no resgate da atenção do público, tendo em conta o

potencial dramático e emotivo das suas histórias, através das quais se perscruta o lado mais sombrio e enigmático da humanidade. O potencial da noticiabilidade do crime ganha relevo se levarmos em consideração uma lógica de *voyeurismo*, onde as leis que dominam o espectro dos meios de comunicação de massa e a sua consequente apetência para histórias de maior impacto, com carga dramática e emotiva, onde a violência assume um estímulo poderoso, geram uma dimensão pública das fenomenologias criminais. Apesar da importância dos tributos da Psicologia, que ressaltam a existência de um público dotado de autonomia e vontade, a análise do processo comunicativo deve ser projetada em campos mais abrangentes e diversificados, com novos significados. Como tal, as questões relacionadas com os efeitos dos meios de comunicação de massa implicam uma dimensão subjetiva, referente a uma perspetiva individual, mas também a uma dimensão objetiva, relativa a um plano social firmado numa complexa teia de relações dos meios de comunicação de massa com o tecido social, cujos processos de significação se centram em amplos contextos sociais de difusão de informação. Nesta nova conceção, os meios de comunicação de massa surgem inseridos numa complexa rede de relações institucionais e atuam como construtores da realidade social, conferindo visibilidade e consistência a um conjunto de temáticas que passam a ser partilhadas pela comunidade.

A Sociologia vem, de certo modo, resgatar o papel das notícias do crime de uma visão atomista, centrada nas relações entre os meios de comunicação de massa e os consumidores (Penedo, 2003), mas também em interesses políticos e económicos, daqueles que têm poder, dinheiro ou ambos (Eco, 2015). Neste processo, a linguagem surge como um instrumento de objetivação do real, uma vez que apreendemos o mundo de forma pré-ordenada, partilhamos com os outros as nossas experiências e adquirimos também alguma capacidade própria de interferir nesse ordenamento do mundo (Berger & Luckmann, 2004). Penedo (2003) expõe que as notícias são o resultado de um complexo processo de produção que acontece sob o teto de uma organização e sob a ação dos seus profissionais, baseando-se nas regras impostas pela rotina organizacional e nos valores profissionais dos jornalistas. A apresentação da notícia pode ser considerada como um momento do processo produtivo que envolve a transformação de um facto num acontecimento passível de ser apreendido e

compreendido pelo público, onde a linguagem se assume como veículo de significações. Esta mediação de conhecimento, protagonizada pelos meios de comunicação de massa, passa por fazer chegar aos indivíduos dados de que estes não dispõem através das vivências diretas, enquanto são geradas ferramentas para a interpretação e valoração desses novos dados. As histórias do crime são facilmente moldáveis e os meios de comunicação de massa desempenham um papel determinante na formação da opinião pública, produzindo e fazendo circular conhecimento, ao definir o que é notícia no conjunto de ocorrências do quotidiano e ao fornecer mapas de significações que contextualizam as notícias em termos sociais e culturais. No processo de construção da notícia relativa ao crime, por norma, o infrator não dispõe de voz ativa, não só por se constituir como elemento isolado e não organizado, como pelo seu estatuto, uma vez que a situação de conflito diminui a sua legitimidade. Isto faz com que o infrator tenha menor possibilidade de participar em contradições do problema e a ausência de vozes divergentes faz com que a posição oficial se imponha à opinião pública com maior facilidade. Estes dados enfatizam o papel hegemónico dos meios de comunicação de massa na abordagem do crime, sendo esta conjuntura facilitadora da utilização de rótulos e estereótipos que permitem tipificar pessoas, ações e lugares conforme os valores dominantes, especialmente quanto menos informação detiver o público.

Um estudo emblemático de Cohen (1987) sustenta esta ideia ao demonstrar a capacidade simbólica dos meios de comunicação de massa na definição dos novos desviantes e marginais. A temática da criminalidade configura-se como fonte inesgotável de matéria-prima à produção noticiosa, dado o seu potencial de noticiabilidade. No processo de construção da notícia, o autor realça a importância da primeira cobertura do acontecimento, que por vezes contém distorções e exageros que intensificam a sua severidade. Em torno de determinados grupos, a imprensa desenvolve um processo de estigmatização com recurso ao poder simbólico da notícia. Logo, a relação entre a exposição mediática e o medo do crime tem assumido um lugar central no debate sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa nas últimas décadas. A Teoria do Pânico Moral aponta para o poder dos meios de comunicação de massa na criação do medo e inquietação pública. Este estudo, fundador no debate sobre

o papel dos meios de comunicação de massa na produção do medo, encerra em si duas premissas que estimularam um conjunto de estudos subsequentes. Numa primeira premissa, o facto de o processo de produção noticiosa envolver distorções no modo como a criminalidade é configurada e, uma segunda premissa, referente ao medo do crime enquanto experiência subjetiva, que não depende exclusivamente da vivência direta do indivíduo e da sua experiência de vitimização. Penedo (2003) relata que a ligação entre o crime e os meios de comunicação de massa reveste-se de uma atração mútua. A investigação neste domínio demonstra com alguma evidência que o medo do crime enquanto experiência subjetiva não depende, direta ou exclusivamente, da experiência de vitimização, mas da perceção de risco que o indivíduo tem de poder vir a ser alvo de ação criminosa. É, de facto, neste domínio dos efeitos cognitivos que os meios de comunicação de massa assumem um papel incontornável, ao concorrerem para tornar significativo o mundo que nos rodeia e os perigos a que estamos expostos. No entanto, a elevação do crime a tema de discussão pública simbolizada nos meios de comunicação de massa deve ser pensada num espaço de confluência, onde interatuam os diversos dispositivos mediáticos na representação do fenómeno, as instâncias sociais e o próprio público, cujo papel, embora secundário, não deve ser negligenciado. O estudo dos efeitos dos meios de comunicação de massa pressupõe também o papel ativo das audiências, não somente na seleção noticiosa, mas também na forma como apreendem e interpretam, que poderão constituir-se como elementos potenciadores do medo e de sentimentos de insegurança e vulnerabilidade. O crime, misto de ação, emoção, drama e suspense, contém ingredientes mobilizadores da atenção do público, capazes de conduzir o espectador aos campos mais enigmáticos da natureza humana. Este discurso sobre o crime contém uma elevada carga estigmática, na medida em que vincula e distingue os bons dos maus e os locais seguros dos perigosos, de forma a reduzir a incerteza e a imprevisibilidade da interação social. Como vimos, o estigma é um atributo fortemente depreciativo, facilmente apreensível no contacto social, que fornece um conjunto de informações sobre o sujeito e que poderá condicionar a sua identidade. Esta categorização de indivíduos unidos por algum tipo de infortúnio vem reforçar o sentimento de pertença e identidade de grupo, não obstante a heterogeneidade

que os caracteriza, gerando uma lógica de “todos diferentes todos iguais”. Isto vai de encontro à perspectiva de Goffman (2004), que evidencia a situação ambivalente com que o indivíduo estigmatizado é constantemente confrontado.

1.3. A exclusão social em zonas urbanas sensíveis

No entendimento de Machado (2004), são muitos os autores que fazem alusão a uma espécie de obsessão pública face ao crime que aumentou gradualmente ao ponto de poder afirmar-se que, na década de 1990, fenómenos como a delinquência, os problemas juvenis, a droga, o crime e a justiça criminal eram tidos como preocupações de destaque e debates públicos. Por consequência, surge uma visão que acentua a insegurança sentida pelos cidadãos, um processo em crescimento exponencial, que advém do discurso social gerado em torno das fenomenologias criminais e da ordem pública. O inquérito nacional realizado em 1989 pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça para a Área Metropolitana de Lisboa (AML) apontava que cerca de 37% dos inquiridos sentiam-se inseguros ao andarem a pé nos seus bairros durante a noite. Em 1992, no inquérito de vitimação para a mesma área, esta percentagem aumentou para 46%. Em 1994, este sentimento de insegurança agrava-se, evoluindo para 55% na AML, acabando por atingir 31% da população a nível nacional. De acordo com a autora, também nos próprios relatos dos meios de comunicação de massa está refletido este agravamento do sentimento de insegurança, dando como exemplo uma sondagem de opinião conduzida pelo Jornal Público, em 1994, contando com 80,6% dos lisboetas a considerar que as suas cidades se tinham tornado mais inseguras nos últimos anos. A par destes efeitos individuais que resultam do medo, inúmeros autores salientam as repercussões negativas geradas ao nível da integração social das comunidades, podendo resultar em sentimentos de desconfiança e diminuição das relações de vizinhança e entreajuda. O alarmismo social em torno da insegurança organiza-se, por norma, em redor de três principais vertentes, sendo elas o crescimento do medo, o crescimento do crime (sobretudo da criminalidade violenta) e o estabelecimento de uma relação de causalidade entre os fenómenos da insegurança e da criminalidade. Nesta lógica, o medo do crime é percecionado como um reflexo da realidade criminal. O medo não é visto como um problema *per si*, constituindo o real problema o aumento da criminalidade, sendo que o

medo do crime reduzirá se a criminalidade reduzir também. Partindo da premissa de que o fenómeno da criminalidade pode sofrer oscilações bruscas e sentidos diversificados em curtos espaços temporais, a própria seleção do crime enquanto objeto do medo desmente uma possibilidade de leitura simplista da insegurança. Embora relacionados, o risco e o medo são dois fenómenos que não se sobrepõem inteiramente. Existe a possibilidade de o discurso inseguro representar mais do que o medo do crime propriamente dito. Ou seja, que ao falarmos de medo do crime possamos estar a dar voz e expressão a receios que não se prendem diretamente com o crime e que se enraízam nas estruturas da vida social. As perceções públicas sobre o crime baseiam-se, normalmente, em fontes secundárias de informação. Entre elas, os meios de comunicação de massa têm sido apontados como uma das principais. De facto, a hiper-representação do crime nos meios de comunicação de massa, sobretudo da criminalidade violenta, tem sido referida por diversos autores ao longo dos anos. Tal parece ocorrer tanto nos programas televisivos como nos jornais, particularmente nos de menor qualidade, tanto ao nível das notícias como na ficção, embora maioritariamente nas primeiras. A dramatização, a novidade e a atipicidade são algumas das características que parecem constituir as regras que determinam a relevância jornalística de um tema, tornando-se o crime numa temática que os jornalistas consideram noticiável. Neste caso, importa salientar a ausência de enquadramento analítico da maioria das temáticas criminais, cujas notícias se assumem como formas meramente factuais, através de relatos sintetizados relativos a episódios isolados. Por outro lado, o enquadramento realizado para estes factos é, muitas vezes, distorcido, apresentando os acontecimentos de uma forma estereotipada. O discurso de insegurança produz, portanto, uma visão do mundo dividido entre “nós” e “eles”, identificando sistematicamente o criminoso com a imagem do “outro”, distante da imagem do cidadão comum. Esta diferença é equacionada através de variadas estratégias de metaforização do mal, personificadas nas figuras dos atores sociais que residem nas zonas marginais da cidade. Estas imagens do perigo condensam estereótipos preexistentes em torno da classe, da idade, do género, reforçando e legitimando as hierarquias sociais. Assim, não só conferem relevo aos crimes violentos, como os apresentam de acordo com o estereótipo de um criminoso

violento, que ameaça a ordem social, contrastando-o com uma vítima inocente. O crime é retratado como uma configuração simbólica que separa o bem do mal. Os argumentos revistos até ao momento parecem confirmar as perspetivas de alguns autores mais radicais que entendem o medo do crime como um produto de uma aliança ideológica entre as instâncias de poder e os meios de comunicação de massa, embora estes últimos não constituam a única fonte de informação sobre o crime. Esta ideia levanta alguns problemas acerca desta conceção. Experiências diretas, relatos interpessoais e rumores são também relevantes neste sentido, uma vez que a informação tende a ser mais pormenorizada e contextualizada do que a fornecida pelos meios de comunicação de massa e, por isso, mais influente na formação de juízos de valor. Então, os significados propostos, os contextos interpretativos e a própria subjetividade pessoal interferem na produção final do sentido para os conteúdos dos meios de comunicação de massa. Assim sendo, os meios de comunicação de massa não estão acima ou fora da realidade social. Mais do que dizer que impõem uma visão hegemónica do crime ou que distorcem a realidade, pode considerar-se que os meios de comunicação de massa constroem uma arena de significação, na qual diferentes grelhas interpretativas se confrontam, até que uma delas conquista a preferência dos distintos atores sociais (Machado, 2004).

Machado (2004) sugere, ainda, que nem todos os espaços públicos são igualmente temidos, uma vez que o discurso popular localiza o perigo. Os locais que reúnem condições de obstaculidade, isolamento ou potencial refúgio de ofensores funcionam como ativadores do sentimento de insegurança. Tanto a nível nacional como internacional, diversos estudos relatam que os bairros de habitação social e as zonas de habitação precária são os locais onde persiste o foco da insegurança urbana e do medo. Este receio pode ser explicado à luz de dois importantes processos. O primeiro, designado de efeito simbólico, decorre do facto de o bairro concentrar, pelo menos no imaginário popular, as figuras predominantemente associadas à criminalidade, como as classes desfavorecidas, minorias étnicas, juventudes desocupadas e condições espaciais que evocam o medo, pelo facto de serem espaços desconhecidos, de configuração fechada e labiríntica. O segundo, designado de efeito de legitimação, prende-se essencialmente com a ausência de conhecimento por

parte da maioria da população face a estes espaços e com o reforço que este desconhecimento opera relativamente aos estereótipos sobre eles construídos. É este medo do que nos é menos familiar e este evitamento que estruturam e consolidam um determinado local como perigoso. O que hoje se anuncia é um novo espaço urbano marcado por uma geografia da exclusão, em que o poder se expressa na capacidade de segregar aquele que é socialmente ou etnicamente diferente, percecionado como potencialmente perigoso e socialmente excluído. Para Bento e Barreto (2002), a noção de exclusão social indica o estado final de um processo que pode ter início na pobreza e que é caracterizado pela rutura com os três principais sistemas de suporte social, sendo eles: os mercados de trabalho e habitação, o Estado-Segurança Social e a família, enquanto sistema de apoio social e económico. A estes podem agregar-se a ausência de redes de sociabilidade estáveis que detenham relação com os sistemas anteriores, a ausência de recursos materiais que possibilitem a manutenção de um nível de consumo aceitável consoante os padrões da sua classe social e a dependência dos serviços sociais para a sua manutenção. Este termo foi desenvolvido originalmente na Escola Francesa e foi introduzido no discurso da Comunidade Europeia (CE) na década de 1990, com um sentido bastante amplo e abstrato, tendo como finalidade substituir o conceito de pobreza. Porém, outras conceções surgiram, ressaltando que pobreza não é sinónimo de exclusão social, na medida em que é possível viver uma pobreza socialmente integrada, onde os baixos rendimentos não têm necessariamente que corresponder a uma perda de estatuto e laços sociais. Em contrapartida, um maior poder económico não garante, *per si*, uma promoção social. A noção de exclusão social prende-se, também, com a ideia de cidadania, assentando na possibilidade de participar e beneficiar de um conjunto de direitos e deveres, como o direito ao trabalho, o direito à educação e cultura, o direito a um rendimento autónomo, o direito à habitação, o direito aos cuidados de saúde, o direito à proteção social e cívica, o direito à participação social e à pertença a grupos, entre outros (Costa, 1998). Portanto, esta noção tem subjacente a ideia de que a sociedade não proporciona a todos os cidadãos a possibilidade de beneficiar de todos esses direitos (Xiberras, 1996). Exclusão social surge, ainda, como uma metáfora que remete para a noção de espaço, um espaço de relações

e participação social, gerando dois opostos: os que estão dentro e fora desse espaço. Logo, a questão já não passa por estar *up or down* no interior de uma sociedade vertical, mas sim *in or out* numa sociedade horizontal. Esta visão acentua a existência de indivíduos ou grupos sociais exteriores a um espaço de participação social, sem poder reivindicativo (Bento & Barreto, 2002). Tendo em consideração a relatividade e amplitude deste conceito, este pode ser mobilizado numa diversidade de contextos. O mundo ocidental do progresso e crescimento económico tem vindo a revelar níveis de pobreza e dinâmicas de exclusão muito profundas. Estes fenómenos, para Garcia *et al.* (2000), além de não terem sido erradicados, alastraram, ainda que reconfigurados, no interior do capitalismo avançado tecnoglobal. A exclusão social, enquanto circunstância extrema de carência e diferenciação negativa por ausência de recursos diversos, deixou de ser pensada, mesmo na juventude, como uma questão marginal, centrada em aspetos culturais e de risco, para ser considerada como o resultado de um encadeamento de dinâmicas e contextos que impelem certos setores sociais para a dependência e precarização. Neste sentido, o conceito de exclusão social pode induzir à leitura equivocada de que os excluídos se inscrevem em processos completamente alheios ou fechados à conjectura estrutural. Os setores sociais “marginais” têm a sua origem em dinâmicas e contextos complexos, contraditórios e multidirecionais. O excluído é-o por uma condição ditada pelo estado de sujeição quanto à forma como deve viver, aos cursos e profissões a que pode aspirar, às condutas que deve evitar e às atitudes que deve adotar. O excluído é, como já vimos, um incluído, o que significa que faz parte do movimento incessante da vida e das interações sociais, mas que simultaneamente se vê descartado e afastado de uma aceitação social plena.

Tendo em conta que a partir do 25 de abril de 1974 se verificou um aumento populacional nos grandes centros urbanos, resultante do movimento de milhares de indivíduos oriundos das ex-colónias e de uma deslocação maciça do interior do país, motivados pela possibilidade de melhores condições de vida, a tendência foi a concentração populacional de forma descontrolada em bairros ilegais nas zonas limítrofes das cidades, provocando um crescimento das periferias e gerando mesclas étnicas e culturais (Machado, 2010). Para o autor, estas zonas desorganizadas, caracterizadas pela degradação, falta de

salubridade, má qualidade de construção e mau aspeto global, passaram a constituir referências incontornáveis, representadas como o núcleo de todos os crimes, riscos e inseguranças daí derivadas. Atualmente, esta situação *per si* não constitui uma problemática social. O que muito se verifica é que as distintas comunidades que se juntam nestes espaços comunicam mal entre si, não funcionando como um todo. Estudos demonstram que parte da delinquência juvenil tem origem em comunidades caracterizadas por uma elevada desorganização social, que se manifesta em fatores como a mobilidade residencial, a elevada densidade populacional, a diversidade étnica, os níveis elevados de disrupção familiar, os baixos níveis socioeconómicos, entre outros. Estes são fatores que afetam a coesão, integração e funcionamento das comunidades dos bairros, assim como o tipo e intensidade do controlo social. Também para Negreiros (2008), as manifestações de agressividade e violência nas sociedades contemporâneas tornaram-se cada vez mais comuns. Poiares (2012) revela que a violência se traduz num comportamento lesivo dos direitos da vítima, impedindo-a de ser, viver, de se afirmar num contexto autónomo, funcional e auto-organizado. É certo que a civilização humana comporta, desde sempre, a matriz da violência em todas as suas manifestações e qualidades, abrangendo desde as formas de maior crueldade até às mais dissimuladas. É também certo que as sociedades contemporâneas são marcadas pela menor aceitação da violência, privada ou pública. Por conseguinte, tornaram-se menos tolerantes para com determinados tipos de violência, quer ao nível social quer no que respeita os órgãos de poder o que, por sua vez, torna as condutas violentas mais visíveis e mais denunciadas. A rejeição destas práticas gera a produção de mecanismos de combate ao nível de estruturas de poder, especialmente dispositivos formais de controlo e recolha de informação sobre atos violentos e permite uma maior consciencialização do problema. Tanto mais que se trata de fenómenos que entraram na panóplia de temas recorrentemente divulgados, institucionalmente e através dos meios de comunicação de massa. Como vimos, os atos violentos, quando produzidos no seio da comunidade, acabam por receber uma ampla divulgação mediática, fruto dos interesses económicos dos meios de comunicação de massa que se alimentam, também, destas notícias com as quais criam instabilidade social e sentimento de

insegurança (Poiares, 2012). Negreiros (2008) deslinda que um fator de complexidade decorre da própria diversidade de formas de expressão destas manifestações, caracterizadas por uma elevada versatilidade e polimorfismo.

Inúmeras designações têm sido propostas para definir os comportamentos antissociais, nomeadamente crime, delinquência e perturbação do comportamento. O conceito de delinquência é, talvez, aquele que se associa a uma maior visibilidade, predominantemente definido em função dos critérios jurídico-legais, sendo delinquente o indivíduo que praticou atos dos quais resultou uma condenação jurídica. Embora este seja um conceito que gere alguma imprecisão, de um modo geral, a delinquência é baseada num contrato oficial com os tribunais. Os comportamentos que são apontados como delinquentes incluem delitos considerados crime se cometidos por um adulto, bem como uma variedade de comportamentos que são ilegais devido à idade do jovem, sendo hoje a delinquência juvenil um fenómeno bastante visível em Portugal. Nestes territórios, além de fenomenologias criminais, Machado (2010) expõe que se assiste também a outras fenomenologias sociais complexas, que se assumem como fatores fundamentais para a formação da perceção individual de (in)segurança. Apesar das diferentes designações dadas a estas Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS), entre elas, bairros problemáticos, bairros sociais, bairros degradados, bairros sensíveis, bairros críticos e bairros desfavorecidos, o certo é que todas elas constituem diferentes nomenclaturas para designar uma mesma realidade, isto é, um território com particularidades próprias, que difere de tantos outros por múltiplas razões. É possível constatar que, em Portugal, as ZUS constituem uma realidade relativamente antiga. Na atualidade, são vários os fatores que tornam as ZUS locais ideais para o desenvolvimento de condutas ilícitas. No entanto, conforme a Diretiva Estratégica (DE) N.º 16/2006 da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (DNPSP), apenas 1,5% da criminalidade relevante ocorre nestes locais (Machado, 2010). Em Portugal, as ZUS são locais que albergam jovens delinquentes, na sua maioria entre os 16 e os 24 anos, que atuam maioritariamente nas áreas metropolitanas. Note-se que, cada vez mais se verifica o aumento de ilícitos criminais praticados por menores de 16 anos, logo inimputáveis. Acrescente-se, ainda, que a maioria da população que habita estes locais, por norma, não apoia a criminalidade que dele emana,

nem manifesta atitudes hostis e de revolta para com a Polícia. Grande parte deseja apenas viver num local que não apresente estas problemáticas sociais e criminais. Este é um problema com o qual a Polícia se depara diariamente, uma vez que não é tarefa fácil auxiliar os moradores, que acabam por ser as primeiras vítimas da violência urbana nas ZUS, mesmo sem se aperceberem. Parte dos residentes, ávidos de tranquilidade e segurança, por vezes não colaboram mais com as autoridades no desmantelamento dos focos de violência e de criminalidade por receio de represálias. O isolamento das ZUS, em particular dos jovens, face a políticas de integração e apoio social é notório, de tal forma que os residentes, na sua maioria, se sentem afastados do Estado. Sentem, inclusive, que este apenas intervém através da Polícia, que surge como um braço isolado do poder estatal. As atitudes de hostilidade perante as forças policiais refletem, por vezes, um sentimento de pertença coletivo face a uma sociedade injusta, onde a Polícia constitui o símbolo mais visível. Pelo exposto, fica clara a função da Polícia, uma das entidades responsáveis num Estado de Direito democrático, que deve gerar as condições necessárias para que os cidadãos usufruam livremente dos seus Direitos, Liberdades e Garantias (DLG). Surge a necessidade de encarar a realidade destes locais com uma visão diferenciada, não discriminatória, mas localizada na sua esfera de competências, contribuindo para aumentar a qualidade de vida dos residentes (Machado, 2010).

1.4. Modelo integrado de policiamento de proximidade

Numa sociedade com os contornos da sociedade portuguesa, é natural que o direito à segurança seja proclamado ao mesmo nível que outros direitos fundamentais, como o direito ao trabalho, ao alojamento, à educação ou à cultura, pelo facto de se constituir como fator substancial para que a sociedade se mantenha em equilíbrio (Poiars, 2004). Para Elias (2011; 2012), vivemos numa sociedade mundializada, marcada por múltiplos acontecimentos e fatores que fazem com que os sentimentos subjetivos de (in)segurança estejam presentes no nosso quotidiano, constituindo a segurança um direito-dever inaliável e cada vez mais ameaçado. Neste cenário, Poiars (2004) revela que surge a função da Polícia, inserida numa sociedade de elevada complexidade. Se em tempos houve uma Polícia claramente tida como um braço armado do poder político, hoje a realidade é diferente, com uma Polícia legitimada pelo

Estado (Poiares, 2018). Oliveira & Queirós (2012) destacam que o papel da Polícia é cada vez mais relevante e debatido, uma vez que a segurança é hoje uma das preocupações político-sociais mais emergentes, não só a nível da União Europeia (UE), mas também a nível global. A Polícia detém um mandato exclusivo que lhe permite intervir na vida dos cidadãos, devendo ser estudada de forma intensiva e continuada, dada a sua função na sociedade. Em Portugal, são poucos os estudos efetuados neste âmbito, com exceção de trabalhos desenvolvidos em cursos específicos, como é o caso dos cursos ministrados no ISCPSI. Nos últimos anos, tem-se assistido a um crescente interesse por parte das ciências sociais e humanas face à respetiva temática, tendo vindo a ser desenvolvidos diversos trabalhos empíricos. Demonstrou-se que a visão da Polícia em Portugal resulta mais da imagem criada pelos meios de comunicação de massa do que de conhecimento sistemático e cientificamente fundado (Oliveira & Queirós, 2012). A cobertura do crime coloca sob a mira do público a resposta do Estado e o funcionamento dos subsistemas de controlo formal, nomeadamente a operacionalidade da Polícia (Penedo; 2003; Poiares, 2012). Os comportamentos que ultrapassem limites e normas devem resultar em sanções normalizadoras sobre o ator transgressor, com o intuito de o recolocar na normalidade jurídica (Poiares, 2017), sendo esperado pela sociedade que os fabricantes e aplicadores de leis gerem infalíveis poderes de justiça que permitam resolver e prevenir hostilidades de forma justa (Poiares & Louro, 2018).

Embora não se trate de estigmatizar as áreas em causa, Machado (2010) alega que facilmente se percebe que as ZUS devem ser foco de especial atenção por parte da Polícia. O caminho a percorrer com vista à melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, promovendo a diminuição das taxas de criminalidade e procurando aumentar o sentimento de segurança dos cidadãos em geral, depende de uma cooperação entre várias entidades, entre as quais se coloca, incontestavelmente, a Polícia. Não obstante, é descabido intentar que a Polícia consiga, desprovida de auxílio, resolver todas as problemáticas existentes nas ZUS. A DE N.º 16/2006 DNPS de 26 de julho, que aprovou o Modelo Integrado de Prevenção e Intervenção Policial em Bairros Problemáticos ou Pontos Quentes (*Hotspots*), procurou dar essa resposta, melhorando a segurança e a intervenção policial nestes locais. O modelo surgiu como pioneiro na abordagem

da temática das ZUS e visou orientar os recursos e as táticas de intervenção policial nas áreas em causa. Maior economia de esforços, menor risco para a Polícia, maior eficácia de resultados e melhor coordenação no terreno entre as diversas valências policiais são os pontos-chave deste documento que, ao mesmo tempo, se preocupa em combater a segregação a que os residentes destes locais estão sujeitos. Nesta mesma DE é definido o conceito de ZUS que, numa perspetiva policial: trata-se de um local onde a população juvenil revela um elevado grau de absentismo e de insucesso escolar; são frequentes os casos de alcoolismo e de toxicodependência, que contribuem para o despoletar de problemas graves de violência doméstica ou conflitualidade nas relações de vizinhança; subsiste uma desintegração social e dificuldades de inserção no meio social envolvente; são elevados os índices de desemprego ou de trabalho precário; as habitações são barracas, casas pré-fabricadas ou imóveis abandonados durante a fase de construção, sem obedecerem a normas de ordenamento, segurança ou higiene, sem saneamento básico ou iluminação pública, ou são zonas de habitação social; há uma elevada densidade populacional; verificam-se sentimentos de anomia, de inimizabilidade e de impunidade, transformando-se num refúgio para marginais que tencionam escapar ao controlo das autoridades; perdura um relacionamento permanente entre as atividades ilícitas praticadas pelos residentes e existem mecanismos de controlo organizado da aproximação de forças policiais, existindo uma união entre os residentes quando confrontados com intrusos ao meio (Machado, 2010). Oliveira e Queirós (2012) indicam que no caso de conflitos gerados nas ZUS, o caminho a seguir passa por instaurar processos de cooperação e aproximação. Num momento em que se faz o rescaldo dos conflitos e que se procura restabelecer um clima de paz nestes locais, onde a sensibilidade e a confiança da comunidade está certamente afetada, é necessário dar lugar à reconstrução de relações e laços entre as partes. A segurança nas ZUS não pode ser tarefa exclusiva da Polícia, devendo ser assumida em parceria com atores sociais relevantes, como autarquias, associações culturais, religiosas e sociais, empresas públicas e privadas, o Ministério Público e, ainda, com a própria comunidade (David, 2014). A filosofia subjacente ao Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) vai ao encontro da necessidade de a

Polícia estar mais próxima do cidadão, imiscuindo-se no tecido social, dedicando maior atenção à vertente de apoio ao cidadão, sem descuidar de outras vertentes, como a manutenção da ordem social e o combate ao crime (Machado, 2010). Tendo em consideração a panóplia de fatores, extrínsecos e intrínsecos, que motivam o distanciamento entre a Polícia e os cidadãos, emergiu a necessidade de implementar um modelo que priorizasse o restabelecimento destes elos, cruciais para o bom funcionamento de um Estado de Direito democrático. O MIPP pode ser entendido como uma das novas práticas policiais que visa esse restabelecimento. Entre as suas finalidades, podem ser destacadas: o aumento do sentimento de segurança da população, a nova visibilidade conferida à Polícia ao fornecer uma capacidade moderna de inserção na vida das comunidades e no desenvolvimento de laços de solidariedade, a confiança e o conhecimento entre indivíduos, a repressão da pequena criminalidade, a prevenção da criminalidade grave e violenta, entre outros objetivos (Elias, 2011; David, 2014).

David (2014) evidencia que os países anglo-saxónicos foram pioneiros na implementação dos primeiros modelos que priorizassem a relação de proximidade entre a Polícia e os cidadãos, em prol de uma visão preventiva. No caso português, foi essencialmente a partir de 1995 que o conceito de policiamento de proximidade entrou em vigor no panorama político. Esta mudança deveu-se, sobretudo, a fatores alusivos ao aumento da criminalidade e ao sentimento de insegurança sentido por parte da população portuguesa, que resultaram na necessidade de incrementar relações de confiança, respeito e cooperação entre os agentes e as populações. Foi então que na abertura solene do ano letivo de 1995-1996, na Escola Superior de Polícia (ESP), atual ISCPSI, que Alberto Costa, na altura Ministro da Administração Interna, proferiu pela primeira vez o conceito de policiamento de proximidade. O XII Governo Constitucional equacionou como um dos grandes objetivos para a segurança interna a aposta numa política de segurança para todos os cidadãos, sob princípios de respeito pelos seus direitos fundamentais, sugerindo a concretização de programas de policiamento de proximidade e programas orientados para a resolução de problemas concretos, dirigidos a grupos sociais específicos, como jovens, vítimas de violência, idosos, entre outros. Porém, este modelo não foi imediatamente colocado em prática. Foi somente durante a

legislatura do Primeiro-Ministro António Guterres (1995-1999) que foram levados a cabo os programas especiais de segurança, que mais tarde viriam a ser integrados no Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), atual MIPP. Foi em 2006, com a implementação da DE N.º 10/2006 da DNPSF que o MIPP foi oficialmente implementado, ficando determinadas de forma evidente quais as funcionalidades, objetivos e finalidades do policiamento de proximidade. Com a implementação deste modelo, encarado por muitos como uma mais-valia, a Polícia de Segurança Pública (PSP) passou a desenvolver diversos planos de proximidade através da implementação de estratégias de coordenação, avaliação e formação, com enfoque na articulação entre a prevenção da criminalidade com outras áreas de competência, nomeadamente a ordem pública, a investigação criminal e as informações policiais. Embora o MIPP resulte na proximidade entre a Polícia e a população, possibilitando o desenvolvimento de um conhecimento mútuo, como supramencionado, é impreterível que se reconheça o facto de que a segurança não é missão exclusiva da Polícia. Isto significa que o direito à segurança deve ser salvaguardado através de um trabalho mútuo entre atores sociais relevantes, como associações, organizações e instituições locais, transformando as necessidades expressas ao nível local no princípio de hierarquização das prioridades policiais. As parcerias geradas entre a Polícia e as demais associações, organizações e instituições, públicas ou privadas, com responsabilidades na sociedade constituem um importante pilar na existência e manutenção do policiamento de proximidade, na medida em que encorajam os cidadãos a intervir no problema, sob o princípio de que a segurança constitui uma incumbência geral, integrante das preocupações de qualquer ator social.

Esta conceção remete-nos para a perspetiva de Lisboa e Dias (2008), autores que expõem a ideia de que o policiamento de proximidade, também denominado policiamento comunitário, é um conceito que transporta uma nova filosofia organizacional e operacional da Polícia. Isto significa que a Polícia e os cidadãos devem trabalhar em conjunto no sentido de deslindar respostas para os problemas da comunidade, relacionados com os fenómenos criminais e as incivildades praticadas. Para que isto seja possível de concretizar, é fulcral que exista um profundo conhecimento acerca da realidade local, de modo a

identificar as principais problemáticas e definir quais as medidas adequadas para a sua resolução. Para Elias (2007), a Polícia só terá capacidade de melhorar e lidar com os processos e estruturas de funcionamento, exercer autoridade, controlar a ordem e prestar serviço se detiver conhecimento acerca da realidade. De acordo com David (2014), aquando da implementação deste modelo, os cidadãos passam a constituir-se como parte integrante do seu próprio policiamento e a cooperar com a Polícia, implicando a existência de novas responsabilidades de ambas as partes, expectando que quanto mais próxima essa relação de reciprocidade, melhores os resultados alcançados. Este constitui um tema pertinente na atualidade, uma vez que a atuação das Polícias modernas assenta no MIPP, que se constitui como o primeiro nível de intervenção junto da população. A PSP elaborou diversos documentos com o objetivo de esclarecer formalmente todas as questões relativas à implementação do MIPP em Portugal. Além da DE N.º 10/2006 da DNPS, importa referir a relevância da Norma de Execução Permanente (NEP), AUOOS/DO/01/20 de 6 de fevereiro de 2014, referente à concetualização, enquadramento e operacionalização do policiamento direcionado para a visibilidade. A NEP “foi recentemente criada e tem como principal objectivo uniformizar a operacionalização da visibilidade efectuada pelos elementos da PSP e definir zonas em que se deve realizar este tipo de policiamento de forma mais vinculada e sistemática” (David, 2014, p. 36). Esta norma aplica-se a todo o efetivo da PSP, procurando ressaltar os ideais da DE N.º 10/2006 da DNPS. A principal finalidade do surgimento desta norma era substituir as estratégias tradicionais de patrulhamento, maioritariamente de teor aleatório, por um policiamento especificamente direcionado para áreas fortemente caracterizadas por necessidades de prevenção, como as ZUS, que deviam constituir objeto particular de policiamento de visibilidade. Também para este autor, é necessário existir um conhecimento aprofundado acerca da realidade local, de modo a poder identificar as problemáticas e definir quais as melhores soluções. O Agente Principal Manuel Morais e membro do Corpo de Intervenção (CI) da Unidade Especial de Polícia da PSP acredita que o MIPP tem como principal finalidade a prevenção da violência entre polícias e jovens residentes em ZUS. É interessante captar que as conclusões retiradas da aplicação de inquéritos no

âmbito do seu curso de Licenciatura em Antropologia (2008-2010) apontam para um claro aumento dos níveis de felicidade no trabalho relatados por parte dos agentes de proximidade. Contudo, embora sejam muitos aqueles que acreditam no incentivo a esta proximidade, para outros perdura a intenção de afastamento, devendo a Polícia intervir somente em situações de força maior (Cordeiro, 2017).

II – BAIRRO DO ALTO DA COVA DA MOURA

2.1. História do bairro

De acordo com vários estudos (Mendes, 2008; Rodrigues, 2009; Godinho, 2010; Vaz, 2014; Jorge & Carolino, 2019) realizados acerca do Bairro do Alto da Cova da Moura, sabe-se que este é um bairro localizado na zona Este do concelho da Amadora, situado na AML, estando geograficamente dividido entre as freguesias da Damaia e da Buraca, com predominância nesta última. Esta área territorial está delimitada por relevantes eixos de circulação rodoviária, nomeadamente o IC19, que passa a sul do bairro, e também por um eixo ferroviário que faz a ligação entre Sintra e Lisboa, denominado Linha de Sintra. Consta que a designação do Bairro do Alto da Cova da Moura terá tido a sua origem na permissão dada a José Moura, assalariado rural proveniente de Trás-os-Montes, para construir a sua Quinta, denominada Quinta do Outeiro, na zona de uma pedreira que em tempos existira no território, hoje inativa. Tudo leva a crer que esta denominação foi pensada através da elevação do território, situado num terreno com um declive elevado, a cova existente na pedreira para a exploração da pedra e o nome que adveio da família Moura, sendo que ainda hoje habitam o local os descendentes de José Moura, nomeadamente o seu filho, Manuel Moura, atual comerciante na Rua Principal. Os primeiros registos de residentes no bairro remontam aos anos de 1975, onde cerca de meia dúzia de retornados se juntaram naquilo que, na altura, compunha pouco mais do que um vasto terreno aberto, com cerca de 16,5 hectares, utilizado mormente para atividades agrícolas de subsistência, como o cultivo de trigo e a criação de animais, desenvolvidas localmente e nas imediações, constituindo as principais fontes de rendimento. No final da década de 1970, crê-se que habitavam o local somente cerca de 360 indivíduos, sendo que o terreno começou por ser ocupado nas zonas com maiores acessibilidades, resultando em acentuadas divisões da área

territorial (Godinho, 2010). Nas décadas de 1980 e 1990, no contexto de pós-descolonização associado a um efeito de chamada das redes sociais de imigrantes, deparamo-nos com uma intensificação de residentes. À época, neste bairro clandestino filho da revolução de abril, a maioria dos residentes eram retornados de ex-colónias, imigrantes provenientes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), sobretudo de Angola, Moçambique e Cabo Verde, mas também de Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, assim como alguns trabalhadores oriundos de áreas rurais do país, incentivados pela migração interna (rural-urbana). Posteriormente, o bairro contou também com a presença de indivíduos provenientes de países como o Brasil e, embora em menor número, também do Leste Europeu e dos arquipélagos portugueses, que ali encontraram um espaço de acolhimento. Portanto, embora haja testemunhos de algumas edificações pré-existentes, terá sido o fluxo migratório que decorreu a partir da década de 1970, sobretudo após a revolução de 25 de abril de 1974, que conduziu a uma concentração de indivíduos de diferentes etnias em Lisboa e a consequente fixação em bairros periféricos. Foi o caso do Bairro do Alto da Cova da Moura, onde os espaços inocupados rapidamente resultaram na eclosão de habitações precárias e ilegais, à medida que as famílias se expandiam. Atendendo à elevada dificuldade em adquirir um alojamento na zona central de Lisboa, em virtude da forte especulação imobiliária, estes indivíduos não tiveram alternativa senão a deslocação para as periferias da cidade, onde fizeram nascer informalmente e precariamente as suas habitações de piso térreo, inicialmente em barracas de madeira e, mais tarde, em tijolo. Neste processo, o concelho da Amadora foi dos primeiros subúrbios da região de Lisboa a crescer e a desenvolver-se, constituindo-se como um dos destinos mais procurados, tendo sido o primeiro a ser constituído em Portugal após o 25 de abril 1974. Como resultado deste crescimento amplo e acelerado, originou-se um território densamente povoado e, também, urbanisticamente desqualificado. Por volta de 1985, as novas construções de raiz tiveram o seu fim, assistindo-se gradualmente a um incremento da atividade construtiva evolutiva a partir das casas existentes, sobretudo na vertical com acréscimo de mais pisos. Existem alguns estudos de caracterização e diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura que sugerem que os indivíduos, inicialmente, se distribuíram pelo bairro

consoante a sua naturalidade, revelando uma estratégia de proximidade e vizinhança relativamente aos indivíduos da mesma origem, baseada em redes familiares e de amizade, na cultura e na língua. Relativamente à possibilidade de setorização do bairro por países de origem, por exemplo, uma rua para os angolanos, uma rua para os moçambicanos, por aí em diante, foi revelado que as ruas foram herdando os nomes dos habitantes de origem, afastando a possibilidade de essa setorização persistir com o aumento acentuado de novos residentes, que se espalharam por todo o território. Logo, mesmo que a ocupação inicial do território tenha sido determinante para o posicionamento urbanístico do bairro, não terá definido totalmente as redes sociais que se foram formando ao longo do tempo, evidenciando-se a combinação de referências socioculturais. Todavia, é possível estabelecer uma diferenciação, que constitui a única manifestação de diferença cultural que tem expressão construída dentro do bairro. Essa diferenciação prende-se com os retornados e os imigrantes, marcada pela existência de dois grandes quarteirões. De um lado, o quarteirão europeu, a norte do bairro. Do outro lado, o quarteirão africano, tendo ambos sido desenvolvidos com estruturas organizativas dissemelhantes. Para Vaz (2014, p. 92) “a divisão entre os quarteirões “Europeu” e “Africano” não deve ser entendida enquanto fronteira física com consequências na escolha dos itinerários e na ocupação do espaço. A origem da população não determina o tipo de relação que se estabelece entre os moradores do bairro”. Godinho (2010) indica que, enquanto o quarteirão africano tem na sua génese a construção somente em piso térreo que, posteriormente, resultou em adições e evoluções, contemplando no geral indivíduos oriundos dos diferentes PALOP, o quarteirão europeu desenvolveu-se de forma distinta, uma vez que não existiram constrangimentos espaciais colocados aos moradores deste setor, visto que foram os primeiros a ocupar o bairro. Este quarteirão europeu constitui o setor mais opulento do Bairro do Alto da Cova da Moura, onde é possível observar uma estrutura urbana mais consolidada. Existe, no quarteirão europeu, um notório entendimento do que deve ser o limite de construção vertical, uma vez que todas as habitações apresentam sensivelmente a mesma altura nas ruas que compõem este setor do bairro, numa fronteira muito mais nítida entre espaço público e privado, em oposição ao quarteirão africano, onde a apropriação do

espaço público por parte dos habitantes conduz a irregularidades visíveis. O espaço exterior é utilizado para as diversas lides domésticas, como cozinhar ou lavar a roupa, sendo um espaço privilegiado pela comunidade local. Por vezes, as salas que durante o dia servem para a permanência da família, de noite dão lugar a locais para receber amigos e visitas. Logo, o espaço-casa é, muitas vezes, articulado com o espaço-rua. Já as populações de origem rural que se fixaram no bairro, provenientes do interior do país, privilegiam a casa unifamiliar com pequenos jardins ou hortas espalhadas por todo o território, por norma associados a um baixo poder económico. Através destas particularidades, nomeadamente através destes pormenores urbanísticos, é possível identificar e distinguir os diferentes subgrupos que se encontram dispersos por todo o bairro.

A multiplicação de residentes, apesar de ter favorecido o multiculturalismo, originou um impulsionamento de construções precárias e desordenadas, resultando num local com infraestruturas insuficientes para todos aqueles que albergava. Os mais recentes habitantes viram-se forçados a ocupar os espaços disponíveis, distanciados das zonas com melhores acessibilidades e condições para as suas atividades de subsistência, como a agricultura e a pecuária. Sabe-se que, somente na década de 1980, a rede de saneamento básico e a iluminação pública terão chegado a todas as habitações, sendo este o resultado de uma crescente preocupação por parte dos moradores face ao espaço público e às condições geradas no território. Com a acentuada construção clandestina despontou, por inúmeras vezes, a possibilidade de demolir o bairro, tendo vindo a ser estudadas até à data, por parte de entidades competentes, como a Câmara Municipal da Amadora (CMA), na época Câmara Municipal de Oeiras (CMO), outras alternativas à sua demolição. A requalificação do bairro tem estado no topo da agenda autárquica, tendo em conta a degradação urbanística de toda a área envolvente e da imagem externa gerada em torno deste concelho. Progressivamente, a autarquia tem vindo a atender a diversos instrumentos de ordenamento e requalificação do território com a finalidade de desenvolver programas e estratégias que visem o controlo da degradação desta área. Entre os vários projetos, pode ser destacada a Iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos” (Resolução do Conselho de Ministros Nº. 143/2005, de 2 de agosto), orientada para a integração sócio-urbanística de

territórios que apresentam fatores de vulnerabilidade crítica, assente em eficazes metodologias, instrumentos e modelos de intervenção. O Bairro do Alto da Cova da Moura, hoje percecionado como um dos bairros mais problemáticos da AML devido à existência de uma grande densidade populacional, a um número elevado de habitações clandestinas, somando a ausência ou insuficiência de infraestruturas urbanísticas, de equipamento social, de áreas livres e espaços verdes e as deficiências graves ao nível dos edifícios no que se refere à solidez e salubridade, está a ser alvo de recuperação por parte da CMA, com a finalidade de requalificar o território, bem como integrar socialmente a população (Mendes, 2008; Rodrigues, 2009; Godinho, 2010; Vaz, 2014; Jorge & Carolino, 2019).

Mendes (2008), ao estudar a urbanização clandestina e a fragmentação sócio-espacial urbana contemporânea, focando-se no caso do Bairro do Alto da Cova da Moura, refere que ao falar-se no termo segregação urbana nos estudos urbanísticos é consensual que se pretende qualificar as formas mais evidentes da divisão social do espaço urbano. As últimas décadas do século XX foram marcadas por transformações sem precedentes a diversos níveis da sociedade portuguesa, que tiveram efeitos acrescidos essencialmente nos aspetos de distribuição e estrutura da população. Nas sociedades capitalistas, o fundamento não se prende com o bem-estar da generalidade da população, mas com o eficaz funcionamento dos mecanismos de controlo, regulação e acumulação capitalista. A apropriação e utilização do espaço urbano torna-se num processo conflitual. Logo, muitas das ações que se desenrolam nas áreas urbanas não representam uma intervenção consensual e coerente do poder, mas sim o resultado de lógicas e estratégias em concorrência dos diversos agentes urbanos. A população migrante e os grupos socioeconómicos mais desfavorecidos debatem-se com esta realidade inerente à luta de classes que se sujeita, frequentemente, às leis e aos mecanismos dominantes da acumulação capitalista. Tendo isto em conta, as relações espaciais e capitalistas estão articuladas dialeticamente, uma vez que se as necessidades de capital se manifestam no espaço, as mudanças espaciais manifestam-se nas necessidades de capital. Desta característica resulta a descontinuidade e afastamento em relação ao restante tecido construído. Quanto ao Bairro do Alto da Cova da Moura, o autor aponta que o processo clandestino resulta, em parte,

do desenvolvimento irregular do mercado do solo urbano, sendo também produto social do jogo de oportunidades no mercado imobiliário pouco regulado, integrando-se no processo de acumulação de capital e de fragmentação sócio-espacial característica da AML, entendendo a explicação da urbanização clandestina como fortemente dependente da relação entre as sucessivas crises do processo de acumulação de capital e a produção do espaço construído. São as necessidades decorrentes do processo de acumulação de capital imobiliário que levam à especialização funcional e social dos imóveis, à sua distribuição desigual, à manutenção da escassez e à rigidez do mercado formal de habitação face à procura crescente. Esta, ao tornar-se insolvente, produz formas urbanas clandestinas de residir, resultando em formas de segregação sócio-espacial, que devem ser interpretadas como integrantes deste processo territorial em curso.

2.2. Caraterização sociodemográfica e práticas identitárias

Parte dos bairros sociais que eclodiram após o 25 de abril de 1974, entre eles o Bairro do Alto da Cova da Moura, são hoje compostos por uma amálgama étnica e multicultural (Machado, 2010). Para o autor, esta situação, na sua natureza, não constitui uma problemática social, beneficiando das trocas culturais e valorativas. No entanto, na grande maioria das vezes, constitui uma realidade ilusória à generalidade dos bairros, uma vez que aquilo que se verifica é a existência de incompatibilidades entre as diferentes comunidades do bairro, que não funcionam como um grupo coeso. Godinho (2010) esclarece que este bairro surge caraterizado como um elemento insólito, introduzido numa malha urbana com a qual não se associa, estigmatizado como o centro da criminalidade urbana e gueto predominantemente africano, onde a caraterização das habitações se assemelha às favelas brasileiras, contribuindo para uma visão de isolamento e exclusão social do território e, conseqüentemente, dos habitantes. Sendo um dos maiores e mais antigos bairros da AML, trata-se de um bairro economicamente e socialmente marginalizado. Por vários hostilizado, silenciado e desprezado, é hoje caraterizado como um dos territórios mais estigmatizados de Portugal. O Bairro do Alto da Cova da Moura é predominantemente composto por população ativa e jovem, de etnia africana, com destaque para os cabo-verdianos, muitos deles já nascidos em Portugal (Mendes, 2008; Rodrigues, 2009). Godinho (2010) relata que os dados estatísticos revelam muito acerca da origem dos moradores.

Em 1983, um estudo realizado pelos Serviços de Planeamento Urbanístico e Serviços Municipais de Habitação da CMA determinou que 55% dos habitantes do bairro eram cabo-verdianos, 35,8% eram nacionais, 8% eram angolanos, 0,9% brasileiros e 0,3% madeirenses. Esta caracterização diz respeito a um período onde ainda era privilegiada a construção de raiz, sendo notória as influências cabo-verdiana e portuguesa, existindo influência cultural maior quanto à definição das tipologias construtivas. Já em 1988, um relatório realizado pela Cooperativa de Arquitetura e de Planeamento Urbano apurou que 52,19% eram de naturalidade portuguesa e os restantes eram de naturalidade estrangeira, nomeadamente 27,75% de Cabo Verde, 12,73% de Angola, 3,39% de São Tomé e Príncipe, 1,92% de Guiné-Bissau, 0,73% de Moçambique e 0,37% do Brasil. Estes dados apontam para a ocorrência do maior fluxo migratório angolano e santomense somente nos finais da década de 1980, como suprarreferido. Em 1990, o Estudo de Situação da População e do Parque Habitacional do Bairro Cova da Moura, realizado pela CMA, apurou que 49,4% da população do bairro era de nacionalidade portuguesa e que os indivíduos de origens africanas totalizavam 48,9%. Depreendemos que estas são percentagens muito próximas, o que poderá resultar do facto de as segundas e terceiras gerações já serem detentoras de nacionalidade portuguesa, se tivermos em consideração os elevados índices de natalidade que, à data, existiam neste bairro. Já em 2001, no Estudo de Situação da População e do Parque Habitacional do Bairro Cova da Moura, registou-se 45% de população de faixa etária até aos 24 anos, exclusive, o que vem a confirmar as ilações retiradas no estudo anterior. Em 1990, a população residente no bairro era de aproximadamente 3746 pessoas, sendo mais de 50% dos agregados de origem africana. É hoje comum referir-se ao concelho da Amadora como a maior cidade cabo-verdiana do mundo, com uma população entre os 15 mil e os 20 mil habitantes. Quanto ao enquadramento populacional, é possível depreender que existe uma inversão da tendência nacional, hoje marcada pelo duplo envelhecimento geracional, conjecturando uma grande percentagem de população jovem e ativa, a par de uma taxa de natalidade muito elevada. Tem-se conhecimento de que em 1981 estabeleceram-se no bairro cerca de 1000 habitantes e que, em 1991, esses valores situavam-se entre os 3500 e os 4000

habitantes. Já no ano 2000, um levantamento de dados a nível local determinou que habitavam no Bairro do Alto da Cova da Moura cerca de 5057 pessoas. Destes, 60% eram de origem africana e 22% da população tinha idade inferior a 14 anos. Quase 45% tinha idade inferior a 24 anos e os idosos, indivíduos com mais de 64 anos, atingiam os 7%. Atualmente, crê-se que o número total de habitantes não se afaste muito do número auferido no ano de 2000, estimando-se que residam no território entre 5000 e 6000 habitantes, recorrendo a fontes não oficiais. Ressalta-se, ainda, o facto de que no decorrer desta investigação científica ficou clarificado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela Pordata, fontes estatísticas oficiais, que não estão disponíveis dados ao nível exclusivamente do Bairro do Alto da Cova da Moura, sendo disponibilizados dados divididos por secções e subsecções estatísticas que compõem o bairro.

Alves (2008) indica que, em tempos passados, os habitantes do bairro estavam divididos em dois grupos discordantes que se olhavam com suspeita. Um primeiro grupo, composto pelos primeiros residentes no território, que ocuparam o local entre as décadas de 1970 e 1980. Estes indivíduos, desamparados, batalharam desde cedo por melhores condições locais, nomeadamente no que respeita o processo de instalação de inúmeras infraestruturas básicas, como o acesso a água potável, eletricidade, telefone, asfaltamento de vias públicas, construção de espaços coletivos, recolha do lixo, entre outras necessidades básicas, pagando os seus impostos e demais encargos. Por outro lado, um segundo grupo, constituído por indivíduos de idades mais precoces, preponderantemente associados a fenomenologias criminais e sociais, como é o caso do tráfico de droga e da delinquência juvenil. Sem olvidar que o bairro é hoje maioritariamente composto por elementos integrantes deste segundo grupo, é relatado como um bairro problemático, principalmente por parte dos meios de comunicação de massa (Vaz, 2014). O Bairro do Alto da Cova da Moura é, atualmente, um território amplamente associado a práticas criminosas e ilegais, como é o caso do tráfico de droga e armas, confrontos entre gangues, desavenças com a Polícia, criminalidade violenta, delinquência juvenil e também a fenómenos de outras índoles, como a discriminação racial, a precaridade laboral, a segregação residencial, as baixas taxas de escolaridade, a gravidez precoce, a instabilidade familiar, entre outros (Rodrigues, 2009; Vaz, 2014). Os

próprios residentes do bairro assumem o tráfico de drogas e armas e as desavenças com a Polícia como algumas das problemáticas mais graves e recorrentes. Alguns deles, sobretudo os mais jovens, que perfazem a maioria da população, justificam os índices de criminalidade registados no território com as dificuldades económicas e a baixa escolaridade que detêm, que juntamente com a dificuldade de acesso a empregos estáveis e bem remunerados, levam-nos a enveredar pelo caminho do dinheiro fácil. Apesar do nível de escolaridade médio ter aumentado em relação à geração mais velha, os baixos índices de escolaridade demonstram que são poucos os jovens que prosseguem os estudos, verificando-se um elevado insucesso escolar, embora se note cada vez mais o sucesso relativo a níveis superiores de educação, principalmente no género feminino. No que diz respeito à condição perante o trabalho e estrutura socioprofissional, são vários os habitantes do bairro que detêm trabalhos pesados, com contratos de trabalho precários e salários baixos, geralmente relacionados a atividades profissionais socialmente desvalorizadas e pouco qualificadas, sendo comum o trabalho clandestino (Rodrigues, 2009). É o caso de trabalhos na construção civil, se falarmos do género masculino, agregando um número significativo de trabalhadores recrutados nas redes de relações familiares e de vizinhança, e o caso dos serviços domésticos, limpeza industrial, serviços ao domicílio, restauração, venda ambulante ou em pequenos mercados locais, se falarmos no género feminino (Mendes, 2008). Paralelamente, para fugirem às dificuldades e procurarem levar uma vida um pouco mais cómoda, são forçados a encontrar um complemento nas horas vagas ou fins de semana. Revela-se, também, a existência de pequenos comércios espalhados pelo bairro, na sua maioria ligados à cultura africana, o que evidencia a procura de subsistência por meios independentes. São exemplos disso os cabeleireiros, restaurantes e bares, agências de viagens, mercearias, cafés e inúmeras bancas de venda de roupa ou de leguminosas, frutas e outros bens alimentares (Rodrigues, 2009). A sobrerrepresentação destas atividades socialmente desvalorizadas é justificada pelos baixos níveis de escolaridade e pela urgente necessidade de garantir recursos económicos, mas também pelos preconceitos demonstrados por parte das entidades empregadoras, que posicionam os indivíduos de origem africana nos segmentos pouco qualificados do mercado de

trabalho, construindo representações sociais que funcionam como obstáculos à atribuição de outras profissões, mais valorizadas socialmente (Mendes, 2008).

Como supramencionado, Vaz (2014) relata que o conceito de identidade é um conceito amplo e transversal a tantos outros conceitos e áreas de conhecimento. A identidade apresenta algumas premissas relevantes, podendo e devendo ser entendida enquanto um processo de ser e tornar-se. Isto significa que devemos reconhecer que este é um processo em constante construção e reconstrução e que a identidade não é exclusivamente essencialista. Se fosse esse o caso, para se ser, ser-se cabo-verdiano, ser-se português, ser-se negro, ser-se branco, bastaria nascer. Hoje sabemos que não é assim. A par do mundo de “ser-se”, existe o mundo do “tornar-se”, um “mundo das pertenças desterritorializadas, deslocalizadas, transfronteiriças” (Vaz, 2014, p. 94). Ao mesmo tempo, é importante que percebamos que a identidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos pode ser analisada a partir de um recurso metafórico, um jogo de espelhos. Isto significa que a perceção que temos do modo como somos olhados, avaliados e interpretados condiciona a imagem que construímos de nós próprios enquanto indivíduos ou grupos. Ainda que as identidades sejam atributos individuais, são necessariamente constituídas de forma coletiva, uma vez que não fará qualquer sentido pensarmos a vertente individual sem a vertente coletiva. Neste caso, os processos pelos quais as identidades individuais e coletivas se produzem e reproduzem são análogos. Não devem ser analisados separadamente e é neste sentido que a teorização da identidade deve contemplar o individual e o coletivo. Ao mesmo tempo, se pensarmos que a identidade se constrói na relação com o outro, pressupõe-se que o processo identitário constitui um processo de construção de fronteiras sociais, no sentido de organizar as relações que se estabelecem entre os indivíduos, em função das suas pertenças e não pertenças. Logo, a consciência de pertença a um grupo é indissociável da consciência de não pertença a outro grupo. As identidades não têm lugar estipulado e imutável, constituindo um processo democrático, o que significa que “todos os elementos são livres de entrar, permanecer, sair e voltar a entrar, se for esse o seu desejo” (Vaz, 2014, p. 95). Como tal, a ideia de um grupo de pertença não significa a extinção de outros, sugerindo que, por um lado, a identificação nem sempre é negociável e, por outro, depende de um desejo

individual. A atribuição da mesma designação a diferentes indivíduos não implica que sejam afetados por ela de forma semelhante. Também Woodward (2007) chama a atenção para o supramencionado, ao expor que os nossos passaportes nos conferem um nome, descrevem-nos, posicionam-nos e dão-nos um lugar na sociedade em que vivemos. No entanto, não nos dizem nada sobre a forma como nós ocupamos essas posições ou sobre o que elas significam para nós. Portanto, os pormenores de um passaporte não revelam sentimentos. No entanto, quando alguns indivíduos fogem ao que é suposto, quando não encaixam nos rótulos criados para o seu grupo, rapidamente são inventadas outras categorias que perpetuam e simplificam as diferenças, outros rótulos gerados para relembrar ao indivíduo que o seu “ser” não chegou a “tornar-se” naquilo que o coletivo imaginou para ele. No decorrer do seu estudo, Vaz (2014) explica que no caso dos jovens do Bairro do Alto da Cova da Moura, a criação do lugar como seu, do bairro, conferiu-lhes um sentido de nação, uma nação imaginada, no sentido de um lugar de pertença. Os jovens que fizeram parte deste estudo não tinham uma ligação assente somente no facto de residirem no bairro. Revelaram uma relação de amor com o seu “chão”, a sua “terra”, o espaço que conquistaram, o bairro.

Nas suas palavras, “a expressão “Cova da Moura para sempre”, comumente utilizada pelos jovens do bairro, quando questionados sobre a importância que esse lugar tem para si, traduz a forte ligação que estabeleceram com o “lugar”” (Vaz, 2014, p. 102). Estes são jovens que não deixaram de se identificar com a sua cultura de origem, ostentando as pulseiras e os colares que determinam o apreço pela cultura cabo-verdiana, falando crioulo, participando nas festas tradicionais, comendo a comida típica dos seus países, entre outras coisas. Não são só “filhos de Cabo Verde”, são também “filhos” de muitas outras coisas, são também eles próprios “pais”, uma vez que criaram a sua Cova da Moura. Muitos dos jovens habitantes do bairro mostram-no no seu discurso, nas suas práticas rotineiras. Criaram símbolos que, por favorecerem o sentimento de união, reforçam a sua autoestima. Entre eles, a evocação do nome do bairro nas letras de *rap* e nos *graffitis* que se espalham pelo bairro e pelos *sites* e *blogs* na *internet*, a criação da marca de roupa K-M, as alusões ao bairro nas tatuagens que ostentam, podendo orgulhosamente ler-se “Cova da Moura” ou “Kova-M”. Foi a construção desta “nação imaginada” que permitiu aos jovens a conversão

de um estigma numa bandeira, procurando demonstrar que a sua cultura tem valor e que não constitui motivo de vergonha ou embaraço. Mais do que uma forma de quebrar o gelo e de procurar demonstrar aos “normais” que, por vezes, se enganam nos seus juízos de valor, estes jovens inventaram uma forma de transformar uma identidade negativa, que lhes foi socialmente imposta, numa identidade positiva, demonstrando estrategicamente que diferença não é sinónimo de defeito. Este tem vindo a ser um esforço levado a cabo pelos jovens moradores, assim como pelas instituições existentes neste bairro, no sentido de dar a conhecer o outro lado do Bairro do Alto da Cova da Moura, numa tentativa de provar que não existem somente “pessoas do mal”, como muitos creem. A percepção do seu não reconhecimento enquanto portugueses e a condenação a eternos desviantes acabaram por empurrá-los para a criação de um lugar onde a sua humanidade seja reconhecida, lugar esse que é falado, cantado, pintado, vestido, tatuado e orgulhosamente levado para onde quer que vão (Vaz, 2014).

2.3. Património cultural e elementos simbólicos

Relativamente ao vasto património cultural e simbólico que se perpetua no Bairro do Alto da Cova da Moura, Juan e Rodrigues (2016) referem que esta população, predominantemente os jovens, partilham e expressam uma (sub)cultura específica, centrada na forma de falar, através do crioulo, na dança e vestuário, nos adereços corporais, na gastronomia, nas pinturas (*graffitis*) e no *rap*, comportamentos diretamente relacionados ao processo identitário de uma minoria étnica. O espaço é construtor de práticas, identidades e tradições e é também revelador das condições de existência dos que lá habitam. Neste processo, a cultura *hip-hop*, sobretudo a música *rap*, surge como forma alternativa de expressão cultural e reivindicação dos jovens de origem cabo-verdiana sediados no Bairro do Alto da Cova da Moura. Como vimos, a construção da identidade é um processo através do qual os indivíduos se afirmam na pertença a um grupo (nacional, religioso, étnico, entre outros) em oposição às diferenças que mantêm com o “outro”. Porém, as fronteiras identitárias são uma construção social e, portanto, são efémeras e variáveis, sendo este um processo dinâmico, que se define ao longo do tempo, no espaço e nas interações sociais. Na formação de identidades em contextos de imigração, os filhos de imigrantes socializam-se entre duas culturas: a cultura do

espaço doméstico, neste caso o bairro, de cultura predominantemente cabo-verdiana, e a cultura da sociedade dominante, a cultura portuguesa. Sabendo que foram as próprias famílias que construíram as suas casas, baseando-se num sistema de *entreaajuda*, as relações sociais que decorrem no bairro caracterizam-se pela amizade e solidariedade, um elemento marcante dessa cultura, desenvolvendo uma sociabilidade mais ampla que a dos laços familiares e mais densa e estável que as relações formais e individualizadoras da sociedade envolvente. O bairro é marcado por vários elementos significativos da sua cultura, desde os nomes das ruas, ao aspeto das casas, às relações interpessoais, ao uso do crioulo, à música, à dança, à gastronomia, às tradições e às pinturas, nomeadamente murais existente no bairro recordando a união com a terra mãe (“Cabo Verde, longe da vista, mas perto do coração!”) ou um outro alusivo ao disco de 2-Pac (“Todos os olhos na Kova M”), juntamente com os nomes dos jovens que perderam as suas vidas no bairro, em confrontos com a Polícia. Estes bairros são rotulados e estigmatizados como bairros de imigrantes, reforçando a ideia de perigo e, naturalmente, de exclusão social e de práticas racistas e xenófobas. Por vezes, as imagens e notícias lançadas pelos meios de comunicação de massa geram sentimentos discriminatórios que associam os jovens negros à violência, marginalidade e crime. Os atos condenáveis praticados por um pequeno grupo de marginais são generalizados e resultam numa imagem negativa do bairro, contribuindo para a falsa associação ao crime.

Em Portugal, a cultura *hip-hop* surge no início da década de 1990, sobretudo na sua expressão verbal, o *rap* (Juan & Rodrigues, 2016). O *rap* (*rhythm and poetry*) é um estilo musical e expressão cultural urbana que surgiu em meados da década de 1970, nos bairros e guetos nova-iorquinos de maior concentração de afrodescendentes e latinos. É uma expressão artística que faz parte da cultura *hip-hop*, que abrange quatro manifestações: a voz, a música, a dança e a arte urbana (*street art*). Também o cumprimento pessoal é parte integrante da cultura *hip-hop*, partilhando saudações de respeito, amizade e de pertença ao grupo. Atualmente, o *hip-hop* constitui um fenómeno global. Os modos de vida, padrões e símbolos estão globalizados e as problemáticas sociais que afetam as grandes metrópoles, como a violência, o racismo, o desemprego, a discriminação social e étnica são similares em todo o mundo. Assim, o movimento *hip-hop*, inserido

no complexo fluxo cultural global, converteu-se numa cultura de massa que ultrapassa fronteiras. É possível observar jovens adeptos desta cultura em diferentes partes do mundo e comprovar que compartilham expressões simbólicas e estilos de comportamento que os identificam. Neste ponto, cabe destacar a apropriação do estilo por parte dos jovens negros que vivem nas áreas suburbanas, cuja realidade é fortemente demarcada pela marginalização e exclusão social. Estes jovens expressam a sua pertença à cultura *hip-hop* através das práticas corporais, como os penteados, o vestuário, os gestos, as formas de caminhar, as saudações e práticas linguísticas, introduzindo nelas memórias do quotidiano da população negra que vive nos bairros periféricos de Lisboa. Apesar de a cultura *hip-hop* formar parte de uma cultura global, os *rappers*, mesmo quando alcançam êxito mundial, seguem orgulhosamente defendendo as particularidades culturais, fazendo alusão à origem, representando o bairro e a sua gente. Nesta lógica, depreende-se que os *rappers* são, ao mesmo tempo, produto e produtores. São produto de um espaço e tempo concreto, ou seja, dos bairros sociais das grandes cidades contemporâneas e, também, de uma classe e etnia, isto é, a população negra dos estratos sociais mais desfavorecidos. Por sua vez, são produtores culturais de um movimento, de formas de sociabilidade e códigos de comportamento, de uma filosofia e estilo de vida, em oposição à imagem socialmente construída sobre eles, que os associa à violência e à marginalidade. Portanto, o *rap* contempla a diversidade das contradições experienciadas pelos jovens dos bairros sociais, demonstrando um forte compromisso com a zona onde residem, denunciando nas suas rimas a dura realidade em que vivem. Devido ao facto de a sua origem social e cultural se encontrar entre os jovens negros da periferia, o *rap* tem sofrido o estigma social que o une à delinquência, marginalidade e aos gangues, como aconteceu com o *rock* e a respetiva associação às drogas. Uma vez mais, os meios de comunicação de massa desempenham aqui um papel de relevância, uma vez que reduzem o seu significado a uma determinada etnia e idade, de forma que a grande maioria da população portuguesa associa, equivocadamente, os gangues a grupos de jovens negros e, portanto, delinquentes. Existe um carácter pedagógico no *rap* intervencionista, constituindo uma boa referência para os jovens. Este estilo de *rap* proporciona instrumentos críticos para a interpretação

das realidades sociais marginalizadas, onde os jovens constroem uma reflexão crítica da própria existência. O *rap* auxilia no processo de construção de uma autoimagem positiva, em oposição à negativização que estes jovens recebem da sociedade envolvente. Pode considerar-se o *rap* intervencionista como uma segunda escola, uma vez que ensina parte da história a que estes jovens não podem aceder através dos mecanismos de ensino oficiais, por motivos de exclusão do sistema oficial de ensino ou pelo facto de o conteúdo científico omitir a história de África e da cultura negra, por vezes deturpando-a e tratando-a de forma pejorativa. Numa perspetiva de um Portugal multicultural e de integração de jovens de diferentes origens étnicas e sociais, o sistema oficial de ensino deveria explorar a riqueza oriunda desta diversidade (Juan & Rodrigues, 2016).

Os jovens *rappers* inspiram-se nas suas vivências reais e quotidianas, relatando de forma poética o modo como vivem a dura realidade social. Eles empregam as expressões e a linguagem que utilizam na oralidade quotidiana e, por esse motivo, cantam em crioulo, o que reflete uma forte coesão simbólica ao grupo e, ao mesmo tempo, atua como fator distintivo, caso contrário perderiam a força identitária que advém do uso do crioulo. Na cultura *hip-hop* existe uma consciência de grupo muito forte, construída pela partilha da mesma realidade social, gerando fortes sociabilidades e laços extrafamiliares, intitulado-se de *brothers* (irmãos de mães diferentes). No caso dos *rappers* da Cova da Moura, o “*brother* (nome) *MC*” normalmente está relacionado com o grupo, com o bairro, com a negritude. É uma prática comum a todos os *rappers*, sendo uma forma de autodefinição. No Bairro do Alto da Cova da Moura, o *rap* comercial, que possibilita auferir mais dinheiro, é visto de forma pejorativa, defendendo-se o *rap* real e intervencionista, que fala da realidade de forma crítica. Logo, não é suficiente ser negro, é preciso ter consciência e orgulho étnico, não é suficiente ser do bairro, é preciso transmitir a realidade do bairro, onde as letras constituem um discurso de denúncia social, procurando lutar pelos direitos de todos, manifestar-se contra as desigualdades sociais do espaço excluído e as discriminações racistas. Todavia, estes *rappers* estão conscientes de que o *rap* real não lhes vai garantir a sobrevivência e tão pouco é isso que desejam. Quando sobem ao palco, o corpo dos *rappers* converte-se num instrumento de comunicação, onde os gestos enfatizam as letras das suas canções, fazendo o

símbolo de *west side*, à semelhança de 2-Pac, com o dedo anelar e médio entrelaçado em forma de W, representando C e M de forma invertida. Os *rappers* queixam-se do racismo sentido por parte dos portugueses brancos, destacando situações na escola, entre professores e colegas, nos locais de trabalho, onde a contratação é por muitos apontada como racializada e até nos transportes públicos, onde os olhares desconfiados dizem mais que palavras. De acordo com as autoras, a sociedade portuguesa, na sua generalidade, constrói uma imagem social negativa destes jovens quando enfatiza ou sobrevaloriza os atos antissociais e de marginalidade desta minoria étnica. “Ser jovem, negro, viver num bairro social difamado, como a Cova da Moura, cantar Rap e usar certos adereços corporais (brincos, anéis, colares, gorro), calças de tamanho superior e caídas abaixo da cintura, normalmente é associado com membro de “gangs”, logo, delinquente” (Juan & Rodrigues, 2016, p. 18). Por consequência, a discriminação racial e a exclusão social fecham-lhes portas no que se refere à educação e emprego, impossibilitando um desenvolvimento saudável. Os jovens descendentes de imigrantes já não se conformam com a situação de exclusão social, como os pais outrora faziam. Comparam-se com os demais jovens portugueses e lutam por outros meios de inserção social, distintos das formas precárias e marginais que lhes são oferecidas pela sociedade de acolhimento. Utilizam a força das palavras através do *rap* intervencionista, arma de autoafirmação e resistência que mobilizam para denunciar as problemáticas que afetam o grupo étnico, como a discriminação étnico-racial, a opressão, a exclusão social, a violência policial, a intolerância, o preconceito e o racismo. Unidos, convertem o estigma étnico-social numa bandeira, que orgulhosamente erguem pela preservação da sua (dupla) identidade (Juan & Rodrigues, 2016).

Varela *et al.* (2018) enunciam que, durante décadas, expressões artísticas originais foram desenvolvidas nos bairros de forte presença africana dos subúrbios de Lisboa. Se estas artes, para os mais velhos, representam muitas vezes nostalgia e resistência cultural, para os mais novos revestem significações simbólicas de afirmação e resistência social. O Bairro do Alto da Cova da Moura tem sido objeto de investimento analítico por parte de vários cientistas sociais portugueses, focalizando principalmente o *rap* e o *graffiti* como as principais formas de expressão identitária destes jovens afrodescendentes. Cafés,

restaurantes e bares com música ao vivo, estúdios de gravação e eventos festivos são lugares de criação, produção e exposição musical que constituem este circuito. Ao longo do estudo etnográfico levado a cabo por estes autores, foi revelado um quotidiano de trocas entre músicos de diferentes idades que favorecia a sua inserção no mundo artístico. Por um lado, os músicos mais velhos e menos à vontade com as tecnologias digitais aprendiam com os mais novos e, por outro lado, os segredos musicais dos mais velhos, conhecedores da música popular do seu país de origem, eram partilhados com os mais jovens. Esta troca de conhecimentos e aprendizagens entre gerações demonstra que jovens e adultos não estão fechados nos seus campos artísticos, existindo uma aprendizagem contínua, sobretudo no campo da música, que se revela marcante ao nível da construção das identidades sociais e geracionais no âmbito das trajetórias migrantes que se cruzam no circuito musical africano da Amadora. Portanto, estas interações culturais têm o potencial de despoletar e fortalecer as relações intergeracionais. Ao percorrer-se o bairro durante os fins de semana, sobretudo de noite, somos surpreendidos com as diversas bandas que atuam em cafés, onde os corpos se apertam para dançar. Durante o dia, a música ao vivo invade as ruas do bairro e das colunas de casas, bares e carros, ouvem-se batidas de *rap*, *zouk* ou *afro-house* e melodias de *funaná*, *koladera* e *morna*. Grande parte destes músicos são forçados a conjugar o trabalho artístico com outras atividades profissionais, uma vez que as quantias recebidas não são suficientes para sobreviver da música. Sendo artistas por dedicação e amizade à música, como os próprios referem, constroem os seus estúdios informais, por vezes em suas casas, embora existam locais centrais para a musicalidade na Cova da Moura. Este bairro é central na dinâmica musical cabo-verdiana na Amadora e na AML. Assim se percebe por que motivo o Bairro do Alto da Cova da Moura é tido como a “Cova da Música”. Além da música e dos *graffitis*, também a dança ocupa um lugar de destaque neste bairro. Durante a semana, são vários os grupos de dança, de diferentes gerações, que ensaiam em salas disponibilizadas por algumas das associações deste bairro (Varela *et al.*, 2018).

O Bairro do Alto da Cova da Moura detém um forte tecido associativo. A atual Associação de Moradores do Alto da Cova da Moura (AMBACM), outrora conhecida como Comissão de Moradores, formada por residentes do bairro,

adquiriu localmente um protagonismo especial, que adveio principalmente da rede de relações interpessoais e alianças político-partidárias, fazendo suas as inquietações do poder público (Jorge & Carolino, 2019). A Comissão de Moradores trabalhou, desde cedo, numa grande proximidade com entidades competentes, como a junta de freguesia e a CMA, com vista a lutar por melhores condições para os habitantes do bairro. A par do trabalho levado a cabo pela Comissão de Moradores, em 1984 ergueu-se uma outra associação protagonizada pelos moradores, a Associação Cultural Moinho da Juventude, que foi progressivamente alcançando projeção mediática, desafiando o protagonismo anteriormente assumido pela Comissão de Moradores. O Moinho da Juventude veio ocupar-se do empoderamento dos habitantes do bairro face ao crescente fenómeno de exclusão social, incentivando o reconhecimento do património cultural e simbólico existente no bairro. Rodrigues (2009) refere que o Moinho da Juventude surge numa encruzilhada entre um trabalho informal de animação de crianças, a organização das mulheres e a luta pelo saneamento básico. Considerado oficialmente como um projeto comunitário, o Moinho da Juventude está hoje envolvido em inúmeras atividades, projetos e serviços de diversas vertentes, que contam com a participação de crianças, jovens e adultos. O principal objetivo prende-se com a resposta às necessidades e problemáticas e a criação de iniciativas no bairro a nível social, cultural e económico. A criação do Espaço Jovem constitui um bom exemplo, funcionando como um ponto de encontro recreativo para os jovens, gerido pelos próprios. À semelhança, também o Centro de Apoio à Juventude (CAJ) que presta informações aos jovens, desde emprego e formação profissional a tempos livres. O núcleo de apoio escolar e o núcleo desportivo, assim como a organização de minicursos de informática, cozinha, costura, ginástica, entre outras iniciativas dentro do bairro. No que respeita a iniciativas pensadas para promover o contacto entre o interior e o exterior, o Projeto Sabura é exemplo de uma das mais importantes iniciativas, consistindo na realização de visitas guiadas a grupos, instituições de ensino, associações e outros atores sociais que demonstrem interesse em conhecer os moradores, o bairro e os projetos nele desenvolvidos. Inspirou-se em projetos semelhantes realizados noutros países, como é o caso de alguns bairros mal-afamados na África do Sul e no Brasil. É curioso inferir que *sabura*

corresponde a uma expressão crioula que significa “apreciar aquilo que é bom, saborear” e que pretende “mostrar que a realidade é bem diferente da estigmatizada pela comunicação social que confunde acontecimentos pontuais e fracturantes com um quotidiano e vivências normais” (Rodrigues, 2009, p. 17). Estas visitas guiadas são compostas por uma multiplicidade de atividades que incluem provas gastronómicas, passagens pelos pequenos comércio e contactar diretamente com outros elementos tipicamente africanos. Foram, e ainda hoje são, vários os projetos apresentados pela Associação de Moradores com vista a dar a conhecer o bairro e as suas riquezas culturais. Ao longo da década de 1980, foi-se consolidando e diversificando a vida institucional no interior do bairro (Jorge & Carolino, 2019). Foram eclodindo várias organizações e associações, entre as quais podem ser destacadas a Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (ASSACM), o Clube Recreativo, a Paróquia da Buraca e o Centro Social e Paroquial, que geraram um conjunto diversificado de serviços destinados aos moradores, especificamente ao nível do apoio à infância, jovens, idosos, formação e emprego, documentação e outros.

A ASSACM é hoje caracterizada como uma das principais associações deste bairro (Santos, 2014). Esta associação foi criada no ano de 1980 e dispõe de instalações próprias, construídas pelos próprios moradores, que destinaram este espaço para fins comunitários. Inicialmente, a sua intervenção restringia-se às áreas do desporto e da cultura. A partir de 2001, dadas as necessidades sociais apresentadas pelo bairro, a associação adquiriu o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), procurando fazer face às novas fenomenologias. Atualmente, funcionando como centro comunitário, conta com inúmeros sócios, tendo vindo gradualmente a inovar a sua intervenção, em prol do desenvolvimento local e da qualidade de vida comunitária. Esta associação estabelece uma vasta rede de parcerias, trabalhando de braço dado com entidades públicas e privadas, privilegiando uma missão institucional assente na promoção da igualdade, formação, desenvolvimento, desporto, cultura e recreio, de modo a responder às necessidades da população. Dispõe de uma equipa de profissionais qualificados em diferentes valências, empenhados em garantir o sucesso das intervenções, em áreas como a Psicologia, a reabilitação, a inserção e serviço social, a educação, o apoio jurídico, a informática, o desporto

e os serviços administrativos, contando também com um ciberespaço, uma biblioteca/ludoteca e um parque infantil (ASSACM, s.d.). A construção do bairro envolveu complexos processos e esforços de diferentes frentes, em conjunto ou a solo, com a finalidade de gerar melhores condições de vida para a população do Bairro do Alto da Cova da Moura, contrariar os processos estigmáticos e valorizar o património cultural e simbólico do território (Jorge & Carolino, 2019).

2.4. Problemáticas criminais e de insegurança

O Bairro do Alto da Cova da Moura é um dos bairros mais estigmatizados de Portugal, associado a um imaginário de tráfico de drogas, crime e delinquência, resultando em sentimentos de insegurança (Raposo *et al.*, 2019). À semelhança de outros bairros existentes na Amadora, também eles habitados maioritariamente por população africana, em particular de origem cabo-verdiana, intensamente afetada pela segregação residencial, precariedade laboral e discriminação racial, este bairro distingue-se dos demais pela sua maior dimensão, comércio e tecido associativo, bem como pelas infraestruturas e equipamentos sociais. Além disso, esta distinção resulta também das notícias e reportagens sensacionalistas de teor criminalizador. Para estes autores, uma procura breve pelos meios de comunicação portugueses dá conta dos estereótipos e preconceitos racistas associados ao bairro e aos seus moradores, considerados como detentores de um modo de vida incivilizado e desviante. Raposo *et al.* (2019) fazem alusão a múltiplas notícias lançadas pelos meios de comunicação de massa, sobretudo no que respeita os confrontos entre a Polícia e os jovens do bairro, situações espelhadas de forma superficial e, por vezes, errónea. Ao colocar “Cova da Moura” no motor de pesquisa *google*, os autores selecionaram as principais palavras associadas às primeiras 70 notícias, com a finalidade de obter os termos mais frequentemente utilizados, sendo eles: “bairro”, “PSP”, “polícia”, “droga”, “assalto”, “jovens”, “suspeito”, “tiro”, “detido”, “violência”, “morto”, “madrugada”. A partir desta *word cloud* é possível depreender como se dissemina socialmente o pânico moral associado ao bairro, silenciando e desprezando uma outra Cova da Moura, um bairro com um movimento associativo de referência internacional, um espaço central para a fruição do movimento *hip-hop* em Portugal. A criação de lugares-problema pela agenda política e mediática sob um referencial racial reforça este processo de

desumanização dos residentes, principalmente dos mais jovens, percecionados como bodes expiatórios dos problemas da urbe. Os autores relatam que, por vezes, pouco ou nada se sabe acerca do ocorrido e as manchetes dos meios de comunicação de massa já anunciam notícias enganosas, baseadas em fontes pouco credíveis. O Subintendente António Manuel Pereira, antigo Comandante da Divisão Policial da Amadora – Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, critica o estigma gerado, sustentando que o mal não deve ser generalizado, uma vez que grande parte dos residentes do bairro são pessoas de bem e que o estigma produzido não corresponde inteiramente à realidade vivida (Cruz, 2010).

Como supradito, uma das principais problemáticas relatadas no bairro diz respeito às desavenças entre os moradores e a Polícia. Através de alguns exemplos de notícias atuais, que podem facilmente ser descobertas em plataformas virtuais e noutros formatos, é possível constatar que os meios de comunicação de massa sugerem constantemente esta incompatibilidade entre os moradores do bairro e a Polícia. Embora não seja possível negar a existência de alguns episódios precedentes, foi no ano de 2001 que se assistiu a um episódio lamentável e determinante no que respeita a relação entre os moradores e a Polícia. A ocorrência foi marcada pela morte de um jovem de 17 anos, de seu nome Ângelo, baleado por um agente da PSP (Neves, 2019). Esta ocorrência motivou um aumento sem precedentes de violência de jovens contra polícias e vice-versa (Cordeiro, 2017). Com a finalidade de minimizar a tensão entre ambas as partes, o Moinho da Juventude, associação protagonizada por alguns dos moradores do bairro, procurou dar o primeiro passo e trabalhar na construção de uma relação de proximidade entre os habitantes do bairro e a Polícia, num trabalho conjunto com o Subintendente António Manuel Pereira. Na sua generalidade, os agentes de proximidade desenvolveram uma rede de contactos com a comunidade, nomeadamente com a junta de freguesia e a CMA, técnicos locais de assistência social, conselhos diretivos de estabelecimentos de ensino, comerciantes, bem como com cidadãos comuns, implicando a existência de novas responsabilidades, num incentivo crescente da relação polícia-cidadão. Inicialmente, não foi necessária a existência de um protocolo oficial que formalizasse esta aproximação. Tudo isto foi conseguido através do diálogo entre o Moinho da Juventude e a PSP da Amadora que, conjuntamente,

procuraram desenvolver uma estratégia de incentivo à criação de uma relação de confiança entre a Polícia e os moradores. Para Cordeiro (2017), o aumento da tensão entre as comunidades e a Polícia não é uma realidade exclusivamente vivenciada em Portugal, estando presente noutros países. Um conflito destes não é solucionável de um dia para o outro: trata-se de uma quebra na confiança e legitimidade das relações, algo que deve ser diariamente reconstruído e trabalhado. Esta reconstrução pode ser conseguida através de tentativas de compreensão das motivações e perceções de ambas as partes, principalmente no que diz respeito ao modo como atuam. É importante que ambos procurem conhecer e compreender os papéis sociais que desempenham, indo além de estereótipos erróneos, por vezes incentivados pelos meios de comunicação de massa. No Bairro do Alto da Cova da Moura, as conversações resultaram numa mudança bastante positiva, testando e aplicando o policiamento de proximidade.

Na perspetiva de Raposo e Varela (2017), o Bairro do Alto da Cova da Moura não é único nas suas características. Existem diversos outros bairros em Portugal que se definem pelos seus processos de precarização e características semelhantes, sobretudo no que diz respeito às ocorrências criminais. Então, o processo de rotulagem que aqui debatemos poderá ser, em grande parte, incentivado pelos meios de comunicação de massa. Os autores querem com isto dizer que uma ampla porção da imagem negativa e estigmática associada ao bairro prende-se com o modo como este é divulgado por estas (e outras) instituições sociais que, ao fazê-lo, não retratam somente o bairro em si, como personificam também os moradores, que passam a caracterizar-se enquanto delinquentes. Para Malta e Bourgard (2016), “à volta da Cova da Moura, na Amadora, existe um muro de betão armado que separa o bairro da cidade. Na realidade não está lá. Mas as imagens de cada notícia que se ouve, de cada história que se lê e de cada reportagem que se vê, vão criando uma realidade em que quem lá vive são “eles” e quem não mora lá somos “nós”.”. É para muitos indiscutível que os meios de comunicação de massa procuram, com frequência, satirizar o bairro, gerando representações que o mundo exterior aceita como factos patentes. Se o facto de um indivíduo pertencer ou habitar uma região estigmatizada significar que ele próprio transporta consigo esse estigma, significa que detém o problema que se atribui à região por inteiro (Chaves, 1999).

Os habitantes de territórios estigmatizados tendem a apontar o trabalho dos meios de comunicação de massa como um dos principais responsáveis pelo aumento da estigmatização territorial, referindo que estes se interessam maioritariamente por generalizar o mal, retratando os residentes como um grupo social homogéneo. Logo, a ação dos meios de comunicação de massa poderá contribuir para uma categorização não só do bairro, mas também dos residentes como um todo (Chaves, 2013). Alguns dos jornais com maior destaque no mercado português divulgaram, por diversas vezes, a imagem do bairro como marginalizado, avolumando os acontecimentos em torno da criminalidade. Além dos jornais, também a rádio e a televisão procuram enfatizar estes acontecimentos, que não se restringem a este bairro em particular (Rodrigues, 2009; Raposo & Varela, 2017). Então, ao procurar salientar este tipo de acontecimentos, os meios de comunicação de massa poderão estar a silenciar outros aspetos, também eles significativos e merecedores de destaque, que contribuem para a definição da identidade do bairro. Estes aspetos prendem-se, sobretudo, com elementos do património cultural e simbólico, como a música e a dança, sobretudo o *hip-hop*, alvo de especial apreço pelos residentes. Regressando à perspetiva de Cohen (1987), trabalhada também por Machado (2004), se o conceito de pânico moral diz respeito a uma reação proveniente de um grupo de indivíduos, esta reação é, por norma, baseada em falsas perceções ou estereótipos em relação ao comportamento de um grupo específico, habitualmente uma minoria ou subcultura, considerada uma ameaça para a sociedade em geral. Nesta teoria, destaca-se o papel dos meios de comunicação de massa na criação do pânico moral, sobretudo na criação de perceções públicas que, em grande parte, não detêm fidedignidade, distorcendo os factos reais e enfatizando as ocorrências problemáticas, especialmente as criminais.

Recorreu-se a dados estatísticos oficiais disponibilizados na plataforma do INE, relativos à ocorrência de fenomenologias criminais no respetivo território. Sabendo de antemão que não são disponibilizados dados ao nível exclusivamente do Bairro do Alto da Cova da Moura, sendo apenas disponibilizados dados divididos por secções e subsecções estatísticas que compõem este território, foram analisados alguns dados ao nível do concelho da Amadora, em geral, com vista a poder compará-los posteriormente com dados

relativos a outros concelhos integrantes da AML. O Quadro 1¹, abaixo representado (p. 59), é referente aos crimes registados pelas autoridades policiais no ano de 2019, última data disponibilizada pelo INE, por localização geográfica. Ao selecionar os 18 concelhos que perfazem a AML (Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira), é possível depreender que o concelho da Amadora ocupa o 5.º lugar, surgindo após os concelhos de Lisboa, Sintra, Almada e Cascais, respetivamente. Acrescente-se que, estes dados se referem exclusivamente aos crimes registados pelas autoridades policiais, sendo que nem toda a criminalidade é participada aos Órgãos de Polícia Criminal (OPC), existindo muita criminalidade oculta, que não consta nas estatísticas oficiais. Constatase, pois, a existência de cifras negras, atividades criminosas que não chegam ao conhecimento das autoridades públicas, suscetíveis de distorção da realidade.

O Quadro 2², abaixo representado (p. 59), é relativo às taxas de criminalidade por localização geográfica, relativo ao ano de 2019, última data disponibilizada pelo INE. Ao selecionar todos os concelhos que perfazem a AML (Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira), é possível depreender que o concelho da Amadora ocupa o 9.º lugar, surgindo após os concelhos de Lisboa, Barreiro, Almada, Sesimbra, Montijo, Setúbal, Alcochete e Palmela, respetivamente. Estes dados comprovam que o concelho da Amadora não é único nas suas características, sobretudo no que respeita as fenomenologias criminais. Existem, também, outros concelhos inseridos na AML, assinalados por processos estigmáticos e discriminatórios menos aparentes, que apresentam taxas de criminalidade mais elevadas e um maior número de crimes registados, em comparação ao concelho da Amadora.

^{1 2} Os totais contemplam os dados da PJ, PSP, GNR, AT, PM/PM, PJM, SEF, ASAE e incluem crimes de localização desconhecida ou não classificável, registados por entidades que operam a nível nacional – PJ, ASAE, SEF, AT, DDF, DSAF, PSP, DNPS, GNR, UNT, UCC, UEP, USHE, UI, CT e UAF da GNR (INE, 2020).

Quadro 1 – Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais por localização geográfica (NUTS - 2013) e categoria de crime; Anual – Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)

Área Metropolitana de Lisboa	105 474
Alcochete	727
Almada	6 814
Amadora	5 784
Barreiro	3 426
Cascais	6 448
Lisboa	35 115
Loures	5 664
Mafra	2 041
Moita	1 921
Montijo	2 278
Odivelas	3 412
Oeiras	4 033
Palmela	2 245
Seixal	4 214
Sesimbra	2 057
Setúbal	4 298
Sintra	11 531
Vila Franca de Xira	3 466

Fonte: INE (2020)

Quadro 2 – Taxa de Criminalidade (‰) por localização geográfica (NUTS - 2013) e categoria de crime; Anual – Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)

Área Metropolitana de Lisboa	36,8
Alcochete	36,7
Almada	40,3
Amadora	31,4
Barreiro	45,6
Cascais	30,2
Lisboa	68,9
Loures	26,5
Mafra	24,1
Moita	29,8
Montijo	39,5
Odivelas	21,1
Oeiras	22,7
Palmela	34,9
Seixal	25,1
Sesimbra	39,7
Setúbal	37,3
Sintra	29,5
Vila Franca de Xira	24,4

Fonte: INE (2020)

III – MÉTODO

3.1. Problematização da pesquisa

Após as leituras efetuadas na etapa da revisão da literatura, que corresponderam a um primeiro contacto teórico e indireto com o objeto de estudo e que resultaram em inúmeras interrogações e reflexões, importava delinear uma questão de partida que permitisse traduzir os objetivos desta investigação. A etapa da construção do modelo de análise corresponde a uma etapa fulcral em qualquer investigação científica, na medida em que se mostra imperativo traduzir a linguagem teórica da problemática para a linguagem da observação empírica, uma vez que a teoria não pode ser observada na realidade social. Esta constitui uma etapa mediadora entre o trabalho teórico previamente realizado, que corresponde à execução de uma coreografia da investigação e que culmina na operacionalização da problemática e do trabalho empírico que se irá seguir. Neste caso, a questão de partida só será útil se for corretamente formulada e exequível, uma vez que esta se constitui como um fio condutor da investigação científica (Poiares, 2014). Isto significa que deve ser possível trabalhar a partir dela e gerar elementos e informações que permitam respondê-la. Importa, por isso, evidenciar que a questão de partida pode revelar-se verdadeira, parcialmente verdadeira ou falsa, devendo constituir o principal objetivo do investigador a obtenção de um conhecimento científico, que assente em padrões rigorosos, objetivos e imparciais. Relativamente à elaboração da questão de partida, não é tarefa fácil conseguir traduzir um foco de interesse ou uma preocupação vaga num projeto de investigação operacional, constituindo uma das tarefas mais complexas que o investigador enfrenta (Quivy & Campenhoudt, 2005). A questão de partida também pode ser interpretada como um guia para o investigador, uma vez que qualquer avanço no conhecimento científico começa por ser uma conceção prévia, isto é, uma especulação (Poiares, 2014). No caso desta investigação, o objeto empírico de estudo diz concretamente respeito aos processos estigmáticos fortemente enraizados no Bairro do Alto da Cova da Moura, procurando depreender se esses processos acarretam ou não repercussões para a definição dos processos de construção identitária dos habitantes do bairro. Como perspectivado ao longo da revisão da literatura, trabalhar as questões identitárias não constitui uma tarefa simples uma vez que,

no fundo, tudo diz respeito à identidade. Como tal, nesta investigação científica, por construções identitárias entender-se-á o modo como os residentes deste bairro se comportam, definem e assumem uma identidade perante a sociedade.

Através da questão – *De que modo os residentes do Bairro do Alto da Cova da Moura interpretam e lidam com o estigma enraizado no local?* – pretende-se investigar concretamente se os moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura têm consciência dos processos estigmáticos que envolvem o território em que residem e que, conseqüentemente, os envolvem também, e até que ponto isso poderá influenciar os seus processos de construção identitária, podendo fazer emergir uma identidade particular. Embora existam outros estudos previamente realizados acerca da realidade social vivenciada no Bairro do Alto da Cova da Moura, abrangendo diversos e distintos atores sociais que lidam, de perto ou de longe, com a respetiva realidade, considera-se que a presente proposta se constitui como inédita. Isto deve-se, particularmente, ao modo como se escolheu abordar o objeto empírico, primando pela originalidade e relevância atual e, sobretudo, pela forma como foi ponderada a grelha de análise teórico-metodológica. Considera-se que este estudo convoca a necessidade de reunir diferentes saberes e métodos diversificados num objetivo comum e, por esse motivo, implica a mobilização de uma variedade de fontes num mesmo estudo.

À luz da Sociologia, em triangulação com diferentes áreas do conhecimento que se acrescentam e complementam, nomeadamente a Criminologia e a Psicologia, os principais objetivos com esta investigação e com a escolha do objeto empírico de estudo prendem-se, preliminarmente, com um forte desejo de compreensão da realidade social em estudo, sobretudo pelo facto de, como vimos, só ser possível intervir se existir um profundo entendimento da realidade social em análise (Poiares, 2014). Nesta investigação persistiu a ânsia de contribuir para a alteração das perceções e entendimentos face ao Bairro do Alto da Cova da Moura e aos seus residentes, despertando a atenção de todos aqueles que intencionem inteirar-se acerca desta realidade social e que se disponham a questionar as suas convicções pessoais, podendo gerar novas conceções, perspetivas e visões, resultando num contributo científico válido, útil e benéfico.

3.2. Opção metodológica

Face ao objeto de estudo empírico enunciado, tornou-se fulcral a adoção de uma opção metodológica que permita delinear um caminho correto a seguir e uma estratégia de aproximação ao objeto. Importa, então, revelar num primeiro momento as dificuldades enfrentadas no que respeita a adoção de um método adequado para o estudo em causa. Isto porque falamos de uma temática delicada, cuja opção metodológica imprudente poderá resultar em repercussões acrescidas. Trabalhar este tema exige a seleção de uma abordagem e estruturação metodológica apropriada e ponderada, que obedeça a critérios legítimos que possibilitem uma redução da subjetividade que indiscutivelmente acompanha, condiciona e atravessa toda a investigação científica, mesmo que exista um esforço por adotar uma atitude de isenção. O problema da definição dos dados e informações imprescindíveis para testar a teoria não constitui tarefa tão simples quanto aparenta, uma vez que não existe nenhum processo técnico que possibilite ao investigador resolver esta questão de um modo padronizado (Quivy & Campenhoudt, 2005). A obtenção de um conhecimento científico, objetivo e rigoroso assenta numa fundamentação *sui generis*, uma vez que cada investigação deve revelar-se singular, socorrendo-se da ponderação e bom senso do próprio investigador. Quanto aos objetivos gerais e específicos definidos nesta investigação, optou-se pelo estudo de caso, uma vez que propícia uma possibilidade de estudar e abordar, de forma mais ou menos profunda, um determinado aspeto de um problema, num curto período temporal.

Isto pressupõe a presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e, simultaneamente, proporciona um contacto direto com os indivíduos e as situações (Poiars, 2014). O estudo de caso, como explana Dias (2013), diz respeito a uma abordagem empírica em que é possível estudar-se um caso único ou vários casos, cujos dados podem ser recolhidos por técnicas distintas, nomeadamente através da observação, da entrevista, da análise documental e do questionário. Neste caso, embora exista nesta abordagem uma prevalência pela utilização de instrumentos de recolha de informação assentes num paradigma qualitativo, especificamente a observação e os inquéritos por entrevista, nenhum método é excluído. Partindo desta perspetiva, depreende-se que um estudo de caso tanto pode reger-se pelo paradigma quantitativo, pelo

paradigma qualitativo ou pelo paradigma misto, sendo este último uma combinação entre os dois anteriores. Isto porque não se trata unicamente da opção metodológica, mas sim do objeto de estudo empírico, da informação que se pretende recolher e da amostra selecionada. Cruz (2010) revela que o que caracteriza um estudo de caso é a subtileza com que é possível acumular dados sobre um caso particular, podendo ser bastante útil na exploração de novas fenomenologias. Também na perspetiva de Dias (2013), por um lado, o conhecimento gerado por um estudo de caso pode ser pensado através de uma perspetiva interpretativa, com a finalidade de compreender a realidade em estudo do ponto de vista dos participantes. Por outro lado, pode ser interpretado através de uma perspetiva pragmática, cuja finalidade é possibilitar uma visão completa e coerente do objeto de estudo empírico do ponto de vista do investigador. De qualquer forma, uma investigação cuja temática se relacione, direta ou indiretamente, com fenomenologias criminais, deve socorrer-se de uma triangulação, que Plattan (1990) define como uma congregação de métodos ou dados, mobilizando diferentes fontes, técnicas e metodologias de diversas áreas científicas, privilegiando uma interdisciplinaridade (Machado, 2008; Dias, 2013).

Há que sublinhar o facto de que nem o qualitativo nem o quantitativo garantem uma objetividade total, ambos tendem somente a assegurar um procedimento o mais objetivo possível (Dias, 2013). Qualquer que seja a investigação científica, é impreterível que sejam realizadas leituras exaustivas de estudos relacionados com a temática, trabalhos de diferentes autorias e centrados em distintas áreas científicas, com a finalidade de recolher dados que fundamentem ou refutem os argumentos do investigador. Depreende-se que as opções metodológicas e a estruturação dos processos de trabalho divergem conforme a investigação. É certo que nenhuma abordagem depende única e exclusivamente de um só método, da mesma forma que não se exclui determinado método apenas por ser de natureza qualitativa ou quantitativa, uma vez que nenhum dos dois garante objetividade total, como já vimos. Portanto, é o objeto de estudo empírico que define a opção metodológica. Embora não seja inviável optar pelas duas opções metodológicas, muitos investigadores optam por eleger apenas uma. Contudo, é exequível e ambicionável que o investigador opte por conciliar os dois modelos. Neste sentido, numa primeira definição da grelha teórico-metodológica, esta

investigação científica socorrer-se-ia de um paradigma misto, numa complementaridade entre os paradigmas qualitativo e quantitativo, através da aplicação de inquéritos por entrevista e de inquéritos por questionário, respetivamente. No entanto, partindo da premissa de que um projeto de investigação científica, embora ambicioso, deve primar pela viabilidade, optou-se numa fase subsequente por conduzir esta investigação somente pelo prisma qualitativo. Esta opção deveu-se, sobretudo, à alarmante conjuntura pandémica que atualmente enfrentamos e que, lamentavelmente, enfrentaremos num futuro próximo. O duradouro impedimento de proximidade física revelou-se um dos maiores obstáculos ao bom decorrer desta investigação, pelo facto de complexificar os procedimentos necessários para a obtenção de dados. Diante disso, conseguir comunicar com diferentes atores sociais, singulares ou coletivos, constituiu uma árdua tarefa, sobretudo se pensarmos nas restrições colocadas às deslocações e aos limites estipulados para as concentrações de indivíduos. Desejando cumprir as normas estipuladas pela Direção-Geral da Saúde (DGS) e pelo governo português no âmbito da emergência de saúde pública provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença Covid-19, achei por bem não aplicar os inquéritos por questionário, uma vez que estes não constituíam instrumentos de recolha de informação que possibilitassem o distanciamento físico e que transmitissem alguma segurança.

Em termos simplistas, o método de investigação quantitativa consiste num processo sistemático e rigoroso de colheita de dados observáveis e quantificáveis, baseando-se na observação de factos objetivos, acontecimentos e fenomenologias que existem independentemente do investigador, gerando estudos representativos. Os objetivos da investigação quantitativa consistem, essencialmente, em encontrar relações entre variáveis, testar teorias e realizar descrições recorrendo ao tratamento estatístico dos dados recolhidos. Já o método de investigação qualitativa apresenta como principais características o facto de o investigador ser o instrumento-chave da descrição e recolha aprofundada de dados, preocupando-se posteriormente com a sua análise, sendo possível observar práticas, identificar valores, apreender motivações, significados, perceções e expectativas, dificultando generalizações. Os objetivos da investigação qualitativa assentam na compreensão dos fenómenos de forma

indutiva, procurando compreender os sujeitos a partir dos seus quadros de referência. Poder-se-á afirmar que enquanto as correntes interacionistas têm privilegiado as técnicas de pesquisa qualitativas, que permitem o acesso e compreensão dos universos simbólicos dos atores sociais e das suas práticas, as correntes funcionalistas tendem a utilizar técnicas de pesquisa quantitativas, de recolha de informação em grande escala, que permitam conclusões extensíveis à análise ampla das estruturas sociais (Machado 2008; Dias, 2013). A presente investigação assenta conscientemente no paradigma qualitativo, acreditando-se que esta constitui a opção mais adequada e oportuna ao contexto de estudo e objetivos propostos e que os resultados não se apresentarão como menos rigorosos pelo facto de o paradigma quantitativo ter sido posto de lado.

3.3. Instrumentos de recolha e análise de dados

Optou-se por utilizar duas principais técnicas de recolha de dados – os inquéritos por entrevista e os *focus groups* – ambos instrumentos que se inserem no paradigma qualitativo e que permitem uma recolha detalhada e aprofundada de informações pertinentes à temática. Para Quivy e Campenhoudt (2005), os instrumentos de recolha de informação devem ser capazes de recolher ou produzir a informação prescrita pelos indicadores. Nesse caso, relativamente aos inquéritos por entrevista, amplamente utilizados, a sua finalidade não é verificar hipóteses previamente formuladas pelo investigador nem analisar dados concretos, mas gerar pistas de reflexão nas quais o investigador não teria pensado espontaneamente, permitindo uma abordagem mais correta do problema. Para Dantas (2016, p. 264), é certo que “diversos autores propõem a utilização de entrevistas em profundidade para aceder à maneira de pensar e agir dos actores sociais e pôr em evidência os processos sociais subjacentes às suas práticas e assim desenvolver uma explicação sociológica”. Assim torna-se possível extrair os significados e as perceções que aqui se pretendem, incentivando uma conexão entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Isto significa que os inquéritos por entrevista permitem uma análise centrada nos estilos de vida de cada ator social, no modo como estes pensam acerca de si e das suas práticas, permitindo-lhes avaliar as circunstâncias sociais que os levam a agir. Logo, através da aplicação desta técnica de recolha de dados, é possível aceder ao universo subjetivo dos indivíduos, às suas representações sociais e

aos significados por eles atribuídos à realidade, captando o seu percurso singular, mas também os seus processos de socialização, de construção e partilha de valores, bem como expectativas e práticas. Posto isto, para este caso concreto mostrou-se adequada a aplicação de inquéritos por entrevista de natureza semiestruturada (ou semidiretiva), sendo que esta opção encontra sustentação noutros autores, que defendem que a entrevista semiestruturada é a técnica que melhor serve a recolha de informação através de entrevistas em profundidade. Os inquéritos por entrevista semiestruturada carecem da utilização de um guião orientador, mas sem que este seja aplicado de forma rígida, permitindo uma certa abertura no discurso do entrevistado, o que possibilita simultaneamente algum domínio da entrevista caso o entrevistado se distancie do objeto de estudo empírico. Nestes casos, a formulação e organização das questões encontram-se previamente definidas no guião de entrevista, embora não exista um condicionamento rigoroso no desenvolvimento das respostas (Dantas, 2016). Quivy e Campenhoudt (2005) revelam que a utilização de um guião orientador surge não só da necessidade de estruturação da entrevista, procurando evitar a dispersão, servindo também como grelha analítica para posterior análise e comparação do material recolhido. O guião deve ser construído e aplicado consoante os objetivos da investigação, com a finalidade de identificar as principais dimensões estruturadoras dos valores orientadores e das formas de sentir dos entrevistados. Assim, torna-se possível aprofundar a informação pertinente para o investigador, usufruindo este último de total liberdade para introduzir novas questões ou para alterá-las, aumentando a amplitude de ponderação e de resposta do próprio entrevistado (Dantas, 2016).

Simultaneamente, optou-se por recorrer à técnica do *focus group*. Para Galego e Gomes (2005, p. 174), “o *focus group*, embora encontre as suas raízes históricas em Robert King Merton, mais precisamente no ano de 1941, é uma forma de recolha de dados que só a partir da década de 1980 se desenvolveu mais intensamente como importante estratégia de pesquisa por parte dos cientistas sociais”. Atualmente, o *focus group* está dividido em quatro domínios de atuação distintos, sendo eles: as pesquisas de mercado, a investigação científica, a investigação *nonprofit* e a investigação-ação participante. No que respeita a investigação científica, domínio de atuação em que nos situamos, o

focus group pode ser considerado como uma técnica qualitativa de recolha de dados, com a finalidade de obter respostas de grupos. O objetivo passa por realizar uma entrevista focalizada, com um guião previamente elaborado, com vista a obter respostas de um grupo de indivíduos previamente selecionados pelo investigador, tendo em vista um tópico concreto, cujo objetivo primordial é extrair sentimentos, opiniões e reações das atitudes e respostas dos participantes do grupo, que se constituirão num novo conhecimento. Durante um longo período, o *focus group* foi relegado para segundo plano pelos cientistas sociais e foi privilegiado como técnica de estudos de *marketing*. Todavia, com o passar do tempo, os investigadores da área das ciências sociais e humanas dedicaram-se à valorização do *focus group* como uma técnica inovadora de investigação em ciências sociais, com vista a uma abordagem mais profunda de determinadas temáticas, revelando certas características de um grupo e dos indivíduos que o compõem. O *focus group* é uma técnica qualitativa que privilegia o controlo da discussão de um grupo de indivíduos, inspirada em entrevistas não diretivas e que privilegia a observação e registo de experiências e reações dos participantes, que não seriam possíveis de captar por outros métodos, como inquéritos por entrevista ou inquéritos por questionário. Comparado a outras técnicas, o *focus group* proporciona uma multiplicidade de perspetivas, visões e reações emocionais no contexto do grupo participante (Galego & Gomes, 2005).

Além dos instrumentos de recolha de dados, mostrou-se imprescindível ponderar também acerca dos instrumentos de análise de dados. A partir do discurso dos entrevistados, importa identificar as regularidades que emergem do material recolhido e que auxiliem na compreensão da predisposição para a ação, com o objetivo de alcançar uma visão geral e, concomitantemente, realizar uma análise em profundidade dos casos particulares e dos significados que os entrevistados atribuem aos seus discursos. Para tal, optou-se por utilizar a técnica de análise de conteúdo, por se considerar que esta possibilita um enriquecimento do trabalho de investigação. Na perspetiva de Quivy e Campenhoudt (2005), a análise de conteúdo auxilia o investigador na tarefa de evitar as armadilhas da ilusão e transparência da realidade social, assim como a descobrir o que é dito entre linhas, por detrás das palavras e para lá dos estereótipos. Permite ultrapassar, pelo menos em certa medida, a subjetividade das nossas

interpretações. A técnica de análise de conteúdo pode ter orientações mais quantitativas ou qualitativas (Dantas, 2016). Embora se tenha optado por uma abordagem compreensiva pertinente ao objeto de estudo empírico, com a finalidade de apreender visões, práticas e discursos em profundidade, considerou-se que ao aplicar a técnica de análise de conteúdo era relevante conjugar ambas as orientações (qualitativa e quantitativa). Isto porque, por um lado, importa interpretar os conteúdos dos discursos dos entrevistados, captando e comparando as disparidades e semelhanças e, por outro lado, mostra-se relevante quantificar a frequência com que determinadas temáticas são abordadas. Para Bryman (2012) os elementos quantitativos compensam, muitas vezes, fraquezas e limitações dos métodos qualitativos. Logo, no âmbito da aplicação da técnica de análise de conteúdo, a triangulação metodológica pode assegurar maior validade. Uma vez que a entrevista pode ser interpretada como uma conversa com um objetivo definido e que a técnica de análise de conteúdo só tem sentido se for orientada para um objetivo, é pertinente recorrer a esta complementaridade com a finalidade de ampliar as possibilidades de interpretação, cumprindo todos os objetivos da investigação (Dantas, 2016). Com vista a auxiliar na etapa da análise de conteúdo, além de uma análise manual, decidiu-se utilizar o *software* MAXQDA, para análise de dados qualitativos e métodos mistos em pesquisas académicas, científicas e comerciais, salvaguardando uma maior precisão dos resultados. Mostrou-se, ainda, imperativo analisar uma panóplia de textos e documentos de diferentes fontes e autorias, com o objetivo de construir uma fundamentação teórica compacta e firme e confrontar perspetivas diferentes (Poiares, 2014). No decorrer de todo o processo que envolveu a estruturação teórica da investigação, estudou-se e analisou-se uma panóplia de textos e documentos com relevância para o tema em análise, nomeadamente dados estatísticos de fontes oficiais, obras relevantes no respetivo domínio, notícias da imprensa, fóruns e artigos de opinião, dissertações, teses e alguns resumos, vídeos, entrevistas e reportagens, capítulos de livros e revistas, entre outros. Para tal, recorreu-se maioritariamente a plataformas virtuais que, como sabemos, alimentam variados malefícios, mas que nestes casos constituem uma mais-valia para os investigadores, sobretudo se tivermos em atenção a dificuldade de deslocação

e acesso a espaços próprios para o efeito, como consequência da atual conjuntura pandémica. Tendo em conta que se optou por ir realizando esta pesquisa ao longo do tempo, antecipando e contando com a imposição de restrições às deslocações e ao acesso a estes espaços próprios para o efeito, houve tempo para requisitar, analisar e estudar detalhadamente uma panóplia de textos e documentos imprescindíveis para a consolidação teórica da investigação, disponíveis em espaços como a Biblioteca do ISCPSI e em algumas Bibliotecas Municipais de Lisboa, da rede BLX, nomeadamente a Biblioteca Camões, junto ao Chiado, e a Biblioteca Palácio das Galveias, junto ao Campo Pequeno. Evitou-se acumular informação desnecessária, fomentando o hábito de registar a informação proveniente de todas as leituras, de modo que mais tarde fosse possível cruzar os diversos contributos recolhidos com maior facilidade. Importou ler um conjunto de bibliografia acerca do objeto de estudo empírico, com vista a consolidar o estado da arte e as opções metodológicas. Isto porque, subsistiu a plena noção que qualquer investigação científica implica a leitura daquilo que outros autores escreveram sobre a área de interesse, a recolha de informações que fundamentem ou refutem os argumentos e a redação das conclusões, implicando uma compreensão aprofundada dos contextos e alcance das reflexões e justificativas de cada autor (Poiares, 2014).

3.4. Procedimentos adotados

Relativamente aos procedimentos adotados com vista a colocar em prática a opção metodológica, tomou-se conhecimento de que Rodrigues (2009), ao concretizar uma investigação no Bairro do Alto da Cova da Moura, apontou que uma das melhores formas de realizar uma investigação neste bairro é através da Associação Cultural Moinho da Juventude. Constituindo esta a primeira opção, importa mencionar que nunca foram colocadas de parte quaisquer outras oportunidades viáveis com a finalidade de estabelecer um primeiro contacto com o bairro e com os seus residentes, uma vez que estes tipos de investigações requerem, grande parte das vezes, planos alternativos. Nesse caso, como plano alternativo designou-se a ASSACM, que hoje em dia assume um papel de relevo e destaque no que respeita o bom funcionamento do bairro. Principiou-se por contactar o Moinho da Juventude, ao mesmo tempo que se procurou estabelecer contacto com uma personalidade por todos reconhecida no interior do bairro,

uma das moradoras que adjuvou na edificação da Associação Cultural Moinho da Juventude e que trabalhou, durante vários anos, em prol do desenvolvimento local. Após algumas tentativas telefónicas e por meio de correio eletrónico, foi negada a possibilidade de contar com o apoio da Associação Cultural Moinho da Juventude, uma vez que a presidência não concedeu qualquer oportunidade para reunir. O mesmo sucedeu com a moradora supramencionada, que após algumas conversações e um único contacto presencial, que decorreu na sua habitação, mostrou-se bastante insegura face à sua iminente colaboração, alegando o receio de esta investigação científica poder constituir mais uma das muitas tentativas de estigmatizar (mais) o Bairro do Alto da Cova da Moura e os seus residentes. Posto isto, optou-se por recorrer ao plano alternativo, a ASSACM, que acabou por se mostrar a opção mais certa, pelo facto de a presidência e seus funcionários terem prontamente demonstrado disposição em auxiliar neste primeiro contacto com o bairro e com os seus moradores. Após múltiplas conversações, foi posteriormente agendada e realizada uma reunião via plataforma *zoom*, que contou com a presença de Vanda Carmo, Presidente da ASSACM e com algumas das suas funcionárias, que interessadamente escutaram o que havia a expor. Sob o compromisso assegurado em como esta investigação não iria constituir mais um meio de estigmatizar o Bairro do Alto da Cova da Moura, foram estabelecidas, por parte da associação, todas as condições e ferramentas para que fosse possível avançar para a etapa da observação dos dados. Destaca-se a disponibilização das instalações desta associação para a realização dos *focus groups*, fornecendo os meios necessários para chegar até aos residentes, possíveis informantes privilegiados.

Nesta etapa, importava seleccionar a amostra, sabendo que tanto os inquéritos por entrevista como os *focus groups* correspondem a técnicas de recolha de dados em que a qualidade da informação é fundamental e que os dados não são representativos, uma vez que a resposta de cada indivíduo vale por si, não permitindo extrapolações nem generalizações. Note-se que, com a opção pelo estudo de caso, constituindo este um processo rico e detalhado, mas de difícil generalização, não se procura a representatividade, mas sim captar a pertinência da situação em questão, sendo as amostras seleccionadas consoante os objetivos delineados e propostos pelo investigador. No que respeita os *focus*

groups, considerou-se relevante a existência de uma delimitação espaço-temporal, que auxiliasse na posterior etapa da análise dos resultados. Procurou-se delimitar os informantes privilegiados aos residentes do Bairro do Alto da Cova da Moura, por serem considerados elementos vitais na compreensão do que aqui se pretende, sem olvidar que o território é também frequentado por inúmeros atores sociais que não residem no local. Quanto ao tipo de perfil, os informantes privilegiados teriam de estar enquadrados em faixas etárias distintas, uma vez que foi tida em consideração a relevância de poder comparar dados provenientes de habitantes de diferentes idades, com vivências distintas. Elaborou-se três grupos com três moradores, uma vez que não se podia exceder o limite estipulado de ajuntamentos com cinco indivíduos, contando naturalmente com a presença da investigadora e de uma figura responsável por parte da ASSACM. Cada grupo deveria ser constituído por três membros respeitantes a uma faixa etária distinta: os jovens (com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos), os adultos (com idades compreendidas entre os 31 e os 60 anos) e os idosos (com mais de 60 anos). Relativamente a outros requisitos estipulados, estes prendiam-se unicamente com o género, uma vez que se pretendia que os grupos fossem formados tanto por indivíduos do género masculino como do género feminino, com vista a constituir grupos mistos. Como supradito, a ASSACM desempenhou um papel fulcral nesta etapa, cedendo uma sala das suas amplas instalações para realizar os três *focus groups*. Ao mesmo tempo, importa referir que os informantes privilegiados foram escolhidos através de uma amostra não probabilística, a amostra por bola-de-neve, sendo que a associação e os próprios participantes foram convidando novos participantes para os *focus groups*. Neste tipo específico de amostragem, não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos sociais de difícil aproximação (Vinuto, 2014).

Os *focus groups* decorreram no dia 30 de novembro de 2020, com os idosos, às 11h30, com os adultos, às 14h00, e com os jovens, às 16h00. Note-se que, este constituiu um processo complexo uma vez que, além de ser tarefa árdua conciliar as agendas díspares dos informantes privilegiados, os atrasos e as desistências foram uma realidade recorrente, tendo existido um profundo esforço para conseguir completar os três grupos. No que respeita a todo o procedimento, este

passou pela preparação atempada da sala cedida, nomeadamente assegurando o distanciamento físico, assim como a disponibilização de desinfetante e máscaras para todos os participantes, materiais despendidos pela associação. Os participantes foram chegando ao local e foi-lhes explicado o que iria suceder, sendo-lhes solicitado o preenchimento da ficha de identificação (em anexo, p. 99) e da declaração de consentimento informado (em anexo, p. 100), materializados pela investigadora. Enquanto isso, sempre à disposição para prestar qualquer apoio ou esclarecimento, foram preparados os meios técnicos, entre eles o gravador, o guião orientador e o documento indicativo da ordem das falas de cada participante (em anexo, p. 101), assim como as letras³, elaboradas em cartão e colocadas à frente de cada um deles, aleatoriamente atribuídas. Posteriormente, foram recolhidas as fichas de identificação e as declarações de consentimento informado. De seguida, seguindo o guião orientador previamente formulado (em anexo, p. 102), foram colocadas todas as questões (não necessariamente sob a formulação prevista) e apontadas as letras atribuídas aos participantes conforme a ordem das suas intervenções. Este procedimento foi repetido para os três *focus groups*. Relativamente ao guião orientador, as dimensões de análise e as questões elaboradas foram escolhidas consoante o objeto de estudo empírico e os objetivos da investigação. Isto significa que foram construídas questões respeitantes ao Bairro do Alto da Cova da Moura, nomeadamente face às perceções e entendimentos dos informantes privilegiados enquanto moradores do bairro. As questões assentaram em seis dimensões de análise consideradas relevantes: 1) introdução ao universo profissional, 2) perceções acerca do território, 3) perceções acerca das representações sociais do bairro e dos residentes, 4) perceções acerca das fenomenologias sociais e criminais, 5) perceções acerca da relação entre a Polícia e os residentes, 6) perceções acerca dos processos estigmáticos. Posto isto, ansiando por captar as diferenças de valorização dos fenómenos e as possíveis consonâncias e dissonâncias face às dimensões expostas, o mesmo guião foi aplicado aos três grupos (idosos, adultos e jovens) com vista a depreender se as dissemelhanças etárias resultariam em distintas conclusões.

³ Idosos (letras A, B, C); Adultos (letras D, E, F); Jovens (letras G, H, I).

Relativamente aos inquéritos por entrevista, ao mesmo tempo que foi estruturado todo o processo que culminou na realização dos três *focus groups*, também a aplicação dos inquéritos por entrevista foi ponderada. Importava eleger entrevistados que pudessem contribuir, de certa forma, para uma compreensão profunda da realidade social relatada no bairro. Optou-se por eleger algumas figuras proeminentes que impactassem nesta realidade social e na vida dos próprios moradores. Destacou-se os contributos do Intendente Paulo Ornelas Flor e do Subintendente António Manuel Pereira, atual e anterior Comandante da Divisão Policial da Amadora – Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, respetivamente, considerando-se pertinente contrastar entre o “atualmente” e o “antigamente”. Contactou-se telefonicamente a Divisão Policial da Amadora, sendo que o Intendente disponibilizou de imediato o seu contributo. O inquérito por entrevista decorreu no seu gabinete, no dia 11 de dezembro de 2020, pelas 10h30, na Divisão Policial da Amadora. O Intendente Paulo Ornelas Flor facultou o contacto telefónico do seu antecessor, Subintendente António Manuel Pereira, que após conversações mostrou-se empolgado por se ver envolvido neste estudo, avisando com antecedência que o inquérito por entrevista teria que decorrer de forma virtual, por se encontrar a residir noutra zona do país. O Subintendente acabou por se deslocar à capital por motivos de ordem pessoal, tendo o inquérito por entrevista decorrido de forma presencial, no dia 6 de janeiro de 2021, pelas 11h00. Além destas duas figuras vitais, considerou-se pertinente eleger outras duas personalidades cujos contributos pudessem constituir-se relevantes face aos objetivos da investigação. Neste caso, pensou-se em entrevistar mais dois líderes institucionais, mas com perspetivas mais direcionadas para as vertentes social, cultural e associativa. Nesta ótica, Vanda Carmo, Presidente da ASSACM, predispôs-se a dar o seu valioso contributo, a par do trabalho realizado pela associação que encabeça. O respetivo inquérito por entrevista foi realizado no dia 26 de janeiro de 2021, pelas 10h30, via plataforma *zoom*. Não podendo contar de antemão com o apoio do Moinho da Juventude procurou-se, telefonicamente e por meio de correio eletrónico, a colaboração da presidência da Associação de Moradores, que em conformidade com o Moinho da Juventude, negou a possibilidade de qualquer envolvimento. Posto isto, optou-se por conversar com alguns dos funcionários

da ASSACM, por se considerar que os seus contributos poderiam constituir-se igualmente valiosos, detendo um contacto direto e diário com a realidade vivenciada no bairro, assim como uma clara proximidade com os moradores. O inquérito por entrevista decorreu com Gracieth Almeida, que desempenha funções de Mediadora Sociocultural na respetiva associação, no dia 23 de março de 2021, pelas 11h00, via plataforma *zoom*. À semelhança do que sucedeu com os *focus groups*, os quatro inquéritos por entrevista que foram realizados contaram com o auxílio de guiões orientadores (em anexo, pp. 103 a 106), aplicados de forma muito semelhante aos quatro entrevistados. As questões elaboradas foram escolhidas conforme o objeto de estudo empírico e os objetivos da investigação assentaram em seis dimensões de análise consideradas relevantes, sendo elas: 1) introdução ao universo profissional, 2) perceções acerca do território, 3) perceções acerca das representações sociais do bairro e dos residentes, 4) perceções acerca das fenomenologias sociais e criminais, 5) perceções acerca da relação entre a Polícia e os residentes, 6) perceções acerca dos processos estigmáticos. Também os quatro inquéritos por entrevista realizados contaram com a gravação em formato de áudio e ainda com o preenchimento de declarações de consentimento informado (em anexo, p. 107), que foram devidamente analisadas e assinadas por todos os entrevistados.

IV – TRABALHO EMPÍRICO

4.1. Apresentação dos dados recolhidos

Chegados à etapa do trabalho empírico, esta tem como principal finalidade descrever e analisar as informações levantadas para posterior verificação empírica, interpretação e reflexão de outras fenomenologias e comparação dos resultados obtidos, analisando as semelhanças e disparidades. Os dados que constituem o objeto da análise empírica dizem respeito às informações-respostas obtidas durante a etapa da observação, para cada dimensão de análise (Quivy & Campenhoudt, 2005). Nesta investigação científica, a análise dos dados recolhidos baseou-se nas respostas fornecidas pelos participantes dos *focus groups* e dos inquéritos por entrevista, tendo em conta as seis dimensões de análise suprarreferidas, que foram elaboradas propositadamente de forma idêntica para ambos. Relembrando as dimensões de análise, estas

abarcam: 1) a introdução ao universo habitacional (para participantes dos *focus groups*) e a introdução ao universo profissional (para os participantes dos inquéritos por entrevista), 2) as percepções acerca do território, 3) as percepções acerca das representações sociais do bairro e dos residentes, 4) as percepções acerca das fenomenologias sociais e criminais, 5) as percepções acerca da relação entre a Polícia e os residentes, 6) as percepções acerca dos processos estigmáticos. Com vista a simplificar a análise, interpretação e discussão dos dados recolhidos, delineou-se os quadros *infra*, que traduzem os traços biográficos relevantes acerca dos participantes dos *focus groups* (Quadro 3, p. 75) e dos inquéritos por entrevista (Quadro 4, p. 76). Quanto aos informantes privilegiados que participaram nos *focus groups*, aos quais foi individualmente atribuída uma letra e cuja identidade foi ocultada, foram recolhidos dados biográficos que permitissem elucidar os leitores quanto ao género, idade, estado civil, nacionalidade, habilitações literárias, situação profissional e período de residência no bairro. Foram respeitados os requisitos pré-definidos para a eleição dos informantes privilegiados, sendo eles a constituição mista dos *focus groups*, compostos por homens e mulheres, o facto de os participantes terem sido designados e agrupados por faixas etárias, constituindo um grupo de idosos (mais de 60 anos), um de adultos (31-60 anos) e um de jovens (18-30 anos) e o facto de todos residirem no Bairro do Alto da Cova da Moura à data da realização dos *focus groups*, independentemente do seu período de residência no território.

Quadro 3 – Caraterísticas biográficas dos participantes dos *focus groups*

GRUPOS	LETRA	GÉNERO	IDADE	ESTADO CIVIL	NACIONALIDADE	HABILITAÇÕES	SITUAÇÃO ATUAL	RESIDÊNCIA
IDOSOS	A	Masculino	73 anos	Casado	Cabo-Verdiana	Inferior ao Ensino Básico	Reformado	40 anos
	B	Feminino	67 anos	Solteira	Portuguesa	Analfabeta	Desempregada	50 anos
	C	Masculino	71 anos	Casado	Portuguesa	Analfabeto	Reformado	42 anos
ADULTOS	D	Feminino	44 anos	União de Facto	Portuguesa	Ensino Secundário	Contrato de Trabalho Efetivo	42 anos
	E	Feminino	60 anos	Viúva	Cabo-Verdiana	Inferior ao Ensino Básico	Contrato de Trabalho Efetivo	7 anos
	F	Masculino	42 anos	Solteiro	Portuguesa	Ensino Secundário	Trabalhador Por Conta Própria	12 anos
JOVENS	G	Masculino	20 anos	Solteiro	Portuguesa	Ensino Secundário	Estudante	2 anos
	H	Masculino	18 anos	Solteiro	Portuguesa	Curso Profissional	Estudante	18 anos
	I	Feminino	20 anos	Solteira	Portuguesa	Curso Profissional	Estudante	20 anos

No que se refere aos inquéritos por entrevista, estes decorreram de forma positiva com a participação das quatro personalidades enunciadas e consideradas imprescindíveis, cujas vivências pessoais e laborais pudessem constituir-se como significativas para a aproximação ao objeto de estudo empírico e aos objetivos delineados para a investigação. A identidade dos entrevistados é conhecida, com o seu total consentimento, contando com a participação do Intendente Paulo Ornelas Flor, do Subintendente António Manuel Pereira, de Vanda Carmo, Presidente da ASSACM, e de Gracieth Almeida, que desempenha funções de Mediadora Sociocultural nesta mesma associação.

Quadro 4 – Participantes dos inquéritos por entrevista e suas funções profissionais

PARTICIPANTE	FUNÇÃO
Intendente Paulo Ornelas Flor	Comandante da Divisão Policial da Amadora, Comando Metropolitano de Lisboa da PSP
Subintendente António Pereira	Ex-Comandante da Divisão Policial da Amadora, Comando Metropolitano de Lisboa da PSP
Vanda Carmo	Presidente da Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Gracieth Almeida	Mediadora Sociocultural na Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura

4.2. Resultados do estudo empírico

No que diz respeito à primeira dimensão de análise relativa à introdução ao universo habitacional, pretendia-se confirmar se todos os participantes dos *focus groups* residiam, à data, no Bairro do Alto da Cova da Moura, o que se comprovou através das respostas obtidas. Note-se que, o período de residência no bairro apresenta alguma discrepância entre os participantes, com exceção dos indivíduos inseridos na faixa etária dos idosos, cujo período de residência no bairro não diverge muito (cf. Quadro 3, p. 75). No que concerne a segunda dimensão de análise, referente às perceções acerca do território, foi questionado aos participantes dos *focus groups* se gostavam de viver no bairro ou se preferiam habitar outro local. Relativamente aos idosos, que habitam o bairro há mais de metade das suas vidas, as respostas obtidas foram semelhantes entre os participantes e não restaram dúvidas em como todos eles demonstraram gosto em viver no bairro, desejando que assim prossiga até ao fim das suas vidas. No que diz respeito à faixa etária dos adultos, as respostas divergiram

ligeiramente. À exceção de uma das participantes que referiu gostar de viver no bairro, habitando o local desde os seus dois anos de idade (cf. Quadro 3, p. 75), expondo a vontade de ali permanecer, os outros participantes, que habitam o bairro há menos tempo, relataram que embora gostem de ali viver pelo facto de habitarem o bairro há tanto tempo e por ali terem construído as suas vidas, idealizaram outro sítio com melhores condições para si e para as suas famílias, equacionando outros projetos futuros. Já no caso dos jovens, somente um dos participantes, que reside no local há cerca de dois anos (cf. Quadro 3, p. 75), demonstrou interesse em procurar outro local para habitar, embora tenha afirmado gostar de viver no bairro. Quanto aos restantes participantes, ficou clara a pretensão em continuar a habitar o bairro, alegando o facto de ali habitarem desde que nasceram, sem nunca terem tido qualquer tipo de problema, e também o facto de habitarem uma zona central e bem equipada. Já na terceira dimensão de análise, que se prende com as representações sociais geradas em torno do bairro e dos seus moradores, pretendeu-se sobretudo questionar acerca do possível impacto dos meios de comunicação de massa na prevalência da conotação e imagem externa negativa gerada em torno do bairro e dos residentes. A população idosa, em geral, mostrou-se distanciada face ao impacto dos meios de comunicação de massa na persistência do estigma e à imagem construída relativamente ao bairro e aos moradores, alegando que todas as notícias que vão surgindo, sobretudo acerca das fenomenologias criminais, ocorrem predominantemente no exterior e quase nunca no interior do bairro. Já os adultos demonstraram uma maior consciencialização face ao impacto dos meios de comunicação de massa na imagem construída acerca do bairro e dos moradores, sendo da opinião que, por vezes, a sua função passa por difamar e estigmatizar ainda mais o bairro, que tem características e fenomenologias semelhantes a tantos outros, aproveitando-se dessa conotação negativa que, se arrasta há anos, para enfatizar as ocorrências negativas e silenciar as positivas. Já a faixa etária dos jovens apresentou respostas semelhantes à dos adultos, expondo a ideia de que os meios de comunicação de massa exageram, grande parte das vezes, no modo como se pronunciam acerca do Bairro do Alto da Cova da Moura, acabando por incentivar os processos de estigmatização e de exclusão social, favorecendo um maior distanciamento entre o bairro e o exterior.

Relativamente à quarta dimensão de análise, referente à percepção face às fenomenologias sociais e criminais presentes no território, pretendia-se explorar a opinião dos participantes dos *focus group* face ao tópico. A faixa etária dos idosos demonstrou uma vez mais um grande afastamento, uma vez que todos os participantes afirmaram ter as suas vidas e os seus afazeres, permanecendo alheios a qualquer problemática que possa ocorrer no bairro, pelo facto de considerarem que nada disso lhes diz diretamente respeito. É de ressaltar que, os participantes mencionaram um passado do bairro marcado pela ocorrência de algumas fenomenologias criminais, alegando que hoje em dia esses episódios ocorrem predominantemente fora do bairro. Aquando da sua ocorrência no interior do bairro, consideram que estas práticas ilícitas são encabeçadas por indivíduos oriundos de outros bairros que fazem uso do Bairro do Alto da Cova da Moura, percecionando este território como um local pacato, tranquilo e seguro. Já os adultos, no geral, percecionam o bairro como um local inseguro, uma vez que consideram a existência de determinadas fenomenologias sociais e criminais no território. No entanto, acreditam que este tipo de ocorrências podem ser relatadas em tantos outros locais que detêm características semelhantes às do Bairro do Alto da Cova da Moura e, por esse motivo, não percecionam o território como problemático ou único nas suas fenomenologias. Já a população jovem não perceciona o território como um local problemático e inseguro, pelo facto de nunca terem presenciado nenhum tipo de ocorrência que os levasse a pensar desse modo, alegando que o que se passa neste bairro, ao nível das fenomenologias sociais e criminais, passa-se em tantos outros locais, evidenciando uma vez mais o impacto dos meios de comunicação de massa na proliferação de notícias com conotação negativa. Na quinta dimensão de análise, pretendia-se captar as percepções dos participantes dos *focus groups* face à relação entre a Polícia e os moradores do bairro. A população idosa demonstrou respeito e compreensão pela profissão Polícia, percecionando a presença policial no bairro como imprescindível para o bem-estar e segurança da população, demonstrando interesse no seu reforço. Os participantes desta faixa etária manifestaram oposição face à violência que ocorre entre os mais jovens e a Polícia, mencionando algumas ocorrências recentes no bairro. No que diz respeito aos adultos, em geral, foram notados

sentimentos de revolta face à atuação policial no bairro, sob justificativas racistas, xenófobas e comportamentos agressivos para com os residentes. No entanto, à semelhança das respostas obtidas pelos idosos, ficou demonstrado o interesse no reforço da presença policial no bairro, assim como o apreço pela profissão Polícia, desde que bem exercida e atuando na base do respeito. Já os participantes mais jovens apresentaram respostas curiosas face a esta dimensão de análise, alegando que esta incompatibilidade relatada entre a Polícia e os moradores do bairro se prende, por vezes, com a incompreensão mútua e desconhecimento face aos contextos e situações em que ambas as partes atuam. À semelhança da população idosa e adulta, os mais jovens acreditam que a presença policial no Bairro do Alto da Cova da Moura é indispensável para a manutenção da ordem social, estando a favor do seu reforço e presença. Relativamente à última dimensão de análise, que diz respeito às perceções face aos processos estigmáticos, pretendia-se apreender quais os entendimentos dos informantes privilegiados face à dimensão do estigma presente no bairro e até que ponto este poderia impactar nas suas vidas. A faixa etária dos idosos, na sua generalidade, mostrou indiferença face ao estigma presente no território, ficando esclarecido que os processos estigmáticos que decorrem no território não influenciam em nada as suas vidas. Em contrapartida, os adultos demonstraram, uma vez mais, sentimentos de revolta face aos processos estigmáticos que são produzidos e reproduzidos no bairro. No geral, revelaram grande consciencialização face aos impactos do estigma nas suas vidas. Os participantes indicaram ser profundamente prejudicados e discriminados pelo facto de habitarem o Bairro do Alto da Cova da Moura, sendo-lhes retiradas inúmeras oportunidades em diferentes esferas das suas vidas. Foram destacadas oportunidades a nível profissional, o que faz com que se sejam, inclusive, forçados a ocultar o local onde habitam para que não se vejam imediatamente excluídos. Além disso, foram referidas outras situações de cariz social, como limitações face à necessidade de bens e serviços básicos, tais como chamar um táxi, pelo facto de não entrarem no bairro, receber encomendas que raramente chegam às moradas destinadas, ou até problemas de ausência de luz, que não são rapidamente e facilmente resolvidos como em qualquer outro local. Os jovens mostraram-se consciencializados face ao estigma e ao

preconceito que prevalece no território, embora tenham deixado claro que nunca se sentiram discriminados ou excluídos e que nunca lhes haviam sido retiradas oportunidades importantes nas suas vidas pelo facto de residirem neste bairro.

No que concerne os inquéritos por entrevista, relativamente à primeira dimensão de análise referente à introdução ao universo profissional, pretendia-se que os entrevistados explorassem as suas vivências laborais diretamente relacionadas com o Bairro do Alto da Cova da Moura, levando-os a expor em que medida as suas ocupações profissionais detêm impacto, direto ou indireto, na realidade social relatada no bairro e, conseqüentemente, na vida dos moradores. Questionando-os acerca das principais emoções e sentimentos que emergem face ao desempenho dessa mesma profissão, relativamente ao Intendente Paulo Ornelas Flor e ao Subintendente António Manuel Pereira, ambos demonstraram gosto e orgulho por exercer e ter exercido a profissão Polícia e, concretamente, pelo seu desempenho na Divisão Policial da Amadora, com intervenção direta no Bairro do Alto da Cova da Moura. Sem esquecer as exigências agregadas à profissão Polícia, que lhes confere o poder e dever de fazer a diferença nas vidas alheias, ambos relataram que esta se trata de uma profissão nobre e digna, quando respeitada e bem exercida, que requer tamanha compreensão e responsabilidade, estando marcada por episódios felizes e infelizes que diariamente os acompanham enquanto profissionais e que os moldam, também, enquanto seres humanos. Relativamente a Vanda Carmo e Gracieth Almeida, as respostas à mesma questão encaminham-nos para uma vertente social e associativa, onde ambas relataram o trabalho, esforço e dedicação com que abraçam diariamente as suas profissões e as causas em que acreditam. Trabalhando diretamente com a população do Bairro do Alto da Cova da Moura, as duas entrevistadas relataram as dificuldades inerentes ao bom desempenho das suas profissões, que se prendem sobretudo com as limitações geradas, a ausência de recursos humanos e materiais e de apoios externos que lhes possibilitem a continuação do seu trabalho junto desta população. Concomitantemente, ficou demonstrado que as suas profissões lhes trazem, por outro lado, sentimentos de contentamento e realização ao ver que as funções que desempenham impactam positivamente nas vidas alheias, sobretudo quando se trata dos residentes deste bairro. No que concerne a segunda

dimensão de análise, relativa às percepções face ao território, é possível destacar o facto de todos os entrevistados terem destacado o concelho da Amadora pela sua elevada densidade populacional, albergando indivíduos de uma multiplicidade de etnias que se concentraram na AML a partir da década de 1970 em busca de melhores condições de vida, favorecendo o multiculturalismo. Ao mesmo tempo, essa densidade populacional gerou (e ainda hoje gera) uma enorme pressão social na área, resultando em características próprias e em fenomenologias diversas presentes neste território. Entre essas fenomenologias, os entrevistados destacaram as fenomenologias criminais e as problemáticas de insegurança que, desde cedo, se associam a esta zona urbana, conferindo ao território uma conotação negativa. Por sua vez, essa conotação acaba por se estender aos próprios residentes do Bairro do Alto da Cova da Moura, que acabam por transportar este estigma. Face à terceira dimensão de análise, que se destinava a captar as percepções referentes às representações sociais do bairro e dos residentes, os quatro entrevistados apresentaram respostas semelhantes, expondo a ideia de que, por vezes, no trabalho realizado pelos meios de comunicação de massa, o mediatismo e a sede por visibilidade sobrepõem-se aos valores éticos e morais inerentes à profissão. Isto acaba por acarretar repercussões não só para o bairro, mas também para a vida dos residentes que, uma vez mais, se veem presos ao estigma, impossibilitados de se desvincularem. O Intendente Paulo Ornelas Flor apresenta um ponto de vista capaz de resumir as intervenções apresentadas pelos restantes entrevistados face a este tópico, ao referir que a sociedade, no seu todo, acaba por construir uma imagem negativa dos habitantes do bairro porque vivem no Bairro do Alto da Cova da Moura e porque, normalmente, o Bairro do Alto da Cova da Moura é notícia pelas piores razões, portanto, toda a gente é notícia pelas piores razões.

No que diz respeito às percepções relativas às fenomenologias sociais e criminais, os quatro entrevistados não negam a existência deste tipo de ocorrências, embora não as distingam de tantas outras que ocorrem noutros locais. O Intendente e o Subintendente referiram que existem (e existiam) fenomenologias criminais, como o tráfico de droga, roubo, furtos de alguns bens patrimoniais, entre outras, que não têm origem exclusivamente no bairro ou que são praticadas por uma minoria ruidosa. Isto significa que nem todas as ocorrências

criminais relatadas no concelho da Amadora têm origem no Bairro do Alto da Cova da Moura e que, por vezes, as ocorrências que se dão no interior do bairro podem também ser originadas por indivíduos exteriores ao território. Por sua vez, no interior do bairro, assim como em tantos outros locais, existem indivíduos que se dedicam à prática de atividades ilícitas, a tal minoria ruidosa, que acaba por ser generalizada e associada à população do bairro como um todo. O Subintendente refere, inclusive, que sempre prevaleceu a ideia de que o concelho da Amadora era extremamente insegura quando, na verdade, as taxas de criminalidade eram mais baixas comparativamente a outras zonas do país, consideradas seguras e pacatas. Já Vanda Carmo e Gracieth Almeida expõem algumas das fenomenologias sociais relatadas neste bairro, entre elas a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a irregularização de documentos importantes, a instabilidade financeira e habitacional, entre outras que acabam por incentivar o preconceito. Já na quinta dimensão de análise, pretendia-se captar as perceções dos entrevistados face à relação entre a Polícia e os moradores do bairro. O Subintendente confirmou que a hostilidade entre a Polícia e os residentes do bairro teve o seu derradeiro início após uma intervenção policial no final do ano de 2001, que resultou no triste desfecho da morte de um jovem. Esse episódio forçou a Polícia a repensar o modo de atuação no bairro. Revelou, ainda, o processo e os passos que foram dados em conjunto com o Moinho da Juventude, com vista à aproximação entre a Polícia e os residentes, implementando um modelo de policiamento de proximidade no bairro, que gradualmente se foi perdendo. O Intendente acredita que, hoje em dia, a relação entre a população e a Polícia decorre de forma muito positiva e que a presença policial no Bairro do Alto da Cova da Moura é desejada e respeitada pela maioria da população, embora haja largos aspetos a melhorar. No entanto, à semelhança dos relatos feitos pelo Subintendente, trata-se de um processo longo e demorado, cuja reaproximação implica um esforço de ambas as partes, assim como por parte de outros atores sociais com responsabilidades neste âmbito, esforços esses que o Intendente admite já estarem a ser realizados e postos em prática. Vanda Carmo e Gracieth Almeida, que detêm uma relação mais próxima com os residentes do bairro, revelam que esta é uma relação que ainda hoje se caracteriza como difícil e hostil, o que se deve

sobretudo a acontecimentos passados que marcam a história do bairro e a história desta relação. No entanto, acreditam que devem ser realizados esforços para incentivar esta reaproximação, por considerarem que a presença policial no bairro se constitui como uma mais-valia para todos. Relativamente à última dimensão de análise, que diz respeito às perceções face aos processos estigmáticos, pretendia-se apreender quais os entendimentos dos entrevistados face à dimensão do estigma presente no território e até que ponto isso poderia impactar na vida dos moradores. Todos os entrevistados relataram diferentes impactos do estigma na vida dos moradores, uma vez que todos detêm entendimentos pessoais acerca do suprarreferido. No que concerne a dimensão do estigma presente no território, embora o concelho da Amadora e especificamente o Bairro do Alto da Cova da Moura, não sejam percecionados como territórios totalmente seguros e pacatos, sem relatos de ocorrências criminais e sociais, não interpretam o bairro como único nas suas características, cujas fenomenologias se desassemelhem de outras relatadas em noutros bairros portugueses. Os entrevistados indicam que o estigma presente no bairro é, por vezes, exagerado, acarretando repercussões negativas para os residentes, destacando as dificuldades que se relacionam sobretudo com a vertente laboral.

4.3. Discussão dos resultados

Através da análise das informações recolhidas, no que diz respeito aos *focus groups* foi possível concluir que a população idosa apresenta uma menor consciencialização face ao estigma que prevalece no território e que se enlaça à vida dos moradores. O maior distanciamento face às questões levantadas pode dever-se a fatores como um menor nível de instrução ou a uma menor confrontação com a realidade social, nomeadamente a nível laboral (cf. Quadro 3, p. 75). Os participantes inseridos na faixa etária dos idosos demonstraram fortes sentimentos de pertença ao território, estando o bairro interiorizado como a sua terra, a sua casa, o local que sempre os acolheu. Por esse motivo, ambicionam habitar sossegadamente no território até ao fim das suas vidas, ansiando que as suas famílias rumem pelo mesmo caminho. Relativamente aos adultos, os participantes apresentaram uma grande consciencialização face às problemáticas associadas ao bairro, evidenciando inúmeras repercussões negativas provenientes dos processos de estigmatização. Esta maior

consciencialização, contrariamente ao que foi notado nos idosos, poderá advir de aspetos como um maior nível de instrução, um maior contacto com a realidade social, ao nível das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) através das quais obtêm inúmeras informações acerca do bairro e, também, a um maior contacto com atores sociais diversos, por exemplo, ao nível do mercado laboral (cf. Quadro 3, p. 75), sentindo na pele o estigma, o preconceito, a discriminação e a rejeição. Embora tenham sido notados sentimentos de pertença ao território, estes não foram tão notórios quanto na faixa etária dos idosos, tendo sido equacionados outros planos que extravasam as divisas do bairro. Relativamente aos jovens, ficou evidenciada a consciencialização e perceção dos participantes face aos processos estigmáticos, o que à semelhança dos adultos poderá ser o resultado de um maior contacto com a realidade social, reforçando os aspetos que se relacionam com as TIC, mas também ao facto de existir um maior nível de instrução (cf. Quadro 3, p. 75). Contudo, não foram apontados quaisquer sentimentos de revolta, discriminação e exclusão face aos processos estigmáticos que perduram no território. Isto pode dever-se ao facto de falarmos de jovens com idades entre os 18 e os 20 anos, todos estudantes (cf. Quadro 3, p. 75), isentos de responsabilidades acrescidas.

No que se refere aos inquéritos por entrevista, as informações obtidas face às seis dimensões de análise não divergiram muito conforme os entrevistados. Relativamente às perspetivas policiais que nos foram trazidas pelo Intendente Paulo Ornelas Flor e pelo Subintendente António Manuel Pereira, é interessante notar as similitudes das suas respostas. Nenhum dos dois é capaz de negar a existência de fenomenologias criminais no território, mas também nenhum deles as perceciona como algo fora do comum, que não seja relatado em tantos outros locais com características idênticas às deste bairro. Desta forma, o Bairro do Alto da Cova da Moura não deve ser interpretado como o epicentro destas ocorrências, assim como o concelho da Amadora não deve ser entendido como único nas suas características. Aliás, os dados estatísticos atrás apresentados (cf. Quadro 1 e Quadro 2, p. 59) comprovam as perspetivas dos dois entrevistados, onde notamos que existem outros concelhos da AML, com processos estigmáticos e discriminatórios menos aparentes, que apresentam taxas de criminalidade mais elevadas e um maior número de crimes registados no local.

Estes contributos, embora perspetivados em épocas distintas, acabaram por se incorporar de forma espontânea, resultando na perceção de que deve existir um esforço mútuo, isto é, da parte da população do bairro e da Polícia, ao qual se deve acrescentar um esforço proveniente de outras autoridades competentes, com vista à aproximação entre as duas partes. Todavia, à semelhança do que sucedeu aquando do Comando do Subintendente António Manuel Pereira, o Intendente Paulo Ornelas Flor afirma que este é um processo duradouro, que requer inúmeras mudanças. Já os contributos de Vanda Carmo e Gracieth Almeida elucidaram-nos acerca do trabalho árduo, de cariz social e associativo, mas também direcionado para outras vertentes, que está destinado às instituições e associações do Bairro do Alto da Cova da Moura, que trabalham diretamente com a população e que se veem, grande parte das vezes, desacompanhadas nas suas lutas diárias por melhores condições de vida e pela transformação de preconceitos pré-fabricados face ao bairro e aos residentes.

4.4. Análise global

Importa, nesta etapa, lembrar que tanto a aplicação dos *focus groups* como a aplicação dos inquéritos por entrevista correspondem a técnicas de recolha de dados em que a qualidade da informação é fundamental, sabendo que os dados não são representativos, uma vez que a resposta de cada indivíduo vale por si, não permitindo extrapolações nem generalizações. Isto significa que os dados recolhidos apenas permitem uma aproximação à questão de partida. Ora, são três os fatores que devem ser tidos em consideração ao interpretar e analisar as respostas fornecidas tanto pelos participantes dos *focus groups* como pelos participantes dos inquéritos por entrevista. Em primeiro lugar, as respostas poderão ter sido influenciadas em função da desejabilidade, na medida em que os participantes poderão ter respondido às questões conforme aquilo que acreditavam ser expectável ouvir-se. Por outro lado, destaca-se a necessidade de defesa do território, podendo as respostas ter sido condicionados pelo apego e pertença ao bairro e pela gregriedade entre pares, consciente ou inconscientemente, sobretudo no caso dos participantes dos *focus groups*. Por fim, falando agora acerca dos entrevistados, não nos podemos esquecer que ao pronunciarmo-nos acerca das funções que desempenhamos, pode existir uma discrepância face à realidade social, devido a uma ausência de distanciamento.

Assim, relativamente aos *focus groups*, é certo que os resultados se apresentam como subjetivos, uma vez que dependem sempre da imagem que os próprios residentes detêm sobre eles mesmos e sobre os fenómenos e contextos sociais que experienciam e em que se inserem. Nesta ótica, os resultados e as informações recolhidas no decorrer dos *focus groups* surgiram por autorrevelação, baseando-se na autoimagem que cada um construiu num determinado contexto social, sem esquecer que o ambiente externo desempenha uma forte influência neste processo. Existiu, portanto, um clima que foi gerado no próprio grupo e que favoreceu e incentivou este processo de autorrevelação, onde um indivíduo acaba por estimular os outros a exporem as suas perceções e convicções. Uma vez que a temática desenvolvida detém alguma significância para os participantes dos *focus groups*, suscitando pensamentos e sentimentos relacionados com as suas vivências do passado ou presente, na sua generalidade, acabaram por se envolver e tornar-se ativos. Esta autoimagem divergiu largamente entre as três faixas etárias face à valorização dos fenómenos, o que poderá ser justificado por fatores assentes nas características biográficas dos participantes, como a idade, o estado civil, a nacionalidade, as habilitações literárias, a situação profissional e o período de residência no bairro (cf. Quadro 3, p. 75) ou outros que não foram abordados. Concomitantemente, as divergências de valorização dos fenómenos entre os participantes de uma mesma faixa etária foram pouco notadas, salvo algumas exceções. Simultaneamente, no decorrer dos *focus groups* foi perceptível que os resultados foram surgindo, por vezes, através de sentimentos de solidariedade para com o grupo de participantes inseridos numa mesma faixa etária, o que se verificou especialmente na população idosa, mas também no grupo dos jovens.

A respeito dos inquéritos por entrevista, estes acabaram por contribuir para uma maior e mais profunda compreensão da realidade social relatada no Bairro do Alto da Cova da Moura. Sob dois contributos focados num entendimento policial e dois contributos focados numa vertente social, cultural e associativa, de uma forma global, os entrevistados apresentaram consonâncias relevantes relativamente à valorização dos fenómenos. Neste caso, é possível afirmar que as distintas contribuições acabaram por se conjugar de uma forma muito natural, culminando numa maior facilidade de análise e interpretação das informações

recolhidas. Considera-se que existiu uma conjugação valiosa entre as diferentes formas de perspetivar a imagem do Bairro do Alto da Cova da Moura e consequentemente os residentes, e que os resultados obtidos correspondem a uma exposição fiel e rigorosa dos diálogos efetuados ao longo da investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta investigação científica, através da questão – *De que modo os residentes do Bairro do Alto da Cova da Moura interpretam e lidam com o estigma enraizado no local?* – pretendeu-se investigar se os residentes do Bairro do Alto da Cova da Moura têm consciência dos processos estigmáticos que envolvem o território e que, consequentemente, os envolvem, e até que ponto essa condição poderá influenciar os seus processos de construção identitária, podendo fazer emergir uma identidade particular. Após a análise dos resultados obtidos, lembrando que estes não são representativos e que apenas permitem uma aproximação à questão de partida, evidenciou-se a existência de uma consciencialização face aos processos estigmáticos que se produzem e reproduzem no território, sobretudo na faixa etária dos adultos, que demonstrou estar mais inteirada da realidade social envolvente, seguida dos mais jovens. Em contrapartida, a população idosa apresentou fraca consciencialização face à conotação negativa e aos processos estigmáticos que persistem neste território.

Ficou demonstrado que o conceito de estigma se reveste de grande complexidade e que a sociedade, no seu sentido mais amplo, tem a capacidade de estabelecer os meios de categorizar os indivíduos e o total de atributos aceites como normalizados. Enquanto membros da sociedade, quando confrontados com um estranho, tendemos a prever os seus atributos, emergindo sentimentos de desconfiança, medo e insegurança. No entanto, nem todos os indivíduos reagem do mesmo modo face ao estigma que transportam, podendo ser enumeradas diversas formas de interpretação. Como comprovado através da interpretação dos resultados provenientes dos *focus groups* e dos inquéritos por entrevista, alguns indivíduos mostraram-se indiferentes e distanciados face ao estigma, outros tentaram desvincular-se da sua condição, alguns procuraram isolar-se, emergindo sentimentos de insegurança, exclusão, frustração, revolta e houve até quem tentasse usar a sua condição para ganhos secundários. Os

resultados demonstram que, embora todos os residentes do Bairro do Alto da Cova da Moura partilhem um atributo comum, que diz respeito ao estigma que transportam por residirem no território, todos eles possuem simultaneamente uma identidade particular que os torna únicos e que lhes confere a possibilidade de lidar com o estigma de forma distinta. Assim, os processos de construção identitária consolidam-se, também, de forma dissemelhante, o que significa que o modo como se comportam, definem e assumem uma identidade perante a sociedade diverge entre eles. Um dos aspetos mais significativos que esta investigação pôde dar conta foi, justamente, o das diversas interligações do bairro e dos seus residentes com outros espaços sociais, com níveis mais abrangentes de construções de relações sociais e com processos e fenómenos mais amplos gerados a partir instâncias que ultrapassam este bairro. Não obstante, nunca deixou de se verificar um tipo específico de configuração social, assente numa vincada identidade emergente nas formas que ali se assumem. À semelhança do estudo realizado por Costa (1999) relativamente ao Bairro de Alfama, também o Bairro do Alto da Cova da Moura não constitui um gueto social, isolado em si mesmo, mas nem por isso deixa de constituir um quadro social local específico, no qual se sobrepõem múltiplas dimensões de relacionamento humano expressivas e constitutivas da população deste bairro, operando como entidade coletiva e como círculo de pertença individual e grupal.

Fazendo um balanço do trabalho empírico realizado com os participantes dos *focus groups* e dos inquéritos por entrevista direcionados aos polícias e às trabalhadoras sociais, os residentes do bairro não partilham uniformemente de uma visão opressiva. O Bairro do Alto da Cova da Moura ilustra que as identidades são construções simbólicas e que se constituem por ação classificatória de agentes sociais, não constituindo essências de natureza extrassocial. Não nos podemos esquecer que cada rótulo aplicado a estes e outros indivíduos portadores de estigmas acaba, eventualmente, por ser reforçado por meio de algumas instituições sociais, como é o caso dos meios de comunicação de massa. Embora o seu objetivo não passe pela imposição de opiniões, estes detêm a capacidade de veicular e estruturar lógicas, acabando por fomentar o pensamento dominante e gerar representações sociais enraizadas na sociedade. Estas representações sociais vão sendo construído

ao longo dos anos, produzidas e reproduzidas quotidianamente, dificultando a desvinculação do estigma. Apesar de ser notório que o Bairro do Alto da Cova da Moura só surge no espaço público aquando da ocorrência de problemáticas, sobretudo de cariz criminal, é também evidente que isso sucede em qualquer outro bairro da mesma tipologia urbana e tecido socioeconómico, independente da predominância étnica ou racial. Nesta perspetiva, trata-se de um tipo de discurso proveniente dos meios de comunicação de massa que tende para a criação de manchetes atrativas e de um fenómeno que ultrapassa os residentes deste bairro e as instituições de poder que aí operam, nomeadamente a Polícia.

Após estas reflexões possibilitadas pela análise e interpretação dos resultados obtidos, acredita-se ter atingido a questão de partida e ter cumprido os objetivos pré-definidos. Enquanto socióloga, persistiu a ânsia por progredir no conhecimento, tornando-o frutífero para a sociedade, trabalhando arduamente sob a premissa inicial de que só é possível intervir se existir um profundo entendimento da realidade social em análise. No que respeita os principais constrangimentos que foram surgindo, estes basearam-se sobretudo na qualidade social e humana de qualquer investigador, que nos confere um conhecimento pessoal e prático da realidade em que existimos e que pretendemos investigar. Foi necessária a rutura face às pré-noções, às convicções pessoais e às ideias que circulam na sociedade acerca das distintas fenomenologias, na medida em que só desta forma as conclusões obtidas poderiam revelar-se válidas, produzindo conhecimento científico. Além disso, destaca-se as múltiplas dificuldades sentidas face à alarmante conjuntura pandémica que o mundo atualmente enfrenta, o que acabou por gerar inúmeras contrariedades, incapazes de prever com a antecedência desejada, complexificando todos os procedimentos necessários para a obtenção de dados.

Também pelo facto de se tratar de uma temática delicada, especialmente pelo modo como outrora fora abordada, nem sempre se constituiu tarefa fácil clarificar os objetivos desta investigação e cativar a atenção de determinados atores sociais, prevalecendo sentimentos de desconfiança e insegurança, com receio de que este trabalho contribuisse para avolumar o estigma que perdura no Bairro do Alto da Cova da Moura. Ao longo destes meses, foram realizadas esforços que em nada resultaram e foram fechadas portas que se acreditou serem as

primeiras a abrir. Nessas ocasiões, foram procuradas novas formas de alcançar o pretendido, através de meios alternativos, que no fim acabaram por conduzir ao caminho mais adequado. Caso houvesse mais tempo para dar continuidade a esta investigação científica, realizar-se-ia um maior número de *focus groups*, pelo menos mais um para cada faixa etária, perfazendo um total de seis elementos por cada grupo (idosos, adultos e jovens). Ao mesmo tempo, realizar-se-ia um *focus group* com um maior número de elementos, algo que não foi possível devido às restrições impostas no que concerne os ajuntamentos de indivíduos. O objetivo seria realizar um *focus group* com dois elementos de cada faixa etária em simultâneo, com o intuito de confrontar as diferentes perceções provenientes do distanciamento etário que, como pudemos constatar, tem influência na valorização dos fenómenos. Pensando em propostas futuras de investigação, devido à limitação de tempo para a concretização desta investigação científica, não foi possível explorar a técnica de análise de conteúdo conforme delineado num primeiro plano, meta que se pretendia atingir. Além disso, levar-se-ia a cabo a primeira definição da grelha teórico-metodológica e socorrer-se-ia de um paradigma misto, numa complementaridade entre os paradigmas qualitativo e quantitativo, através da realização de *focus groups* e de inquéritos por entrevista, mas também de inquéritos por questionário a habitantes do concelho da Amadora, apresentando questões relativas ao bairro.

A conclusão de uma investigação científica constitui uma possível base de partida para outras. Esta investigação amparou-se em diferentes áreas do conhecimento que se complementaram, ressaltando os contributos da Sociologia, da Criminologia e da Psicologia, uma trilogia que propiciou um entendimento mais amplo e completo da realidade. Pretendeu-se abordar o objeto empírico de forma original, primando pela sua relevância atual. Os resultados obtidos convocam a necessidade de ponderação acerca das perceções face aos processos estigmáticos que envolvem o Bairro do Alto da Cova da Moura e os seus residentes, conferindo a possibilidade de questionamento de pré-noções, preconceitos, convicções pessoais e a abertura para gerar novas conceções, perspetivas e visões acerca desta realidade social.

REFERÊNCIAS

- Agra, C. (1986). *Projecto da Psicologia Transdisciplinar do comportamento desviante e auto-organizado*. In *Análise Psicológica*, 3/4 (4), 311-318. Disponível em https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2130/1/1986_34_311.pdf
- Agra, C. (2012). *A Criminologia: Um arquipélago interdisciplinar*. Porto: Universidade do Porto.
- Alves, C. (2008, setembro 22). As guerras da Cova da Moura. In *Expresso*, disponível em https://expresso.pt/opiniao/opiniao_clara_ferreira_alves/as-guerras-da-cova-da-moura=f407565
- ASSACM (s.d.). *Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura*. Disponível em <https://assacm.wixsite.com/assacm/home>
- Becker, H. (2008). *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. (M. Borges Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editora. Disponível em <https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/becker-howard-s-outsiders-estudos-de-sociologia-do-desvio.pdf>
- Bento, A. e Barreto, E. (2002). *Sem-Amor Sem-Abrigo* (1ª ed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Berger, P. & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento* (24ª ed.). (Florian de Souza Fernandes Trad.). Rio de Janeiro: Vozes Editora. Disponível em <https://estadoeadministracaoofcap.files.wordpress.com/2012/10/bergerluckmann-19851.pdf>
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction: Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4ª ed.). New York: Oxford University Press.
- Chaves, M. (1999). O estigma como espelho: Notas sobre a deterioração de uma identidade territorializada. In *Fórum Sociológico*, 1 (1-2), 289-317. Disponível em <https://forumsociologico.fcsh.unl.pt/PDF/Artigo17optimizado.pdf>
- Chaves, M. (2013). *Casal Ventoso, da Gandaia ao Narcotráfico: Marginalidade Económica e Dominação Simbólica* (2ª ed.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cohen, S. (1987). *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and the Rockers*. Oxford: Basil Blackwell.

- Cordeiro, A. (2017, julho 13). Polícia de proximidade "deixou de aparecer" na Cova da Moura. In *Público*, disponível em <https://www.publico.pt/2017/07/13/sociedade/noticia/policia-de-proximidade-na-covada-moura-nasceu-de-conversas-e-nao-de-protocolos-1778899>
- Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva Editora.
- Costa, A. (1999). *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural* (1ª ed.). Lisboa: Celta Editora.
- Crocker, J. & Major, B. (1989). Social stigma and self-esteem: The self-protective properties of stigma. In *Psychological Review*, 96 (4), 608-630. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/224012629_Social_Stigma_and_Self-Esteem_The_Self-Protective_Properties_of_Stigma
- Cruz, D. (2010). *Prevenção do furto por carteirista em transportes públicos: Um estudo de caso* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/28651/1/Preven%c3%a7%c3%a3o%20do%20Furto%20por%20Carteirista%20em%20TP%20-%20Asp%20Dennis%20Da%20Cruz.pdf>
- Dantas, A. (2016). Análise de conteúdo: Um caso de aplicação ao estudo dos valores e representações sociais. In M. Lisboa (ed.), *Metodologias de investigação sociológica: Problemas e soluções a partir de estudos empíricos* (261-286). Braga: Edições Húmus. Disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/26257/1/Ana_Roque_Dantas_analiseconteudo_metodologias.pdf
- David, M. (2014). *Modelo integrado de policiamento de proximidade: Funcionalidades, problemas e potencialidades* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15383/1/Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20de%20Mestrado%20Marco%20David.pdf>
- Dias, D. (2013). *Mediação de Comportamentos Desviantes em Meio Escolar: Um Estudo de Caso* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17158/2/Tese_Final_DulceDias.pdf
- Durkheim, É. (2004). *As regras do método sociológico* (9ª ed.). (Eduardo Lúcio Nogueira Trad.). Oeiras: Editorial Presença. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2018/05/As-Regras-Do-Metodo-Sociologico-Emile-Durkheim.pdf>

- Eco, U. (2015). *Número zero*. Lisboa: Gradiva Editora.
- Elias, L. (2007). Policiamento de Proximidade: Desafios e Perspetivas Futuras. In *Revista Polícia Portuguesa*, N.º 005, 26-30. Lisboa: DNPSP.
- Elias, L. (2011). *Segurança na Contemporaneidade - Internacionalização e Comunitarização* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/14011/1/doutoramento%20Luis%20Elias%20Seguran%C3%A7a%20Contemporaneidade.pdf>
- Elias, L. (2012, maio). Desafios da segurança na sociedade globalizada. In *Observatório Político*, disponível em <http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2012/05/wp-11.pdf>
- Freud, S. (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. (J. Salomão, Trad.). In *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (1976), Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Galego, C. e Gomes, A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: O “focus group” como instrumento de investigação. In *Revista Lusófona de Educação*, N.º 5, 173-184. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n5/n5a10.pdf>
- Garcia, J., Jerónimo, H., Norberto, R. e Amaro, M. (2000). *Estranhos: Juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa* (Garcia, J. Coord.). Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia* (6ª ed.). (Alexandra Figueiredo, Ana Baltazar, Catarina Silva, Patrícia Matos e Vasco Gil Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Godinho, M. (2010). *Cova da Moura: Bairro “histórico” em evolução* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra. Disponível em <https://core.ac.uk/reader/19130616>
- Goffman, E. (2004). *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.). (M. Lambert Trad.). Brasil: Coletivo Sabotagem. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/212947/mod_resource/content/3/Goffman.%20Estigma%20e%20identidade%20social.pdf
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação: O planeamento em ciências sociais* (2ª ed.). Cascais: Principia Editora.
- Jones, E., Farina, A., Hastorf, A., Markus, H., Miller, D., & Scott, R. (1984). The dimensions of stigma. In E. E. Jones et al. (ed.), *Social stigma: The psychology of marked relationships* (24-79). New York: Freeman.

Disponível em
https://www.researchgate.net/publication/8023092_The_Social_Psychology_of_Stigma

Jorge, S. e Carolino, J. (2019). Um lugar em produção: o caso da Cova da Moura. In *Forum Sociológico, Habitação nas áreas urbanas de Lisboa e Porto: Da comunidade aos decisores políticos*, Série II, N.º 34, 19-30. Disponível em <https://journals.openedition.org/sociologico/4980>

Juan, E. e Rodrigues, D. (2016). Rap e Construção Identitária: Os Jovens de Origem Cabo-verdiana da Cova da Moura. In *Revista UBILETRAS*, N.º 4, Lisboa. Disponível em <https://silo.tips/download/rap-e-construao-identitaria-os-jovens-de-origem-cabo-verdiana-da-cova-da-moura-l>

Kuhn, A. e Agra, C. (2010). A pobreza é criminógena? In A. Kuhn & C. Agra, *Somos Todos Criminosos?* (52-55). Alfragide: Casa das Letras.

Lima, S. (1958). *Introdução à Psicologia* (A.J. Machado Gonçalves ed.). Coimbra.

Lisboa, M. e Dias, A. (2008). Organizações e Meio Envolvente: O caso do Policiamento de Proximidade (1-13). In *VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em <https://research.unl.pt/ws/files/11233388/659.pdf>

Lourenço, N. (2010, outubro/dezembro). O custo social e económico do crime: Introdução à análise dos impactes do crime nas vítimas e na sociedade. In *Pela Lei e Pela Grei*, Revista da Guarda Nacional Republicana, Ano XXII, N.º 88, 50-55. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Nelson_Lourenco3/publication/262874041_O_custo_social_e_economico_do_crime_Introducao_a_analise_dos_impactes_do_crime_nas_vitimas_e_na_sociedade/links/0c96053909896d9199000000/O-custo-social-e-economico-do-crime-Introducao-a-analise-dos-impactes-do-crime-nas-vitimas-e-na-sociedade.pdf~

Machado, B (2010). *Actuação policial em zonas urbanas sensíveis: da desordem ao unrest: reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela PSP* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24790/1/Bruno%20Machado.pdf>

Machado, C. (2004). *Crime e Insegurança: Discursos do medo, imagens do «outro»* (1ª ed.). Lisboa: Editorial Notícias.

Machado, H. (2008). *Manual de sociologia do crime*. Porto: Afrontamento Edições. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Helena-Machado->

[2/publicacao/285403786 Manual de sociologia do crime/links/5829c0ae08aeff66e480f57d/Manual-de-sociologia-do-crime.pdf](https://publicacao.285403786.Manual.de.sociologia.do.crime/links/5829c0ae08aeff66e480f57d/Manual-de-sociologia-do-crime.pdf)

- Malta, J. e Bourgard, J. (2016, novembro 7). Cova da Moura: O bairro do muro invisível em que os tijolos somos “nós” e “eles”. In *Rádio Renascença*, disponível em <https://rr.sapo.pt/2016/11/07/pais/cova-da-moura-o-bairro-do-muro-invisivel-em-que-os-tijolos-somos-nos-e-eles/noticia/67716/>
- Marôpo, L. e Silveira, P. (2014). Jornalismo e Construção Social da Realidade: Um contributo para o debate teórico. In *Revista Comunicando, Os desafios da investigação em Ciências da Comunicação: Debates e perspectivas de futuro*, Vol. 3. Disponível em <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/21250/1/Jornalismo%20e%20constru%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20realidade%20%20pp.%207-19.pdf>
- Mendes, L. (2008). Urbanização clandestina e fragmentação socio-espacial urbana contemporânea: O Bairro da Cova da Moura na periferia de Lisboa. In *Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto*, Série II, Volume II, 57-82. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6372.pdf>
- Morin, E. (1973). *O paradigma perdido: A natureza humana*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Morin, E. (2000). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências Juvenis: Trajectórias, intervenções e prevenção*. Porto: Legis Editora.
- Neves, C. (2019, janeiro 18). Godelieve Meersschaert: "Encontrei na Cova da Moura pessoas que tinham tempo para os outros". In *Diário de Notícias*, disponível em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/15-jan-2019/godelieve-meersschaert-encontrei-na-cova-da-moura-pessoas-que-tinham-tempo-para-os-outros-10379612.html>
- Oliveira J. e Queirós, C. (2012). Traços de personalidade e burnout em polícias: Uma revisão dos estudos. In Poiares, C. (2012), *Manual de Psicologia Forense e da Exclusão Social*, Vol.1, 141-203. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Penedo, C. (2003). *O Crime nos Media: O que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*. Lisboa: Livros Horizonte Editora.
- Pinto, I. e Marques, J. (2018). *Olhares sobre desvio e crime na sociedade portuguesa*. Porto: Legis Editora. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/34440/1/ICS_LSousa_O%20estudo%20da%20corrup%C3%A7%C3%A3o_CLI.pdf

- Poiares, C. (2012). (Des) Convivências & Violências. In Poiares, C., *Manual de Psicologia Forense e da Exclusão Social*, Vol.1, 205-219. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Poiares, C. (2017). Da Justiça à Psicologia: razões & trajectória. A intervenção juspsicológica. In *Sub judice* (22-23). Lisboa.
- Poiares, C., e Louro, M. (2018). Psicologia do Testemunho e Psicologia das Motivações Ajurídicas do Sentenciar: Da gramática teórica à investigação empírica. In *Revista Brasileira de Estudos Jurídicos*. Brasil, Minas Gerais.
- Poiares, N. (2004). *A profissão polícia: Uma nova lógica socioprofissional e organizacional* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora. Disponível em <https://repositorio.ipbeja.pt/handle/20.500.12207/5262>
- Poiares, N. (2014). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal* (Tese de Doutoramento). ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10004/1/Tese%20PhD%20Nuno%20Poiares.pdf>
- Poiares, N. (2018). *As profissões (para)jurídicas em Portugal: requisitos, mandatos e convergências* (2ª ed.). Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Poiares, N. e Santos, A. (2020). Da (ausência de) autonomia científica da criminologia. In *Revista Eletrónica do Curso de Direito da Universidade Federal de Sabra Maria*, 15 (2), e63837. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/35961/1/DA%20%28AUS%C3%8ANCIA%20DE%29%20AUTONOMIA%20CIENT%C3%8DFICA%20DA%20CRIMINOLOGIA.pdf>
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª ed.). (J. Marques, M. Mendes, M. Carvalho Trad.). Lisboa: Gradiva Editora. Disponível em <https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2018/09/quivy-manual-investigacao-novo.pdf>
- Raposo, O., Alves, A., Varela, P. e Roldão, C. (2019). Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 119, (5-28). Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/8937>
- Rodrigues, E. (2009). *Cova da Moura: Por dentro e por fora* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/80551/2/30114.pdf>

- Santos, F. (2019). *Da autonomia científica da Criminologia* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/33133/1/Ana%20Filipa%20Santos%20-%20Vers%C3%A3o%20final%20RCAAP.pdf>
- Santos, I. (2014). *Construir e Construir-se (n)uma Associação de Bairro: O Moinho da Juventude, na Cova da Moura* (Tese de Doutoramento). Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/18234>
- Saperas, E. (2000). *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas* (2ª ed.). Amadora: ASA Editores, S.A.
- Schutz, A. (1974). *El Problema de la Realidad Social*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Varela, P., Raposo, O. e Ferro, L. (2018). Redes de sociabilidade, identidades e trocas geracionais: Da “Cova da Música” ao circuito musical africano da Amadora. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 86, 109-132. Disponível em <https://journals.openedition.org/spp/4169>
- Vaz, C. (2014). Reflexões e práticas identitárias de jovens da Cova da Moura (Amadora, Portugal). In *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 3, N.º 2, 91-105. Disponível em <https://journals.openedition.org/cadernosaa/775>
- Vinuto, J. (2014, agosto/dezembro). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. In *Temáticas, Campinas*, N.º 22, (44), 203-220. Disponível em <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>
- Woodrow, A. (1996). *Informação, manipulação* (2ª ed.). (José Manuel Barata-Feyo Trad.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Woodward, K. (2007). Identidade e diferença. Uma introdução teórica e conceitual. In T.T. Silva, *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (7ª ed.), 7-72. Petrópolis: Editora Vozes. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4284077/mod_resource/content/1/cap%C3%ADtulo%20I%20-%20Woodward%20-%20IDENTIDADE-E-DIFERENCA-UMA-INTRODUCAO-TEORICA-E-CONCEITUAL.pdf
- Xiberras, M. (1996). *As Teorias da Exclusão. Para a construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.

ANEXOS

Ficha de Identificação – Focus Groups

NOME: _____	
GÉNERO: ☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Outro: _____	
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____	IDADE: ____anos
ESTADO CIVIL: ☐ Solteiro/a ☐ União de facto ☐ Casado/a ☐ Viúvo/a ☐ Divorciado/a ☐ Outro: _____	
NACIONALIDADE: _____	
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS: ☐ Inferior ao ensino básico (inferior ao 5º ano de escolaridade) ☐ Ensino básico (5º ano ao 9º ano de escolaridade) ☐ Ensino secundário (10º ano ao 12º ano de escolaridade) ☐ Curso profissional ☐ Licenciatura ☐ Pós-graduação ☐ Mestrado ☐ Doutoramento ☐ Outro: _____	
SITUAÇÃO ATUAL: ☐ Estudante ☐ Contrato de trabalho efetivo ☐ Contrato de trabalho a prazo ☐ Estágio profissional ☐ Desempregado ☐ Reformado ☐ Outro: _____	
PERÍODO DE RESIDÊNCIA: Há quanto tempo reside no Bairro do Alto da Cova da Moura? Resposta: _____	

A Preencher Pela Investigadora:

Focus Group N.º: _____ Letra Atribuída: _____ Data: ____/____/____ Hora: ____h____

Declaração de Consentimento Informado – Focus Groups

Eu, Ana Catarina Cananão Alves, estudante, venho solicitar a sua participação no trabalho de investigação subordinado ao tema: "Crime, estigma e identidade: Um estudo de caso no Bairro do Alto da Cova da Moura", com vista à elaboração da dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, no âmbito da frequência do XII Curso de Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Criminologia e Investigação Criminal, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, sediado em Alcântara, cidade de Lisboa.

Esta investigação privilegia a adoção de uma abordagem qualitativa, com o objetivo de recolher as perceções dos entrevistados face às questões levantadas. De ressaltar que não existem respostas certas nem erradas, o que interessa é o que pensa e sente. A recolha de dados será realizada através da gravação em formato de áudio e os dados serão analisados através da técnica de análise de conteúdo. Os dados recolhidos serão codificados e utilizados somente para fins científicos, assumindo um compromisso ético. O nome do(a) participante não será revelado, assegurando a confidencialidade e o anonimato.

Para os devidos efeitos, declaro que compreendi a explicação que me foi fornecida e que estou consciente de que em nenhum momento serei exposto(a) a riscos em virtude da minha participação. Tomei conhecimento de que a minha participação é voluntária e que disponho de absoluta liberdade para me retirar, interromper ou recusar responder a quaisquer questões, sem nenhum tipo de prejuízo para a minha pessoa. Mais declaro que autorizo a recolha, utilização, registo e tratamento dos dados e que fui informado(a) de que não terei qualquer despesa e de que não receberei qualquer gratificação pela minha participação.

_____, ____ de _____ de _____

(Participante)

Guião Orientador – Focus Groups

Texto Introdutório	- Quero começar por agradecer a vossa disponibilidade para estar aqui hoje. Para que compreendam o que irá suceder, farão todos parte de um <i>focus group</i>, ou seja, uma discussão em grupo, onde serão colocadas algumas questões. Terei ao meu dispor um guião orientador previamente elaborado por mim para me auxiliar nesta nossa conversa, que à partida não deverá exceder uma hora. Quero evidenciar que o objetivo não é testar a veracidade ou a qualidade das vossas respostas, mas sim recolher as vossas perceções face às questões levantadas. Peço-vos que respondam com sinceridade, uma vez que não existem respostas certas ou erradas e que não estarão a ser avaliados. O objeto de estudo desta investigação prende-se com o estigma e o preconceito associado ao Bairro do Alto da Cova da Moura, onde procurarei compreender e analisar os vossos entendimentos, enquanto moradores do bairro, face a esta temática. Gostaria que todos pudessem dar o vosso contributo relativamente a todas as questões que irei levantar, justificando as vossas respostas. Peço que não mantenham conversas paralelas e que não se interrompam uns aos outros. - Tudo o que referi até ao momento foi perceptível ou querem colocar alguma questão?
Dimensão 1 Introdução ao universo habitacional	- Confirmam que residem atualmente no Bairro do Alto da Cova da Moura?
Dimensão 2 Perceções acerca do território	- Gostam de viver no bairro ou se pudessem escolher, escolheriam viver noutro local?
Dimensão 3 Perceções acerca das representações sociais do bairro e dos residentes	- Qual é a vossa opinião sobre o modo como os meios de comunicação social, através da televisão, da rádio, dos jornais, das redes sociais, entre outros, procuram abordar os acontecimentos que ocorrem no bairro? - Como é que acham que os moradores do bairro são vistos e interpretados por aqueles que não residem no bairro?
Dimensão 4 Perceções acerca das fenomenologias sociais e criminais	- O bairro é muitas vezes associado à ocorrência de atividades criminosas e ilegais, entre outros problemas. Concordam com esta afirmação e consideram que o bairro é um local inseguro e problemático ou discordam do que foi dito?
Dimensão 5 Perceções acerca da relação entre a Polícia e os residentes	- De uma forma geral, como é que classificam a relação entre os moradores do bairro e a Polícia?
Dimensão 6 Perceções acerca dos processos estigmáticos	- Sentem-se excluídos, isolados e discriminados por viverem no bairro e sentem de alguma forma que vos são retiradas oportunidades a diferentes níveis das vossas vidas?
Conclusão	- Querem acrescentar alguma coisa que considerem relevante para o tema?

Guião de Inquérito por Entrevista – Intendente Paulo Ornelas Flor

Atual Comandante da Divisão Policial da Amadora - Comando Metropolitano de Lisboa da PSP

Texto Introdutório	- A realização desta entrevista surge no âmbito da elaboração da minha dissertação de mestrado em Ciências Policiais, na área de especialização de Criminologia e Investigação Criminal, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e o meu objeto de estudo prende-se com os processos estigmáticos que envolvem o Bairro do Alto da Cova da Moura. Com a realização deste inquérito por entrevista procuro recolher as suas perceções acerca das questões levantadas sobre a respetiva temática. O objetivo não é testar a veracidade ou qualidade das suas respostas e, por isso, peço-lhe que responda com sinceridade, não estando a ser avaliado e não existindo respostas certas ou erradas. Pelo facto de ser uma entrevista de teor académico, terá de ser gravada do início ao fim em formato de áudio. Os dados recolhidos serão utilizados somente para fins científicos. Quero, ainda, referir que esta entrevista está preparada para durar no máximo uma hora, podendo exceder esse tempo se assim se proporcionar. Para que tudo corra dentro do expectável, irei utilizar um guião previamente elaborado por mim, que me irá auxiliar na condução da entrevista. - Tudo o que referi até ao momento foi perceptível ou tem alguma questão?
Dimensão 1 Introdução ao universo profissional	- Gostaria que começasse por falar acerca do seu trajeto profissional até ao momento, sendo que ocupa atualmente o posto de Comandante da Divisão Policial da Amadora. - Quais são as principais emoções e sentimentos que a sua profissão lhe traz?
Dimensão 2 Perceções acerca do território	- Muito se ouve falar acerca da cidade da Amadora e da área envolvente, resultando numa multiplicidade de avaliações e perceções acerca do território. Como é que classifica e avalia esta zona urbana?
Dimensão 3 Perceções acerca das representações sociais do bairro e dos residentes	- Qual é a sua opinião sobre o modo como os meios de comunicação social procuram abordar os acontecimentos que ocorrem neste território e nas zonas circundantes, nomeadamente no Bairro do Alto da Cova da Moura? - Como é que acha que o bairro e, consequentemente, os moradores, são avaliados e analisados por aqueles que vêm de fora?
Dimensão 4 Perceções acerca das fenomenologias sociais e criminais	- A cidade da Amadora e os espaços envolventes, em particular, o Bairro do Alto da Cova da Moura, são muitas vezes caracterizados como espaços inseguros, problemáticos e perigosos, associados à ocorrência de atividades criminosas e ilegais, entre outras fenomenologias complexas. Qual é a sua opinião face a esta afirmação?
Dimensão 5 Perceções acerca da relação entre a Polícia e os residentes	- Como é que classifica a relação entre os moradores do bairro e a Polícia? - O Subintendente António Manuel Pereira, seu antecessor, e os responsáveis que na altura encabeçavam a direção da Associação Cultural Moinho da Juventude, uniram esforços com a finalidade de promover uma aproximação entre a Polícia e os moradores do bairro, um feito que se foi perdendo gradualmente. A minha questão é, se nos dias que correm, estão a ser pensadas ou praticadas quaisquer estratégias que visem a reaproximação entre a Polícia e os moradores do bairro, com vista a reimplementar o modelo de policiamento proximidade?
Dimensão 6 Perceções acerca dos processos estigmáticos	- Uma vez que tem uma ligação próxima com a realidade vivenciada no bairro, acredita que os processos estigmáticos podem ter repercussões na vida dos moradores e que, de alguma forma, possam ser-lhes retiradas oportunidades importantes em diferentes esferas da vida pelo facto de residirem no território? - As opiniões face aos processos estigmáticos que envolvem o bairro divergem bastante. Uns concordam com a dimensão do estigma enraizado no território, outros apontam-no como algo incompreensível. Qual é a sua opinião?
Conclusão	- Quer acrescentar alguma coisa que considere relevante para o estudo?

Guião de Inquérito por Entrevista – Subintendente António Manuel Pereira

Anterior Comandante da Divisão Policial da Amadora - Comando Metropolitano de Lisboa da PSP

Texto Introdutório	- A realização desta entrevista surge no âmbito da elaboração da minha dissertação de mestrado em Ciências Policiais, na área de especialização de Criminologia e Investigação Criminal, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e o meu objeto de estudo prende-se com os processos estigmáticos que envolvem o Bairro do Alto da Cova da Moura. Com a realização deste inquérito por entrevista procuro recolher as suas perceções acerca das questões levantadas sobre a respetiva temática. O objetivo não é testar a veracidade ou qualidade das suas respostas e, por isso, peço-lhe que responda com sinceridade, não estando a ser avaliado e não existindo respostas certas ou erradas. Pelo facto de ser uma entrevista de teor académico, terá de ser gravada do início ao fim em formato de áudio. Os dados recolhidos serão utilizados somente para fins científicos. Quero, ainda, referir que esta entrevista está preparada para durar no máximo uma hora, podendo exceder esse tempo se assim se proporcionar. Para que tudo corra dentro do expectável, irei utilizar um guião previamente elaborado por mim, que me irá auxiliar na condução da entrevista. - Tudo o que referi até ao momento foi perceptível ou tem alguma questão?
Dimensão 1 Introdução ao universo profissional	- Gostaria que começasse por falar um pouco acerca do seu trajeto profissional até ao momento em que se reformou, sendo que ocupava na altura o posto de Comandante da Divisão Policial da Amadora. - Quais as principais emoções e sentimentos que associa à sua antiga profissão?
Dimensão 2 Perceções acerca do território	- Atualmente, muito se ouve falar acerca da cidade da Amadora e da área envolvente, resultando numa multiplicidade de avaliações e perceções acerca do território. Retornando à época em que comandava a Divisão Policial da Amadora e, partindo do seu entendimento, como é que esta zona urbana era classificada e avaliada?
Dimensão 3 Perceções acerca das representações sociais do bairro e dos residentes	- Atualmente, existem inúmeras notícias que chegam até nós através dos diversos meios de comunicação social e que comprometem a cidade da Amadora e as zonas circundantes, nomeadamente o Bairro do Alto da Cova da Moura. A minha questão é a seguinte: o mesmo sucedia na altura em que comandava a Divisão Policial da Amadora? - Partindo do seu conhecimento acerca do bairro, assim como da ligação que foi construindo com os moradores, como é que considera que o bairro e os moradores eram, à época, avaliados por indivíduos sem qualquer ligação ao bairro?
Dimensão 4 Perceções acerca das fenomenologias sociais e criminais	- A cidade da Amadora e os espaços envolventes, em particular, o Bairro do Alto da Cova da Moura, são muitas vezes caracterizados como espaços inseguros, problemáticos e perigosos, associados à ocorrência de atividades criminosas e ilegais, entre outras fenomenologias complexas. Qual é a sua opinião face a esta afirmação?
Dimensão 5 Perceções acerca da relação entre a Polícia e os residentes	- Retornando à época em que ocupava o posto de Comandante da Divisão Policial da Amadora, como é que classificaria a relação entre os moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura e a Polícia? - O Subintendente e os responsáveis que encabeçavam a direção da Associação Cultural Moinho da Juventude uniram esforços com a finalidade de promover uma aproximação entre a Polícia e os moradores do bairro, privilegiando o policiamento de proximidade. Gostaria que falasse acerca desse processo e das estratégias que à época foram adotadas.
Dimensão 6 Perceções acerca dos processos estigmáticos	- Uma vez que detinha uma ligação próxima com a realidade vivenciada no bairro, acredita que os processos estigmáticos associados ao bairro poderiam resultar em consequências para a vida dos moradores e que, de alguma forma, poderiam ser-lhes retiradas oportunidades importantes em diferentes esferas da vida pelo facto de residirem no território? - As opiniões face aos processos estigmáticos que ainda hoje envolvem o bairro divergem bastante. Uns concordam com a dimensão do estigma enraizado no território, outros apontam-no como algo incompreensível. Qual é a sua opinião?
Conclusão	- Quer acrescentar alguma coisa que considere relevante para o estudo?

Guião de Inquérito por Entrevista – Vanda Carmo

Presidente da Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura

Texto Introdutório	- A realização desta entrevista surge no âmbito da elaboração da minha dissertação de mestrado em Ciências Policiais, na área de especialização de Criminologia e Investigação Criminal, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e o meu objeto de estudo prende-se com os processos estigmáticos que envolvem o Bairro do Alto da Cova da Moura. Com a realização deste inquérito por entrevista procuro recolher as suas perceções acerca das questões levantadas sobre a respetiva temática. O objetivo não é testar a veracidade ou qualidade das suas respostas e, por isso, peço-lhe que responda com sinceridade, não estando a ser avaliado e não existindo respostas certas ou erradas. Pelo facto de ser uma entrevista de teor académico, terá de ser gravada do início ao fim em formato de áudio. Os dados recolhidos serão utilizados somente para fins científicos. Quero, ainda, referir que esta entrevista está preparada para durar no máximo uma hora, podendo exceder esse tempo se assim se proporcionar. Para que tudo corra dentro do expectável, irei utilizar um guião previamente elaborado por mim, que me irá auxiliar na condução da entrevista. - Tudo o que referi até ao momento foi perceptível ou tem alguma questão?
Dimensão 1 Introdução ao universo profissional	- Gostaria que começasse por falar um pouco acerca do seu trajeto profissional até ao momento em que se tornou Presidente da Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura. - Falando agora um pouco acerca da Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, gostaria que me contasse acerca da origem e história desta associação, assim como os principais objetivos, missão, visão e valores. - Quais são as principais emoções e sentimentos que a sua profissão lhe traz?
Dimensão 2 Perceções acerca do território	- Muito se ouve falar acerca da cidade da Amadora e da área envolvente, resultando numa multiplicidade de avaliações e perceções acerca do território. Como é que classifica e avalia esta zona urbana?
Dimensão 3 Perceções acerca das representações sociais do bairro e dos residentes	- Qual é a sua opinião sobre o modo como os meios de comunicação social procuram abordar os acontecimentos que ocorrem neste território e nas zonas circundantes, nomeadamente no Bairro do Alto da Cova da Moura? - No seu ponto de vista, como é que acha que o Bairro do Alto da Cova da Moura e, consequentemente, os moradores, são avaliados e analisados por aqueles que vêm de fora?
Dimensão 4 Perceções acerca das fenomenologias sociais e criminais	- A cidade da Amadora e os espaços envolventes, em particular, o Bairro do Alto da Cova da Moura, são muitas vezes caracterizados como espaços inseguros, problemáticos e perigosos, associados à ocorrência de atividades criminosas e ilegais, entre outras fenomenologias complexas. Qual é a sua opinião face a esta afirmação?
Dimensão 5 Perceções acerca da relação entre a Polícia e os residentes	- Como é que classifica a relação entre os moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura e a Polícia?
Dimensão 6 Perceções acerca dos processos estigmáticos	- Uma vez que tem uma ligação próxima com a realidade vivenciada no Bairro do Alto da Cova da Moura, acredita que os processos estigmáticos que envolvem o bairro podem ter repercussões na vida dos moradores e que, de alguma forma, possam ser-lhes retiradas oportunidades importantes em diferentes esferas da vida pelo facto de residirem no território? - As opiniões face aos processos estigmáticos que ainda hoje envolvem o bairro divergem bastante. Uns concordam com a dimensão do estigma enraizado no território, outros apontam-no como algo incompreensível. Qual é a sua opinião?
Conclusão	- Quer acrescentar alguma coisa que considere relevante para o estudo?

Guião de Inquérito por Entrevista – Gracieth Almeida

Mediadora Sociocultural na Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura

Texto Introdutório	- A realização desta entrevista surge no âmbito da elaboração da minha dissertação de mestrado em Ciências Policiais, na área de especialização de Criminologia e Investigação Criminal, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e o meu objeto de estudo prende-se com os processos estigmáticos que envolvem o Bairro do Alto da Cova da Moura. Com a realização deste inquérito por entrevista procuro recolher as suas perceções acerca das questões levantadas sobre a respetiva temática. O objetivo não é testar a veracidade ou qualidade das suas respostas e, por isso, peço-lhe que responda com sinceridade, não estando a ser avaliado e não existindo respostas certas ou erradas. Pelo facto de ser uma entrevista de teor académico, terá de ser gravada do início ao fim em formato de áudio. Os dados recolhidos serão utilizados somente para fins científicos. Quero, ainda, referir que esta entrevista está preparada para durar no máximo uma hora, podendo exceder esse tempo se assim se proporcionar. Para que tudo corra dentro do expectável, irei utilizar um guião previamente elaborado por mim, que me irá auxiliar na condução da entrevista. - Tudo o que referi até ao momento foi perceptível ou tem alguma questão?
Dimensão 1 Introdução ao universo profissional	- Gostaria que começasse por me contar acerca das funções que desempenha na Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, nomeadamente há quanto tempo desempenha essas funções, como chegou até à associação, entre outras informações que considere pertinentes. - Quais são as principais emoções e sentimentos que a sua profissão lhe traz?
Dimensão 2 Perceções acerca do território	- Muito se ouve falar acerca da cidade da Amadora e da área envolvente, resultando numa multiplicidade de avaliações e perceções acerca do território. Como é que classifica e avalia esta zona urbana?
Dimensão 3 Perceções acerca das representações sociais do bairro e dos residentes	- Qual é a sua opinião sobre o modo como os meios de comunicação social procuram abordar os acontecimentos que ocorrem neste território e nas zonas circundantes, nomeadamente no Bairro do Alto da Cova da Moura? - No seu ponto de vista, como é que acha que o Bairro do Alto da Cova da Moura e, consequentemente, os moradores, são avaliados por aqueles que vêm de fora?
Dimensão 4 Perceções acerca das fenomenologias sociais e criminais	- A cidade da Amadora e os espaços envolventes, em particular, o Bairro do Alto da Cova da Moura, são muitas vezes caracterizados como espaços inseguros, problemáticos e perigosos, associados à ocorrência de atividades criminosas e ilegais, entre outras fenomenologias complexas. Qual é a sua opinião face a esta afirmação?
Dimensão 5 Perceções acerca da relação entre a Polícia e os residentes	- Como é que classifica a relação entre os moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura e a Polícia?
Dimensão 6 Perceções acerca dos processos estigmáticos	- Uma vez que tem uma ligação próxima com a realidade vivenciada no Bairro do Alto da Cova da Moura, acredita que os processos estigmáticos que envolvem o bairro podem ter repercussões na vida dos moradores e que, de alguma forma, possam ser-lhes retiradas oportunidades importantes em diferentes esferas da vida pelo facto de residirem no território? - As opiniões face aos processos estigmáticos que ainda hoje envolvem o bairro divergem bastante. Uns concordam com a dimensão do estigma enraizado no território, outros apontam-no como algo incompreensível. Qual é a sua opinião?
Conclusão	- Quer acrescentar alguma coisa que considere relevante para o estudo?

Declaração de Consentimento Informado – Inquéritos por Entrevista

Eu, Ana Catarina Cananão Alves, estudante, venho solicitar a sua participação no trabalho de investigação subordinado ao tema: "Crime, estigma e identidade: Um estudo de caso no Bairro do Alto da Cova da Moura", com vista à elaboração da dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, no âmbito da frequência do XII Curso de Mestrado em Ciências Policiais na especialização de Criminologia e Investigação Criminal, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, sediado em Alcântara, cidade de Lisboa.

Esta investigação privilegia a adoção de uma abordagem qualitativa, com o objetivo de recolher as perceções dos entrevistados face às questões levantadas. De ressaltar que não existem respostas certas ou erradas, o que interessa é o que pensa e sente. A recolha de dados será realizada através da gravação em formato de áudio e os dados serão analisados através da técnica de análise de conteúdo. Os dados recolhidos serão utilizados somente para fins científicos, assumindo um compromisso ético. O nome do(a) entrevistado será revelado, não sendo possível assegurar a confidencialidade e o anonimato.

Para os devidos efeitos, declaro que compreendi todas as explicações que me foram fornecidas, não restando dúvidas, e que estou consciente de que a minha participação é livre e voluntária, dispondo de absoluta liberdade para me retirar, interromper ou recusar responder a quaisquer questões, sem nenhum tipo de prejuízo para a minha pessoa. Mais declaro que autorizo a recolha, utilização, registo e tratamento dos dados e que fui informado(a) de que não terei qualquer despesa e de que não receberei qualquer gratificação pela minha participação.

_____, ____ de _____ de _____

(Participante)

**TRANSCRIÇÕES DOS *FOCUS GROUPS* E DOS INQUÉRITOS POR ENTREVISTA
E ANÁLISE DE DADOS COM RECURSO AO PROGRAMA MAXQDA**

- 1
- 2 **Focus Group N.º 1 (Idosos: 60 e mais anos) – Dia 30/11/2020, 11H30, na Associação de Solidariedade Social do Bairro do Alto da Cova da Moura**
- 3 **Investigadora:** Bom dia a todos.
- 4 **C:** Bom dia.
- 5 **Investigadora:** Eu quero agradecer a vossa [REPETIÇÃO] a vossa disponibilidade para estar aqui hoje comigo. [HESITAÇÃO] Resumidamente, os senhores farão parte de uma discussão em grupo onde serão colocadas algumas questões, que eu pretenderei depois que os senhores respondam sinceramente. [HESITAÇÃO] Eu terei aqui um [REPETIÇÃO] um guião para me ajudar nas [REPETIÇÃO] nas questões que eu vou levantar e à partida não estaremos aqui mais que uma hora. Portanto, eu quero [REPETIÇÃO] eu quero dizer-vos que não importa aqui a qualidade das vossas respostas, aqui não há respostas certas nem erradas [ÊNFASE]. Importa aqui aquilo que os senhores sentem e pensam em relação às [REPETIÇÃO] às questões que eu vou levantar. [HESITAÇÃO] O [REPETIÇÃO] o meu objeto de estudo [REFORMULAÇÃO] o meu principal objetivo com esta investigação [INTERRUPÇÃO]
- 6 **B:** Mas não há mais ninguém [ESPANTO].
- 7 **Investigadora:** Não, são só os senhores. Só vocês os três, agora.
- 8 **C:** Ah, é só os três agora?
- 9 **Investigadora:** Só os três agora. Depois [REPETIÇÃO] depois, posteriormente, haverá mais pessoas, agora são só os três.
- 10 **C:** Ah.
- 11 **Investigadora:** [HESITAÇÃO] Portanto, eu gostaria que todos vocês pudessem dar o vosso contributo em relação às questões que eu vou levantar [INTERRUPÇÃO]
- 12 **C:** Ah, está bem, já percebi.
- 13 **Investigadora:** [CONTINUAÇÃO] E que justifiquem sempre as vossas respostas. Tentem justificar sempre as [REPETIÇÃO] as respostas que dão. Portanto, querem colocar alguma questão?
- 14 **A, B, C:** [SILÊNCIO].
- 15 **Investigadora:** Não? Está tudo bem até agora? [RISOS].
- 16 **A, B, C:** [ACENAM QUE SIM COM A CABEÇA].
- 17 **Investigadora:** Então, confirmam que residem todos no Bairro do Alto da Cova da Moura?
- 18 **B:** Eu confirmo.
- 19 **Investigadora:** Moram [REPETIÇÃO] moram todos?
- 20 **C:** Sim.
- 21 **A:** Moro.
- 22 **Investigadora:** [HESITAÇÃO] Primeira questão que eu quero colocar aos senhores: o bairro é muitas vezes associado à ocorrência de atividades criminosas e ilegais, entre outros problemas. Vocês concordam com esta afirmação e consideram que o bairro é um local inseguro e problemático ou discordam?
- 23 **C:** Até concordava que o bairro fosse [REFORMULAÇÃO] que houvesse mais segurança [PAUSA] concordo que o bairro tenha mais segurança.
- 24 **B:** Olha, eu para mim é normal porque eu, desde que eu vivo aqui, não incomodo ninguém, ninguém

Texto introdutório

Focus Group - Idosos

Universo habitacional

Fenómenos sociais e criminais

Fenómenos sociais e criminais

Percepções acerca do território

Focus Group - Idosos

Representações sociais
Fenómenos sociais e criminais

- me incomoda. Para mim está tudo bem. Eu não tenho razão de queixa.
- 25 **A:** Eu também [REPETIÇÃO] eu também, da minha parte é a mesma coisa. Eu nunca tive problemas [INTERRUPÇÃO]
- 26 **B:** Nunca tive problemas com ninguém.
- 27 **A:** [CONTINUAÇÃO] Assim com as pessoas.
- 28 **C:** Eu também não, mas [REPETIÇÃO] mas há [REPETIÇÃO] há sítios onde eles passam, aquilo é [REFORMULAÇÃO] parece que fazem de propósito com as motas.
- 29 **A:** Isso das motas é sempre, para cima e para baixo, mas [INTERRUPÇÃO]
- 30 **C:** Isso era bem acabado cá no bairro.
- 31 **A:** Isso é verdade, que as motas é sempre [REFORMULAÇÃO] às vezes [INTERRUPÇÃO]
- 32 **C:** Isso era bem acabado cá no bairro [ÊNFASE].
- 33 **A:** Mas o resto [ACENA QUE NÃO COM A CABEÇA].
- 34 **Investigadora:** Segunda questão: vocês gostam de viver no bairro ou se pudessem escolher, escolheriam viver noutro local?
- 35 **C:** Não, eu gosto de viver aqui [ÊNFASE].
- 36 **A:** Eu, é aqui. Da minha parte é aqui [ÊNFASE].
- 37 **B:** É aqui. Eu gosto de viver aqui [ÊNFASE].
- 38 **Investigadora:** [HESITAÇÃO] Qual é a vossa opinião sobre o modo como os meios de comunicação social, por exemplo a televisão, a rádio, os jornais, as redes sociais, procuram abordar os acontecimentos aqui do bairro? O que é que vocês acham sobre isso?
- 39 **A:** Como? Eu não percebi [NÃO COMPREENDEU].
- 40 **Investigadora:** Os [REPETIÇÃO] os meios de comunicação social, a televisão, o que os jornalistas fazem, a rádio, qual é a sua opinião sobre o modo como eles procuram abordar aqui o bairro?
- 41 **A:** Às vezes, de vez em quando, algumas palavras que às vezes [PAUSA] que eles dizem que o bairro não presta, mas eu não sou contra isso porque se há agora coisas no meio eles têm de abordar, mas sempre que [REFORMULAÇÃO] eles abordam sempre as coisas [REFORMULAÇÃO] às vezes é por todo lado, não é só cá. Não é só cá no bairro.
- 42 **B:** Às vezes as coisas é eles com eles, não é? Pessoa que não tem, que não [REPETIÇÃO] que não interessa isso, está de lado, está de parte. E pronto, é isso [PAUSA] e as coisas que acontecem aqui mais é pessoas que vêm de fora.
- 43 **A:** Maioria parte ya.
- 44 **B:** É, maioria parte é pessoas que vêm de fora que faz essas coisas aqui.
- 45 **A:** Vêm de fora, vêm de outro lado [INTERRUPÇÃO]
- 46 **B:** Mas eu não sou aborrecida com isto, porque eu dentro na minha casa não tenho conversa com ninguém, é bom dia e boa tarde a quem me conhece [INTERRUPÇÃO]
- 47 **C:** É como eu, é a mesma coisa.
- 48 **B:** [CONTINUAÇÃO] E pronto, não tem problema.
- 49 **C:** É como eu, é a mesma coisa, é bom dia, boa tarde e mais nada. Dentro da minha casa [REPETIÇÃO] dentro da minha casa não tenho nada [REPETIÇÃO] não tenho nada com ninguém. Estou à minha vontade.
- 50 **Investigadora:** Mas acham que [REPETIÇÃO] que a televisão, a rádio, o que é que acham que eles

- [REPETIÇÃO] que eles fazem em relação ao bairro? Acham que fazem bem, fazem mal?
- 51 **C:** *Opá, bem, isto vamos ver uma coisa. Isto havia de haver coisas que eles não [REPETIÇÃO] não deviam de transmitir, porque essas coisas de violência das senhoras e isso tudo eles não deviam [REPETIÇÃO] não deviam de transmitir nada disso. Isso uma pessoa [REFORMULAÇÃO] para a gente [REFORMULAÇÃO] não sei, parece que fica sufocado sobre isso. O pai matou [REFORMULAÇÃO] o filho matou a mãe, a mãe matou [REFORMULAÇÃO] o marido matou a mulher, a mulher matou o marido, é tudo assim. Isto é [REPETIÇÃO] isto é incrível [INTERRUPÇÃO]*
- 52 **B:** *Mas aqui nunca acontece isso [ÊNFASE].*
- 53 **C:** *[CONTINUAÇÃO] Isto é incrível.*
- 54 **A:** *Mas aqui no bairro nunca.*
- 55 **B:** *Aqui nunca acontece isto.*
- 56 **C:** *Aqui não, mas [INTERRUPÇÃO]*
- 57 **B:** *É sempre fora.*
- 58 **C:** *[CONTINUAÇÃO] Mas, é fora. Isto é incrível.*
- 59 **A:** *Ela está a perguntar é sobre o bairro.*
- 60 **C:** *Isto é incrível.*
- 61 **A:** *É sobre o nosso bairro.*
- 62 **B:** *Sobre o nosso bairro, não é nada lá de fora, não é?*
- 63 **C:** *Isto é sobre o nosso bairro. Sobre o nosso bairro acho que isto [REFORMULAÇÃO] acho [REPETIÇÃO] acho bem que isto continue a ir para a frente.*
- 64 **Investigadora:** *[HESITAÇÃO] E como é que vocês acham que os moradores do bairro, neste caso vocês, são vistos por aqueles que não moram no bairro?*
- 65 **B:** *[PENSATIVA] Isto não sei.*
- 66 **A:** *Isso é [REPETIÇÃO] é uma coisa que uma pessoa não tem [REFORMULAÇÃO] porque eu [REPETIÇÃO] eu saio para o meu trabalho, entro na minha casa e depois dou umas voltinhas, vou para casa, eu por exemplo, assim, agora sei que vejo as caras desconhecidas dentro do bairro, sem dúvida. Mas, se eles vêm para fazer isso ou fazer outro, isso é que não posso afirmar [PAUSA] nem confirmar [ÊNFASE].*
- 67 **C:** *Eu, é como digo, eu dentro da minha casa não saio, só se for para vir aqui beber um cafezinho, se não vou aqui vou a outro lado. Mas também sou respeitado em todo [REFORMULAÇÃO] em qualquer lado. Ninguém me trata mal, nem [REPETIÇÃO] nem coisíssima nenhuma. É só [REPETIÇÃO] é só a única coisa que tem é [REPETIÇÃO] é haver aqueles barulhos à noite, no caso das motas e isso tudo. Incomoda-me porque quero dormir e não consigo dormir.*
- 68 **B:** *Não incomoda você sozinho, incomoda todos.*
- 69 **C:** *A todos, também, pronto.*
- 70 **B:** *A gente não tem nada que reclamar, estamos dentro de nossa casa, o que está lá fora não diz respeito. Deixa-os fazer o que quiser.*
- 71 **A:** *Sim, isso cada um está a fazer à maneira deles.*
- 72 **C:** *Sim, mas eu acho que está mal. Aquilo que eles fazem está mal.*
- 73 **B:** *Está mal, mas você não pode reclamar, você está dentro de sua casa [INTERRUPÇÃO]*
- 74 **Investigadora:** *Vamos [REPETIÇÃO] vamos passar aqui há próxima questão.*

- 75 **B:** [CONTINUAÇÃO] Eles não vão bater à porta a você para [INTERRUPÇÃO]
- 76 **C:** Não, não.
- 77 **B:** Então pronto.
- 78 **C:** Pronto.
- 79 **Investigadora:** Então, de uma forma geral como é que vocês classificam a relação entre os moradores do bairro e a Polícia?
- 80 **B:** Para mim está tudo bem, não tenho nada com a Polícia, não tenho nada com a justiça.
- 81 **C:** Está tudo bem, está tudo bem.
- 82 **A:** A Polícia é a autoridade que tem que estar dentro do bairro a trabalhar [REPETIÇÃO] a trabalhar. Porque sem a Polícia não há nada nem [REPETIÇÃO] nem nesse bairro nem no outro, nem em nenhum lado. Porque a Polícia é o [REPETIÇÃO] é o controlador das pessoas todas. Até deles próprios que [REFORMULAÇÃO] que nós somos autoridades de nós. Por isso, a autoridade é obrigatório estar em todo o lugar. E devidamente, como o que eles fazem [INTERRUPÇÃO]
- 83 **C:** Olha, ontem estavam ali ao fundo, ali no XXXXX [NOME NÃO REVELADO], ali abaixo, fui lá beber o café há uma hora, era [REFORMULAÇÃO] passava da uma, era perto das duas quando fui a beber o café. Aqui estava fechado fui lá abaixo beber um café [REPETIÇÃO] fui lá abaixo beber um café ao XXXXX [NOME NÃO REVELADO]. Mas estava tudo normal, não havia problema. Vim para cima lindamente bem.
- 84 **B:** Ah, de dia eu acho que isso anda normal. Mas é à noite que acontece essas coisas. Pronto, não é de dia [INTERRUPÇÃO]
- 85 **A:** Mais é à noite. De dias eles estão todos [INTERRUPÇÃO]
- 86 **B:** De dia está tudo normal. Eu para mim está normal.
- 87 **Investigadora:** E vocês acham que existe a necessidade de haver uma [REPETIÇÃO] uma maior proximidade com a Polícia ou acham que [REFORMULAÇÃO] gostavam que a Polícia viesse mais ao bairro, estivesse mais dentro dos acontecimentos ou, em contrapartida, gostavam que se afastassem um bocadinho mais?
- 88 **B:** Não, não. Eu no meu [REPETIÇÃO] no meu bairro lá em cima, há sempre Polícia, de vez em quando, está sempre na ronda. Pronto, está a fazer o trabalho deles, não é? [INTERRUPÇÃO]
- 89 **A:** E é o direito deles.
- 90 **B:** E pronto, mais nada, e é o direito deles.
- 91 **C:** Eles passam lá sempre à minha porta.
- 92 **B:** Então *prontos*, olhe é [INTERRUPÇÃO]
- 93 **C:** Eu moro na rua do XXXXX [NOME NÃO REVELADO], [DIRIGE-SE À ENTREVISTADA B] você conhece-me bem [INTERRUPÇÃO]
- 94 **B:** [CONTINUAÇÃO] Quando eles passam, estão a fazer o trabalho deles.
- 95 **A:** Eu também trabalhei na tropa, trabalhei na Defensiva de Angola, eu sei que a autoridade é uma autoridade.
- 96 **B:** E a gente tem de respeitar a [INTERRUPÇÃO]
- 97 **A:** O respeito é muito bonito em tudo. Tanto pelas polícias, tanto por nós próprios. Temos de dar a dignidade de todos. Porque nós temos que ter a união com um e outro. Para ajudar uns e aos outros, para levar para aí e para além, se for necessário. Agora há certas pessoas, pronto, cada um tem a sua ideia, cada um tem o seu elemento da própria pessoa e isso às vezes desculpo, mas de resto não

		acho [REFORMULAÇÃO] da parte da Polícia, deve ter até mais, era para estar aí [INTERRUPÇÃO]
		98 C: Deve ter mais policiamento.
		99 Investigadora: Acha que [INTERRUPÇÃO]
Relação polícia / residentes		100 C: Na minha ideia acho que sim, agora depende da opinião das outras pessoas, que eu não vou contrariar ou este ou aquele, não. As pessoas é que sabem o que é. Eu [REPETIÇÃO] eu é como digo.
		101 Investigadora: Aqui só mais uma questão [HESITAÇÃO] vocês sentem-se excluídos, isolados e discriminados por viverem no bairro e sentem que de alguma forma vos são retiradas oportunidades importantes nas vossas vidas por residirem aqui no bairro?
		102 C: [PENSATIVO] Acho que não.
		103 A: Como é que é? Qual é? Não percebi [NÃO COMPREENDEU].
		104 Investigadora: Se o senhor se sente excluído, isolado e discriminado por viver aqui no bairro e se sente que lhe são retiradas oportunidades por [REPETIÇÃO] por residir aqui no bairro?
Perceções acerca do território		105 A: Ah, eu [REPETIÇÃO] eu este bairro, eu espero que a minha vida continue aí até o fim, da minha parte e da minha família.
		106 B: Também eu, eu é igual.
Processos estigmáticos		107 A: De resto, cada um é que se escolhe à maneira deles.
		108 C: Eu trabalhei 39 anos na XXXXX [NOME NÃO REVELADO]. E lá [REFORMULAÇÃO] fui um bom funcionário lá, fui. Tive que me reformar por causa da minha esposa que não tinha ninguém que a acompanhasse. Não tenho filhos, não tenho ninguém. Tive [REFORMULAÇÃO] cortaram-me 13,5%, que é que eu vou fazer? Nada. Se eles se governarem com isso, que se governem lá com isso que para mim não [INTERRUPÇÃO]
Focus Group - Idosos		109 Investigadora: Então os senhores nunca se sentiram isolados e discriminados por viverem aqui no bairro?
		110 B: Não, não [ÊNFASE].
		111 C: Não, não, não [ÊNFASE].
		112 A: Não, nada. Absolutamente nada. Da minha parte nada [ÊNFASE].
		113 Investigadora: Querem acrescentar alguma coisa que acham aqui relevante sobre o bairro, sobre o tema?
		114 C: Acho que não.
		115 Investigadora: Querem dizer alguma coisa?
		116 C: Acho que não.
		117 B: Eu para mim está tudo bem.
		118 C: Está tudo <i>fixe</i> .
Conclusão		119 A: O bairro [REPETIÇÃO] o bairro desde o princípio foi bem. Mas tudo isso da criação mais nova e tal, que havia qualquer coisa, mas isso graças a Deus, pouca coisa existe, quase nada para o que havia. Em 90 e pouco, mas isso já se passou. Portanto, o bairro, graças a Deus, já está normal assim. Só que pronto, nós temos de ter a Polícia, porque a Polícia é o respeito de todos os lados, não é só de cá do Bairro do Alto da Cova da Moura, não é só da Damaia, é todo o mundo. É o mundo inteiro. E não é só cá em Portugal, é também em Cabo Verde e em todo o lado. E, se não fosse a Polícia, a coisa vai tudo descontrolado.
Fenómenos sociais e criminais		120 C: Mas [REPETIÇÃO] mas hoje em dia, desculpe aqui o que eu vou dizer, os senhores vão levar a mal
Relação polícia / residentes		

Fenómenos sociais e criminais
Relação polícia / residentes

Processos estigmáticos

Focus Group - Idosos
Conclusão

Focus Group - Adultos

Texto introdutório

com certeza aquilo que eu vou dizer, mas desculpem, mas eu vou dizer uma coisa. Eles hoje em dia não respeitam a Polícia, não respeitam ninguém.

121 **Investigadora:** Está a referir-se às pessoas aqui do bairro?

122 **C:** Ah, não sei quando é que foi que eles [REFORMULAÇÃO] a Polícia andou [REFORMULAÇÃO] o policiamento aqui pelo bairro e a Polícia foi apedrejada.

123 **A:** Isso é em todo o lado, não é só cá no bairro. Isso não é só cá no bairro [ÊNFASE]. É no bairro da Amadora, bairro [REPETIÇÃO] bairro ali no outro lado, bairros [PAUSA] isso não é só cá no bairro. Só que pronto, e se eles fizeram isso é falta de respeito, sem dúvida. Mas sim, eles não devem fazer, porque fica [REFORMULAÇÃO] o bairro fica mal classificado. Mas não é só cá dentro do bairro, é [INTERRUPÇÃO]

124 **C:** Oh, é em vários, até no [REFORMULAÇÃO] se formos a ver até na Serra da Mina já fizeram a mesma coisa.

125 **B:** Todo o lado, isto é em todo o lado.

126 **A:** Todo o lado.

127 **Investigadora:** E acham que o bairro neste momento é mal classificado?

128 **A:** Quer dizer, andar à pedra com a Polícia, está mal. Isso está mal, sem dúvida. Porque se a Polícia está a fazer o seu trabalho, nós temos de ser obrigados a receber a ordem da autoridade.

129 **C:** Exato.

130 **Investigadora:** Sim senhor. Os senhores querem acrescentar mais alguma coisa?

131 **C:** Não.

132 **B:** Eu, para mim, já está.

133 **Investigadora:** Está tudo bem?

134 **C:** Também está tudo.

135 **B:** Obrigada.

136 **A:** Ok.

137 **Investigadora:** Pronto, então sendo assim damos por terminada aqui a nossa conversa. Eu quero agradecer a todos por estarem aqui, a vossa participação, a colaboração, que será imprescindível para [REPETIÇÃO] para o avanço desta minha investigação científica. Muito obrigada.

138 **C:** Está bom.

139 **B:** Está bom. Obrigada.

140 **C:** Está bom. Obrigada.

141 **A:** Um bom dia também.

142 **Investigadora:** Obrigada eu, obrigada a todos.

143 **B:** Então, com licença.

144 **C:** [DIRIGE-SE AOS OUTROS ENTREVISTADOS] E desculpem lá.

145 ***

146 **Focus Group N.º 2 (Adultos: 31-59 anos) – Dia 30/11/2020, 14H00, na Associação de Solidariedade Social do Bairro do Alto da Cova da Moura**

147 **Investigadora:** Então boa tarde a todos. Eu quero agradecer a vossa disponibilidade para estar aqui comigo hoje. Para que percebam melhor aquilo que irá suceder, vocês farão todos parte de uma

Texto introdutório

discussão em grupo onde serão colocadas algumas questões. Eu terei ao meu dispor este guião que me vai auxiliar a moderar esta nossa conversa. O objetivo não é testar a veracidade ou a qualidade das vossas respostas, mas sim recolher as vossas perceções face àquilo que eu vou perguntar. Peço-vos que respondam com sinceridade, uma vez que não existem respostas certas ou erradas e que não estarão a ser avaliados. O objeto de estudo desta investigação prende-se com o estigma e o preconceito associado a este bairro, onde procurarei compreender e analisar os vossos entendimentos, enquanto moradores do bairro, face a esta temática. Gostaria que todos pudessem dar o vosso contributo relativamente às questões que irei levantar, justificando sempre as vossas [REPETIÇÃO] as vossas respostas. Peço-vos ainda que não mantenham conversas paralelas e que não interrompam as [REPETIÇÃO] as respostas de cada um. Alguma dúvida até agora?

148 D: Não.

149 E, F: [ACENAM QUE NÃO COM A CABEÇA].

150 **Investigadora:** Então, confirmam que residem atualmente no Bairro do Alto da Cova da Moura?

151 D: Sim.

152 E: [ACENA QUE SIM COM A CABEÇA].

153 F: Sim.

154 **Investigadora:** Primeira questão: o bairro é muitas vezes associado à ocorrência de atividades criminosas e ilegais, entre outros problemas. Vocês concordam com esta afirmação e consideram que o bairro é um local inseguro e problemático ou discordam do que foi dito?

155 F: [HESITAÇÃO] Inseguro, é. Inseguro é. Porque tem coisas que acontece aqui, policialmente, claro que tem, mas noutros lados também. Mas pronto, problemático eu não diria. Antigamente era mais problemático, quando cheguei cá, problemas graves mesmo. Mas inseguro, eu acho que é inseguro. Pronto, mas problemático eu não diria que é problemático. Não diria.

156 D: Sim, quanto há insegurança, eu acho que é [REPETIÇÃO] é inseguro como é em todo o lado. Eu acho que, *prontos*, a nível de problemático, também acho que não. É assim, eu pessoalmente, moradora aqui, é assim, sinto-me [REPETIÇÃO] sinto-me bem, não sinto que haja, *prontos*, há uma coisa ou outra, mas lá está, eu acho que é assim, em todo o lado também há, não é? Eu acho que é por aí.

157 E: Eu também acho, por acaso também, qualquer coisa há, mas não é comigo.

158 **Investigadora:** Então a segunda questão: vocês gostam de viver no bairro da Cova da Moura ou se pudessem escolher, escolheriam viver noutro lugar?

159 F: É assim, eu preferia viver noutro lado. Só que pronto, acho que tem que se organizar para sair para outro lado. Pronto, eu sou estudante também e vim para estudar [REFORMULAÇÃO] eu estou a estudar [REFORMULAÇÃO] eu parei de estudar [RISOS]. Estou a organizar um espaço melhor, melhores condições para sair. Vi uma casa agora, por exemplo, lá para o Entroncamento, eu não estou a morar lá ainda, eu estou a preparar para sair porque, pronto. No meu caso, por exemplo, pessoal, eu digo que quero sair. Pronto, preferia sair, procurar [REPETIÇÃO] procurar outros [REPETIÇÃO] outros sítios melhores, sítios com condições básicas, bem organizado, eu saía.

160 E: Eu gosto de morar aqui.

161 D: Eu no meu caso é assim, como eu praticamente nasci aqui, portanto é assim, eu gosto de viver aqui. É assim, se tenho alguma vontade também de procurar outra zona, mesmo para os meus filhos, *prontos*, tenho essa vontade. Mas, é assim, mas gosto de viver aqui, sempre vivi aqui, sempre, *prontos*, praticamente vivi aqui a minha vida, portanto não [REFORMULAÇÃO] gosto, gosto muito de viver aqui, sim.

Universo habitacional

Focus Group - Adultos

Fenómenos sociais e criminais

Perceções acerca do território

Fenómenos sociais e criminais

Processos estigmáticos

Fenómenos sociais e criminais

Focus Group - Adultos

Representações sociais

Processos estigmáticos

Processos estigmáticos

162 **Investigadora:** Qual é a vossa opinião sobre o modo como os meios de comunicação social, por exemplo a rádio, a televisão, os jornais, as redes sociais, procuram abordar os acontecimentos que ocorrem aqui no bairro?

163 **F:** Como? Explica melhor [NÃO COMPREENDEU].

164 **Investigadora:** As notícias que [REPETIÇÃO] que vão surgindo sobre o bairro.

165 **F:** O que eu tenho a dizer é que em termos de comunicação social, a comunicação social tenta difamar também o bairro. Nem todos falam a verdade, eles tentam difamar o bairro por ser um bairro com fama de outrora ser um bairro um bocadinho polémico e eles aproveitam dessa polémica e fama do bairro e difamam o bairro. E nem sempre é verdade, é isso que tenho a dizer.

166 **D:** Eu por acaso concordo com essa opinião porque é assim, lá está, há insegurança, não é? Há realmente, acontecem situações aqui, mas acho que às vezes os meios de comunicação [HESITAÇÃO] portanto, dão mais ênfase do que àquilo que realmente é. *Prontos*, porque o bairro não é assim também tão mau quanto isso. E é assim, é o que eu digo, aquilo que acontece aqui também acontece noutros locais. *Prontos*, acho que na mesma dimensão, provavelmente. Só que lá está, é aqui a fama e depois é assim, quem vive aqui acaba por, também, levar um bocadinho com essa fama. Mas eu acho que exageram às vezes, muitas vezes exageram [INTERRUPÇÃO]

167 **F:** Desculpa. Aqui tem os seus problemas, que todos já sabem. Mas conforme a comunicação social faz coisas aqui, eles tentam instituir um filme para difamar mais o bairro. Muitas coisas que acontecem aqui no bairro, é pessoas que vêm doutro [ÊNFASE] bairro, vêm fazer algo aqui e vêm manchar mais o bairro. Eu não concordo a 100% com o que a comunicação social anda a fazer. Eles também difamam o bairro, porque acham o bairro famoso, com a fama de outrora, não sei quê, não sei quê. É isto, o bairro não é tão mau como diz a comunicação social.

168 **E:** Acho que muitas pessoas que estão aí nesse bairro estão a fazer muitas coisas para difamar o bairro, mas não é por causa de pessoas daqui. Mas pronto, todo o sítio tem qualquer coisa e o bairro também.

169 **D:** Sim e nós acabamos por ficar um bocadinho prejudicados com isso. Porque é assim, eu por exemplo, eu vou a algum lado ou se preciso de fazer alguma encomenda ou alguma coisa que venham trazer aqui, as pessoas não vêm [ÊNFASE]. Quer dizer, ou tenho que ir ali à Damaia ou as pessoas simplesmente dizem que a pessoa está ausente, por exemplo, esse tipo de coisas. E acho que está [REPETIÇÃO] está errado, não é?

170 **F:** O táxi não entra.

171 **D:** Não, exatamente.

172 **F:** O táxi diz que não pode entrar, por causa da fama do bairro. Só à entrada.

173 **D:** Exatamente.

174 **Investigadora:** Então, como é que vocês, moradores [HESITAÇÃO] acham que são vistos e interpretados por aqueles que não moram no bairro?

175 **F:** [HESITAÇÃO] Depende. Há pessoas que tratam bem ou tratam mal por viver no bairro, é só isso. Há pessoas que entendem bem o que é esse bairro e interpretam bem. E há pessoas que não entendem o que é esse bairro e interpretam mal as pessoas que vivem nesse bairro, é só isso. Mas, eu diria que muita gente faz mau juízo de nós, que vivem no bairro. Faz mau juízo, mas nós não somos assim [ÊNFASE]. Algumas das pessoas têm os seus problemas pessoais, mas não é toda a gente, mas tenta generalizar-se. Esta geração, eu não concordo, para mim é uma falsa contra as pessoas do bairro.

176 **D:** Exatamente. Acaba por generalizar toda a gente e, *prontos*, e acabamos por estar todos no mesmo barco e *prontos*, é isso.



Fenômenos sociais e criminais

Relação polícia / residentes

Focus Group - Adultos

Processos estigmáticos

177 **E:** Sim, qualquer coisa diz-se as “pessoas do bairro”, mas não é todos.

178 **Investigadora:** De uma forma geral, como é que vocês classificam a relação do [REFORMULAÇÃO] entre os moradores do bairro e a Polícia?

179 **F:** [HESITAÇÃO] Muitos polícias, racistas, comportam muito mal com as pessoas do bairro, em termos de ações. Por ser um bairro famoso, vêm com muita agressão sobre as pessoas aqui. Mas pronto, há pessoas, como todo o bairro tem, pessoas que são um bocadinho agressivas. Mas pronto, para prender alguém por exemplo, vêm com essa agressão. É uma atitude que é negativa. Por isso é que alguns polícias, que eu tive a ver na internet, foram condenados, foram [REFORMULAÇÃO] cometeram muitos erros aqui, contra as pessoas aqui. Aproveitam [ÊNFASE] a fama do bairro, cometem erros graves, agressões graves, violentamente, contra as pessoas aqui. Portanto, para mim, não é 100% boa, a Polícia aqui não é 100% boa, é má [ÊNFASE].

180 **D:** O senhor falou do racismo e eu própria [REPETIÇÃO] eu própria também já senti [REPETIÇÃO] já senti por ser moradora do bairro, e não agora a questão da raça [HESITAÇÃO] portanto, tratem-me com alguma agressividade. Eu, por exemplo, estava a sair e perguntaram-me “Que é que está aqui a fazer? Onde é que mora?”, *prontos*, mas de uma forma agressiva. E senti isso porquê? Porque estava aqui dentro do bairro, *prontos*, eu moro aqui e senti isso, também.

181 **E:** Sim, às vezes também, eu estou aqui há sete anos, mas eu nunca tive nada com a Polícia. Todos me tratam muito bem, quando passam lá na minha rua, a Polícia passa lá de vez em quando, mas nunca faz mal, não faz mal e eu também.

182 **Investigadora:** Então, vocês acham que deveria existir uma [REPETIÇÃO] uma melhoria na relação entre os moradores e a Polícia?

183 **F:** Sim, sim.

184 **Investigadora:** Talvez uma relação mais próxima ou mais afastada?

185 **D:** Mais próxima.

186 **F:** Sim, sim, mais próxima. Afastada também não, mais próxima. Porque a Polícia é para meter a ordem pública. Eu gosto de Polícia, mas a forma que eles agem com as pessoas aqui é que é mau. É que a Polícia é para proteger, mas a atuação com as pessoas aqui é que é má. Eu sei que não é a Polícia só. Eu gosto de Polícia, eu trabalho junto da Polícia sempre.

187 **D:** A gente até tem essa necessidade de se sentir protegidos, mas às vezes não é essa a sensação que temos, pelo menos não é, também falo por mim. É assim, a sensação é, eu moro aqui no bairro e somos todos tratados da mesma forma e *prontos* com alguma agressividade, e não é isso que a gente quer, não é?

188 **Investigadora:** Aqui uma última questão: vocês sentem-se excluídos, isolados e discriminados por viverem no bairro e sentem de alguma forma que vos são retiradas algumas oportunidades a diferentes níveis da vossa vida?

189 **F:** Sim. Concordo. Agora, se vai para um trabalho, isso há quem faça às vezes. No caso do Entroncamento, eu mudei mesmo agora para o Entroncamento. Eu estou aqui, eu vivo no bairro, mas há cerca de um ano [REFORMULAÇÃO] oito meses comprei, uma casa no Entroncamento e mudei a minha morada para o Entroncamento. Porquê? Porque não quero ter [REFORMULAÇÃO] eu posso viver [REFORMULAÇÃO] eu quero viver aqui, mas por causa de quê? Por causa do local de trabalho. Ele disse “mora onde?” “Entroncamento”. Então, já [REFORMULAÇÃO] eu estou a viver no bairro, mas já não digo que é na Cova da Moura. E antes sabe o que é que eu fazia? Eu tirava a Cova da Moura e punha só Rua XXXXX [NOME NÃO REVELADO], Águas Livres, Amadora. Não punha Buraca, não punha Cova da Moura. Por causa de quê? Por causa de diferenciar, para não nos verem com outro olhar. Eu faço sempre [RISOS], pronto é por causa dessas coisas todas ya [RISOS].

190 **D:** Isso acontece [REFORMULAÇÃO] eu por acaso, é assim sempre [REFORMULAÇÃO] é assim, nasci aqui, praticamente, e eu sempre por acaso fui um bocadinho ao contrário do senhor, eu sempre disse, lá está, que morava aqui e as pessoas lá está, havia sempre quem olhasse sempre de lado. Mas eu, por acaso, sempre foi ao contrário. Porquê? Porque eu acho que é assim, eu sou uma pessoa de bem, não é? E então, eu acho que é assim, a gente também tem que demonstrar que, eu moro ali, mas é assim, não existe [REFORMULAÇÃO] é assim, existem boas pessoas no bairro, não é? *Prontos*, então é assim, eu tenho que demonstrar que o bairro não é só aquilo que eles pensam, não é? Que é só má fama, que não presta, que é, *prontos*, então eu faço de uma outra forma, eu tento mostrar que não, eu sou dali, mas é assim [INTERRUPÇÃO]

191 **F:** Desculpe, desculpe [RISOS].

192 **D:** Sim, sim.

193 **F:** Mesmo com a morada, eles vão saber que moro no bairro. Só que o problema é que eu não ponho mesmo escrito mesmo, ponho só assim [REFORMULAÇÃO] mas eles vão saber, eles sabem, põem no computador, é Cova da Moura. Só que eu não ponho no documento [RISOS] para diminuir essa visão só, mas eles sabem que a gente moramos cá, põem a morada e vão saber, rua tal, isso é Cova da Moura. Só que eu não ponho, porque as pessoas [RISOS] [REFORMULAÇÃO] você pode disfarçar um bocadinho as coisas, para evitar ver-nos com outro olhar, é isso que eu faço [RISOS].

194 **Investigadora:** Quer acrescentar alguma coisa?

195 **E:** Como? [NÃO COMPREENDEU].

196 **Investigadora:** Quer acrescentar alguma coisa?

197 **E:** Não.

198 **Investigadora:** Sente-se excluída, sente-se isolada?

199 **E:** [NÃO COMPREENDEU].

200 **Investigadora:** Sente-se excluída, sente-se isolada por viver aqui no bairro?

201 **E:** Estou aqui, estou bem, nunca me senti nada mal.

202 **Investigadora:** Pronto, querem acrescentar algo que achem relevante aqui sobre o tema, sobre o bairro, alguma coisa que gostassem que ficasse aqui esclarecido?

203 **F:** Gostaria que [HESITAÇÃO] a sociedade, o Estado Português [ÊNFASE] que repensasse bem este bairro, mudar [REFORMULAÇÃO] ajudar a população do bairro, criar outras condições para o bairro. Por exemplo, que os táxis não podem entrar aqui, é um problema que tem que ser resolvido com o Estado [ÊNFASE] e as pessoas aqui do bairro. Tem que criar forma de interagir entre esse bairro e a sociedade portuguesa, porque o bairro está excluído da sociedade portuguesa, quase. E vê-se o bairro de forma diferente e é isso que a gente não gosta. O Estado Português deve [ÊNFASE] incluir o bairro como um bairro português. O táxi tem que entrar, uma pessoa está com carga [REFORMULAÇÃO] tem uma carga do aeroporto tem que deixar na estrada porque eles não podem entrar, é muito mau, é muita maldade, é isso que eu vejo. Tem que haver uma maior estruturação no bairro, o Estado tem que entrar no bairro para ajudar, porque esse bairro está excluído, está afastado. Táxi não entra, é muita maldade, é muito [ÊNFASE] mau mesmo.

204 **D:** Sim, nós acabamos por ser um bocadinho excluídos, estamos um bocadinho à parte, não é? Eu por exemplo, agora lembrei-me de um exemplo. Por exemplo, a escola aqui da Cova da Moura, agora penso que já vai fechar ou fechou, mas por exemplo, eu lembro-me por exemplo quando eu inscrevi os meus filhos, praticamente esta escola é só, por exemplo, para os meninos aqui do bairro, não é? Enquanto, portanto, nós temos mais escolas aqui nas Águas Livres em que há, portanto [REFORMULAÇÃO] vêm meninos da Buraca, vêm meninos da Damaia, vêm meninos aqui da Cova, mas por exemplo na escola da Cova é só os meninos da Cova, o que eu acho muito mal, porque eu

Processos estigmáticos

Focus Group - Adultos

Conclusão

Texto introdutório

Focus Group - Jovens

Universo habitacional

Fenómenos sociais e criminais

acho que devia ter meninos de outras [REFORMULAÇÃO] da freguesia, também, não é? Acho, por exemplo, isso mal e nota-se aí essa discriminação, que é só daqui e parece que isto é um mundo fechado e pronto, é um mundo à parte.

205 **Investigadora:** Mais alguma coisa?

206 **D:** Não.

207 **F:** Não, obrigada [RISOS].

208 **E:** [ACENA QUE NÃO COM A CABEÇA].

209 **Investigadora:** Pronto, damos então por terminada a nossa conversa, quero agradecer a todos a vossa participação e o tempo que despenderam. A vossa colaboração vai ser imprescindível para [REPETIÇÃO] para o avanço desta investigação. E muito obrigada a todos.

210

211 **Focus Group N.º 3 (Jovens: 18-30 anos) – Dia 30/11/2020, 16H00, na Associação de Solidariedade Social do Bairro do Alto da Cova da Moura**

212 **Investigadora:** Então boa tarde a todos. Eu quero agradecer a vossa disponibilidade para estar aqui hoje. Para que percebam melhor o que irá suceder, farão todos parte de uma discussão em grupo, onde eu vou colocar algumas questões. Eu terei ao meu dispor este guião, que foi previamente elaborado por mim, para me auxiliar a moderar esta nossa conversa, que à partida não deverá ultrapassar uma hora. Quero evidenciar que o objetivo não é testar a veracidade ou a qualidade das vossas respostas, mas sim recolher as vossas perceções face às questões que eu vou levantar. Peço-vos que respondam com sinceridade, uma vez que não existem respostas certas ou erradas e que não estarão a ser avaliados em nenhum momento. O objeto de estudo desta investigação prende-se com o estigma e o preconceito associado ao Bairro do Alto da Cova da Moura, onde procurarei compreender e analisar os vossos entendimentos, enquanto moradores do bairro, face a esta temática. Eu gostaria que todos vocês pudessem dar o vosso contributo relativamente a todas as questões que irei levantar, justificando sempre as vossas respostas. Peço-vos ainda que não mantenham conversas paralelas e que não se interrompam uns aos outros. Alguma questão?

213 **G, H, I:** [ACENAM QUE NÃO COM A CABEÇA].

214 **Investigadora:** Então podemos começar? [RISOS].

215 **I:** Sim.

216 **Investigadora:** Confirmam que residem atualmente no Bairro do Alto da Cova da Moura?

217 **I:** Sim.

218 **H:** Sim.

219 **G:** Sim.

220 **Investigadora:** Primeira questão: o bairro é muitas vezes associado à ocorrência de atividades criminosas e ilegais, entre outros problemas. Vocês concordam com esta afirmação e consideram que o bairro é um local inseguro e problemático ou discordam do que foi dito?

221 **H:** Eu discordo [PAUSA] ah, porquê? [RISOS].

222 **Investigadora:** Se puderem justificar sempre, agradeço [RISOS].

223 **H:** [HESITAÇÃO] Pessoalmente nunca tive nenhum tipo de encontro com algum tipo de ilegalidade. Nunca tive medo de estar no bairro.

224 **I:** Eu também discordo, sempre vivi aqui no bairro e nunca tive problemas. Sinto-me segura.

225 **G:** Concordo [REFORMULAÇÃO] ou discordo [RISOS].

226 **Investigadora:** Discordas? Discordas que é um local inseguro ou concordas?

227 **G:** Sim, sim.

228 **Investigadora:** Discordas que é um local inseguro.

229 **G:** Pelas mesmas razões, lá está. Nunca tive problemas.

230 **Investigadora:** E vocês gostam de viver no bairro ou se pudessem escolher, escolheriam viver noutro local?

231 **H:** Eu gosto de viver aqui [ÊNFASE].

232 **Investigadora:** E queres justificar porquê?

233 **H:** [HESITAÇÃO] Geograficamente estou perto de tudo, estou perto da praia, do centro comercial, tenho o XXXXX [NOME NÃO REVELADO] à porta.

234 **I:** Sim, também [REPETIÇÃO] também concordo, é bom viver [REFORMULAÇÃO] gosto de viver no bairro, tenho até a estação logo perto de mim, o que me dá acesso para todo o sítio. E lá está, nunca tive problemas, portanto, gosto de estar onde estou.

235 **G:** Eu [REPETIÇÃO] eu gosto de estar onde estou, mas não é o sítio que eu quero estar [ÊNFASE].

236 **Investigadora:** Portanto, se pudesses escolher, escolherias viver noutro sítio?

237 **G:** Exato. Mas eu gosto onde estou, *ya*.

238 **Investigadora:** [HESITAÇÃO] Qual é a vossa opinião sobre o modo como os meios de comunicação social, nomeadamente a televisão, a rádio, os jornais, as redes sociais, procuram abordar os acontecimentos que ocorrem aqui no bairro?

239 **H:** Acho que é [REFORMULAÇÃO] podem falar se calhar com um bocadito de preconceito acerca do bairro, lá está, com essa ideia da criminalidade, que eu não acho que seja real.

240 **I:** Muitas das vezes inventam [ÊNFASE] certas coisas para [REPETIÇÃO] para continuar a ter a fama que [REPETIÇÃO] que tem e para as pessoas terem receio de vir para o bairro porque o bairro, antigamente, sim, tinha vários problemas, mas [REPETIÇÃO] mas agora está melhor só que as pessoas continuam com essa ideia devido às coisas que dizem na televisão, nos jornais e pronto.

241 **G:** Podes repetir a pergunta se faz favor?

242 **Investigadora:** Se [REFORMULAÇÃO] claro que sim. Se [REFORMULAÇÃO] Qual é a tua opinião sobre o modo como os meios de comunicação social, nomeadamente a televisão, a rádio, os jornais, as redes sociais, procuram abordar o que se passa aqui dentro do bairro?

243 **G:** Ok. É um bocado exagerado sim. Fazem de propósito para as pessoas não quererem estar aqui perto, tanto que isso acontece e conheço muita gente que diz que não vem por causa desses motivos. Mas sim é um exagero, *ya*.

244 **Investigadora:** Como é que [REPETIÇÃO] como é que os moradores do bairro [REFORMULAÇÃO] como é que vocês acham que os moradores do bairro são vistos e interpretados por aqueles que não moram aqui no bairro?

245 **I:** [HESITAÇÃO] Não sei se posso utilizar, mas são vistos como se fossem bandidos, porque vivem num bairro com má fama, portanto, se o bairro tem má fama, as pessoas também [REPETIÇÃO] também irão ter má fama. Portanto, irão fazer coisas ilegais, enquanto isso não é verdade porque há pessoas como deve de ser e como há em todos os bairros, há pessoas más e há pessoas boas.

246 **H:** Eu concordo com o que ela disse.

247 **G:** Sim, eu concordo, é normalmente pessoas que têm mais [REFORMULAÇÃO] “ah, aquele é mais pobre porque mora no bairro”. Muitas vezes não é assim, “anda em drogas”, também não é assim.

Relação polícia / residentes

Focus Group - Jovens

Processos estigmáticos

Conclusão

248 **Investigadora:** De uma forma geral, como é que vocês classificam a relação entre os moradores do bairro e a Polícia?

249 **I:** Boa pergunta [RISOS]. [HESITAÇÃO] Acho que depende [REPETIÇÃO] depende das pessoas, eu acho. Se [HESITAÇÃO] como é que eu hei de explicar, eu acho que muitas das vezes as pessoas pensam que a Polícia e as pessoas, neste caso deste bairro, têm uma má relação porque [REPETIÇÃO] porque às vezes nós não sabemos o que é que se passa ou o que é que se passou e, muitas das vezes, só falam daquilo que [REPETIÇÃO] que é visto ou daquilo que é filmado. Portanto, eu acho que, e como toda a gente, acho que depende das situações e depende se [REPETIÇÃO] se os policiais já conhecerem aquela pessoa, claramente que não vão falar de uma forma um bocadinho amigável, vão falar um bocadinho mais à bruta porque já conhecem a pessoa, mas [REPETIÇÃO] mas eu acho que é normal, acho que depende muito da situação.

250 **H:** Eu acho que tudo tem a ver com o contexto e as pessoas de fora não sabendo o contexto, acho que não podemos comentar o que aconteceu porque também não sabemos o que aconteceu antes, por isso não [REPETIÇÃO] não sei [REPETIÇÃO] não sei.

251 **G:** É uma pergunta um bocadinho, *pá* [PAUSA] vou tentar ter um bocadinho uma resposta mais [REFORMULAÇÃO] um bocadinho diferente. [PAUSA] Repete outra vez a pergunta se faz favor, para eu responder de outra maneira.

252 **Investigadora:** De uma forma geral, como é que vocês classificam a relação entre os moradores do bairro e a Polícia?

253 **G:** Entre os moradores e a Polícia [PENSATIVO]. Os moradores não veem a Polícia como [PAUSA] pessoas normais, vá, vamos pôr assim, são pessoas mais brutas, não é, e têm os seus motivos porque, pronto, o que nós ouvimos falar na televisão, lá está, é sempre a Polícia faz as coisas porque alguém do bairro fez primeiro e, às vezes, não é sempre assim. Então, há sempre aquela revolta dos moradores com a Polícia.

254 **Investigadora:** Vocês acham que [REPETIÇÃO] que a relação entre os moradores do bairro e a Polícia devia ser uma relação mais próxima ou mais afastada?

255 **H:** Mais próxima [ÊNFASE].

256 **I:** Sim, mais próxima.

257 **G:** Mais próxima, sim.

258 **Investigadora:** Uma última questão: vocês sentem-se excluídos, isolados e discriminados por viverem no bairro e sentem que de alguma forma vos são retiradas algumas oportunidades a diferentes níveis das vossas vidas?

259 **H:** Não.

260 **G:** Não.

261 **I:** Não.

262 **Investigadora:** Nunca se sentiram isolados, nunca se sentiram excluídos por dizerem que vivem aqui no bairro da Cova da Moura?

263 **H:** Não. No início, por dizermos que vivemos na Cova da Moura há sempre, lá está, aquele preconceito de toda a gente na Cova da Moura é criminoso ou é um bairro muito perigoso, mas fora isso, nunca me senti discriminado.

264 **G:** Ya, a mesma coisa.

265 **I:** A mesma coisa.

266 **Investigadora:** Pronto, querem acrescentar alguma coisa que vocês considerem ser relevante para o

Relação polícia / residentes

Focus Group - Jovens
Conclusão

Intendente Paulo Ornelas Flor

Texto introdutório

tema, sobre o bairro, alguma coisa que queiram que fique aqui [INTERRUPÇÃO]

267 **G:** Só uma coisa, aquela pergunta entre os moradores e a Polícia era [REFORMULAÇÃO] de ficarem mais próximos.

268 **Investigadora:** Sim?

269 **G:** Era numa questão de segurança?

270 **Investigadora:** Sim, se vocês acham que deveria existir um esforço, digamos assim, por parte de ambos, para reforçar essa relação, para a Polícia se calhar estar mais presente, mas se calhar de outras formas [INTERRUPÇÃO]

271 **G:** Sim, ok.

272 **Investigadora:** [CONTINUAÇÃO] Ou acham que deveria existir um maior afastamento, ou seja, os moradores aqui e a Polícia não interferir tanto.

273 **G:** Não, isso não, claro que não.

274 **I:** Eu acho que a Polícia quando é chamada, é chamada por alguma razão.

275 **Investigadora:** [SOM DE APROVAÇÃO].

276 **I:** E quando é chamada é porque alguma coisa séria aconteceu ou souberem de alguma coisa e irão revistar o bairro ou fechar o bairro, como fazem nos outros bairros. E lá está, e quando a Polícia é chamada, as pessoas pensam logo ok, a Polícia foi chamada, então o bairro vai ter a fama que tem porque é só problemas e isso tudo, mas as pessoas esquecem-se que nos outros bairros também isso acontece.

277 **Investigadora:** Ok, querem acrescentar mais alguma coisa?

278 **I:** Não.

279 **G:** Acho que não.

280 **H:** Não.

281 **Investigadora:** Pronto, então sendo assim, damos por terminada a nossa conversa, foi rápido [RISOS]. Uma vez mais, quero agradecer a vossa participação e o tempo que despenderam aqui comigo e a vossa colaboração será imprescindível para o avanço desta investigação. Muito obrigada a todos.

282 **I:** Obrigada nós [RISOS].

283 **H:** Obrigada.

284 **G:** Obrigado.

Transcrição dos Inquéritos por Entrevista

287 **Intendente Paulo Ornelas Flor (Comandante da Divisão Policial da Amadora, Comando Metropolitano de Lisboa da PSP) – Dia 11/12/2020, 10H30, na Divisão Policial da Amadora, Comando Metropolitano de Lisboa da PSP**

288 **Investigadora:** Bom dia Senhor Comandante Paulo Ornelas Flor. Antes de dar início à entrevista, quero agradecer a sua colaboração e disponibilidade. A realização desta entrevista surge no âmbito da elaboração da minha dissertação de mestrado em Ciências Policiais, na área de especialização de Criminologia e Investigação Criminal, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e o meu objeto de estudo prende-se com os processos estigmáticos que envolvem o Bairro do Alto da Cova da Moura. Com a realização deste inquérito por entrevista procuro recolher as suas

perceções acerca das questões levantadas sobre a respetiva temática.

289 **Entrevistado:** [SOM DE APROVAÇÃO].

290 **Investigadora:** Quero evidenciar que o objetivo não é testar a veracidade ou qualidade das suas respostas e, por isso, peço-lhe que responda com sinceridade, uma vez que não existem respostas certas ou erradas e que não estará a ser avaliado em nenhum momento. Pelo facto de ser uma entrevista de teor académico, terá de ser gravada do início ao fim em formato de áudio. Os dados recolhidos serão utilizados somente para fins científicos. Quero ainda referir que esta entrevista está preparada para durar no máximo uma hora, podendo exceder esse tempo se assim se proporcionar. Para que tudo corra dentro do expectável, irei utilizar um guião previamente elaborado por mim, que me irá auxiliar na condução da entrevista. [PAUSA] Tudo o que referi até ao momento foi perceptível ou tem alguma questão?

291 **Entrevistado:** Cinco estrelas [RISOS].

292 **Investigadora:** Podemos então começar? [RISOS].

293 **Entrevistado:** Podemos, vamos a isso.

294 **Investigadora:** Então, primeira questão: eu gostaria que comesse por falar um pouco acerca do seu trajeto profissional até ao momento, sendo que ocupa atualmente o posto de Comandante da Divisão Policial da Amadora.

295 **Entrevistado:** Genericamente, em termos [REPETIÇÃO] em termos de [REPETIÇÃO] de carreira, digamos assim, académica / escolar, comecei a escolaridade na Madeira até aos dezoito anos, onde completei o secundário. Vim para Lisboa em 1995, onde entrei na Escola Superior de Polícia, hoje Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, acabei em 2000. Em 2000 fui colocado na Esquadra do bairro da Boa Vista, comande-i-a cerca de três meses, talvez. [HESITAÇÃO] Depois estive em Campolide, ainda como Subcomissário. Comande-i também a Esquadra de Telheiras, em Lisboa. No meu [REPETIÇÃO] no meu trajeto e processo de [REPETIÇÃO] de Subcomissário para Comissário ainda estive no aeroporto de Lisboa durante dois anos. [HESITAÇÃO] Em 2004, nestes entretantos, ou melhor, entre 2002 e 2008, não obstante toda a parte que eu já mencionei, também estive como Responsável de Segurança na Seleção Nacional de Futebol. Acompanhei o Euro 2004 em Portugal, o Euro [REFORMULAÇÃO] o Mundial 2006 na Alemanha e o Euro 2008 na Suíça. Em 2008, na altura quando deixei a Direção [REFORMULAÇÃO] a Seleção Nacional de forma mais presente na minha [REPETIÇÃO] na minha carreira [HESITAÇÃO] comecei a minha [REPETIÇÃO] a minha gestão de Diretor de Comunicação na PSP no Gabinete de Imprensa e Relações Públicas. Estive na Direção Nacional até 2016, em 2016 saí já como Subintendente e fui para a 1.ª Divisão do Comando Metropolitano de Lisboa, primeiro como Adjunto, depois o meu camarada reformou-se, acabei eu por comandar a Divisão durante cerca de dois anos. Fiz uma breve passagem de um pouco mais de um ano, ou nem chegou, na Divisão de Vila Franca de Xira e, desde finais de fevereiro inícios de março deste ano, que estou na Divisão da Amadora enquanto Intendente e enquanto Comandante da Divisão.

296 **Investigadora:** E gosta do que faz?

297 **Entrevistado:** Adoro o que faço. Essa é uma pergunta muito engraçada, que eu acho que nós todos temos essa consciência enquanto estudantes e quando entramos num curso superior [REFORMULAÇÃO] eu vou ser muito franco e transparente e acho que como não estou a ser avaliado nem há perguntas certas nem erradas eu [REPETIÇÃO] eu assumo essa [REPETIÇÃO] essa quota-parte da responsabilidade. Eu quando entrei na Escola Superior de Polícia não era claramente o meu desejo de criança ser polícia. Tinha em casa um Guarda Principal, que se reformou como tal, que ainda está vivo graças a Deus, que é o meu pai, mas era algo que eu aprendi a lidar e não propriamente aprender a gostar e a querer ser muito polícia. Na altura quando concorri à Universidade

Texto introdutório

Intendente Paulo Ornelas Flor

Universo profissional

e quando acabei o 12.º ano sabendo de antemão que o óbvio era ter que sair da Madeira para vir estudar para o Continente, apareceu a oportunidade, o meu pai trouxe os papéis, concorri à Escola Superior de Polícia e acabei por entrar, em quinze vagas nacionais, acabei por ser o feliz contemplado com a sétima vaga disponível. Confesso que até aí, para mim, ser polícia ainda era só apenas uma [REPETIÇÃO] uma saída profissional. Os primeiros dois anos de um curso superior, ainda que hoje em dia com o Bolonha, um mestrado integrado, na altura licenciatura, são sempre muito abrangentes e não são muito focados naquilo que verdadeiramente é [REPETIÇÃO] é o objeto final de qualquer curso, seja ele na área jurídica, na área das ciências, na área [REPETIÇÃO] na área das humanidades e no meu caso, não fui diferente. Comecei a ganhar o gosto por isso a partir do 3.º ano, que é quando se começa a falar verdadeiramente de [REPETIÇÃO] de questões policiais. E desde então que este bichinho que entrou está comigo e adoro o que faço e não me verificaria a fazer outra coisa qualquer que não isto e acho que quando gostamos mesmo daquilo que fazemos, passando aqui o clichê, quando trabalhas naquilo que gostas não trabalharás mais nenhum dia na tua vida, e eu sinto um bocado isso em todos os dias quando me levanto e venho para a Divisão da Amadora, no caso em concreto.

298 **Investigadora:** E quais são as principais emoções e sentimentos que a sua profissão lhe traz?

299 **Entrevistado:** [PENSATIVO] Eu acho que nós temos a capacidade de poder fazer a diferença na vida das pessoas e eu acho que é isso também que eu, de alguma forma, tento passar aos meus chefes e agentes com quem trabalho diariamente. Nós nunca sabemos quem é que está do lado de lá e estamos sempre a aprender todos os dias com situações diferentes, situações que têm impacto na vida das pessoas e todos nós enquanto polícias, muitas vezes, vestimos uma farda, resolvemos problemas, mas temos uma outra parte da nossa vida que é sem farda, que é de pai, que é de marido, que é de aluno, que é de uma coisa qualquer e onde também sentimos muitas vezes a necessidade de segurança, sentimos a necessidade de recorrer ou de, pelo menos, anteciparmos alguns fenómenos que possamos ter na nossa vida e ter uma resposta para isso. Às vezes dizemos na brincadeira e eu digo muitas vezes isto, enquanto [REPETIÇÃO] enquanto pessoa que está dependente de algo ou de alguém para lhe prestar segurança, eu francamente não quero saber se essa pessoa vem de azul, se vem de verde, se vem com as calças por baixo das cuecas, se vem vestido de super-homem, eu quero é que alguém me resolva o problema e eu acho que é isso, de alguma forma, que nós temos essa capacidade e essa condição. E depois temos, felizmente, as emoções que decorrem daí. Há muitas portas que se abrem do ponto de vista profissional, naturalmente. Nós temos, felizmente, dentro da instituição Polícia [ERRO DE FORMULAÇÃO] policial, várias possibilidades numa ótica de mais intervenção policial, numa ótica de mais operacionalidade, se tivermos [REFORMULAÇÃO] ou se gostarmos muito de sermos uma SWAT Team, como um grupo de operações especiais ou outra coisa qualquer, ou temos uma vertente mais social se gostamos mais de fazer proximidade, se gostamos mais de ser Escola Segura. E isso claramente é [REPETIÇÃO] é algo que a Polícia nos dá. Paralelamente a isso, tenho tido oportunidade, ao longo da minha vida, também de conjugar aquilo que é a minha maneira de ser e de estar com a minha maneira de ser polícia. Tenho conseguido fazer voluntariado ao longo da minha vida, tenho [REPETIÇÃO] tenho tido essa [REPETIÇÃO] essa capacidade e essa disponibilidade e que também, de alguma forma, acrescenta valor àquilo que faço todos os dias. E, portanto, acho que é nesta [REPETIÇÃO] nesta gestão diária dos fenómenos e dos problemas criminais e de nós termos impacto na vida das pessoas e enquanto pessoas, enquanto polícias, podermos também ter impacto, para além da Polícia, na vida de outros seres humanos, acho que isso é extremamente valioso e extremamente importante na nossa vida.

300 **Investigadora:** Muito se ouve falar acerca da cidade da Amadora e da área envolvente, resultando numa multiplicidade de avaliações e perceções acerca do território. Como é que classifica e avalia esta zona urbana?

Universo profissional

Intendente Paulo Ornelas Flor

Perceções acerca do território

Perceções acerca do território

Fenómenos sociais e criminais

Processos estigmáticos

Intendente Paulo Ornelas Flor

Representações sociais

Relação polícia / residentes

301 **Entrevistado:** Quando nós estamos na escola ouvimos falar da Amadora pela razão da densidade populacional. Em mais de trezentos concelhos, acho que são trezentos e [HESITAÇÃO] dez concelhos que existem em Portugal Continental [REFORMULAÇÃO] em Portugal, genericamente falando, com ilhas incluídas, a Amadora está para aí no [HESITAÇÃO] em trezentos e oito, ou qualquer coisa do estilo, está mesmo praticamente [REFORMULAÇÃO] é dos concelhos mais pequeninos que existem no nosso país mas, quando falamos da densidade populacional, passa logo para primeiro lugar. E se falarmos de cidades, está para aí em quarto ou quinto lugar, o que quer dizer que tem uma grande concentração de pessoas. E isso, quer queiramos quer não, acaba por ter uma grande [REPETIÇÃO] uma grande [HESITAÇÃO] pressão social em tudo aquilo que se faz dentro deste território. Saindo da componente, digamos, escolar ou académica, a Amadora também é conhecida, e agora em termos sociais, infelizmente pelas piores razões. Quando [REPETIÇÃO] quando se fala em Amadora, hoje em dia, automaticamente fala-se de um território muito sensível do ponto de vista de insegurança, com muitos bairros, com uma grande prevalência criminal, com uma grande prevalência de [REPETIÇÃO] de origens várias, pessoas que vêm de origens africanas, portugueses que vieram do norte do país, na altura na década de 60 e de 70, vieram para Lisboa à procura de melhores condições de vida e de trabalho para si. E, portanto, tudo isto faz com que, para o exterior e para quem fala da Amadora e para quem ouve falar da Amadora, muitas vezes e pelas piores razões e pelas razões negativas, acaba por associar o nome Amadora à [REPETIÇÃO] à questão negativa e não propriamente por ser um território como qualquer outro da Área Metropolitana de Lisboa.

302 **Investigadora:** E qual é a sua opinião sobre o modo como os meios de comunicação social procuram abordar os acontecimentos que ocorrem neste território e nas zonas circundantes, nomeadamente no Bairro do Alto da Cova da Moura?

303 **Entrevistado:** Isso [REPETIÇÃO] isso depende sempre daquilo que é notícia. Eu acho [HESITAÇÃO] que é muito mais fácil [REFORMULAÇÃO] acho não, isto está devidamente consolidado em [REPETIÇÃO] em [REFORMULAÇÃO] na praxis académica. É muito mais fácil vender uma notícia que foge ao revelar normal da sociedade do que uma notícia que é normal. A Polícia que faz a detenção de um cidadão é uma situação normal, o polícia foi formatado, digamos, foi formado para ter esse tipo de resposta. A sociedade está à espera que seja essa a resposta. Quando nós temos situações excecionais, ou porque alguém agride um polícia ou porque alguém no âmbito de um [REPETIÇÃO] de um crime que comete mata alguém, influencia negativamente a sociedade, isto tem uma dimensão mais mediática e é nesta dimensão mediática, infelizmente, que muito do jornalismo assenta no que diz respeito a este território. Não posso, naturalmente, pôr em causa a origem ou pelo menos a dimensão jornalística dos fenómenos, mas naturalmente para mim é [REPETIÇÃO] é crítico perceber que infelizmente ganha muito mais mediatismo tudo aquilo que é mau e tudo aquilo que é negativo do ponto de vista social. E isto, naturalmente, também tem a ver com o Bairro do Alto da Cova da Moura. São difíceis de ler nos órgãos de comunicação social notícias positivas. Facilmente, no google, se colocarmos o Bairro do Alto da Cova da Moura como palavra de pesquisa, independentemente dos binários e independentemente das [REPETIÇÃO] das cifras que estão associadas ao ponto em Portugal onde estamos a fazer essa pesquisa, facilmente somos levados a notícias negativas, a notícias que demonstram que é um território muito complexo, a notícias que demonstram que a [HESITAÇÃO] digamos, esta ligação entre o bairro e a Polícia é uma ligação difícil, quase diria [REFORMULAÇÃO] não direi ancestral, porque o bairro tem [REPETIÇÃO] tem pouco mais de cinquenta anos, genericamente falando, mas é [REFORMULAÇÃO] sempre foi, ao longo da sua [REPETIÇÃO] da sua origem e principalmente nas últimas [REFORMULAÇÃO] na última década, seguramente, tem sido sempre um bairro muito complexo em termos de intervenção policial e social e isso, quer queiramos quer não, acaba por ganhar uma dimensão mediática muito grande nos OCS e também traz, de alguma forma, essa [REFORMULAÇÃO] esse cariz negativo para quem de fora da Amadora, de fora da Área Metropolitana de Lisboa, olha para as notícias do Bairro do Alto da Cova

da Moura e associa inequivocamente à Amadora, pelas razões negativas, e associa ao bairro, pelas razões negativas. Portanto, é muito difícil hoje em dia, também pelas razões das notícias, nós termos uma visão positiva do bairro quando todas as notícias invariavelmente acabam sempre por falar e focar em circunstâncias negativas.

304 Investigadora: Partindo um bocadinho daquilo que acabou agora de dizer, [HESITAÇÃO] no seu ponto de vista, como é que acha que o Bairro do Alto da Cova da Moura, mas em particular, os moradores, são avaliados e analisados por aqueles que vêm de fora?

305 Entrevistado: [RISOS] São avaliados de forma muito [REPETIÇÃO] muito negativa. [HESITAÇÃO] Porquê? Porque infelizmente há [REFORMULAÇÃO] eu dou sempre este exemplo quando [REPETIÇÃO] quando falo internamente com os meus polícias e com [REPETIÇÃO] e com aqueles com quem trabalho diariamente nesta cidade e neste [REPETIÇÃO] neste concelho, há sempre minorias ruidosas que se tornam demasiado evidentes para pôr em causa todo um quadro sobre uma determinada circunstância ou sobre um determinado território. A Cova da Moura tem cerca, sensivelmente, de cinco mil habitantes. Arrisco-me a dizer que 90% dos habitantes ou muito mais do que isso, são pessoas de bem, são pessoas devidamente orientadas na sua vida, pessoas trabalhadoras, pessoas que construíram as suas casas, construíram as suas famílias com muito esforço e dedicação ao longo de quarenta [REPETIÇÃO] de quarenta anos, seguramente algumas delas. Mas que infelizmente, por razões várias, por razões sociais, por razões de integração, viram alguns dos seus filhos, alguns dos seus netos, a entrarem num determinado patamar de [REPETIÇÃO] de incivilidades, de criminalidade, que depois não conseguiram controlar. E, infelizmente, isso acaba por condicionar a forma como essas pessoas são vistas de fora. Nós não olhamos para as 90% das pessoas de bem do Bairro do Alto da Cova da Moura para dizer, genericamente, que o bairro merece toda a nossa consideração enquanto [REPETIÇÃO] enquanto sociedade dentro deste território, mas acabamos sempre por construir e quando digo acabamos, a sociedade no seu todo acaba por construir uma imagem negativa dos habitantes do bairro porque vivem no Bairro do Alto da Cova da Moura e porque normalmente o Bairro do Alto da Cova da Moura é notícia pela piores razões, logo toda a gente é notícia pelas piores razões.

306 Investigadora: A cidade da Amadora e os espaços envolventes, em particular, o Bairro do Alto da Cova da Moura, são muitas vezes caracterizados como espaços inseguros, problemáticos e perigosos, associados à ocorrência de atividades criminosas e ilegais, entre outras fenomenologias complexas. Qual é a sua opinião relativamente a esta afirmação? Concorde?

307 Entrevistado: Não, não concordo. Não concordo. Existem alguns fenómenos criminais que podem estar diretamente dependentes da localização do Bairro do Alto da Cova da Moura, mas que não têm exclusivamente origem no Bairro do Alto da Cova da Moura. É natural que um território que tem algumas características muito concretas do ponto de vista criminal, como o tráfico de droga, o roubo e o furto de alguns bens patrimoniais, como telemóveis, como [REPETIÇÃO] como não patrimoniais, como o ouro e outro tipo de objetos, por uma pequena minoria possa se extrapolar, infelizmente, e dizer-se que a partir dali tudo o que decorre das imediações do Bairro do Alto da Cova da Moura se torna inseguro e é [REPETIÇÃO] e é consequência dessa insegurança a criminalidade que ali ocorre. Eu acho que essa afirmação é errada porque nem todas as pessoas que, neste caso, nem todos os criminosos, nem todos os bandidos que fazem roubos e que fazem furtos nas imediações do Bairro do Alto da Cova da Moura são da Cova da Moura. Aliás, essa é claramente uma das características que nós conseguimos logo perceber quando falamos com grande parte da população do bairro. Grande parte da população do bairro aquilo que mais teme é perceber que há uma nova origem de pessoas que se começam a aproximar do bairro, que entram para o bairro, que estão dentro do bairro, mas que não são do bairro. Não cresceram ali, não viveram ali, não têm casa ali e essas pessoas, quer

queiramos quer não, são invariavelmente conotadas com o Bairro do Alto da Cova da Moura, não sendo da Cova da Moura. E, portanto, eu acho que é também errado poder-se dizer que tudo aquilo que acontece à volta do Bairro do Alto da Cova da Moura tem como origem o Bairro do Alto da Cova da Moura, quando não é. E não [REPETIÇÃO] e não é mais insegura por causa disso. Aliás, estatisticamente, eu julgo que não há nada que comprove que as artérias, as ruas e as avenidas que estão relativamente próximas do Bairro do Alto da Cova da Moura têm mais crime do que quaisquer outras avenidas, em qualquer ponto da Área Metropolitana de Lisboa. Portanto não há, claramente, um [REFORMULAÇÃO] uma causa e uma consequência ou um deve e um haver, relativamente a essa expressão.

308 **Investigadora:** Eu gostaria aqui de aprofundar um tópico que achei [REPETIÇÃO] que achei relevante. [HESITAÇÃO] Como é que classifica a relação entre os moradores do bairro e a Polícia?

309 **Entrevistado:** A relação entre os moradores do bairro e a Polícia é excelente. Excelente [ÊNFASE]. E também por causa disso e voltando um pouco atrás, acho muito mal, para não dizer outra palavra, quando no lide das notícias diz-se que os moradores da Cova da Moura estão contra as ações da Polícia, que os moradores da Cova da Moura estão contra o patrulhamento policial, porque isso não é verdade. E não é verdade porque 90% da população da Cova da Moura gosta da Polícia, pretende que a Polícia ali esteja e vai continuar a ter, naturalmente, a resposta policial que deseja. Há uma pequena minoria e que não são os moradores da Cova da Moura e também pela razão da [REPETIÇÃO] da resposta anterior, que são muitas vezes pessoas de fora da Cova da Moura e que vêm para a Cova da Moura e que trazem também os fenómenos criminais para dentro da Cova da Moura, acabam por ter um impacto negativo nessa [REPETIÇÃO] nessa relação. Mas, volto a dizer, esses que vêm de fora, essa pequena minoria ruidosa e alguns bandidos que infelizmente existem na Cova da Moura vão continuar naturalmente, por razões óbvias, a não gostar da presença policial. Agora, falando concretamente sobre a pergunta, se os moradores gostam ou não da [REPETIÇÃO] da presença policial e se gostam ou se têm uma proximidade ou não com a Polícia, garantidamente têm e garantidamente gostam da nossa presença [ÊNFASE].

310 **Investigadora:** O Ex-Comandante da PSP da Amadora, o Subintendente António Manuel Pereira, seu antecessor, e os responsáveis que na altura encabeçavam a Direção da Associação Cultural Moinho da Juventude, uniram esforços com a finalidade de promover uma aproximação entre a Polícia e os moradores do bairro, um feito que se foi perdendo gradualmente. A minha questão é se, nos dias que correm, estão a ser pensadas ou praticadas quaisquer estratégias que visem a reaproximação entre a Polícia e os moradores do bairro, com vista a reimplementar o modelo de policiamento proximidade?

311 **Entrevistado:** Sim, vamos voltar às origens. Vamos voltar às origens porquê? Nós neste momento já fizemos, desde que eu cá estou, e é preciso percebermos que nestas questões [HESITAÇÃO] do voltar ao bairro e voltar à proximidade e voltar a algumas soluções do passado, leva tempo. Leva tempo a ganhar espaço, leva tempo a criar aqui garantias de parte a parte e esse tempo, ainda que esteja um pouco em contrarrelógio, é um tempo que eu, enquanto Comandante da Divisão da Amadora, tenho que saber respeitar. Já fiz, desde que cá cheguei, mesmo no ambiente de covid, mesmo no ambiente de máscaras onde felizmente ainda vamos tendo o olhar, não temos os sorrisos que estão escondidos atrás de uma máscara, mas vamos tendo o olhar e temos a capacidade de olhar olhos nos olhos com as pessoas com quem trabalhamos, eu já fiz nesta mesma mesa onde estamos agora sentados reunião com duas Associações, a Associação de Solidariedade Social do Bairro do Alto da Cova da Moura e a Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura. A Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura é a primeira Associação que surgiu naquele bairro. É a mais antiga, é [REPETIÇÃO] é a partir dali que depois surgem algumas dissidências e surge o Moinho da Juventude e surge a Associação de [ERRO DE FORMULAÇÃO]

Solidariedade Social, e peço desculpa, mas hoje [RISOS] a anestesia também não ajuda [REFERE-SE À ANESTESIA DENTÁRIA], do Bairro do Alto da Cova da Moura e, portanto, isso fez com que para nós fosse importante nesta fase, olhando para aquilo que nós queremos conquistar, ter a capacidade de [REFORMULAÇÃO] mais pacifista de entrar no bairro e não ser uma entrada tão [REPETIÇÃO] tão bélica, tão [REPETIÇÃO] tão operacional, digamos assim. Já fizemos reuniões aqui com aquelas Associações e [REPETIÇÃO] e daí eu estar perfeitamente à vontade para dizer que de facto as Associações gostam de nós e gostam da Polícia, querem novamente ter a Polícia de forma mais presente no bairro e, naturalmente, eu terei todo o [REPETIÇÃO] todo o sentido prático de fazer isso acontecer. E, portanto, voltámos às origens para falar com a Associação de Moradores e perceber o que é que tem falhado nestes últimos anos, perceber quais são as carências que existem, perceber de que forma é que nós podemos, como atores do bairro também, ter uma quota-parte de soluções que vão ao encontro daquelas que são as [REPETIÇÃO] as ideias da Associação e das Associações e, portanto, nós temos logo à partida, pelo menos, uma premissa muito boa. Por um lado, a Associação de Moradores da Cova [REFORMULAÇÃO] do Bairro do Alto da Cova da Moura, que nos permite ter uma visão do território. O que é que está [REPETIÇÃO] o que é que está no território que possa ser melhorado, as acessibilidades, as estradas, a iluminação pública, a salubridade. De que forma é que nós podemos, enquanto atores naquele bairro, ter um impacto positivo também nestas matérias. Por outro lado, a Associação de Solidariedade Social do Bairro do Alto da Cova da Moura que nos permite, do ponto de vista social, também fazer esta abordagem. De que forma é que nós podemos ter impacto nas crianças que querem crescer, querem acreditar que serão jovens e adultos conscientes, com regras, com sonhos e com abordagens positivas da sua construção enquanto seres humanos e, pelo lado social, conseguirmos também pela Associação ter um impacto positivo nesta [REPETIÇÃO] nesta realidade. Portanto, eu acho que de alguma forma é esse o nosso desafio nesta fase e é através desse desafio que estamos neste momento a trabalhar com vista a um futuro próximo, podermos ter um impacto muito mais [REPETIÇÃO] muito mais pacifista dentro do Bairro do Alto da Cova da Moura do que aquele que existe neste momento.

312 **Investigadora:** Uma vez que tem uma [REPETIÇÃO] uma ligação próxima com a realidade vivenciada [ERRO DE FORMULAÇÃO] no Bairro do Alto da Cova da Moura, acredita que os processos estigmáticos que envolvem o bairro podem ter repercussões na vida dos moradores e que, de alguma forma, possam ser-lhes retiradas oportunidades importantes em diferentes esferas da vida pelo facto de residirem no território?

313 **Entrevistado:** Sem sombra de dúvida. Não tenho a menor dúvida que muitos dos jovens, muitas das pessoas que vivem na Cova da Moura são, de alguma forma, obrigados nos seus currículos a colocar uma morada que não do Bairro do Alto da Cova da Moura, para conseguir ter um emprego ou para conseguir ter uma entrevista. E são [REPETIÇÃO] são muito estigmatizados negativamente por [REFORMULAÇÃO] pelo facto de viverem no sítio onde vivem. E todos os seres humanos têm que ter essa [REPETIÇÃO] essa vantagem de poderem, em qualquer lugar e em qualquer momento, independentemente do local onde cresceram [REFORMULAÇÃO] onde nasceram, onde cresceram e onde viveram, serem preteridos por outros por causa dessa [REPETIÇÃO] dessa origem. E, portanto, isso infelizmente é um dado que ainda hoje em dia influencia negativamente muitos dos jovens e dos [REPETIÇÃO] e dos adultos que [REPETIÇÃO] que ali moram e que ao procurarem, por exemplo, trabalho, têm que mudar a morada ou porque se tiverem que, por exemplo, comprar um grande eletrodoméstico para irem [REFORMULAÇÃO] para ir ser entregue no Bairro do Alto da Cova da Moura, muitas operadoras e muitas lojas logo à partida dizerem “nós não vamos a essa morada, não vamos colocar aí qualquer tipo de eletrodoméstico porque não temos segurança para o fazer”. E, portanto, também é para aí que queremos todos trabalhar, para [REPETIÇÃO] para garantir que nem todas as notícias têm que ter um fator negativo associado à sua [REPETIÇÃO] à sua impressão e nem todas as pessoas têm que ter medo de assumirem que são do Bairro do Alto da Cova da Moura,

porque se não têm [REPETIÇÃO] têm [REFORMULAÇÃO] acabam por ter repercussões negativas por esse facto.

314 **Investigadora:** Uma última questão: as opiniões face aos processos estigmáticos que envolvem o bairro divergem bastante. Uns concordam com a dimensão do estigma enraizado no território, outros apontam-no como algo incompreensível e descabido. Qual é a sua opinião sobre isto?

315 **Entrevistado:** A minha opinião é que [PAUSA] acho que algures aqui na última década, alguns dos [REPETIÇÃO] dos mecanismos que foram [REPETIÇÃO] que foram desenhados para dar uma nova abordagem ao bairro, algures nesta década perderam-se. Houve muitas coisas positivas que começaram a ser construídas no bairro em prol, por exemplo, da nova juventude. Há dez anos estávamos a falar de crianças, de jovens, da casa dos dez, onze anos, e que estavam a entrar na escolaridade básica, no 5.º e no 6.º ano. Infelizmente, dez anos depois, esses jovens já são jovens que a grande parte deles está na idade adulta, que têm empregos, mas que também alguns deles não conseguiram sair do bairro, sair no sentido de poderem sonhar com algo mais importante para a sua vida, como não exclusivamente estar na dependência dos fenómenos criminais. E isso, quer queiramos quer não, condiciona em muito e vai condicionar em muito a forma como olhamos para o bairro [REPETIÇÃO] o Bairro do Alto da Cova da Moura. E, portanto, não tenho a menor dúvida que enquanto existir esta minoria ruidosa de alguma [REPETIÇÃO] de alguma criminalidade no bairro, nós não vamos conseguir tirar o estigma de que de facto o bairro é um bairro inseguro e é um bairro que não [REPETIÇÃO] que não traz uma [REPETIÇÃO] uma grande visão romântica do espaço territorial no concelho da Amadora.

316 **Investigadora:** Quer acrescentar alguma coisa que considere ser relevante para [REPETIÇÃO] para o tema em estudo?

317 **Entrevistado:** Aquilo que eu acho relevante e eu de alguma forma já disse e [REPETIÇÃO] e volto a frisar, todos os processos levam o seu tempo. Gostava muito de ter uma varinha de condão e a partir de amanhã tudo ser diferente no que diz respeito à abordagem policial no Bairro do Alto da Cova da Moura. Isso não acontece nem vai acontecer. Agora aquilo que eu quero acrescentar neste trabalho é dizer que [PAUSA] estamos muito empenhados para mudar, primeiro, as questões de estigma associadas ao Bairro do Alto da Cova da Moura, também internamente dentro da Polícia, mudar um pouco esta ideia de que tudo o que acontece no Bairro do Alto da Cova da Moura é negativo, tudo o que acontece no Bairro do Alto da Cova da Moura é associado a fenómenos criminais, que não é. E mudando também esta [REFORMULAÇÃO] este [REPETIÇÃO] este paradigma interno da nossa [REPETIÇÃO] da nossa matriz identitária e policial, tenho a certeza que se os passos que forem dados num futuro próximo forem no sentido de crescer do ponto de vista social e crescer do ponto de vista territorial em termos de qualidade com as Associações com quem trabalhamos e com os moradores com quem trabalhamos, tenho a certeza absoluta que num futuro próximo será muito melhor para todos. Para a Polícia, na intervenção que faz no bairro, para os moradores que esperam que a Polícia tenha intervenções diárias no bairro construtivas e para as crianças que nascendo no bairro vão ter a capacidade daqui a uma década de poderem dizer que orgulhosamente nasceram, cresceram no Bairro do Alto da Cova da Moura e isso não as vai impedir de ter o trabalho que desejam, de colocar o currículo que desejam, nas diferentes saídas profissionais que ambicionam.

318 **Investigadora:** Muito bem [RISOS].

319 **Entrevistado:** Obrigado [RISOS].

320 **Investigadora:** Damos por terminada a nossa entrevista. Uma vez mais, quero agradecer a sua participação e o tempo que despendeu aqui comigo. Gostei muito de o ouvir. E a sua colaboração

Processos estigmáticos

Intendente Paulo Ornelas Flor

Relação polícia / residentes

Conclusão

será imprescindível para o sucesso da minha investigação. Muito obrigada.

321 **Entrevistado:** Obrigado eu.

322 ***

323 **Subintendente António Manuel Pereira (Ex-Comandante da Divisão Policial da Amadora, Comando Metropolitano de Lisboa da PSP) – Dia 06/01/2021, 11H00, na sua residência**

324 **Investigadora:** Então bom dia Senhor Ex-Comandante António Manuel Pereira.

325 **Entrevistado:** Bom dia.

326 **Investigadora:** Antes de dar início à nossa entrevista, eu quero agradecer a sua colaboração e disponibilidade. A realização desta entrevista surge no âmbito da elaboração da minha dissertação de mestrado em Ciências Policiais, na área de especialização de Criminologia e Investigação Criminal, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e o meu objeto de estudo prende-se com os processos estigmáticos que envolvem o Bairro do Alto da Cova da Moura. Com a realização deste inquérito por entrevista procuro recolher as suas perceções acerca das questões levantadas sobre a respetiva temática. Quero evidenciar que o objetivo não é testar a veracidade ou qualidade das suas respostas e, por isso, peço-lhe que responda com sinceridade, uma vez que não existem respostas certas ou erradas e que não estará a ser avaliado em nenhum momento. Pelo facto de ser uma entrevista de teor académico, terá de ser gravada do início ao fim em formato de áudio. Os dados recolhidos serão utilizados somente para fins científicos. Quero ainda referir que esta entrevista está preparada para durar no máximo uma hora, podendo exceder esse tempo se assim se proporcionar. Para que tudo corra dentro do expectável, irei utilizar este guião previamente elaborado por mim, que me irá auxiliar na condução da nossa entrevista. Tudo o que referi até ao momento foi perceptível ou tem alguma questão?

327 **Entrevistado:** Não, para já.

328 **Investigadora:** E podemos então começar?

329 **Entrevistado:** Não há nada [REPETIÇÃO] não há nada a acrescentar àquilo que disse. Portanto, percebi e podemos começar.

330 **Investigadora:** Ótimo, ainda bem. Então, uma primeira questão: eu gostaria que comesse por falar um bocadinho acerca do seu trajeto profissional até ao momento em que se reformou, sendo que ocupava na altura o posto de Comandante da Divisão Policial da Amadora.

331 **Entrevistado:** Sim, quer dizer, o contexto de agora é um bocadinho diferente do de antigamente, quer em termos de postos, quer em termos de funções. De qualquer das maneiras, eu fui alistado na PSP em agosto de 1978, em 79 foi colocado no Comando de Lisboa, na 4.ª Divisão de Alcântara, estive na Esquadra dos Terramotos, depois fui fazer um ano e meio ao Corpo de Intervenção, concorri ao [REPETIÇÃO] ao Curso de Formação de Subchefe, fui promovido, fui colocado na Amadora e depois em 85 concorri ao posto de Chefe de Esquadra, atual Subcomissário e em 88/89 fiz o Curso de Promoção de Comissário, Oficial de Polícia. Em 93 fui promovido, fui colocado no Comando de Santarém onde chefei a Área Administrativa. Depois fui novamente colocado no [REPETIÇÃO] no Comando de Lisboa, chefei a Área Administrativa de Loures e voltei à Amadora onde [REPETIÇÃO] onde estive até à [REPETIÇÃO] à situação de aposentação. Portanto, desempenhei as funções de Chefe da Área Administrativa, Adjunto da Divisão e Comandante da Divisão.

332 **Investigadora:** Tem aí um grande percurso.

333 **Entrevistado:** [NÃO COMPREENDEU].

Texto introdutório

Subintendente António Pereira

Universo profissional

Universo profissional	334	Investigadora: Um grande percurso que tem aí [RISOS].
	335	Entrevistado: [RISOS].
	336	Investigadora: E quais são as principais emoções e sentimentos que associa à sua antiga profissão?
	337	Entrevistado: Quais são os? [NÃO COMPREENDEU].
Perceções acerca do território	338	Investigadora: As principais emoções e sentimentos.
	339	Entrevistado: <i>Opá</i> isso, ao longo de trinta e tal anos, acontece de tudo não é. Portanto, não restam dúvidas nenhuma que a PSP é uma profissão muito digna, também é uma profissão que exige alguma compreensão em relação às coisas e tudo aquilo que passei durante os trinta anos ficou marcado dentro de mim porque efetivamente foram coisas muito más, foram coisas muito boas e essas coisas nunca deixarão de estar marcadas dentro de nós.
	340	Investigadora: Atualmente, muito se ouve falar acerca da cidade da Amadora e da área envolvente, resultando numa multiplicidade de avaliações e perceções acerca do território. Retornando à época em que o senhor comandava a Divisão Policial da Amadora, na sua opinião, como é que esta zona urbana era classificada e avaliada?
	341	Entrevistado: Como é que quê? [NÃO COMPREENDEU].
Subintendente António Pereira	342	Investigadora: Como é que [REPETIÇÃO] como é que as pessoas classificavam e avaliavam esta zona da Amadora, na altura em que comandava?
	343	Entrevistado: A Amadora tinha as suas características próprias, portanto, é um terreno muito curto, ou seja, a área é muito [REPETIÇÃO] muito reduzida, com uma população de índice muito alto. E depois além disso tinha, efetivamente, alguns locais que [REPETIÇÃO] que atualmente se chamam zonas urbanas sensíveis que, digamos que havia, digamos que alguma dificuldade quer no policiamento, quer digamos na [REPETIÇÃO] na gestão das próprias autarquias em relação às pessoas. Agora, não restam dúvidas nenhuma que também havia, digamos, a ideia de que [REPETIÇÃO] de que a cidade da Amadora era uma cidade insegura, quando efetivamente isso não correspondia à realidade. Os índices de criminalidade, apesar disso, eram mais baixos do que em outras zonas do país.
	344	Investigadora: Atualmente, existem inúmeras notícias que chegam até nós através dos diversos meios de comunicação social que comprometem a cidade da Amadora e as zonas circundantes, nomeadamente o Bairro do Alto da Cova da Moura. A minha questão é a seguinte: relativamente a estas notícias que surgiam nos meios de comunicação social, o mesmo sucedia na altura em que comandava a Divisão Policial da Amadora?
	345	Entrevistado: Para falar do Bairro do Alto da Cova da Moura é preciso recuar um bocadinho. Ou seja, cinquenta anos quase atrás. Portanto, a Cova da Moura há cinquenta anos, ou seja, nos finais dos anos 70, era um campo de trigo onde havia uma vacaria e um buraco, digamos, de uma mina. Há quem diga até que foi [REPETIÇÃO] que foi isso que deu efetivamente o nome ao Alto da Cova da Moura. Portanto, o mouro, o alto, o buraco, a cova e uma família que se chamava Moura, que por ali habitava. E isso, quer dizer, as pessoas formaram [REPETIÇÃO] formaram ali aquele território muito depressa. Portanto, e ao formar muito depressa, houve ali algum conflito na habitação, numa primeira fase, que depois se refletiu efetivamente na [REPETIÇÃO] na possibilidade até do policiamento, não é. Porque é preciso lembrar que as primeiras pessoas que se instalaram, digamos, se integraram razoavelmente bem, tinham os seus empregos, na construção civil, essencialmente na construção civil e na limpeza, mas depois a segunda geração já teve ali, digamos, algumas dificuldades na integração.
Fenómenos sociais e criminais		
Relação polícia / residentes		

E isso [REPETIÇÃO] e isso depois começou a criar digamos algum conflito, quer em termos de policiamento, quer em termos de vivência com o resto da sociedade.

346 **Investigadora:** E partindo do seu conhecimento acerca do Bairro do Alto da Cova da Moura, assim como a ligação que foi construindo com [REPETIÇÃO] com os moradores, como é que considera que o bairro e principalmente os seus moradores, à época em que era Comandante, eram avaliados e analisados por aqueles que não tinham ligação com o bairro?

347 **Entrevistado:** Quer dizer, o Alto da Cova da Moura tinha [REPETIÇÃO] tinha características muito [REPETIÇÃO] muito especiais. E havia ali, digamos, ali uma [REPETIÇÃO] uma certa desconfiança entre [REPETIÇÃO] entre a Polícia e as pessoas, e essa confiança [REFORMULAÇÃO] ou essa desconfiança levava a uma certa provocação e depois até a uma certa agressividade. E esta agressividade teve, digamos, o seu ponto mais alto nos princípios [REFORMULAÇÃO] nos princípios não, no fim do ano de 2001, quando a seguir a uma intervenção policial, houve o triste [REPETIÇÃO] o triste resultado da morte de um jovem. Houve pessoas que, digamos, que tiveram alguma [REPETIÇÃO] alguma [REFORMULAÇÃO] ou deram algum apoio à atuação da Polícia e depois logo a seguir, dois dias a seguir, quer dizer houve uma revolta em que causaram danos a torto e a direito. Portanto, e isso obrigou a Polícia, digamos, a repensar o modo como [REPETIÇÃO] fazia as atuações no bairro e a partir daí, digamos, houve a necessidade de mudar esse tipo de atuação. Se quisermos entrar já para [REPETIÇÃO] para o modo como efetivamente fez essa transição, podemos falar já nisso, senão não sei se vem mais a seguir em termos de perguntas, se não vem, se [INTERRUPÇÃO]

348 **Investigadora:** Sim, poderemos falar um bocadinho mais à frente, mas se quiser dizer algo agora pode dizê-lo à vontade.

349 **Entrevistado:** Quer dizer, eu posso fazer um bocadinho a história de como as coisas aconteceram, não é. Portanto, a partir dessa situação grave que aconteceu no dia 7 de dezembro, ficou-se ali assim um bocadinho indeciso, quer por parte da população quer por parte da Polícia, o que é que se havia de fazer a seguir. Portanto, toda a gente tinha consciência que havia [REFORMULAÇÃO] de que as coisas não estavam bem. Toda a gente tinha consciência de que aquilo tinha sido efetivamente uma situação algo que complicada e [REPETIÇÃO] e que podia trazer digamos que consequências muito maiores no futuro. E então, os responsáveis pelo Moinho da Juventude convidaram a PSP, porque ninguém queria dar o primeiro passo, quer dizer toda a gente queria, mas ninguém queria ou não era capaz. E há que louvar, digamos, que a atitude dos dirigentes do Moinho da Juventude que convidaram a PSP para uma reunião. Nessa reunião, foi [REPETIÇÃO] foi uma reunião muito [REPETIÇÃO] muito com [REPETIÇÃO] com resultados muito [REPETIÇÃO] muito altos porque discutiu-se logo ali com frontalidade aquilo que eventualmente se podia fazer para mudar a atuação quer da Polícia quer dos jovens.

350 **Investigadora:** Certo.

351 **Entrevistado:** Quer dizer, as coisas eram um bocado difíceis, eram complicadas, porque os grupos estavam um bocadinho desintegrados, mas concluiu-se que efetivamente havia de fazer ali alguma coisa. E o que é que se podia fazer? A primeira coisa que se podia fazer era como é que se havia de chegar aos jovens. E então tinha que ser ali envolvido um maior número de pessoas, porque efetivamente a mensagem tinha que passar e como é que iria passar? Iria passar com as pessoas e com as instituições que eventualmente tivessem alguma influência e algum contacto com [REPETIÇÃO] com os próprios jovens. Isso foi o que aconteceu a seguir, a partir dali, portanto, houve diversas reuniões, houve diversas ações, houve diversos contactos e as coisas, milímetro a milímetro, foi-se construindo um caminho que [REPETIÇÃO] que deu os seus frutos.

352 **Investigadora:** Muito bem. E, se [REPETIÇÃO] se tivesse que classificar a relação entre os moradores do bairro e a Polícia, antes e depois de iniciarem esse modelo de [REPETIÇÃO] de policiamento de proximidade, como é que avaliaria?

353 **Entrevistado:** Acho que isso não tem comparação possível. Quer dizer, é uma coisa completamente o oposto. Aquilo é, se a escala tivesse duzentos, era [REPETIÇÃO] era mesmo os duzentos e um que efetivamente isso acontecia, porque houve [REPETIÇÃO] houve ali uma mudança [REPETIÇÃO] uma mudança muito [REPETIÇÃO] muito drástica, no sentido positivo claro, dessa relação. Portanto, e isso começou-se logo a ver na maneira como esses jovens recebiam a Polícia no bairro e refletiu-se logo nas [REPETIÇÃO] nas detenções contra [REPETIÇÃO] contra [REFORMULAÇÃO] a resistência e coação à autoridade. Portanto, isso foi efetivamente um marco que [REPETIÇÃO] que mudou, mas muito, a parte da PSP. Bastará [REFORMULAÇÃO] e eu ainda me lembro, digamos [PEGA NUMA FOLHA COM APONTAMENTOS] de algumas [REPETIÇÃO] de algumas [REFORMULAÇÃO] de alguns títulos que a imprensa tinha e lembro-me, por exemplo, que aquela revista que o Correio da Manhã publicava aos domingos, disse na altura que “os polícias não são os maus da fita”, isto já, digamos, baseado nos depoimentos dos jovens. Depois, “Polícia e moradores unidos”, depois “PSP muda atuação na Cova da Moura” e depois “jovens ajudam polícias a ter boa imagem”. Portanto, efetivamente isto demonstra que [REPETIÇÃO] que o relacionamento do bairro teve uma viragem sem [REPETIÇÃO] sem precedentes, não é. Que, efetivamente, também era para isso que se lutava e [REPETIÇÃO] devagarinho como disse há bocadinho, milímetro a milímetro, mas construiu-se, digamos, ali uma confiança entre moradores e PSP que trouxe os seus frutos ao longo de muitos anos. Porque isto é um processo que demora dez anos, não é.

354 **Investigadora:** Claro.

355 **Entrevistado:** Não é uma coisa que se fez de um dia para o outro.

356 **Investigadora:** E para além dessas [REPETIÇÃO] dessas reuniões que [REPETIÇÃO] que foram surgindo entre a PSP e a Direção da Associação Cultural Moinho da Juventude, consegue dizer-me mais algumas estratégias que tenham sido adotadas na época para [REPETIÇÃO] para promover essa proximidade?

357 **Entrevistado:** A estratégia começou primeiro, efetivamente, por mudar [REFORMULAÇÃO] eu, [REPETIÇÃO] eu lembro-me que na altura, portanto, o policiamento que se fazia de três / quatro horas no bairro e depois passou-se a fazer vinte horas diárias no bairro. Portanto, e uma coisa que efetivamente teve os seus frutos, independentemente do policiamento todo, foi termos conseguido, e isto, digamos, no voluntariado, porque efetivamente o momento era muito tenso e [REPETIÇÃO] e teria que obrigatoriamente ser no voluntariado, arranjou-se uma patrulha, dois elementos que faziam exclusivamente o policiamento no bairro. Portanto, e isso trouxe efetivamente uma vantagem enorme porque criaram uma certa relação com [REPETIÇÃO] com as pessoas do bairro, as pessoas do bairro estavam muito mais disponíveis para [REPETIÇÃO] para conversar com a Polícia, estavam muito mais disponíveis para identificar ou para ajudar a identificar os problemas, estavam muito mais disponíveis para arranjar as soluções em conjunto com a PSP, porque a própria PSP e os dois elementos, quer dizer, envolveram-se de tal maneira com as pessoas do bairro que eram vistos, digamos, como já elementos da própria comunidade e não os polícias que [REPETIÇÃO] que vinham aqui fazer [REPETIÇÃO] fazer esta parte, digamos, do mal.

358 **Investigadora:** Muito bem. A cidade da Amadora e os espaços envolventes, em particular, o Bairro do Alto da Cova da Moura, são frequentemente caracterizados como espaços inseguros, problemáticos e perigosos, associados à ocorrência de atividades criminosas e ilegais, entre outras fenomenologias complexas. Já falou um bocadinho disso, mas qual é a sua opinião relativamente a esta afirmação?

- 359 **Entrevistado:** Não percebi muito bem a pergunta [NÃO COMPREENDEU].
- 360 **Investigadora:** Que muitas vezes associamos a Amadora e especialmente o Bairro do Alto da Cova da Moura, a um espaço inseguro, problemático, a um espaço perigoso, onde existe muita atividade criminosa e ilegal. E eu queria saber o que é que acha em relação a essa [REPETIÇÃO] essa afirmação e esse pensamento.
- 361 **Entrevistado:** Não podemos [REPETIÇÃO] não podemos fugir à realidade das coisas. O Alto da Cova da Moura, como disse à bocadinha, tinha problemas de criminalidade, onde o tráfico de droga se evidenciava, onde o furto e roubo a pessoas era uma constante, onde o furto no interior de veículos acontecia, onde as ocorrências com armas entre alguns elementos, nomeadamente [REFORMULAÇÃO] ou pensa-se que teria a ver com [REPETIÇÃO] com o espaço ou o tráfico de droga, também acontecia. Portanto, agora, esse tipo de coisas também acontece nos outros lados, só que uma ocorrência na Cova da Moura tinha outro impacto que [REPETIÇÃO] que não tinha num outro lado qualquer do país. Agora, também é verdade que aconteciam coisas na Cova da Moura que aconteciam noutros lados, mas também aconteciam coisas na Cova da Moura que, felizmente, não aconteciam nos outros lados dada a gravidade da situação. Agora, também é preciso ver que, como disse há bocado, o bairro da Cova da Moura tinha seis mil pessoas, cerca de 20% ou mais, digamos, mais, não me lembro já muito bem, mas há volta de 60, 70% tinha menos de 20 anos e essa [REPETIÇÃO] essa percentagem, digamos, pouco ou nada fazia. Porquê? Porque a maior parte, digamos, das crianças ficavam entregues aos irmãos mais velhos quando as pessoas iam para o trabalho e começou a haver essa desintegração, porque as instituições não tinham capacidade para [REPETIÇÃO] para acompanhar esse tipo de, digamos, de evolução dos jovens.
- 362 **Investigadora:** Certo. E [REPETIÇÃO] e na época, se lhe perguntassem se considerava que o Bairro do Alto da Cova da Moura e também a Amadora e os espaços envolventes, eram espaços inseguros, problemáticos e perigosos, diria que sim ou que não?
- 363 **Entrevistado:** Se era inseguro?
- 364 **Investigadora:** Inseguro, problemático.
- 365 **Entrevistado:** Quer dizer, eu [REPETIÇÃO] eu diria que a partir de determinada altura, o Alto da Cova da Moura era um local seguro como qualquer outro local da [REPETIÇÃO] da área da Amadora. Porque, como dissemos há bocado, efetivamente ali alguma [REPETIÇÃO] alguma dificuldade nas coisas, evidenciava-se algum tipo de criminalidade, mas depois criou-se efetivamente ali uma relação entre a PSP e a [REPETIÇÃO] e a comunidade que levou a que os índices da [REPETIÇÃO] da criminalidade baixassem de tal maneira que se poderia considerar efetivamente um local muito seguro.
- 366 **Investigadora:** E uma vez que [REPETIÇÃO] que detinha uma ligação próxima com a realidade vivenciada no Bairro do Alto da Cova da Moura, acredita que os processos estigmáticos associados ao bairro poderiam resultar em consequências para a vida dos moradores e que, de alguma forma, poderiam ser-lhes retiradas oportunidades importantes em diferentes esferas da vida pelo facto de residirem no bairro?
- 367 **Entrevistado:** Peço perdão, mas não [REPETIÇÃO] não percebi muito bem a pergunta [NÃO COMPREENDEU].
- 368 **Investigadora:** Não há problema nenhum [RISOS]. Ou seja, o bairro sofria muito com estes processos estigmáticos na altura em que era [REPETIÇÃO] em que era o Comandante. E a minha questão é, se esses processos estigmáticos associados ao bairro poderiam também interferir na vida dos moradores, retirando-lhes oportunidades importantes, por exemplo a nível do emprego, da escolaridade, pelo facto de residirem no bairro.

- 369 **Entrevistado:** Eu não veria isso dessa maneira, embora houvesse algumas queixas de que efetivamente quando procuravam um emprego, o facto de ser, digamos, oriundos daquele bairro pudesse efetivamente ter alguma [REPETIÇÃO] alguma importância no sentido de dar ou não dar o emprego.
- 370 **Investigadora:** Sim.
- 371 **Entrevistado:** Essa parte eu não consigo explicá-la nem senti-la porque, pronto, é verdade que eu vi esse tipo de queixa, mas muito sinceramente não tenho [REPETIÇÃO] não tenho dados nem sou capaz de responder a isso.
- 372 **Investigadora:** E uma última questão: as opiniões face aos processos estigmáticos que ainda hoje envolvem o bairro divergem bastante. Uns concordam com a dimensão do estigma enraizado no território, outros apontam-no como algo incompreensível e descabido. Embora já não seja o atual Comandante, qual é a sua opinião em relação ao estigma do bairro? Aquilo que ouve ainda hoje falar?
- 373 **Entrevistado:** Quer dizer, como [REPETIÇÃO] como deve imaginar eu [REPETIÇÃO] eu há dez anos que deixei de [REPETIÇÃO] de estar e de acompanhar a parte da situação do bairro, embora [REPETIÇÃO] embora telefonicamente ainda tenha algum contacto com [REPETIÇÃO] com as pessoas, nomeadamente lá do bairro, que me ajudaram a, digamos, a resolver alguns problemas. Não sei muito sinceramente o que é que eu possa dizer em relação a isso, porque tudo aquilo que possa dizer não tem fundamento. O meu acompanhamento do bairro é muito distante, eu não consigo [REPETIÇÃO] não consigo responder a essa situação, nem fazer comparação com o antes e o agora em relação a isso.
- 374 **Investigadora:** E se [REPETIÇÃO] e se recuarmos apenas ao anteriormente, relativamente à dimensão do estigma na altura em que [REPETIÇÃO] em que comandava, concordava? Achava que a dimensão era descabida, incompreensível, ou concordava com a dimensão do estigma?
- 375 **Entrevistado:** A dimensão do estigma às vezes acho que era um bocadinho exagerada, não é. Porque, já dissemos há bocado que a mesma ocorrência na Cova da Moura tinha outro impacto a nível dos media. E isso efetivamente criava, digamos, alguma revolta na [REPETIÇÃO] na comunidade e ao criar a revolta até depois os comportamentos se refletem [REFORMULAÇÃO] refletia-se, essa revolta depois refletia-se nos comportamentos dos indivíduos. E eu não me parece [REPETIÇÃO] não me parece que o bairro merecesse efetivamente, às vezes, determinadas [REPETIÇÃO] determinadas conotações.
- 376 **Investigadora:** Sim senhor. Por fim, gostaria só de lhe perguntar se quer acrescentar alguma coisa que considere relevante aqui para o [REPETIÇÃO] para o tema em estudo, sobre o bairro?
- 377 **Entrevistado:** O que eu posso acrescentar é que [REPETIÇÃO] é que, digamos, sendo verdade que [REPETIÇÃO] sendo verdade que a segurança pertence ao Estado, não restam dúvidas nenhuma que cada um de nós tem que colaborar nessa [REPETIÇÃO] nessa própria segurança. E se pensarmos que a nossa liberdade acaba onde a dos outros começa, também é verdade que não havendo, digamos, aproximação entre as instituições e [REPETIÇÃO] e as comunidades, pode efetivamente criar algum conflito. E pode haver, às vezes, da parte das instituições alguma dificuldade em perceber as coisas, porque uma das [REPETIÇÃO] das vantagens que efetivamente esse policiamento trouxe, como dissemos, foi que, portanto, o policiamento se tornou, digamos, uma coisa pacífica e eficaz, com [REPETIÇÃO] com a permanência efetiva da PSP no [REPETIÇÃO] no local. E depois uma das coisas que tem que se ver é que a verdade nunca pode ser imposta pela violência, não é. Porque, portanto, já há revolta com as coisas que são verdade, mas são verdade e o diálogo é a melhor arma em relação aos conflitos. Portanto, e houve [REPETIÇÃO] e houve aqui por parte da PSP, digamos, um esforço com a colaboração efetivamente da comunidade, porque sem isso nada [REPETIÇÃO] nada seria possível, em que nós próprios interiormente tivemos que nos reciclar. Portanto, tivemos que nos reciclar no sentido de [REPETIÇÃO] de percebermos às vezes melhor

Relação polícia / residentes

Conclusão

Subintendente António Pereira

Relação polícia / residentes

Vanda Carmo

Texto introdutório

Processos estigmáticos

algumas situações, de tentarmos lidar com os conflitos de maneira diferente, porque violência gera violência, sempre se ouviu dizer isso e é uma realidade, e toda a gente tem um bocadinho de razão, não é. Porque quando nós íamos para o [REPETIÇÃO] para o Espaço Jovem, que era um, digamos, uma espécie de encontro com os [REPETIÇÃO] com os jovens que frequentavam a Cova da Moura e que, digamos, embora não fosse o núcleo duro, mas estaria ali parte do núcleo duro, e se explicava concretamente que algumas das nossas atuações tinham a ver com necessidade e não com exagero. Portanto, uma coisa era eles perceberem que alguma da nossa necessidade poderia efetivamente ser considerada por exagero e nós para fazer cumprir a lei podíamos ter que usar a força e eles podiam entender isso como exagero e isso já havia aqui um conflito. Uma coisa, digamos, é nós estarmos perante [REPETIÇÃO] perante essas pessoas e tentar explicar-lhes e elas perceberem. Portanto, uma coisa é a tal conversa, outra coisa é ouvir dizer que é assim e que não se consegue depois conciliar uma coisa com a outra.

378 **Investigadora:** Mais alguma coisa? Está tudo? [RISOS].

379 **Entrevistado:** Sim [RISOS].

380 **Investigadora:** Damos então por terminada a nossa entrevista. Uma vez mais, eu quero agradecer a sua participação e o tempo que despendeu aqui comigo. E quero também agradecer a sua simpatia, por me ter recebido tão bem aqui em sua casa. A sua colaboração será imprescindível para o sucesso desta investigação, por isso, muito obrigada.

381 **Entrevistado:** Não tem nada que agradecer Catarina, eu estou disponível. Eu tenho noção de que na altura eu e os meus colaboradores conseguimos efetivamente mudar [REPETIÇÃO] mudar a ideia que [REPETIÇÃO] que as pessoas tinham da PSP e sentimo-nos felizes por isso.

382 **Investigadora:** Muito obrigada. Obrigada.

383 **Entrevistado:** Obrigado, Catarina. E bom sucesso também para as suas, digamos, para o seu curso e para as suas futuras funções que virá a desempenhar com base naquilo que agora conseguir angariar [RISOS].

384 **Investigadora:** Muito obrigada, muito obrigada [RISOS].

385 ***

386 **Vanda Carmo (Presidente da Associação de Solidariedade Social do Bairro do Alto da Cova da Moura) – Dia 26/01/2021, 10H30, via Zoom**

387 **Investigadora:** Bom dia. Antes de dar início à entrevista, eu quero agradecer a sua colaboração e disponibilidade. A realização desta entrevista surge no âmbito da elaboração da minha dissertação de mestrado em Ciências Policiais, na área de especialização de Criminologia e Investigação Criminal, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e o meu objeto de estudo prende-se com os processos estigmáticos que envolvem o Bairro do Alto da Cova da Moura. Com a realização deste inquérito por entrevista procuro recolher as suas perceções acerca das questões levantadas sobre a respetiva temática. Eu quero evidenciar que o objetivo não é testar a veracidade ou a qualidade das suas respostas e, por esse motivo, peço-lhe que responda com sinceridade, uma vez que não existem respostas certas ou erradas e que não estará a ser avaliada. Pelo facto de ser uma entrevista de teor académico, terá de ser gravada do início ao fim em formato de áudio. Os dados recolhidos serão utilizados somente para fins científicos. Quero ainda referir que esta entrevista está preparada para durar no máximo uma hora, podendo exceder esse tempo se assim se proporcionar. Para que tudo corra dentro do expectável, irei utilizar um guião previamente realizado [ERRO DE FORMULAÇÃO] elaborado por mim, que me irá auxiliar na condução da entrevista. Tudo o que referi até ao momento foi perceptível ou tem alguma questão?

388 **Entrevistada:** Sim, sim. Aliás, sabe que eu inicialmente só, digamos assim, aceitei participar e ajudá-

la porque você me garantiu que aquilo que se pretendia era realmente não estigmatizar, mas sim contribuir para não manter o estigma relativamente a quem [REPETIÇÃO] a quem reside, quem trabalha no bairro, pronto. E foi nesse sentido que [REPETIÇÃO] que eu também me disponibilizei, mais os restantes funcionários da Associação, a colaborar, porque realmente tudo o que possa ser feito nesse sentido é positivo, não é. Para nós, como instituição, e também como moradores.

389 **Investigadora:** Claro que sim.

390 **Entrevistada:** Mas sim, é perceptível, sim senhora [RISOS].

391 **Investigadora:** Eu gostaria então que começasse por falar um bocadinho acerca do seu trajeto profissional até ao momento em que se tornou a Presidente da Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura.

392 **Entrevistada:** Não é [REPETIÇÃO] não é um projeto, digamos assim, que eu [REPETIÇÃO] que eu tivesse [REFORMULAÇÃO] eu acabei por [REFORMULAÇÃO] o meu pai foi um dos fundadores da Associação, juntamente com a Associação de Moradores, portanto na altura em que o bairro se iniciou, e portanto eu no fundo sempre fui um bocadinho levada aqui a participar, porque no fundo o [REPETIÇÃO] o movimento associativo é isso mesmo, é o voluntariado, não é. Tirando os funcionários que estão afetos aos projetos ou que são pagos pela [REPETIÇÃO] pela instituição, tudo o resto é feito do trabalho voluntário. Portanto, nós não ganhamos, digamos assim, dinheiro com [REPETIÇÃO] com aquilo que nós trabalhamos e o esforço que dedicamos à causa, não é. E, portanto, fui sempre acompanhando, a partir de uma certa altura comecei a participar como [REPETIÇÃO] como membro da Direção e depois entretanto o meu pai começou a, enfim, a achar que já era tempo também de começarmos a ter outras [REPETIÇÃO] outras soluções, não é, e outras visões para a Associação e, portanto, começou-se a colocar a questão de o meu pai se ir afastando e, portanto, ser necessário outra pessoa. Na altura éramos duas, digamos assim, seria eu e mais outra [REPETIÇÃO] outra técnica, que era na altura também a Vice-Presidente. Depois na altura ela não quis avançar, pronto, por situações profissionais e também do seu índole pessoal e, portanto, acabou por me calhar a mim, digamos assim, essa continuação, esse legado. Já é a segunda vez que eu estou [REPETIÇÃO] que eu estou como Presidente. Portanto, este [REFORMULAÇÃO] se tivermos eleições este já será o meu último mandato como [REPETIÇÃO] como Presidente, portanto, pela [REPETIÇÃO] pela lei depois não poderei continuar como Presidente. A nível [REFORMULAÇÃO] pronto, a nível profissional, eu [REPETIÇÃO] eu sou licenciada em Relações Internacionais, não tem muito a ver [RISOS], digamos assim, com [REPETIÇÃO] com o movimento associativo. Depois, trabalho numa autarquia local, sou Técnica Superior numa autarquia local aqui do concelho da Amadora e, portanto, acabo por ir fazendo este [REPETIÇÃO] este serviço, digamos assim, a par com a minha [REPETIÇÃO] a minha parte profissional, também com a minha parte dali associativa e pronto, é mais ou menos estes [REFORMULAÇÃO] também fiz outras [REPETIÇÃO] outras formações, também voltei a tirar depois uma pós-graduação também em Relações Internacionais porque achava que se calhar a minha via era por ali, mas depois acabei por entrar, como eu costumo dizer, na função pública. Portanto, já vou fazer na função pública se calhar para aí uns dezasseis anos, para aí quinze, dezasseis, não estou bem certa e, portanto, precisava de um horário de mãe, porque tinha uma filha pequena e, portanto, acabei por ir mantendo aqui esta situação do movimento associativo e [REPETIÇÃO] e da minha vida profissional que, felizmente, tem dado mais ou menos para [REFORMULAÇÃO] com alguma dificuldade para conciliar.

393 **Investigadora:** Muito bem. E falando agora um pouco acerca da Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, eu gostaria que me [REFORMULAÇÃO] já me falou um bocadinho mas pronto, que me contasse acerca da [REPETIÇÃO] da origem e história desta Associação, assim como os principais objetivos, missão, visão e valores.

394 **Entrevistada:** Pronto, a Associação nasceu mais ou menos a par, portanto [REFORMULAÇÃO] nós

fizemos agora quarenta anos, vamos fazer agora em fevereiro quarenta e um anos, nós [REPETIÇÃO] nós inicialmente aquilo que se pretendia, portanto, com a formação do bairro, eram pessoas [REFORMULAÇÃO] eram portugueses, mas que vinham maioritariamente das ex-colónias, portanto, de Angola, de Cabo Verde, mas inicialmente acho que era mais Angola, depois é que começou a vir mais gente de Cabo Verde e, portanto, aquilo era [REPETIÇÃO] era um terreno, não é, que ali estava e, portanto, na altura as pessoas precisavam de [REFORMULAÇÃO] não tinham grandes bens porque tinham vindo do Ultramar e das colónias sem grandes dinheiros e, portanto, acharam ali aquele terreno, ninguém pôs obstáculos, começou-se ali a formar o [REPETIÇÃO] o bairro. E na altura achou-se que deveríamos ter ali uma Associação que pudesse congrega, não só porque foi necessário juntar-se para ter a água, a luz, portanto fazer aqueles contactos também com, na altura, a Câmara Municipal era de Oeiras, depois é que passou a ser a Câmara Municipal da Amadora, na altura ainda era Oeiras, pertencia ao concelho de Oeiras e, portanto, fez-se na altura duas Associações. Era a Associação de Moradores e a Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, que inicialmente tinha uma vertente mais desportiva, recreativa e cultural. Chegámos a ter [REFORMULAÇÃO] portanto, tínhamos tiro ao alvo, atletismo, tínhamos um [REFORMULAÇÃO] chegámos a ter um ginásio onde as pessoas faziam [REFORMULAÇÃO] tínhamos um rancho folclórico que percorria o país para todo o lado a dançar. Pronto, tínhamos aqui esta parte [REFORMULAÇÃO] fazíamos as tardes do bingo, tínhamos tardes de cinema, enfim, mais no sentido das pessoas se poderem juntar, tínhamos bailaricos praticamente todas as semanas, era de sábado para domingo numa [REPETIÇÃO] numa garagem, porque inicialmente não tínhamos os espaços que temos hoje, não é. E, portanto, era uma garagem onde todos se encontravam, era uma forma também de se conviver, de se encontrarem, conversarem, e portanto tínhamos esses bailaricos. Depois a partir de 2021, começámos a perceber que a parte social que nós [REFORMULAÇÃO] que na nossa Associação não era, enfim, tão visível, o que não quer dizer que não existisse mas na altura não foi, digamos, perceptível para quem estava à frente, para as Direções que estavam à frente da Associação. A partir dessa data foi perceptível que havia aqui uma componente social que era preciso abraçar e, portanto, foi a partir daí que nós passámos a ser uma IPSS, portanto, uma Instituição Particular de [HESITAÇÃO] aí, Instituição Particular de Solidariedade Social. Portanto, passámos a ser uma IPSS e passámos a ter em permanência uma Técnica de Serviço Social no sentido de poder aqui fazer esta componente junto dos sócios e darmos aqui um outro apoio social de encaminhamento, não só para a Segurança Social, como também para a própria Junta de Freguesia ou Câmara, dependendo da [REFORMULAÇÃO] e começámos também a ter mais pessoas, mais imigrantes, portanto, no bairro, começámos a detetar que tínhamos muitos imigrantes que precisavam desta componente, da legalização, do apoio escolar, do apoio social, também do apoio jurídico e começámos, então, a ter aqui uma outra vertente já não tão recreativa e desportiva, mas sim mais a nível social. Pronto, e portanto, a partir daí os nossos valores não se alteraram, a nossa missão não se alterou, fortaleceu-se no sentido mais a nível social, de fazermos aqui um acompanhamento [REFORMULAÇÃO] passámos também a ter o apoio psicológico, depois os vários projetos, porque nós trabalhamos com projetos, portanto a Associação não tem bens [REFORMULAÇÃO] formas de rendimento, digamos, próprios. Nós não recebemos, digamos assim, nenhum fundo do Estado [RISOS] não temos nenhum [REPETIÇÃO] nenhum apoio estatal, nem [REPETIÇÃO] nem da própria Câmara Municipal, nem da Junta, enfim, nós nunca fomos subsídio-dependentes, nós sempre tentámos, enfim, viver com [REPETIÇÃO] com os projetos que nos vamos candidatando, consoante aquilo que nos é possível, não é. Dentro da [REPETIÇÃO] da nossa missão e dos nossos valores e do trabalho que pretendemos desenvolver, e então [BATEM À PORTA] só um bocadinho [INTERRUPÇÃO]. [CONTINUAÇÃO] E, portanto, como lhe estava a dizer, a nossa missão e os nossos valores não se alteraram, fortaleceram-se no sentido de termos também uma maior resposta e com outra qualidade ao [REPETIÇÃO] ao cidadão. Deixámos, também, de [REPETIÇÃO] de estar mais virados só para quem reside no bairro, mas passámos também a estar abertos para fora do bairro em

termos de [REPETIÇÃO] de reposta social. E, portanto, porque a maior parte das pessoas que reside aqui no bairro têm, em termos de residência, uma residência muito volátil, portanto, e como nós a nível de concelho éramos um concelho com alguns bairros sociais, portanto, de índole, de génese ilegal, portanto as pessoas acabam por ir, porque também [REFORMULAÇÃO] por condição da sua [REPETIÇÃO] da sua situação financeira ou económica não é, e também um bocadinho cultural não é, que acaba por ser também um bocadinho isso, acabam por estar [REFORMULAÇÃO] hoje podiam estar aí na Cova da Moura, há duas semanas estavam a viver no 6 de Maio ou estavam no Estrela D'África, portanto, acabava por se estender um bocadinho para fora do bairro, apesar das pessoas acabarem por ter também sempre ali uma componente de imigrante e precisavam era de apoio. E nós nunca [REPETIÇÃO] nunca fizemos essa diferenciação e continuamos a não fazer. E, portanto, as nossas [REFORMULAÇÃO] os nossos rendimentos, digamos assim, nós temos um bar que [REPETIÇÃO] que temos à exploração, que inicialmente era a Associação que explorava através dos seus sócios, tínhamos lá todos os dias sempre alguém, eu estava lá e fazia, depois deixámos de ter sócios para fazer isso e então pusemos o bar à exploração. No entanto, são trezentos euros, quatrocentos euros, portanto não é isso que nos paga as [REPETIÇÃO] as contas ao fim do mês, não é. E, portanto, nós começámos a ter projetos, como por exemplo o Escolhas, como o Programa de Apoio ao Movimento Associativo, através do Alto Comissariado para as Migrações, passámos a ter também um apoio pontual que é também um programa de apoio ao movimento associativo aqui da Câmara Municipal da Amadora, pronto, para além de outros projetos que nós vamos depois ciclicamente não é, pronto, nos [REPETIÇÃO] nos candidatando e quando [REPETIÇÃO] quando somos bem sucedidos conseguimos e, portanto, os recursos humanos que nós continuamos a ter são sempre afetos a projetos. Portanto, nós não ganhamos, digamos assim, dinheiro, conseguimos sim, graças a esses projetos, conseguir fazer o nosso trabalho junto da população, não é, tendo cada vez mais [REPETIÇÃO] mais capacidade de resposta a vários níveis, mas enfim, não ficamos mais ricos não é, em termos da própria Associação em si, não é. Não somos ricos [RISOS], somos remediados, como costume dizer. E, portanto, acho que ao longo destes anos nós temos conseguido manter esta [REPETIÇÃO] esta vertente muito de apoio à população e [REPETIÇÃO] e temos continuado a manter, portanto, vamo-nos continuando sempre a candidatar a novos projetos no sentido sempre de podermos ter outras respostas. Neste momento temos muito mais do que tínhamos, por exemplo, quando começámos em 2001, com a [REPETIÇÃO] a vertente de IPSS. Somos também consideradas uma [REFORMULAÇÃO] pela Embaixada de Cabo Verde, uma [REPETIÇÃO] uma Associação de génese migrante, portanto, somos considerados por eles e, portanto, quando precisamos ou quando eles também precisam de algum apoio, também nos vão pedindo ou divulgação ou, por exemplo, quando há eleições cedemos o espaço para eles fazerem o [REPETIÇÃO] o recenseamento da população, quando temos algumas iniciativas a nível mais de caráter de imigração, eles também estão sempre presentes, normalmente, o Senhor Embaixador, até o próprio Representante de Cabo Verde, o Primeiro Ministro já cá esteve também na Associação, exatamente porque consideram que aquele [REPETIÇÃO] que aquele bairro é, pronto, é maioritariamente, digamos assim tem uma componente muito forte de cabo-verdianos, angolanos, São Tomé também. Pronto, acho que está mais ou menos assim, não sei se consegui esclarecer.

395 **Investigadora:** Sim, sim, perfeitamente, perfeitamente. E [REPETIÇÃO] e diga-me, quais são as principais emoções e sentimentos que este [REPETIÇÃO] que este seu cargo lhe traz?

396 **Entrevistada:** Olha, é sempre uma preocupação constante porque, primeiro, é a preocupação de conseguirmos sempre fazer bons projetos para podermos ser bem-sucedidos, não é. E isso significa que consigo ter recursos humanos por mais ou um ano ou por mais dois anos, porque normalmente os projetos são assim não é, de um ano, dois anos. E depois nem sempre há a garantia da continuidade dos mesmos, não é. Portanto, é sempre um bocadinho complicado, temos que andar sempre aqui a fazer um esforço, não é necessário ter novas ideias, mas depois acabamos por ter sempre aqui um caráter de inovação e de sustentabilidade não é, do próprio projeto, que é sempre uma preocupação

para nós manter, fazer sempre coisas novas e ter sempre também a nível de avaliação do [REPETIÇÃO] do próprio andamento do projeto, uma avaliação fidedigna que nos permita também transmitir a quem de direito não é, quando faz a avaliação do projeto e da forma como decorreu, de que realmente nós fomos fiéis àquilo que era o nosso propósito inicial e que levou a que eles nos aprovassem a candidatura. Depois é sempre a qualidade do trabalho que nós desenvolvemos e que os nossos Técnicos [REFORMULAÇÃO] eu faço questão que eles tenham sempre formação, portanto, todas as possibilidades que existem de eles poderem fazer formação, eles vão. Portanto, eu considero que os nossos Técnicos têm que estar devidamente enquadrados, informados a vários níveis e, portanto, eles fazem várias formações durante [REFORMULAÇÃO] portanto, normalmente é sempre dentro do horário de expediente, não é, mas fazem também muita formação, mas o problema é sempre o facto de nós não termos apoio da Segurança Social, também nos limitou aqui um bocadinho na vertente do [REPETIÇÃO] do apoio à [REPETIÇÃO] à infância e, portanto, que era uma coisa que nós gostávamos de manter. Nós durante muitos anos tivemos um ATL, portanto, que tínhamos crianças do pré-escolar e que tínhamos a escola ali em frente da Cova da Moura a funcionar e, portanto, conseguíamos fazer aqui [REFORMULAÇÃO] os meninos quando não entravam na pré-escolar ficavam lá connosco, passavam lá o dia, comiam lá, portanto, traziam as refeições, comiam, dormiam, e os meninos até à 4.ª classe, portanto, vinham para a Associação fazer o apoio ao estudo, tínhamos as atividades desportivas e lúdicas. Depois deixámos de ter projeto para isso, como não temos apoio da Segurança Social, nem depois conseguimos ter projetos para poder [REFORMULAÇÃO] porque o nosso horário era muito lato não é, nós abríamos às sete da manhã e fechávamos às oito da noite e sempre pugnámos por ter pessoas licenciadas, portanto, devidamente [REPETIÇÃO] devidamente [HESITAÇÃO] enfim, habilitadas para poderem dar um apoio, pronto. Não quer dizer que uma pessoa com o 12.º ano ou com o 9.º ano não o possa fazer, não é.

397 **Investigadora:** Claro, claro.

398 **Entrevistada:** Mas o que é certo é que nós sempre considerámos que o facto de uma pessoa estar habilitada com uma licenciatura, ser uma educadora de infância ou uma professora teria com certeza uma outra abordagem com aquelas crianças que seriam muito mais vantajosas para eles enquanto, pronto, enquanto formação, como pessoa e [REPETIÇÃO] e também a nível [REPETIÇÃO] a nível escolar. E, portanto, esses recursos têm que se pagar, não é. Portanto, nós deixámos de ter essa [REPETIÇÃO] essa vertente exatamente porque não tínhamos apoio da Segurança Social e, portanto, neste momento temos só o apoio ao estudo para os meninos do 1.º e 2.º ciclo, já não temos o pré-escolar. Temos só apoio ao estudo.

399 **Investigadora:** Ok, muito bem. Muito se ouve falar acerca da cidade da Amadora e da área envolvente, resultando numa multiplicidade de avaliações e percepções acerca do território. Como é que classifica e avalia esta zona urbana?

400 **Entrevistada:** Eu [REPETIÇÃO] eu considero que a zona da Amadora é uma zona com certeza muito multicultural. Temos para aí se calhar quase cem nacionalidades, somos uma [REPETIÇÃO] uma cidade muito rica nesse sentido, mas claro que todos [REPETIÇÃO] todos nós sabemos que essa [REFORMULAÇÃO] essa multiplicidade de nacionalidades também inclui uma [REPETIÇÃO] uma forma de [REPETIÇÃO] de viver e uma cultura diferente. E, portanto, é normal que as pessoas acabam por ter [REPETIÇÃO] ter alguma dificuldade também de se aculturar aqui à nossa forma de estar e todos eles procuram melhorar a sua qualidade de vida, não é. Independentemente de você ser imigrante ou não, ser cabo-verdiano, ser português, ou ser angolano ou ser indiano, aquilo que as pessoas procuram quando vêm para a cidade da Amadora é melhorar a sua qualidade de vida, é dar uma [REPETIÇÃO] uma qualidade de vida também aos seus filhos e escolar também diferente para que eles possam ter um percurso de vida diferenciado do deles e sempre, claro, para melhor. Agora se você me disser “ah pois, mas a cidade da Amadora é conhecida [REFORMULAÇÃO] normalmente

Representações sociais

Processos estigmáticos
Fenómenos sociais e criminais

Percepções acerca do território
Vanda Carmo

Fenómenos sociais e criminais

Fenómenos sociais e criminais
Processos estigmáticos

é conotada sempre de uma forma pouco simpática", é [ÊNFASE]. É exatamente porque nós continuamos a preferir ver o lado mau, porque é isso que vende, ao lado bom [RISOS]. Porque é mais fácil você criticar do que elogiar. E, portanto, continuamos [REPETIÇÃO] continuamos a ter essa forma de estar, que nos acontece a todos nós. Isto não, não é [REFORMULAÇÃO] acaba é por ser um bocadinho mais assoberbado pelo facto de a comunicação social também estigmatizar um bocadinho, não só os bairros, como o próprio concelho da Amadora. Porque nós até há muito pouco tempo tínhamos muitos bairros, agora neste momento já [REPETIÇÃO] já não temos tantos bairros sociais. A Câmara Municipal da Amadora tem tentado, enfim, tirar um bocadinho e dar aqui outro tipo de condições, fazer aqui [REFORMULAÇÃO] independentemente de nós podermos dizer que, enfim, que se calhar o processo pode não ser, enfim, conduzido tão [REPETIÇÃO] tão corretamente como muitos de nós poderiam pensar, pronto, eles com certeza fazem aquilo que consideram [REFORMULAÇÃO] e os Técnicos consideram ser o melhor, não é, de acordo com aquilo que é possível, mas temos tentado tirar aqui um bocadinho os bairros e dar outras condições de habitação. A quem pode, habitação própria, e a quem não pode, habitação camarária. Mas o que é certo é que, independentemente disso, a Amadora continua a ser sempre conotada como aquela [REFORMULAÇÃO] aquele concelho em que tudo de mau só acontece ali, não é. Tudo de mau, tudo o que é pior, as violações, os raptos, os não sei quê, é tudo aqui. Tráfico de droga, violência grave, estupefacientes, enfim, é tudo aqui, como se não existisse nos outros lados, o que não é verdade. Nós aqui tanto temos pessoas sérias, como temos pessoas, pronto, que tentam levar uma vida menos séria, mas cabe-nos a todos nós também seguir, não é, dar aqui algum contributo e não estar sempre a bater, digamos, aqui no ceguinho em que a Amadora é sempre o pior território. E não preciso de ir mais longe, a Associação está dentro da Cova da Moura, já lá esteve não é, nós temos umas ótimas instalações, você esteve lá [INTERRUPÇÃO]

401 **Investigadora:** É verdade, sim senhora.

402 **Entrevistada:** [CONTINUAÇÃO] E nunca foi incomodada por ninguém, não é [INTERRUPÇÃO]

403 **Investigadora:** Não.

404 **Entrevistada:** [CONTINUAÇÃO] E, portanto, quer dizer, nós estamos lá há quarenta anos, vamos fazer quarenta e um anos, nós nunca fomos, enfim, assaltados, nunca tive lá funcionárias que tivessem sido assaltadas, incomodadas por ninguém, nunca, e elas estão lá e passam lá o dia inteiro sozinhas, não é [INTERRUPÇÃO]

405 **Investigadora:** Sim.

406 **Entrevistada:** [CONTINUAÇÃO] Dentro das instalações. Nunca houve ali problemas. Agora se você me disser "ah as pessoas têm receio", *epá* é verdade, têm receio. Eu própria já fui a alguns bairros aqui de Lisboa, que são bairros de [REPETIÇÃO] de, enfim, de prédios, não é, e devo-lhe dizer que tive mais medo do que nos bairros que eu aqui conheço na Amadora. E como deve compreender não sou cliente assídua [RISOS], não é, não ando lá a passear por eles. Pronto, já tive algumas curiosidades, já fui até por outras funções, não só pelo facto também de [REPETIÇÃO] de ser [REPETIÇÃO] de ser Presidente da Associação, mas pronto, eu tento colaborar, até porque tenho [REPETIÇÃO] tenho, enfim, algumas funções a nível político, também, e portanto tento colaborar e tento me manter informada para também poder criticar. Porque isto, nós para podermos criticar, temos que estar devidamente avalizados naquilo que dizemos, que é para não estarmos a fazer aquilo que os outros fazem não é, que é para não sermos mais uns a dizer "ah não isto aqui é tudo mau", não, não é tudo mau. Portanto, há coisas más, com certeza que há, mas também há-de haver em Cascais, também há-de haver em Oeiras, também há-de haver, percebe? Portanto, eu tenho [REPETIÇÃO] eu tenho dificuldade normalmente em arranjar Técnicas para vir trabalhar para a



Associação, porque as pessoas têm medo de entrar no bairro, não é?

407 **Investigadora:** Sim.

408 **Entrevistada:** Se calhar você não tinha porque escolheu ali a Cova da Moura, não é, e então pensava assim “pronto, não há de ser nada, deixa-me lá ir, vamos lá ver”. Claro que todos nós como não sabemos, não é, ficamos sempre um bocadinho reticentes, porque é o desconhecido, porque não conhecemos. Eu já tive muitas pessoas que lá trabalharam, já estive lá a fazer formações, com o Centro de Emprego a fazer formações lá, com Técnicos lá na Associação, já tivemos lá também e [REPETIÇÃO] e que vão lá com algum receio, não é, e depois quando se vêm embora dizem “*epá* realmente eu não fazia ideia, pensava que isto aqui era tipo o faroeste, que nós entrávamos aqui no bairro e éramos logo agarrados e, pronto, e estropiados” e pronto e não sei quê e eu disse “*pá*, não, isto é um bairro com outro qualquer”, quer dizer. Não somos aqui [REFORMULAÇÃO] eu própria faço por [ERRO DE FORMULAÇÃO] desmistificar um pouco isso e faço questão de andar pelo bairro. Aliás, eu moro no bairro, como penso que já lhe tinha dito, eu moro no bairro, sempre morei no bairro, a minha família toda mora no bairro, os meus [REFORMULAÇÃO] a minha filha, o meus sobrinhos, todos nós andamos ali, fazemos voluntariado, todos nós não é, porque isto não é só eu por ser Presidente, no fundo nós acabamos por arrastar sempre a família, não é, e portanto quando há iniciativas para ir à rua distribuir máscaras, como nós desde março que nós temos feito várias distribuições de máscaras com o apoio da Câmara Municipal da Amadora, pelo bairro, e as pessoas nunca [REFORMULAÇÃO] aliás, até me convidam, “então mas beba lá qualquer coisa”, “não, que nós estamos a trabalhar”, “então, mas” e as pessoas vão, procuram-nos. Claro que se você me disser assim “então, mas não existe?”, com certeza que existe. Existe como existe nos outros lados quaisquer.

409 **Investigadora:** Claro.

410 **Entrevistada:** Agora se nós não tentarmos trabalhar um bocadinho também essa imagem, é óbvio que a comunicação social aquilo que pretende ver sempre é “olha houve um roubo”, “olha houve não sei quê”, você vê logo lá as televisões, mas não vê o trabalho bom que nós fazemos. Não vê que nós, por exemplo, durante a pandemia nunca estivemos fechados, nem nós nem as outras Associações, andámos a fazer distribuição pelo bairro, que andamos a levar refeições a casa das pessoas, que ainda agora vamos começar novamente a dar as refeições aos meninos que andam na escola porque não têm outra forma de, enfim, de ter alimentação. E, portanto, nós vamos à escola buscar e as famílias vão lá à Associação buscar, isso não vende [RISOS].

411 **Investigadora:** [RISOS].

412 **Entrevistada:** E como isso não vende, acaba por ser sempre mais fácil de dizer mal.

413 **Investigadora:** Portanto, considera que os meios de comunicação de social acabam por estigmatizar mais o bairro?

414 **Entrevistada:** Sim, sim, sim, sim. Bem, nós tentamos [REPETIÇÃO] nós tentamos combater e eu sempre que posso e sou contactada para alguma situação, aliás, já fui. Olhe, por exemplo, no princípio da pandemia, lá entre abril, para aí, mais ou menos, não no princípio, mas para aí entre abril e maio, havia uma grande coisa, porque a Amadora tinha muita gente infetada e então dizia-se, a má língua não é, que estavam todos concentrados na Cova da Moura. E, portanto, a Cova da Moura é que era o centro nevrálgico da epidemia do covid. Eu estava lá a trabalhar todos os dias, na altura eu até estava em teletrabalho, portanto, vá, pelas situações não é, portanto, eu até estava em teletrabalho, estive três meses e meio em teletrabalho. E, portanto, estava lá todos os dias, não é, e via. E, portanto, na altura eu fui contactada por vários meios de comunicação social, queriam falar

comigo para eu lhes dizer quantos casos é que havia, como é que se conseguia trabalhar num sítio onde toda a gente está infetada. Eu dizia-lhe “olhe, não sei do que é que você fala”. Tínhamos alguns casos com certeza, tivemos. Tivemos como tiveram em todos os lados, não é.

Representações sociais

415 **Investigadora:** Claro.

416 **Entrevistada:** Mas daí a querer-nos dizer [REFORMULAÇÃO] eles já diziam que se devia fazer uma cerca sanitária, na altura, à Cova da Moura, porque nós ali é que éramos o [REPETIÇÃO] o centro nevrálgico. Quer dizer, percebe? E, portanto, isto vai sendo potenciado um bocadinho pelos meios de comunicação social, com certeza.

Relação polícia / residentes

417 **Investigadora:** E relativamente aqui à relação entre os moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura e a Polícia, como é que classifica essa relação?

418 **Entrevistada:** É uma relação difícil. É uma relação difícil, porque normalmente, aquilo que as pessoas querem é mais policiamento no bairro. Porque é assim, a maior parte das pessoas que ali estão são pessoas trabalhadoras, que vão trabalhar às cinco, seis da manhã, voltam às tantas da noite e têm dificuldade em acompanhar devidamente os seus filhos, porque não têm grandes habilitações, têm uma situação em termos laboral muito precária, como nós sabemos não é, apesar de agora atualmente já não ser tanto assim. Nós temos já pessoas com [REPETIÇÃO] com formatura [ERRO DE FORMULAÇÃO] com formação, pessoas já mais com outro tipo de trabalho que não é só ser mulher a dias ou trabalhar nas obras. Nós já vamos tendo pessoas com outra forma de estar, apesar de vivermos num bairro. Eu própria, não é, sou Técnica Superior numa autarquia, enfim, tenho outras [REFORMULAÇÃO] tenho uma licenciatura e moro lá no bairro. Moro por opção, obviamente, porque, pronto, porque estou ali integrada e, portanto, até agora tenho-me mantido ali, mas isso não faz de mim uma pessoa menos por eu ser [REFORMULAÇÃO] não é o facto de eu morar ali que tem que fazer de mim uma pessoa diferente. Mas eu posso-lhe dizer que quando comecei a trabalhar, pronto, quando comecei a trabalhar e souberam, porque eu, enfim, não tenho que esconder, mas também não tenho que andar lá a dizer onde é que moro, não é. E elas perceberam que eu morava na Cova da Moura, elas tinham uma curiosidade porque achavam que eu morava numa barraca, porque morava num bairro e morava numa barraca. O facto de eu morar numa barraca não quer dizer que eu tenha que ser menos ou mais que a pessoa, porque eu posso-me vestir, andar limpa, percebe, como qualquer outra pessoa. Isso não tem que ser uma menos-valia para mim enquanto pessoa. Mas o que é certo é que elas estavam com essa ideia. Eu tive que as levar lá uma vez à minha casa para elas perceberem que a minha casa era igual a qualquer outra delas. E elas até me diziam “ah a tua casa até é maior que a minha, olha tem muito melhores condições que a minha, é pena é estar aqui no bairro”. Mas pronto, elas lá desmistificaram um bocadinho a ideia, não é, de que eu morava tipo ali debaixo da ponte. Porquê? Porque as pessoas ainda continuam com esta ideia que a gente que mora num bairro, mas [REFORMULAÇÃO] a maior parte das pessoas ali acaba por querer lá a Polícia, só que depois nós também porque, nós que somos os bons, aqueles que trabalhamos, aqueles que somos sérios, às vezes não temos a coragem de ter, de [REPETIÇÃO] de afrontar quem não tem os mesmos comportamentos que nós. Porquê? Porque temos os nossos filhos, temos os nossos carros na rua, e nós não podemos ser, enfim, eu não posso apontar o dedo a ninguém. Eu posso-lhe dizer que ali à porta da minha casa, durante muito tempo, e às vezes acontece, há lá pessoas a fazerem coisas que não deviam. Só o fazem quando eu não estou em casa, percebe? Porque tanto eu como a minha família que entramos, sempre tivemos os nossos filhos ali em casa e portanto aquilo que eu faço [REFORMULAÇÃO] como tinha um animal até tinha a porta aberta, porque eu nunca tive medo de ser assaltada, nunca me assaltaram a casa, e eu normalmente tenho a minha porta da rua aberta, tenho o meu cão [REFORMULAÇÃO] a minha cadela lá à porta e [REPETIÇÃO] e às vezes eles iam para ali ou traficar ou, enfim, consumir, e eu [REPETIÇÃO] eu só tinha que chegar ali à porta, que é o

Vanda Carmo

Perceções acerca do território

Fenómenos sociais e criminais

que faço sempre, e digo “*epá*, oh amigo, desculpe lá, então mas eu tenho miúdos em casa não quero este espetáculo aqui à porta de casa”. Mas eu faço, mas as outras pessoas não fazem. Claro que eu posso apontar um bocadinho o dedo e dizer se todos nós fizéssemos isto, eles não paravam ali, percebe? Não paravam aqui, nem ali, nem em outro lado. Só que depois as pessoas, “mas eu vou dizer o quê?”, mas claro que eu lhes digo “então, mas vocês veem estas coisas e não mandam embora?”, “ah, menina, então e depois já viu, depois eles começam a falar isto ou aquilo”. Já houve alguns, não é, que me ameaçaram ou que disseram isto ou aquilo ou o outro e eu “está bem, amigo, então mas faça o favor, *pá vá* para outro lado, o bairro é tão grande, deve ter outros sítios para ir, ponha-se a andar, saia daqui da minha porta”. Mas claro que eu sou conhecida, não é [RISOS], percebe? Claro que as pessoas sabem que quando chegam ali se me apanham, eles às vezes até começam a olhar a ver se eu tenho lá o carro ou não, porque já sabem se eu estou a chegar, eles próprios às vezes estão lá, eu estou a chegar e eles dizem-me logo “ai desculpe lá, vou-me já embora, vou-me já embora”, percebe. A palavra passa, percebe?

419 **Investigadora:** Sim.

420 **Entrevistada:** Só que aqui [REFORMULAÇÃO] ali não é assim tão [REFORMULAÇÃO] um sítio que haja assim tanta coisa, mas é óbvio que todos nós temos filhos, ou quem tem, você não que ainda é nova [RISOS], mas enfim, a maior parte das pessoas ali têm filhos, passam o dia fora, há muitos que se calhar preferem não ver, não é, porque vão fazer o quê? Não têm capacidade de [REPETIÇÃO] de alterar muita coisa, não é. Claro que eles vão falando, e eu tenho lá muitos [REPETIÇÃO] muitos jovens da minha idade que [REPETIÇÃO] que, enfim, que já tiveram percursos menos pacíficos, não é, e que às vezes dizem-me, porque entretanto já perderam o pai ou a mãe, e às vezes dizem-me “ah, o meu pai bem me dizia que eu devia ter cabeça, não devia fazer isto, não devia fazer aquilo, mas eu na altura não [REPETIÇÃO] não fazia, mas agora para os meus filhos eu já faço”. E, portanto, eu começo a ter aqui alguma, enfim, alguma alegria quando vejo que há ali um [REPETIÇÃO] um, como é que eu hei de dizer, uma paragem, não é, na [REPETIÇÃO] na sequência familiar em que há ali sempre alguém que diz “não, eu não quero que os meus filhos passem por aquilo que eu passei e, portanto, vou estar mais atento”. E [REPETIÇÃO] e nota-se já essa diferenciação. A Polícia, a Polícia claro, é chamada muitas vezes para algumas situações. O que é certo é que a Polícia quando vai lá, é assim, a Polícia quer ajudar e quem pede ajuda da Polícia normalmente quer lá a Polícia. O que é certo é que quando eles, eles, enfim, aqueles menos [RISOS], menos simpáticos [RISOS], nunca sabem quando [REPETIÇÃO] quando é que eles lá vão fazer, enfim, apanhar alguém, ir atrás de alguém ou isso assim, e claro que têm ali sempre uma [REFORMULAÇÃO] acaba por haver uma violência de parte a parte, que não é [REPETIÇÃO] não é desejável para ninguém, mas que não é fácil de ser trabalhada. Os Comandantes que têm vindo para aqui para a Divisão da Amadora têm tentado, enfim, trabalhar um pouco isso junto dos jovens, através das Associações. Portanto, aquilo que se tem tentado fazer é um trabalho de que eles vêm e acompanham, falam com os jovens, estão lá, fazem algumas atividades com eles no sentido de eles perceberem que a Polícia está lá para ajudar, que a [REPETIÇÃO] que a função da Polícia é manter a ordem, que eles devem adotar comportamentos, enfim, mais [REPETIÇÃO] mais corretos e terem uma outra forma de estar na via pública e propriamente em casa, mas claro que isto se calhar não será ainda nesta geração, não é, isto é um trabalho que tem que se fazer por gerações e eu acho que está a melhorar um bocadinho, eu acho que está a melhorar. Mas é óbvio que é sempre muito complicado porque nós queremos, ou melhor, a população quer, mas ao mesmo tempo não quer. E [REPETIÇÃO] e precisamos de Polícia lá no bairro, não é, e eles acabam por estar até presentes. Estão presentes, temos lá a Polícia [REPETIÇÃO] a Polícia de proximidade, passa lá sempre todos os dias, claro que depois pontualmente há aqui algumas situações. Posso-lhe até contar agora, nós no início do ano tivemos problemas, tivemos quase uma semana sem luz e que havia casas que não tinham luz, os meus pais por exemplo, o meu irmão, não tiveram luz durante oito dias seguidos, os miúdos tiveram que vir, como

estavam em [REPETIÇÃO] em aulas por videoconferência, teve que vir toda a gente para a minha casa, porque eu era a única que tinha luz, eles os dois não tinham. Tive que fazer uma puxada para casa dos meus pais e do meu irmão para pelo menos terem um aquecedor, porque foi naqueles períodos mais frios e, entretanto, eu tentava reclamar junto da EDP, junto da Câmara, “*epá* resolvam a situação, porque não faz sentido nós estarmos tantos dias sem luz”, ainda por cima naqueles dias de muito frio, teve um frio extremo. A EDP tentou vir cá várias vezes, ao [REPETIÇÃO] ao meio do bairro para tentar resolver porque aquilo tinha sido um excesso de consumo doméstico e, portanto, os cabos tinham derretido, era preciso substituir os cabos e, portanto, tinha que se fazer, enfim, cavar não é, pronto, fazer lá, para se poder retirar aqueles cabos e mudar-se de cabos. Só para lhe dizer que eu, houve uma altura que eu tanto reclamei, tanto reclamei, e eu disse “*epá*, vocês têm que me dar uma justificação, o que é que se passa, tantos dias” e eles disseram “ah, a EDP só vai aí com proteção policial”. Eu disse “desculpe?”, “pois, é que eles [REFORMULAÇÃO] não há polícias suficientes”. Na altura tinha havido ali um surto de covid na [REPETIÇÃO] na Esquadra da Damaia e, portanto, não havia polícias e então eles diziam “ah, só com esquadrão policial, porque eles foram aí e começaram a [REPETIÇÃO] começaram a apedrejá-los, a chamarem-lhes nomes e eles tiveram medo e foram-se embora”. [O TELEFONE TOCA] Só um bocadinho, desculpe [ATENDE O TELEFONE].

421 **Investigadora:** Não faz mal [RISOS].

422 **Entrevistada:** [CONTINUAÇÃO] Pronto e, portanto, é como lhe estava a dizer, não é, tivemos que arranjar maneira de ter [REFORMULAÇÃO] de eles terem Polícia que é para poderem ir lá fazer. Até que eu disse “pronto, então vocês não têm Polícia, mas eu quero a situação resolvida, eu mando lá os meus funcionários ter com vocês, digam-me lá onde é que estão”. Então lá fomos, lá consegui que o meu funcionário, que o Carlos fizesse a volta ali pelo bairro a explicar que nós precisávamos que a EDP fosse lá, eles já não tiveram problemas nenhuns. Tiveram lá a trabalhar uma noite, duas noites até às cinco da manhã, *pá* e a população até os ajudou, até foi lá dar um [REPETIÇÃO] um chazinho quente [RISOS], uma bebida e não sei quê, pronto. Percebe, acaba por ser assim sempre um bocadinho complicado, não quer dizer que seja só com a Polícia [RISOS] é um bocadinho com tudo o que é externo, não é, porque eles diziam “ah, não, que a EDP quando vem cá é para cortar a luz, a gente não quer que cortem a luz, então nos os deixamos entrar” [RISOS], pronto e então ninguém tinha luz.

423 **Investigadora:** [RISOS].

424 **Entrevistada:** Portanto, acaba por ser uma relação difícil, mas eu penso que com [REPETIÇÃO] com o tempo isto vai [REPETIÇÃO] vai melhorando.

425 **Investigadora:** Esperemos que sim. E [REPETIÇÃO] e uma vez que tem uma relação próxima com a realidade vivenciada no bairro, acredita que os processos estigmáticos que envolvem o bairro podem ter repercussões na vida dos moradores e que, de alguma forma, possam ser-lhes retiradas oportunidades importantes em diferentes esferas da vida [INTERRUPÇÃO]

426 **Entrevistada:** Ah, claro que sim [ÊNFASE].

427 **Investigadora:** [CONTINUAÇÃO] Pelo facto de residirem no território?

428 **Entrevistada:** Claro que sim, claro que sim. Eu posso-lhe dizer que as pessoas quando [REPETIÇÃO] quando eu [REFORMULAÇÃO] eu não costumo dizer, enfim, às pessoas que me conhecem que moro na Cova da Moura. As pessoas sabem que eu moro na Buraca, porque eu não ando a dizer que moro no bairro, quer dizer, não é uma coisa que eu tenha que dizer, portanto só digo quando há alguma necessidade por alguma situação da pessoa ou ir a minha casa ou isso assim. O que é certo é que as

peessoas quando sabem que eu moro na Cova da Moura olham-me de forma diferente. Eu se puser num currículo que [REFORMULAÇÃO] eu, por exemplo, quando andei à procura [REFORMULAÇÃO] quando acabei a licenciatura e [REPETIÇÃO] e procurei emprego, eu nunca punha lá Cova da Moura, como ninguém põe, percebe? Ninguém põe. Quem mora num bairro, nós [REFORMULAÇÃO] eu por exemplo na zona onde eu trabalho, profissionalmente, também temos aqui um bairro social, ninguém põe lá no currículo que mora naquele bairro, mete o nome da rua e a freguesia, não põe o nome do bairro, porquê? Porque é estigmatizante. Porque se tu moras num bairro quer dizer que [REPETIÇÃO] que já não tens tantas qualidades como o outro, o que não é verdade não é, porque não tem que ser assim não é, porque as pessoas não [REPETIÇÃO] não têm que ser conotadas pelo facto de morarem ali ou terem um carro mais velho ou não terem, quer dizer. Mas o que é certo é que nós continuamos não a ver o valor da pessoa em si, mas a ver sempre por aqui. E, portanto, eu por exemplo quando andava a estudar na universidade, eu ainda me lembro de [REPETIÇÃO] de ter duas ou três colegas minhas, pronto, de bem, não é, andei numa universidade particular, portanto, é porque tinha dinheiro, os meus pais tinham dinheiro para pagar, mas havia quem tivesse uma vida, enfim, social diferente da minha, não é. E, portanto, eu lembro-me na altura quando tínhamos que fazer trabalhos de grupo, ninguém vinha para a minha casa, porque eu morava num bairro e, portanto, como morava num bairro, “ai não, os meus pais não me deixam ir”, e não iam. Hoje em dia dou-me perfeitamente bem com todas elas, todas elas vêm à minha casa, sabem onde é que eu moro, nunca tiveram problemas nenhuns. Mas naquela altura ninguém vinha à minha casa. Eu lembro-me, eu sempre estudei aqui na Amadora, pronto, sempre estudei ali na Damaia, eu lembro-me das minhas colegas quando tínhamos trabalhos de grupo até ao 12.º ano, nós tínhamos que ir para casa de uma ou para casa de outra e não sei quê, e eu lembro-me dos pais delas, quando aceitavam que elas viessem fazer trabalhos para minha casa, os pais ficavam à porta da minha casa, no carro, à espera delas, pronto. Mas o meu pai também fazia o mesmo às outras, percebe, também tinha pessoas que moravam noutros sítios que não eram bairros, que eram em prédios, mas que o meu pai dizia “ah, não, não, isso aí é tudo muito esquisito, não, não, não, não”. Então eu entrava para dentro do prédio, não é, lá ia para casa das minhas amigas, lá fazia o trabalho e o meu pai ficava à porta à minha espera, no carro. Mas, mas é estigmatizante, sim é. É [REPETIÇÃO] é verdade, eu tenho [REFORMULAÇÃO] eu, por exemplo, um [REPETIÇÃO] um [REFORMULAÇÃO] neste [REPETIÇÃO] neste [REFORMULAÇÃO] atualmente [FALHA NA INTERNET]. Está aí?

429 **Investigadora:** Agora sim, agora ouço-a [RISOS].

430 **Entrevistada:** Ah [RISOS].

431 **Investigadora:** Estava a dizer, “atualmente (...)”.

432 **Entrevistada:** Estava-lhe a contar, por exemplo tenho [REPETIÇÃO] tenho lá outra pessoa da minha Direção que tem uma banda, de música, fazem espetáculos por todo o lado. E eles têm aqueles camiões, não é, com todo aquele material, e ele próprio conta que já houve uma altura em que foi aqui para um sítio aqui perto, na zona de Loures ou lá para onde foi, e ele estava com medo que lhe roubassem as coisas e então ele disse, e foi remédio santo, ele disse “a partir daí eu disse sempre que sou da Cova da Moura”. Quando eles começam ali “ah, querem ajuda e tal”, porque eles têm muito material, pronto, muito valioso não é, e então ele diz sempre “olha que nós somos da Cova da Moura, portanto vê lá, eu tenho lá muitos amigos”. Ouça, nunca lhes roubaram nada [RISOS]. Pronto, eu às vezes, a minha filha quando [REPETIÇÃO] quando andou ali a [REFORMULAÇÃO] agora está na universidade, mas andou sempre a estudar aqui na escola e ela às vezes com aquelas amigas e não sei quê, ela dizia “oh mãe olha, eu não gosto de dizer que moro na Cova da Moura, mas quando elas começam com aquelas conversas eu digo logo “olha que eu moro na Cova da Moura e a minha mãe tem muitos amigos”” [RISOS].

Processos estigmáticos

Vanda Carmo

Representações sociais
Conclusão

Gracieth Almeida

Texto introdutório

433 **Investigadora:** [RISOS].

434 **Entrevistada:** “Nunca mais tive problemas”, diz logo a menina. Posso-lhe dizer, por exemplo, que a minha XXXXX [NOME NÃO REVELADO] quando [REPETIÇÃO] quando entrou no 10.º ano, a XXXXX [NOME NÃO REVELADO], eles eram vinte e dois, vinte e dois alunos e só havia dois brancos. E na altura a minha XXXXX [NOME NÃO REVELADO] dizia “oh mãe, então mas as minhas amigas ficaram todas noutra turma eu [REPETIÇÃO] eu e mais outra brasileira ficámos ali”. E [REPETIÇÃO] e ela dizia-me “oh mãe, então e agora?”, eu disse “oh filha, e agora, conheces alguns?”, “ah, olha, nenhum é de lá do bairro”. Não é, está a ver, nenhum é de lá do bairro, no entanto, eles como tinham receio que a minha miúda viesse sozinha para o bairro, vieram acompanhá-la até à porta da [REPETIÇÃO] da casa. E não eram do bairro, percebe. Portanto, isto não tem a ver [RISOS] com ser africano, ou ser amarelo, ou ser indiano, não tem a ver, tem a ver com as pessoas em si, não é.

435 **Investigadora:** Claro.

436 **Entrevistada:** Que acabamos por ser sempre estigmatizados de uma forma ou de outra, para o bem e para o mal [RISOS].

437 **Investigadora:** E, pronto, tenho só mais uma questão para si, que é se quer acrescentar alguma coisa que considere ser relevante aqui para o estudo?

438 **Entrevistada:** Olhe, quero-lhe agradecer porque o facto também [REFORMULAÇÃO] eu penso que o facto de você ter escolhido esta temática, eu acho que é sempre importante, quer dizer que você também teve, enfim, outra forma de [REPETIÇÃO] outra forma de [REPETIÇÃO] de pensar, de ver as coisas. Se calhar inicialmente também achava que “ah, isto vai ser um trabalho, mas eu se calhar [REFORMULAÇÃO] não vai ser bem aquilo que eu estou a pensar, se calhar não há aqui muita forma de [REPETIÇÃO] de alterar” e espero também que este trabalho tenha [REPETIÇÃO] tenha-lhe proporcionado a si e a quem o vai ler, enfim, e quem vai avaliar, que possa perceber que realmente a Cova da Moura é um bairro como outro qualquer. Sim, é um bairro de génese ilegal, sim tem muita construção, enfim, que não cumpre todos os requisitos urbanísticos, enfim. Mas o que é certo é que tem lá pessoas de bem com certeza, todos eles são, depois aquilo que acontece é que nem todos nós conseguimos ter os mesmos percursos, não é, e por vezes precisamos de uma ajuda, mas essa ajuda também acontece a quem mora nos [REPETIÇÃO] nos prédios, nas grandes cidades e em sítios que, enfim, que normalmente nós dizemos que como há muito dinheiro há muito estudo, mas nós sabemos que a realidade dos estupefacientes, enfim, da violência grave, não é só nos bairros. Portanto, olhe, parabéns, espero que tenha servido [RISOS] para pelo menos ficar a conhecer um bocadinho a [REPETIÇÃO] a realidade do nosso bairro e perceber que realmente trabalha-se e que as pessoas também merecem ser tratadas como todas as outras.

439 **Investigadora:** Claro que sim. E também quero agradecer a sua colaboração, porque certamente será imprescindível para o sucesso desta investigação. E espero sinceramente conseguir mudar mentalidades, que é o principal objetivo. Muito obrigada.

440 ***

441 **Gracieth Almeida (Mediadora Sociocultural na Associação de Solidariedade Social do Bairro do Alto da Cova da Moura) – Dia 23/03/2021, 11H00, via Zoom**

442 **Investigadora:** Então, bom dia. Antes de dar início à entrevista, quero agradecer a sua colaboração e disponibilidade. A realização desta entrevista surge no âmbito da elaboração da minha dissertação de mestrado em Ciências Policiais, na área de especialização de Criminologia e Investigação Criminal, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e o meu objeto de estudo

prende-se com os processos estigmáticos que envolvem o Bairro do Alto da Cova da Moura. Com a realização deste inquérito por entrevista procuro recolher as suas perceções acerca das questões levantadas sobre a respetiva temática. Quero evidenciar que o objetivo não é testar a veracidade ou qualidade das suas respostas e, por isso, peço-lhe que responda com sinceridade, uma vez que não existem respostas certas nem respostas erradas e que não estará a ser avaliada. pelo facto de ser uma entrevista de teor académico, terá de ser gravada do início ao fim em formato de áudio. Os dados recolhidos serão utilizados somente para fins científicos. Quero ainda referir que esta entrevista está preparada para durar no máximo uma hora, podendo exceder esse tempo se assim se proporcionar. Para que tudo corra dentro do expectável, irei utilizar um guião previamente elaborado por mim, que me irá auxiliar na condução da entrevista. Tudo o que referi até ao momento foi perceptível ou tem alguma questão?

443 **Entrevistada:** Foi tudo perceptível.

444 **Investigadora:** Podemos então começar?

445 **Entrevistada:** Sim, podemos.

446 **Investigadora:** Então aqui uma [REPETIÇÃO] uma primeira questão. Eu gostaria que comesse por me contar um bocadinho acerca das funções que desempenha na Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, nomeadamente há quanto tempo desempenha essas funções, como chegou até à Associação, entre outras informações que considere pertinentes.

447 **Entrevistada:** [HESITAÇÃO] Então, eu trabalho aqui na Associação há [REFORMULAÇÃO] vai fazer agora em abril três anos. Trabalho como mediadora sociocultural no [REPETIÇÃO] no Gabinete de Apoio ao Imigrante, que é o CLAIM, que é o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes. Faço os meus atendimentos uma parte do dia aqui na Cova da Moura, dentro do bairro, e a outra parte do dia na [REPETIÇÃO] na Buraca, que é aqui perto, fora do bairro, ao pé da rotunda da Repsol. Comecei a trabalhar aqui porque me foi recomendado, na altura estava a terminar o meu mestrado no Iscte e uma amiga disse-me que aqui estavam a precisar, enviei o meu currículo e pronto e fui aceite e desde então que estou aqui [RISOS].

448 **Investigadora:** E [REPETIÇÃO] e quais são as principais emoções e sentimentos que esta sua profissão lhe traz?

449 **Entrevistada:** Não percebi [NÃO COMPREENDEU].

450 **Investigadora:** Quais são as principais emoções e sentimentos que a sua profissão lhe traz?

451 **Entrevistada:** É assim, não é um emprego assim muito [REPETIÇÃO] muito fácil, não é. Porque trabalho com a população migrante, não é, então ajudo naquela parte da legalização e alguns quando chegam ao atendimento já chegam assim numa fase muito complicada e que [REFORMULAÇÃO] ou o emprego que eles têm, o salário não lhes chega para conseguir suprir todas as necessidades e depois aí temos que procurar certos apoios. Ou então porque vêm doentes e depois chegando aqui não têm conhecimento, não sabem onde se deslocar. Então, é um misto de sentimentos. Por um lado é alegria, não é, quando as pessoas conseguem tratar dos seus assuntos e conseguem ter uma vida digna, não é. As pessoas saem dos seus países de origem para aqui para procurar melhores condições, não é. Se for para terem as mesmas condições que têm lá, mais vale ficarem nos seus países de origem onde têm o apoio familiar, muitos vêm para aqui sem qualquer apoio familiar e as coisas acabam por ficar complicadas, não é. Então, por um lado é bom quando conseguem alcançar os seus objetivos, ter a sua vida legalizada, ter um emprego digno, todas essas coisas e, por outro lado, é um pouco triste e um sentimento de [REPETIÇÃO] de revolta quando não conseguimos que isso aconteça [RISOS]. Por vezes não por culpa deles, mas muitas vezes as condições não são as melhores ou a entidade empregadora prometeu uma coisa e depois acabou por não cumprir. Ou porque tinha uma marcação

no SEF e depois tudo atrasou e a pessoa por algum motivo acabou por perder o emprego e deixa de ter as condições para pedir um título de residência. Ou então porque até está numa situação muito complicada e como não tem o número de segurança social ou não tem um título de residência válido não consegue pedir um apoio mais prolongado e então, é isto [RISOS].

452 **Investigadora:** Estou a perceber. Muito se ouve falar aqui acerca da cidade da Amadora e da área envolvente, resultando numa multiplicidade de avaliações e percepções acerca do território. Como é que classifica e avalia a zona urbana da Amadora?

453 **Entrevistada:** É assim, eu não sou daqui. Eu não [REPETIÇÃO] eu não vivo aqui. Conhecia a Amadora, de ouvir falar, nunca [REPETIÇÃO] nunca vivi aqui, sou da Margem Sul. Como estou cá há três anos, há zonas que eu não conheço assim muito bem, conheço ali o centro da Amadora porque de vez em quando vamos a algumas reuniões com instituições lá e depois tem aqui o Bairro da Cova da Moura, não é. Quando uma pessoa vem trabalhar para aqui, é sempre aquilo não é, que a pessoa já ouve falar, é um bairro e como todos os bairros sociais tem os seus estigmas, os seus pontos negativos, mas até agora ao longo destes três anos tem [REPETIÇÃO] tem corrido bem, é um sítio onde tem pessoas boas e pessoas más como em qualquer outro sítio. Pronto, é um bairro social, a vida não é fácil não é, porque os bairros sociais foram construídos [REFORMULAÇÃO] têm [REPETIÇÃO] a sua base histórica de afastar as minorias do centro não é, as pessoas são empurradas cada vez mais para as periferias, não é. As pessoas não moram em bairros sociais porque querem. E pronto, têm aqueles problemas básicos que todos os bairros sociais têm, não têm casas em condições, as condições não são as melhores, têm aquele estigma por viverem no bairro, então muitas das vezes só o facto de dizerem que são da Cova da Moura já [REFORMULAÇÃO] as pessoas já levam logo a mal. Às vezes falta luz e temos que ligar e ligar [RISOS] reclamar porque não tem luz, mas se fosse numa outra zona, faltar luz é impensável, não é?

454 **Investigadora:** Sim.

455 **Entrevistada:** Então pronto [RISOS], esses problemas assim.

456 **Investigadora:** E [REPETIÇÃO] e qual é a sua opinião sobre o modo como os meios de comunicação social procuram abordar os acontecimentos que ocorrem neste território e nas zonas circundantes, nomeadamente no Bairro do Alto da Cova da Moura?

457 **Entrevistada:** É assim, os meios [REFORMULAÇÃO] antes, os meios de comunicação [REFORMULAÇÃO] eu tenho uma opinião um pouco [REFORMULAÇÃO] não sei ao longo das entrevistas o que é que já tem ouvido não é, mas pronto, os media durante muito tempo, eles [REFORMULAÇÃO] quer dizer, as pessoas que vêm para cá noticiar não trazem de facto aquilo que realmente acontece. E quando trazem, como nós temos visto nos dois últimos anos em que se fizeram vários videoclips aqui, várias novelas, foi um pouco naquela de tentar desmistificar, mas depois só porque estava na moda fazer coisas em bairros sociais, não é. Porque de resto, quando cá vêm, é sempre para mostrar coisas negativas ou para darem informações que na realidade não são verdadeiras. Muitas vezes nós vemos a passar em rodapé de jornais “ah, tiroteio na Cova da Moura”, “ah, Polícia agredida na Cova da Moura” e nós estamos aqui muito bem [RISOS]. Mas o que é que se passa aqui que nós que estamos aqui não nos apercebemos” [RISOS]. E eu acho que a forma como é retratada, eu acho que os media hoje em dia não é exemplo para [REFORMULAÇÃO] nem serve como base para nós conseguirmos ter uma opinião formada sobre algo, não é. Portanto, acho que não o fazem de uma boa forma [RISOS] e quando tentam fazer bem é só porque pronto, “vamos lá porque está na moda, porque tem que se fazer, está na moda aqui falar bem dos bairros, está na moda entrevistar as pessoas então vamos lá”, mas quando já não lhes convém, já vão mostrar o pior então [RISOS].

458 **Investigadora:** Certo. E aprofundando aqui uma questão que [REPETIÇÃO] que já me falou há pouco, como é que acha que o Bairro do Alto da Cova da Moura e, consequentemente, os moradores por habitarem o local, são avaliados e analisados por aqueles que vêm de fora?

459 **Entrevistada:** As pessoas já vêm com um preconceito quando chegam [REPETIÇÃO] quando chegam aqui, não é. Já pensam que são todos imigrantes, todos [REFORMULAÇÃO] que não têm documentos, que não têm educação, que vivem à custa de subsídios, então pronto já vêm com [REPETIÇÃO] com aquela barreira, mas depois acabam por conhecer e muitas dessas barreiras são [REPETIÇÃO] são deitadas abaixo porque de facto não [REPETIÇÃO] não é isso, não é. Quem conhece na realidade a história da construção do bairro sabe que não é [REPETIÇÃO] não é assim e muitas vezes as pessoas que vivem aqui dizem que há uma Cova da Moura antes e uma Cova da Moura agora, não é. Então, é complicado, as pessoas não são bem vistas e já vêm com certos preconceitos das pessoas que moram [REPETIÇÃO] que moram aqui, não é. Mas quem os conhece sabe que são pessoas normais, como quaisquer outras e têm problemas como em qualquer outro sítio, não é.

460 **Investigadora:** Sim. Falando um bocadinho desse [REPETIÇÃO] desse preconceito associado ao bairro, o bairro é muitas vezes caracterizado como um espaço inseguro, problemático e perigoso, associado à ocorrência de atividades criminosas e ilegais, entre outras fenomenologias. Qual é a sua opinião relativamente a esta afirmação?

461 **Entrevistada:** É assim, o Bairro Alto também é [RISOS] e nem por isso as pessoas deixam [REPETIÇÃO] deixam de lá estar. É assim [PAUSA] normalmente, quando nós estamos num [REFORMULAÇÃO] em bairros sociais é quase impossível não termos uma ideia de criminalidade e de violência e todas essas coisas, não é. Mas quem lá está, percebe que na realidade não é assim, porque é uma realidade muito aumentada não é e que às vezes as pessoas pensam que todo o mal está todo centrado nos bairros sociais e quando acontece alguma coisa de mal é porque as pessoas dos bairros sociais saíram ou contaminaram as outras pessoas. Mas eu vejo que é algo que acontece em todo o lado, é certo que quem vem agora ao Bairro do Alto da Cova da Moura, não tem assim uma boa aparência, as casas estão assim meio construídas umas em cima das outras [RISOS], temos imensos problemas de lixo e poluição, mas é assim, é um bairro não é. E como é um bairro é sempre [REFORMULAÇÃO] será sempre menos cuidado do que uma coisa que está no centro não é, onde as pessoas vão entrar e que é inadmissível ter lixos e lixos aqui durante semanas. Nós aqui em frente à Associação temos imenso lixo, temos que estar sempre a ligar a reclamar porque, pronto, é uma coisa [REFORMULAÇÃO] é uma instituição onde as pessoas vêm e depois dá aquele mau aspeto, não é. Estamos aqui, parece que é assim o faroeste [RISOS], que é tudo ao calhas, tudo assim meio [REPETIÇÃO] meio atirado, mas quem sabe a construção de um bairro e entende, sabe perfeitamente que tem certos problemas, mas também não há nada que se faça para tentar resolver estes problemas, é só mais uma carga negativa que se vai dando cada vez mais ao bairro e então não há o outro lado positivo, em querer mostrar o lado positivo do bairro e as coisas boas que se fazem [REPETIÇÃO] que se fazem aqui de forma [REPETIÇÃO] de forma não intencional. É isto que eu quero dizer. Sempre que se quer demonstrar o lado positivo é porque ou é por política ou é porque está na moda, não é só porque é normal, não é. É o que acontece aqui.

462 **Investigadora:** Portanto, não considera que o bairro seja um local inseguro, problemático ou perigoso, ou pelo menos que se distinga assim tanto de outros bairros com características semelhantes?

463 **Entrevistada:** Sim.

464 **Investigadora:** E agora aqui uma questão que eu considero pertinente, que muito se ouve falar nos meios de comunicação social acerca da relação entre os moradores do bairro e a Polícia. Como é que

classifica esta relação?

465 **Entrevistada:** É assim, não estou muito por dentro desse tipo de relação não é, porque uma coisa é a pessoa trabalhar aqui, uma pessoa atende e de vez em quando vai fazendo algumas visitas, eu tenho contacto com [REPETIÇÃO] com alguns utentes mais próximos, mas é diferente fazer essa pergunta a uma pessoa que mora aqui, não é.

466 **Investigadora:** Claro.

467 **Entrevistada:** Mas depois tem que ver muito também há forma como é abordada. Se quero saber de alguma coisa, chego, entro na casa da pessoa e destruo e a forma de falar com a pessoa, é óbvio que a pessoa não me vai receber com chá e bolachas, não é. Então, tem aquela parte de que uns chegam já com aquela ideia que vão ser maltratados, vão ser atirados com pedras e garrafas e os outros recebem naquela que “estes já vêm para me tirar a paz, para me destruir ou para construir certos estereótipos”, não é. Então, quando isso acontece [RISOS], quando as duas pessoas [REPETIÇÃO] quando as duas pessoas já [REPETIÇÃO] já têm esse sentimento, é lógico que [REPETIÇÃO] que a relação acaba por não ser boa e acaba por não ser muito colaborativo nesse aspeto. Mas há pessoas que não [REPETIÇÃO] não [REFORMULAÇÃO] que vêm aqui há anos, que nós temos falado com elas, e que nunca tiveram problemas com isso e que veem isso de forma completamente natural como num outro sítio, em que a Polícia passa e as coisas correm normalmente.

468 **Investigadora:** Acha que essa relação também pode variar consoante as faixas etárias?

469 **Entrevistada:** Sim, pode, porque normalmente temos as crianças, que já crescem com aquele medo da Polícia, “ah porque a Polícia vai-nos fazer mal, não podemos confiar nela”. Então é um pouco difícil, há medida que a pessoa vai crescendo, já cresce com [REPETIÇÃO] com aquele medo ou revolta, ou porque viu que prendeu ou foi bruto com a mãe, com a tia ou com algum irmão, já cresce com aquele medo e nunca querem colaborar, não é.

470 **Investigadora:** E uma vez que [REPETIÇÃO] que detém uma [REPETIÇÃO] uma ligação relativamente próxima com a realidade vivenciada no bairro e com os residentes, acredita que estes processos estigmáticos que envolvem o Bairro do Alto da Cova da Moura podem ter repercussões na vida dos moradores e que, de alguma forma, possam ser-lhes retiradas oportunidades importantes em diferentes esferas da vida pelo facto de residirem no território?

471 **Entrevistada:** Sim, eu tenho utentes que moram cá, mas por exemplo quando vão para tratar de documentos e coisas parecidas não têm a morada de cá por diversos motivos, não são casas [REFORMULAÇÃO] aqui são muito casas que foram construídas uma sem cima das outras, casas que são subalugadas ou coisa parecida e então não têm aquela segurança como nós, que vou tratar de um documento, vou pedir para ir para a minha casa e aquilo chega, a carta chega. Então aqui há muito extravio de correspondência, mas não só por esse motivo não é, muitas pessoas que às vezes quando vão fazer [REFORMULAÇÃO] jovens, quando vão fazer currículos ou coisa parecida, preferem não dizer que são daqui, dizer que são da Amadora e pronto, a pessoa pergunta mais concretamente e eles não dizem porque já [REFORMULAÇÃO] ou vai existir aquele fascínio da pergunta ridícula “ah e como é que é, há droga e as pessoas andam lá assim com a arma?” e não sei quê ou então já há aquela desconfiança de se calhar não devemos apostar tanto ou chegar a contratar porque a pessoa faz parte dessa zona, não é.

472 **Investigadora:** Certo. Pronto, só tenho aqui uma última questão para si relativamente aos processos estigmáticos que envolvem o bairro, porque as opiniões acerca desses processos estigmáticos divergem bastante. Existe aqueles que concordam com a dimensão do estigma enraizado no território,

que acham que o Bairro do Alto da Cova da Moura merece, digamos assim, o estigma que carrega e outros apontam-no como algo incompreensível e descabido, que não faz qualquer sentido. Qual é a sua opinião sobre isso?

473 **Entrevistada:** Sim, eu estou cá há três anos a trabalhar, não é muito. De início, eu não sentia necessidade desse tipo de estigma, mas é assim, como é que eu hei-de explicar isto, não é que eu concorde a 100% com [REPETIÇÃO] com esses estigmas não é, acho que são um pouco exagerados, mas depois eu acho que tem que se entender também muito bem o que é um bairro social e o que é uma pessoa morar num bairro social, não é. E depois nós não temos o mesmo cuidado, por exemplo nos últimos tempos, o 6 de Maio, que é aqui perto, foi destruído, então muitas pessoas vieram para aqui, as casas ficaram ainda mais sobrelotadas. Temos habitações onde era suposto viverem quatro pessoas e temos dez pessoas, não é. E depois aqui também não há um cuidado visual com as coisas do bairro não é e não há um cuidado social com as pessoas. Nós temos tido [REFORMULAÇÃO] eu acho que parte deste estigma não [REPETIÇÃO] não é causado pelas pessoas que não aqui do bairro, são as pessoas que vem de fora, porque nós temos tido nos últimos tempos muitos problemas com *drogados*. E não são pessoas daqui, são pessoas que estão aqui de passagem e que têm vindo bastantes e que vieram de outros bairros, ainda por cima agora com covid muitos deixaram de ter apoios, deixaram de ter sítios para comer, sítios para viver, então tem havido uma má imagem, mas não são as pessoas que moram aqui de facto, porque as pessoas que moram aqui querem ter a sua vida a caminhar, querem ter a sua vida organizada, ter os seus documentos, trabalhar, os seus filhos e todas essas coisas, não é. Então, tem ali um pouco, não concordo a 100%, mas também não discordo a 100%. É mais ou menos.

474 **Investigadora:** Estou a perceber, sim. Falou-me aqui várias vezes da [REFORMULAÇÃO] do facto de [REPETIÇÃO] de que devia existir um esforço para melhorar um bocadinho aqui estas condições do bairro e a forma como o bairro e [REPETIÇÃO] e os próprios residentes são vistos. Como é que acha que isso poderia acontecer? Que tipo de esforço é que poderia [REFORMULAÇÃO] deveria acontecer?

475 **Entrevistada:** Ok, então não se devia tratar como “ah existe a Amadora e depois existe as pessoas do bairro”, não é, como se fossem extraterrestres e pessoas que caíram aqui e estão aqui um pouco à margem, não é. E depois deveria existir mais cuidado, por exemplo, ir a um sítio na via pública, por exemplo na minha rua se existir uma árvore que caiu ou temos ali um poço que cheira *super* mal, nós ligamos para a Câmara “olhe está a acontecer isto e *blabla* e isto e então a rua não tem estado muito segura”, no dia a seguir a pessoa já vê lá uma Polícia assim, já vêm arranjar, já vêm tirar o lixo. Aqui não, é como se fosse “pronto foram vocês que meteram lá, agora vocês que arranjem”, não é. Para já devia-se fazer um esforço para melhorar o visual do bairro, as ruas melhor asfaltadas, as ruas bem tratadas, porque aqui nós temos [REFORMULAÇÃO] as pessoas que tratam da limpeza da rua são os próprios moradores daqui, nós temos a Comissão de Moradores, então geramos emprego e eles limpam, mas não é suficiente e muitos deles às vezes não têm o material necessário, então deveria existir um esforço maior, primeiro para a limpeza do bairro e depois mais proteção. Não é proteção daquela tipo proteção invasiva da Polícia aí andar a circular [REPETIÇÃO] a circular e as pessoas quase não se sentirem seguras por estarem constantemente a serem ameaçadas, mas outro tipo de [REFORMULAÇÃO] pensar-se aqui outro tipo de [REPETIÇÃO] de proteção e melhorar o [REPETIÇÃO] o ambiente do bairro. E depois também tentar diminuir um pouco o sentimento de revolta porque as pessoas têm muito o “ah isto está sujo”, nós reclamamos, tentamos e não somos ouvidos, não temos luz, nós temos que [REFORMULAÇÃO] por exemplo no final do ano, as pessoas ficaram um mês sem luz. As pessoas já não têm condições para [REFORMULAÇÃO] como é que se vive um mês sem luz? Sempre a reclamar, tivemos que chamar a TVI24 para vir cá e essas coisas todas, para a situação ser resolvida. Sítios que nós ligamos “ah eu nem sequer sabia que aí no bairro

não havia luz”, num outro sítio isso era impensável, aqui é deixar andar, eles que se resolvam, não é.

476 **Investigadora:** Estou a perceber. Pronto, quero só perguntar-lhe se quer acrescentar alguma coisa que considere pertinente aqui para o estudo, sobre o bairro, sobre os moradores?

477 **Entrevistada:** Não [RISOS].

478 **Investigadora:** Está tudo? [RISOS].

479 **Entrevistada:** Está tudo [RISOS].

480 **Investigadora:** Pronto, damos então por terminada a nossa entrevista. Uma vez mais, agradeço imenso a sua participação e o tempo que despendeu aqui comigo. E como lhe disse, a sua colaboração vai ser certamente imprescindível para o sucesso desta investigação. Muito obrigada.

481 **Entrevistada:** Ok, obrigada eu [RISOS].